

A História da Abraspet na Luta pela Anistia Política no Brasil



Reynaldo Hélio da Costa | Ney Sá – Organizador

Reynaldo Hélio da Costa
Ney Sá – Jornalista (org.)

**A história da
Abraspets na luta pela
anistia política no Brasil**

Salvador / Bahia
2012

NAO
QUEREMOS
LIBERDADE
PELA
METADE

Para Liberdade Realmente
Das Prisons Federais

Para Volta de Trabalho
em Escolas

Para Encarceramento
Total em Moradia
e Desemprego

ANISTIA

AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

ONDE ESTÃO Nossos Filhos?
ONDE ESTÃO Nossos Meros?
ONDE ESTÃO 144 Desaparecidos e Presos Políticos Brasileiros?

PARA QUE NUNCA
MAIS ACONTEÇA!

FORÇAR A REABILITACAO E DESAPARECIDOS
NÃO É A SOLUÇÃO DIRETA!

A história da Abraspét na luta pela anistia política no Brasil

Reynaldo Hélio da Costa
Ney Sá – Jornalista (org.)



Salvador / Bahia
2012

A história da Abraspet na luta pela anistia política no Brasil

Copyright © 2012 por Reynaldo Hélio da Costa / Ney Sá (org.)
Av. Tancredo Neves, 274 – Centro Empresarial Iguatemi,
bloco B, salas 101 / 104 – Salvador / Bahia
CEP. 41820-907 – Telefone (71) 2223-9949 / 2223-9786
Página internet: www.abraspet.org.br

Editor

Ney Sá - MTE/BA 1164

Projeto Gráfico e Diagramação

Antônio Eustáquio Barros de Carvalho

Fotos e Imagens

Arquivo da Abraspet

Impressão

Grasb – Gráfica Santa Bárbara

*Todos os direitos reservados à Abraspet.
É proibida a duplicação ou reprodução
deste volume, no todo ou em parte,
sob quaisquer formas ou por quaisquer meios
(eletrônico, mecânico, fotocópia ou outros),
sem permissão expressa da Abraspet.*

C83

COSTA, Reynaldo Hélio da
História da Abraspet na luta pela anistia política no Brasil. / Reynaldo
Hélio da Costa.- Salvador: Abraspet, 2012.
216 p.

1. Anistiados Políticos da Petrobrás. 2. Abraspet. 3. Atuação Política. I.
Costa, Reynaldo da. II. Sá, Ney Ribeiro de. III. Título.

CDD : 981

A história da Abraspet na luta pela anistia política no Brasil

A **Abraspet** – Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais Empresas Estatais completou, em 19 de setembro de 2011, 15 anos de fundação, trabalho e luta. Um tempo suficiente para conhecer muitas histórias sobre a anistia, os anistiados e suas organizações. Nesta publicação especial de aniversário, a **Abraspet** busca fazer alguns resgates históricos não só da entidade criada na Bahia, mas também sobre o movimento nacional desencadeado a partir da Lei da Anistia e da assinatura do Ato Ministerial de Reintegração dos Petroleiros Anistiados aos quadros de pessoal da Petrobras. São registros de fatos vivenciados por quem lutou para fazer valer na prática a letra da lei, muitos dos quais não estão inscritos nos compêndios da história oficial, mas que aconteceram ao longo desses últimos trinta anos em que se inscreve o capítulo da anistia, no Brasil.

Na qualidade de entidade aglutinadora de anistiados políticos, a **Abraspet** pautou sua atuação em defesa da causa e dos direitos dos associados e seus sucessores, prosseguindo com suas atividades e visando aprimoramento da anistia política.

CAPÍTULO 1

A promulgação da Lei 6.683, da Anistia Política, em agosto de 1979, criou a oportunidade do reencontro e da organização dos petroleiros nos estados da Bahia, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Minas Gerais e Sergipe que, em dezembro de 1980, criariam a Comissão Nacional dos Anistiados da Petrobras.

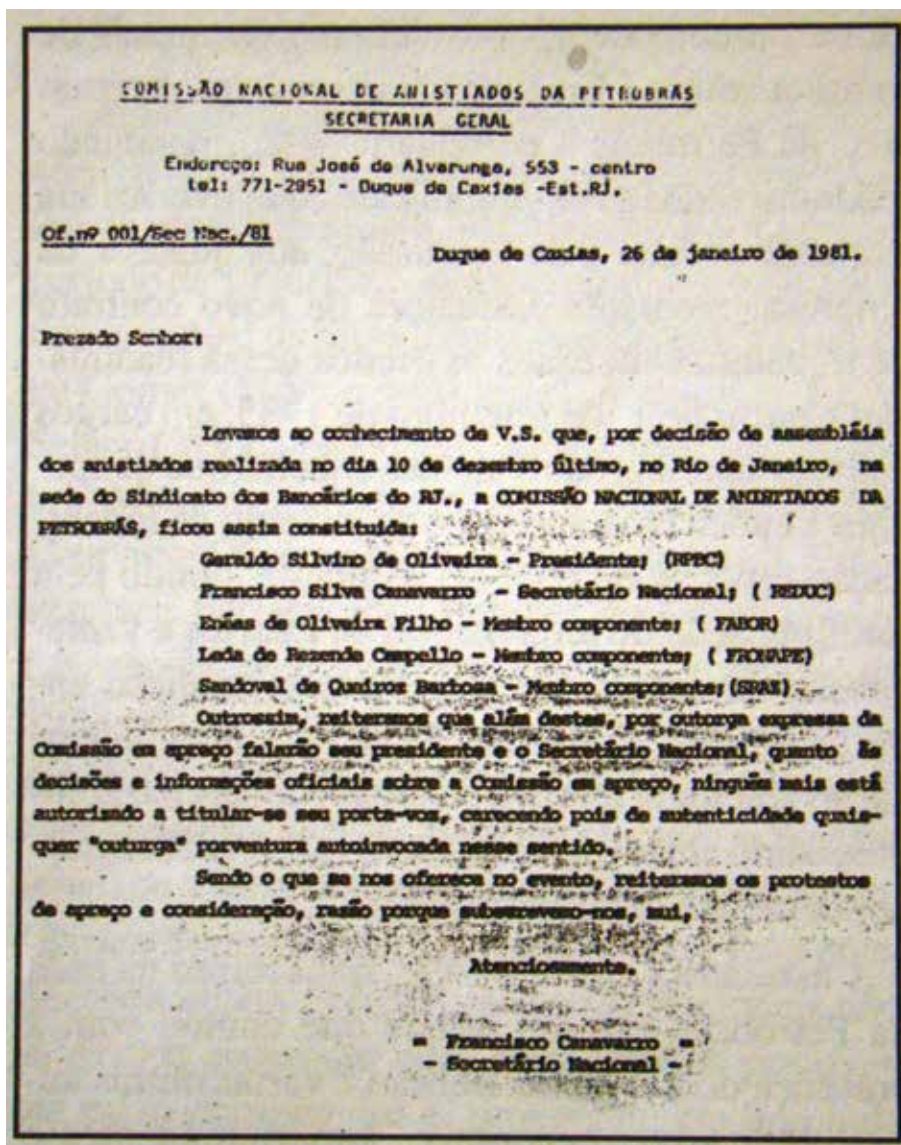
Em 1985, o I Encontro Nacional pavimentou o caminho para o diálogo com o então ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, que dá início à reparação aos punidos pela Petrobras durante o período da ditadura militar. Este capítulo conta a história desse processo de lutas, com suas vitórias e percalços.



COMO TUDO COMEÇOU

Apesar de punidos, torturados física e mentalmente, muitos exilados ou vivendo clandestinamente, impedidos de exercerem quaisquer atividades, os petroleiros perseguidos pela ditadura militar não se acovardaram. Pelo contrário, espalharam-se pelo País e fora dele, na tentativa de emprego que lhes assegurassem o mínimo de sobrevivência com dignidade, permanecendo, ainda que distantes uns dos outros, alertas aos acontecimentos políticos no Brasil.

Com a promulgação da Lei 6.683, da Anistia Política, em 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto 84.143, de 31 de outubro de 1979, foram os petroleiros se reencontrando e formando pequenos grupos nos estados da Bahia, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Minas Gerais e Sergipe. Posteriormente, reunidos na sede do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1980, resolveram criar a Comissão Nacional dos Anistiados da Petrobras, conforme consta da correspondência enviada ao Conselho de Direitos de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa, em 26 de janeiro de 1981, reproduzida a seguir:



Estavam dados os primeiros passos para se buscar a reparação dos danos causados aos atingidos pela violência dos atos ditatoriais. Mas, era preciso muita disposição, muita garra e, principalmente, muita motivação para continuar lutando pela garantia dos direitos dos anistiados. Neste momento, destacou-se a abnegação de alguns companheiros, especialmente de Leda Rezende Campello (carinhosamente chamada Nina) – uma guerreira incansável -, para levar adiante essa grande batalha.

A partir de junho de 1980, aconteceram vários fatos marcantes na história da anistia política dos petroleiros. Foram concedidos os primeiros atos de anistia pelo Ministério das Minas e Energia (MME), contemplando com retorno aos quadros da Petrobras os companheiros listados a seguir:

Sebastião Luiz dos Santos, Ivon Ferreira, Izaltino Pereira, Severino Luiz da Silva e Benedita Maia da Silva, e considerando aposentados Geraldo Silvino de Oliveira, Hélio Brigido, Dinarco Reis Filho, Vitor Medeiros do Paço,

Antonio Jacinto Filho, Rubens de Souza, Cid de Cesare Salgado, Flordivaldo Maciel Dultra, Mauro Cunha, Paulo Eduardo de Araujo Saboia, Sandoval de Queiroz Barbosa, Silas Conforto, Neuton de Almeida Menezes, Adelino Nogueira Cerqueira, Carlos de Sá Pereira, Glimauro Rocha Portilho, Geraldo Alves Portugal, Lamartine Washington Ramos de Farias, José Pericles do Couto Alves, Gelasio Ayres Fernandes, Raimundo Ferreira Ribeiro, Alnary Nunes Rocha, Peregrino Romay Barcellos, Vasco Oscar Nunes, Luiz Marcelo Bertolo Caffé, José Pinheiro Quintas Filho, além de José Cristino da Silva, Dalton Boechat, Mirenio Morado Lutterbach, Murilo de Brito Santos e Benedito Campos Bacelar (já falecidos), cujas viúvas puderam obter suas respectivas pensões, através dos atos publicados no Diário Oficial da União (DOU), edições dos dias 24 e 25 de junho.

Outros atos de anistia se sucederam ao longo dos anos 80, beneficiando companheiros de vários estados. Era o marco da primeira vitória dos anistiados da Petrobras.

PRIMEIRA REESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ANISTIADOS

Em 1981, por diversos motivos conjunturais, a Comissão Nacional dos Anistiados promoveu sua primeira reestruturação. O fato ocorreu em Assembleia Geral, realizada em 26 de junho, quando foi escolhida uma nova diretoria e definida a sigla **Conape**, conforme consta do Informativo nº 1, de julho daquele ano, reproduzido na próxima página.

CADA NOVO DIA CHEGAM NOVOS COMPANHEIROS

**QUEM PODE
ABRIR MÃO DE
SEU DIREITO?**

No dia 26 de junho realizou-se a Assembleia Geral dos Anistiados da Petrobrás, convocada pela Comissão Nacional, a fim de deliberar sobre alguns pontos de urgência. Inicialmente foi dada a palavra ao ex-deputado Raimundo Batista (Batistinha) que hipostetizou a luta dos anistiados da Petrobrás e falou ainda sobre a lei de anistia. Geraldo Silvino falou sobre a portaria do INPS, convidando os companheiros que já tinham sido anistiados a recuperarem as suas aposentadorias. Humberto Jansen fez um relato sobre o mandato de segurança impetrado, que deve entrar em pauta no mês de agosto. Por fim falou o deputado, Jansen Portugal, autor do requerimento da CPI sobre a anistia, que será instalado no Congresso Nacional em agosto, a conjuntura política e o seu eleitoral, conclamando a todos que elejam legítimos representantes dos trabalhadores nas próximas eleições. Solicitou, ainda, aqueles que tivessem documentos de prova contra a arbitrariedade instalada no país após o golpe de 64, enviassem para ele no Congresso. Após esses relatos, discutiu-se a reestruturação da Comissão Nacional dos Anistiados da Petrobrás (CONAPE), que ficou assim composta: **GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA**, presidente; **MARCO SOARES LIMA**, coordenador da Bahia; **SANDOVAL DE QUEIROZ**, coordenador do Norte; **LIEDA REZENDE CASPELLO** (MINA), coordenadora geral e Rio; **IGNACIO DIAS DE CASTRO**, coordenador pelo Sudeste; e **MILTON GOMES**, coordenador pela Rodac. Outra proposta surgida na reunião e aprovada pela maioria, foi que se transformasse a atual Comissão em Associação, o que dará um caráter permanente e legal à nossa organização. Também foi deliberado nessa reunião a criação de uma Comissão, composta de três membros (companheiros **HEBERTO JANSEN**, **AFONSO MARIA DA CRUZ** e **WILDO HERIBERTO AMALDO SABOIA**), para redigir e legalizar os estatutos da futura Associação, tendo estes companheiros o prazo de 50 dias para concluírem os trabalhos.

Decidiu-se, ainda, solicitar aos Sindicatos, Sindicâncias, Sítios e ao Departamento Profissional, uma contribuição financeira mensal e que sejam realizadas Assembleias com a finalidade de reintegrar aos quadros de filiados, os companheiros afastados da vida sindical por força dos acontecimentos políticos ocorridos no país nestes últimos 17 anos, à exemplo dos Sindicatos do Pará e de Cabeté.

ANISTIADOS: VAMOS À LUTA!

Fedidos os companheiros já anistiados, que compareçam ao requerimento ao INPS. Muitos já nos procuraram e estão sendo processados e outros processos em andamento. Há uma vitória necessária para a aposentadoria e fazemos o requerimento ao INPS. Muitos já nos procuraram e estão sendo processados e outros processos em andamento. Há uma vitória necessária para a aposentadoria e fazemos o requerimento ao INPS.

COMISSÃO NACIONAL DOS ANISTIADOS DA PETROBRÁS

CONAPE

informativo

ANO 1 JULHO DE 1981 Nº 1

AVISOS IMPORTANTES

Informamos aos companheiros que a Comissão está funcionando também aos sábados, das 9 às 12 horas. Esta medida tem por finalidade atender aqueles que estão impossibilitados de comparecer durante a semana.

Nosso companheiro Mario Lima deverá fixar residência em Brasília, a fim de poder estar junto dos problemas dos anistiados. Tão logo tivermos o endereço e telefone, comunicaremos a todos.

PETROBRÁS BRINCA COM OS ANISTIADOS

Em 7 de julho último, solicitamos declaração nominal dos anistiados a fim de fazer prova junto ao INPS para processar suas aposentadorias, e até agora o Serviço de Pessoal nada nos remeteu. Vários telefonemas e a resposta é que tem muito serviço. Pode ... ué!!

PAIS UMA VITÓRIA!

Os nossos companheiros **ANTAIR ANDRADE QUEIROZ** e **ELISEN RODRIGUES Y RODRIGUES**, já foram anistiados e seus processos foram publicados no Diário Oficial.

ARASTEÇA
SÓ NOS
POSTOS BR



Wilton Valença, Bruno Lobo, Emanuel Rêgo e Reynaldo Costa (Mangabeira), em reunião do Sindipetro Bahia, em 1985

A partir de então, foram criadas as Coordenadorias Regionais PA, AM, RJ, BA, MG, RS, AL, SE, Sindiquímica - RJ e SP, enquanto a coordenação nacional passou a ser gerida pela brava militante da anistia, Nina, que dedicava tempo integral aos assuntos inerentes à Comissão e à Anistia, de maneira incansável, sem qualquer remuneração, ajudada apenas pelo Sindipetro - Caxias, presidido, à época, pelo sindicalista Armando Gabriel.

Eram dez a doze horas diárias de trabalho, junto ao Sindicato, preparando documentação e requerimentos de anistia; junto ao Ministério do Trabalho, solicitando a anistia de companheiros; junto à Petrobras, em busca da declaração salarial dos que eram anistiados ou, junto ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para obtenção das aposentadorias excepcionais que, em princípio, ficaram todas centralizadas no Rio de Janeiro.

Foram anos e anos de muito trabalho e muitas tarefas, executadas pela valorosa Nina, já que um outro grande batalhador do movimento, Geraldo Silvino de Oliveira, foi eleito vereador em Santos (SP) e ficou impossibilitado de maior participação, fato que se agravou quando do acidente automobilístico que o vitimou. Restou a Nina “tocar o barco” da antiga Conape sozi-

nha, até abril de 1985, o que sempre fez com muito empenho, zelo e dedicação, sendo o grande baluarte da anistia na Petrobras. Surpreendentemente, ela ainda encontrava tempo para secretariar a Comissão Nacional em Defesa da Anistia (CNDA).

SEGUNDO GRANDE MARCO

I ENCONTRO NACIONAL DOS ANISTIADOS DA PETROBRAS

Em março de 1985, no Rio de Janeiro, a CNDA, então presidida pelo ator anistiado Mário Lago, realizou uma reunião com anistiados de todas as categorias, na qual os anistiados se identificavam e narravam os sofrimentos e torturas que passaram durante o duro período do regime militar. Foi uma reunião em que predominou o clima emotivo, relatos de tristes recordações, entrecortados por muitas lágrimas. Mas nada disso arrefeceu a disposição dos punidos para a reconquista dos seus direitos individuais.

A partir dessa reunião, quatro lideranças dos anistiados, Raimundo Lopes (BA), Reynaldo Costa - Mangabeira (BA), Valdovino Souza (RJ) e o saudoso Plínio Pertesen (RS), propuseram a Nina que solicitasse ao companheiro Silvino a realização do Encontro Nacional de Anistiados da Petrobras, com o objetivo de discutir novas diretrizes de atuação, face ao advento da Nova República e à escolha de Tancredo Neves para presidente do Brasil.

Apesar de insistirem nessa convocação, as lideranças não obtiveram êxito, já que tanto o presidente como a coordenadora nacional não achavam a época oportuna e desejavam aguardar mais tempo. Inconformados, os proponentes reuniram-se no Sindipetro-RJ, desta feita com o presidente da antiga Conape, Geraldo Silvino, e decidiram levar adiante a realização do encontro para reestruturar a comissão e buscar, junto às autoridades, a reintegração dos punidos e demitidos pelo golpe militar.

Assim, ficou marcado, para os dias 9 e 10 de abril de 1985, o I Encontro Nacional de Anistiados da Petrobras, coordenado por Reynaldo Hélio da Costa - Mangabeira, à época coordenador da Regional Bahia, auxiliado por Plí-

nio Petersen Pereira, coordenador da Regional Rio Grande do Sul, e Valdovino de Souza Almeida (RJ), que contaram com o irrestrito apoio oferecido pelo então deputado federal e presidente do Sindipetro-BA, Mário Soares Lima que, juntamente com a diretoria do Sindicato, colocou toda a estrutura da entidade à disposição dos organizadores do encontro. O apoio teve vital importância na medida em que os contatos com os anistiados dos demais estados eram todos feitos por telefone, já que não se dispunha de recursos para viagens.

Sem a estrutura disponibilizada, dificilmente o encontro teria se realizado. Successivos telefonemas, quase que diários, eram trocados entre as várias coordenadorias regionais e companheiros interessados em participar daquele evento, contrapondo-se aos constantes boatos de que o encontro programado não se realizaria, embora a cada dia os organizadores recebessem novas adesões.

Como programado, no dia 9 de abril de 1985, na sede do Sindipetro-RJ, teve início o I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras, sob a presidência de Reynaldo Costa, conhecido por todos como Mangabeira (BA). O evento contou com a participação de companheiros de vários estados, entre os quais Plínio Petersen Pereira e Pedro Alvarez (RS), Wal-



Sessão Especial em homenagem aos anistiados, na Câmara Municipal de Salvador, em 1985



Visita do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao Sindipetro-BA. Ao microfone, o dirigente do Stiep, Milton Cecílio

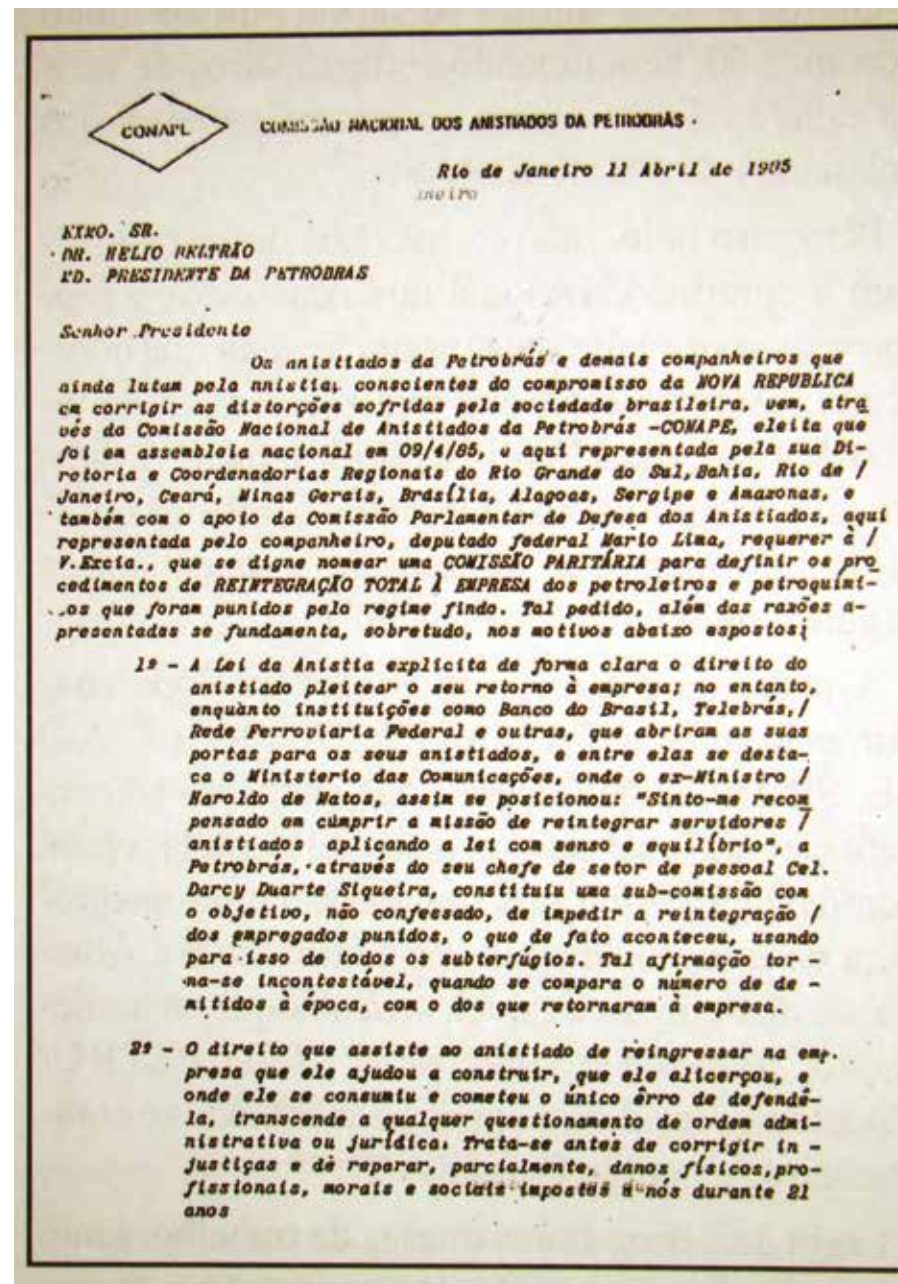
ter Assis (MG), Alan Rodrigues Brandão (AL), José Péricles do Couto Alves (SE), Francisco Ariosto Holanda (CE), Vivaldo Fernandes das Neves (AM), Milton Negromonte Fontes (DF), Valdovino de Souza Almeida, Carlos Olímpio de Almeida Alves, Antonio Marcelo Costa, Inácio Dias de Castro e Emanuel da Silva Rêgo (RJ). A Bahia enviou delegação composta pelos companheiros Mangabeira, Raimundo Lopes, Sinézio Alves de Jesus, Salvador José de Souza, Luciano Monteiro Campos, Ailton Anthas, Demóstenes Soares de Oliveira, Djalma de Oliveira Mattos, Armando Itamar Pires, Claudemiro Marcelino Calmon, Brivaldo Bonfim de Oliveira, Crispim Hipólito dos Santos e Plínio José Batista de Aguiar, além do vice-presidente da Sotape-BA, Edson Mesquita Costa. A viagem foi em ônibus leito da empresa Sul Bahia - Sulba, cedido pela Assembléia Legislativa da Bahia, à época presidida pelo deputado Luís Eduardo Magalhães. O Encontro contou com o fundamental apoio da diretoria do Sindipetro-RJ, tendo à frente João Lyra, Manhães e Mirthes Xavier.

O evento cumpriu seus objetivos: deliberar sobre a reestruturação da antiga comissão para posterior transformação em associação; elaborar o regimento, o primeiro da sua história política e que serviu de embrião para seu primeiro estatuto, meses depois; redigir carta ao presidente Hélio Beltrão; elei-

ção e posse da diretoria da nova Conape, que ficou constituída por Emanuel da Silva Rêgo (presidente), Carlos Olimpico de Almeida Alves (vice), Antonio Marcelo Costa (secretário) e Valdovino de Souza Almeida (tesoureiro), ficando como suplentes Elizeu Rodrigues Y Rodrigues, Inácio Dias de Castro, Osvaldo Marques de Oliveira e João Flores da Silva.

Embora, inicialmente, programado para os dias 9 e 10, o Encontro foi prorrogado até o dia 11, para garantir a participação do vereador Geraldo Silvino, que, até então, vinha presidindo a Comissão. Face aos compromissos com a Câmara de Vereadores de Santos, ele só pode chegar no dia 11, ocasião em que lhe foi dado conhecimento das decisões tomadas nos dias anteriores, ao que, num gesto altamente democrático, compreendeu e concordou com todas as deliberações votadas e aprovadas.

Logo após o Encontro, uma comissão composta pelo presidente, vice-presidente e coordenadores regionais da nova agremiação, acompanhada do deputado federal Mário Lima, dirigiu-se à sede da Petrobras, onde foi recebida pelo presidente da estatal, Hélio Beltrão. Na oportunidade, lhe foi entregue documento, produzido no evento, apontando como principal pleito a reintegração total à empresa dos petroleiros e petroquímicos punidos pelo regime militar que findava, conforme documento reproduzido na próxima página.



RESULTADOS POSITIVOS

O I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras foi coroado de pleno êxito e seus frutos imediatos. Com a ajuda do grupo de apoio parlamentar, composto pelos deputados federais Mário Lima, Hélio Duque, Nilton Alves e José Machado Sobrinho, a nova direção da Comissão foi recebida em audiência pelo Ministro de Minas e Energia, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, que, sensível aos reclamos dos petroleiros punidos, fez editar a portaria nº 762, datada de 13 de junho de 1985 – dois meses após o encontro, constituindo comissão para examinar e propor medidas relacionadas à situação de ex-empregados da Petrobras, face à Lei 6683/79, estabelecendo prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos. Em seguida, a 24 de junho, a presidente da referida comissão fazia publicar o edital 01/85, abrindo prazo para que os interessados no retorno à Petrobras solicitassem o exame de suas pretensões.



Reunião de anistiados com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em 1985. Na linha de frente da foto, Reynaldo Costa, Aureliano, Mário Lima, Emanuel Rêgo e Plínio Petersen



Ato de assinatura do acordo de retorno dos petroleiros anistiados, em outubro de 1985

Os trabalhos da Comissão foram de pronto iniciados. Todavia, a Petrobras, através da sua Divisão de Informações (Divin), tentava por todos os meios impedir o bom desempenho, ora sonegando informações, ora informando incorretamente os motivos das demissões, omitindo ou desclassificando as conotações políticas que desencadearam as prisões, as cassações e as demissões sumárias levadas a efeito pela empresa. Foram árduas as missões dos integrantes da Comissão para obtenção das verdadeiras informações, a fim de que se pudesse decidir sobre o retorno dos anistiados.

Aos poucos, a resistência dos empedernidos burocratas foram enfraquecendo e as verdades aparecendo e contemplando os sofridos, mas esperançosos ex-empregados, como eram considerados os anistiados.

Prosseguindo em sua trajetória de fazer justiça aos punidos pela Petrobras durante o período da ditadura militar, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em 18 de outubro de 1985 – seis meses apenas de transcorrido o I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras -, assinou o Aviso nº 492, mandando readmitir aos quadros da empresa todos os ex-empregados que tiveram

sua exclusão revista pela Comissão, mediante assinatura de novo contrato de trabalho, com todos os efeitos dessa readmissão a partir de 1º de setembro de 1985, em cargos e níveis salariais equivalentes àqueles que ocupavam à época da demissão.

A assinatura do Aviso 492 transcorreu na sede da Petrobras, em ato solene que contou com a presença do presidente Hélio Beltrão e várias autoridades governamentais, superintendentes e chefes de serviços da Petrobras, além de centenas de anistiados e seus familiares, num emocionante e festivo encontro. A Bahia, mais uma vez, se fez presente com uma delegação de anistiados acompanhados por suas respectivas esposas, composta por Claudemiro Calmon, Flordivaldo Dutra, Milton Oliveira, Acyr Lima, Luiz Caetano Souza Júnior, Brivaldo Bonfim e mais Ayrton Penna, Ayrton Penna Filho, Antonio Rocha Santana, Ailton Anthas, Milton Couto, Manoelito Costa, Hybernon Serra, Roberto Vieira, Jair de Brito, Raimundo Lapes, Crispim Hypólito, Salvador José de Souza, Rayjul Reis, Everaldo Soares Oliveira, Paulo Machado, Clinton Correia, Milton Carvalho Silva, Francisco Drumond Neto, Djalma Mattos, Walter Nogueira, Nilson Bahia, Reynaldo Costa - Mangabeira, Armando Itamar Pires, Pitagoras José Boursheid, Salvador Brito São José e Dilermano Teixeira Lima.

Estava consolidado o retorno dos anistiados à empresa, sendo este ato o segundo mais importante marco da história política dos anistiados da Petrobras, fruto da feliz ideia dos companheiros Mangabeira, Raimundo, Souza e Plínio em realizar o referido Encontro e do eficiente trabalho desenvolvido pelo grupo de apoio parlamentar, tendo à frente os deputados Mário Lima e José Machado Sobrinho, e pela nova direção da surgente Associação Nacional e suas Coordenadorias Regionais.

1986 – NOVAS CONQUISTAS

Em obediência ao regimento interno, em 26 de abril de 1986, foram realizadas eleições para escolha de nova diretoria e do conselho fiscal para o período de 1986/1987, sendo eleitos Emanuel da Silva Rêgo (presidente), Luiz

Jorge Gomes (1º vice-presidente), Amaury de Paiva Sabino (2º vice-presidente), Reynaldo Costa - Mangabeira (secretário) e Maurício Martin Courvisier (tesoureiro), tendo como suplentes Plínio Petersen Pereira, José Péricles do Couto Alves, Luciano Monteiro Campos, Carlos Cavalcante da Silva e Francisco Ariosto Holanda. Para o conselho fiscal, como titulares foram escolhidos Vivaldo Fernandes das Neves, Benedito Jacinto e Sinézio Resende Costa e, suplentes, Jair Brega Marcatti, Ubiracy Santos Feio e Raimundo Lopes. Essa nova diretoria, aliada às Coordenadorias Regionais, não se deixou acomodar com os resultados positivos até então conseguidos e prosseguiu em busca de novas conquistas.

Insistindo na prorrogação do prazo para exame da situação daqueles ainda não anistiados, o movimento dos anistiados conseguiu, junto a Dra. Cândida Maria Torres Bezerra de Melo, a constituição de uma comissão paritária, integrada por anistiados e representantes da Petrobras, que deu continuidade às análises, promovendo, assim, meios para anistiar, reintegrar e indenizar igualmente dezenas de retardatários. Comissão essa que funcionou até outubro de 1986, quando então todos os processos ainda pendentes foram avocados para o MME. A comissão contou com a participação dos companheiros Luciano Monteiro Campos, Reynaldo Costa - Mangabeira, Aristelio Travassos de Andrade, Plínio Petersen



*Jairo Farias,
Luciano
Campos,
Reynaldo Costa
e Raimundo
Lopes
encontram o
então ministro
da Previdência
Waldir Pires*



Delegação de anistiados baianos para o acompanhamento da elaboração da Lei 10.559/02, em Brasília, no ano de 2001

Pereira, José Péricles do Couto Alves e Maurício Martin Courvisier, representando os anistiados, e Marlene Gonçalves, Jayme Souza, Alfredo S. Tavares, Luiz Cláudio Silva, Thadeu Couto e Dalton Nazário, como representantes da Petrobras.

COMISSÃO NACIONAL

Abrindo outra frente de trabalho, a direção nacional dos anistiados criava comissão para tratar da aplicação da Emenda Constitucional nº 26/85, junto à Petrobras e ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A instância era integrada por Alan Rodrigues Brandão, Geraldo Silvino de Oliveira, Antonio Carlos Klaes Fontes, Nilton de Almeida Menezes, Jair Brega Marcat ti e Guilherme Bruno Lobo. Após várias gestões, em constantes reuniões naquele Ministério, foi possível ver aprovado o parecer CJ/MPAS nº 16/86, resultante da Carta-Conape datada de 06 de fevereiro de 1986, que solicitava a aplicação da referida emenda para:

- a) eliminação do teto para cálculo dos proventos da aposentadoria excepcional;
- b) considerar, para efeito de cálculos dos proventos dessa aposentadoria, as condições da aposentadoria especial para os que trabalhavam em

atividades consideradas penosas e insalubres, com exposição a gases tóxicos e ruídos excessivos;

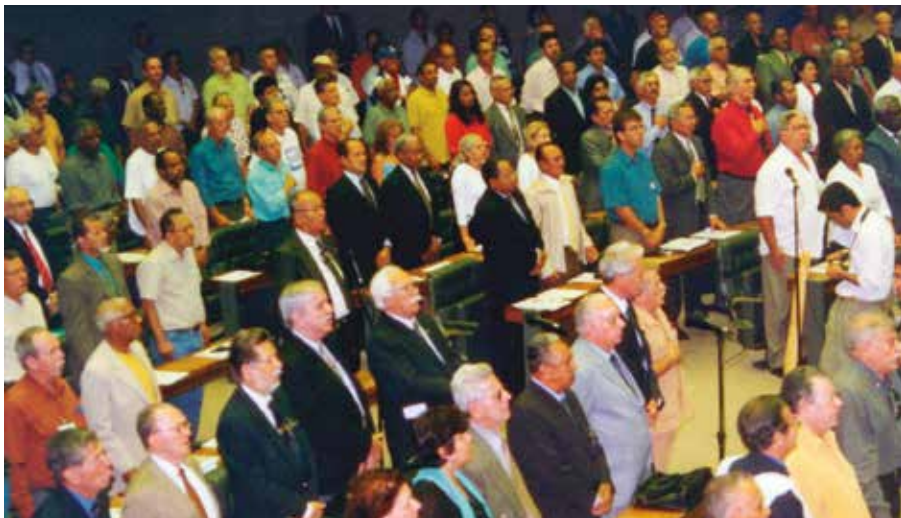
- c) integração aos proventos de todas as vantagens adicionais salariais, considerando o período de admissão do trabalhador anistiado até a vigência da referida EC-26/85.

O parecer CJ/MPAS - 16/86, da lavra do Dr. Diniz Justiniano de Santana, contou com a aprovação total do então consultor Jurídico do MPAS, Marcelo Cerqueira, e foi sancionado pelo ministro da Previdência Social, Rafael de Almeida Magalhães, em 30 de abril de 1986, que também fez editar portaria, em 27 de abril de 1987, e a PT/GM nº 3.989, determinando a revisão dos proventos de aposentadoria pelo INPS com efeitos a contar de 28 de novembro de 1985, regulamentada pela Ordem de Serviço INPS/SB - 052/34, de 03 de julho de 1987.

Ao mesmo tempo, o ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, expedia o Aviso nº 728/ 86, em 25 de novembro de 1986, destinado a disciplinar e regular a progressão salarial, promoção e contagem do tempo de serviço dos empregados anistiados da Petrobras, para cumprimento da Emenda Constitucional nº 26/85, o que foi regulamentado pela empresa, através da SEPES/CL - 510/86, de 19.12.86. Esta foi mais uma gran-



2001 – Reunião de anistiados com o então deputado federal Waldir Pires, na Câmara Federal, em Brasília



Sessão solene de aniversário da Anistia, em 1985, no plenário da Câmara Federal

de conquista alcançada pelos devotados dirigentes que estiveram à frente da Associação Nacional dos Anistiados da Petrobras até final de abril de 1987.

Foram, sem dúvidas, as duas primeiras diretorias da antiga Associação que conseguiram os melhores frutos para a grande família de petroleiros anistiados pela harmonia dos seus desempenhos, pautados que foram pelo equilíbrio emocional, pelo entendimento com as autoridades, pela competência no trato das questões e, principalmente, pela modéstia e humildade, isentas de vaidades pessoais, num trabalho de equipe junto a todos os coordenadores regionais, sem distinção ou dissensão.

1988 – O ANO DA IMPLOÇÃO

A partir de maio de 1987, após eleita e empossada sua terceira diretoria, a Associação continuou buscando melhorar a aplicação da EC-26/85 pela Petrobras que, apesar de ter obedecido ao determinado pelo Aviso Ministerial nº 728/86, o fez com algumas imperfeições.

Assim continuaram as negociações com a Comissão Especial de Anistia do Ministério de Minas e Energia, que resultaram na edição do Aviso nº 344/87, em 14 de julho de 1987, não aceito pela empresa, sob a alegação de já ter adotado todas as providências pertinentes a ela relativamente aos anistiados, tais como: readmissão de 599 anistiados; classificação dos mesmos em cargos e níveis salariais atualizados; pagamento de salários atrasados desde 1º de setembro de 1985; pagamento de 745 indenizações, incluindo os que não retornaram e os beneficiários dos falecidos e garantia de emprego de dois anos aos que retornaram, além da concessão de avanços salariais e contagem do adicional por tempo de serviço. Assim, a empresa anunciou que considerava cumpridas todas as etapas pertinentes ao Programa de Anistiados na Companhia, numa tentativa de fazer crer encerrados os estágios que envolveram condições e tentativas quanto aos direitos dos anistiados, o que foi feito através do documento Pres. 2312/87, de 18 de setembro de 1987.

Inconformados, os anistiados e sua direção nacional continuaram com os entendimentos, resultando na edição do Aviso nº 115/88, de 24 de março de 1988, também assinado pelo ministro Aureliano Chaves, concedendo progressão salarial horizontal ou promoção nas carreiras e cargos, contando o tempo desde a dispensa por punição até novembro de 1985, compensadas as progressões já concedidas pela aplicação dos Avisos 492/85, de 18 de outubro de 1985 e 728/86, de 25 de novembro de 1986.

Procedeu-se, em seguida, aos enquadramentos de cargo e nível, resultantes de alterações ocorridas no plano de cargos e salários da Companhia, com o mesmo critério adotado para os empregados que permaneceram na Empresa, somado, ainda, ao nível obtido, o número de níveis resultante da aplicação do critério de elevação correspondente a um (01) nível para cada interstício de 17,14 meses, percorrendo os empregados classificados, toda a faixa do cargo e, ultrapassado o topo dessa faixa, toda a faixa do cargo imediatamente superior e, assim, sucessivamente, sempre dentro da carreira, preceituando ainda a concessão de nova declaração salarial aos aposentados e aos beneficiários dos ex-empregados falecidos, para efeito de revi-

são de proventos junto ao INPS, considerando-se as progressões salariais e o Adicional por Tempo de Serviço até 27 de novembro de 1985.

Enquanto pela via política a nova direção da Associação buscava a negociação, no campo administrativo, infelizmente, as coisas eram bastante diferentes, chegando, inclusive, em junho de 1988, ao desmantelamento total da Associação pela má administração levada a efeito. Assim, a recente velha Associação Nacional dos Anistiados da Petrobras - Conape, melancolicamente, exauriu-se.

REATIVAÇÃO APÓS TRÊS ANOS

Por iniciativa dos abnegados militantes do movimento dos anistiados, Emanuel Rêgo, Carlos Olímpio e Arí Celestino, a Conape foi reativada em 1991, ocasião em que os anistiados da Bahia já não mais poderiam aderir a ela, face ao adiantado estágio em que se encontravam seus benefícios de aposentadoria e ou pensão, já adaptados à EC-26/85, e os demais questionamentos já acionados na Justiça Federal ou na Justiça Trabalhista. A desativação do movimento nas demais regionais fez com que lá permanecessem diversas pendências que, na Bahia, já estavam superadas.

A quebra do movimento, em 1988, foi enfrentada na Bahia através da fusão da antiga Conape-BA com a Astape-BA. Assim, a Regional Bahia continuou na luta por novas conquistas, sediada na Astape-BA, onde atuou até setembro de 1996.

ANOS DE CHUMBO

A partir de 1996, resolveu o INSS, mais uma vez, prejudicar os anistiados e seus beneficiários. Inicialmente, suprimiu o pagamento da Gratificação de Férias, parcela remuneratória que vinha sendo paga desde 1985, sem qualquer contestação, sendo, portanto, direito adquirido dos aposentados excep-

cionais, assegurada pelas sucessivas leis da anistia, Lei 6683/79, EC-26/85 e ADCT/CF 1988.

Acatando parecer da Procuradoria Geral de Benefícios do MPAS, a Diretoria do Seguro Social do INSS expediu o Memo-Circular 01.700. 12/113/ 95, encaminhando-o aos órgãos de execução, informando que não mais deveriam processar o pagamento da referida parcela componente da remuneração anual dos anistiados.

Várias negociações foram levadas a efeito à época pela Astape-BA e por outras associações, inclusive em audiência com o então ministro Reinhold Stephanes, para o restabelecimento do referido pagamento, sem, entretanto, lograr-se êxito.

Nessa ocasião, os anistiados da Bahia, através da sua Coordenadoria, tentaram negociar com a diretoria da Conape-RJ para a unificação das forças, sugerindo que a mesma voltasse a funcionar com suas Coordenadorias Regionais, que se constituiriam em entidades de âmbito estadual ou por regiões, independentes política e economicamente, passando a coordenação nacio-



1986 – Reunião da Comissão de Previdência da Câmara Federal com o deputado Paulo Paim

nal a ser exercida pela estadual ou regional, escolhida em congresso de representantes, anualmente, a exemplo do que ocorre com as associações de aposentados da Petrobras. A proposta, entretanto, infelizmente não foi aceita por aquela diretoria, como fica claro nos documentos aqui reproduzidos.

Salvador, 16 de maio de 1996

Ilustríssimos Senhores.
AYRIO SEMERARO
DD. Presidente da CONAPE e demais membros da sua Diretoria

Prezados Companheiros

Em 22 de março passado, a ASTAPE Coordenadoria de Anistiados tomou conhecimento de ofício do INSS/DSS, datado de 07 de dezembro de 95 enviado a PETROBRÁS/SEREC, com pareceres da PROCURADORIA GERAL/CONSULTORIA DE BENEFÍCIOS, datados respectivamente de 02 e 05 de outubro de 1995, em resposta a consulta formulada pela empresa em 29 de dezembro de 1994, a respeito do pagamento do valor relativo a GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS de empregados beneficiados pela Legislação de Anistia, face as dúvidas suscitadas por órgão do INSS em Porto Alegre/RS.

Embora em sua carta consulta a Petrobrás EVIDENCIE que o empregado anistiado faz jus ao pagamento da GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS conforme estabelecido pelo regulamento dos benefícios da Previdência Social, aprovado pelo decreto 611/92, em seus artigos 126, 127 e 136 e o contido no Sub-item 2.1.1 da Resolução n.º INPS/053.6, a Procuradoria Geral/Consultoria Jurídica de Benefícios do MPS/INSS, acolhendo despacho da Coordenadoria Geral de Benefícios e Parecer conclusivo da Coordenação Geral de Legislação, Normas e Regulamentação do Sistema Previdenciário, entende não ser devido aos aposentados por Anistia, entre outras as parcelas correspondentes a VALE REFEIÇÃO, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS, sugerindo que seja feita a consolidação das normas ora existentes abrangendo anistiados e ex-combatentes, visando criar uniformidade sobre o assunto.

Atenta aos assuntos inerentes a Anistia e entendendo que os argumentos utilizados nos citados pareceres além de inconsistentes conflitam com o estabelecido no artigo 8º do ADCT da Constituição Federal e com o regulamentado pelos decretos 357/91 e 611/92, esta Coordenadoria solicitou inicialmente parecer do assessor jurídico, realizando em seguida, Reunião de Assembléia no último dia 09, quando foi

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 1996

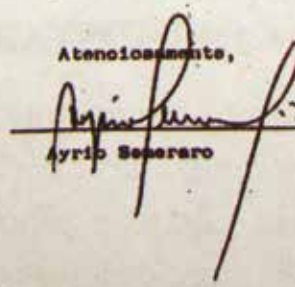
Prezado Companheiro Mangabeira,

Acusamos o recebimento de sua carta a qual passamos a responder:

Em reunião de diretoria de 29/05/96, não nos foi possível colocar em discussão a proposta apresentada pelo Companheiro, pois tivemos a votação do Regimento Interno, cujos debates nos tomou bastante tempo.

Apesar disto, sua carta foi lida para conhecimento dos presentes. Espero que o Companheiro entenda as dificuldades que estamos passando, principalmente as relacionadas a parte financeiras e, ainda mais, o processo político das reformas previdenciárias e administrativas do atual governo.

Finalizando, queremos dizer ao Companheiro que, em próximas reuniões, colocaremos sua proposta para apreciação dos membros da diretoria a fim de que, em breve, possamos lhe dar uma resposta definitiva.

Atenciosamente,

Ayrio Semeraro

O primeiro documento ao lado (pág. 28), reproduzido apenas em sua primeira página, fazia alusão às questões enfrentadas pelos anistiados à época e buscava a reestruturação das Coordenadorias Regionais

A carta (acima) remetia a uma resposta definitiva que seria dada posteriormente. Entretanto, nenhuma outra carta voltou a tratar do assunto

Considerando a especificidade dos assuntos inerentes aos anistiados necessitar de uma associação também específica e a não aceitação pela diretoria da Conape-RJ da proposta feita pela Coordenadoria da Bahia, resolveram os anistiados da Bahia em memorável assembléia realizada no dia 19 de setembro de 1996, fundar a Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais Empresas Estatais- **Abraspet**, da qual trataremos mais adiante.



Entrega do diploma de Sócio Benemérito da Abraspet ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves

CAPÍTULO 2

O nascimento de uma entidade de luta é sempre um acontecimento. E ser na Bahia tem uma importância ainda maior porque, como diz o ditado popular, o baiano não nasce, estreia. Pois foi com esse caráter de estreia, no qual há sempre muita expectativa, anseio e coragem, que nasceu a Abraspet, em assembleia convocada para tal. Já nesse momento indicava-se a opção democrática e participativa da entidade que viria capitanear a luta dos anistiados na Bahia, pela justa reparação e pela efetiva ação da Lei de Anistia, duramente conquistada em nosso País. Este capítulo apresenta os principais fatos que compunham a conjuntura em que surge a necessidade da criação da Abraspet Bahia.



Movimentação de anistiados em Brasília para o encontro com o presidente Lula, em 2003

ANISTIA E ASSOCIAÇÕES NA BAHIA

Os anistiados da Petrobras na Bahia sempre estiveram presentes na luta pela anistia. No início, os que aqui permaneceram buscaram ajuda, junto a alguns deputados independentes e pessoas influentes da política brasileira, para a reparação dos seus direitos de cidadãos e o fim da ditadura militar. Com a promulgação da Lei da Anistia Política – nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, intensificaram ainda mais suas ações, objetivando a concessão da declaração de anistia para todos os que foram punidos a partir de 1964. Muita luta aconteceu desde agosto de 1979. Foram intermináveis reuniões, viagens, conversações, solicitações e tentativas de localização de velhos companheiros.

Após a criação da Comissão Nacional dos Anistiados-da Petrobras e sua reestruturação, em junho de 1981 foi constituída a Conape - Bahia, tendo como coordenador o ex-deputado Mário Lima (cassado pelo golpe militar) que, administrando a entidade com paciência e devoção, conduziu os primeiros pedidos de anistia.



Petroleiros anistiados se manifestam em Brasília, em 1991, no aniversário da Lei 6.683/79

Mário viajava para levar documentação e tratar dos assuntos junto aos ministérios, em Brasília, e também com Leda Rezende Campello (Nina), no Rio de Janeiro, muitas vezes com recursos próprios, outras com o que era arrecadado pelo abnegado companheiro Raimundo Lopes, em sua pequena loja de material esportivo, ponto de encontro e até de reuniões, já que as diretorias dos Sindicatos de Petróleo negavam-se a apoiar e até mesmo a receber os anistiados. As condições financeiras da grande maioria dos companheiros, muitos desempregados ou subempregados, era precária, impossibilitando-os de arcar com qualquer novo ônus. Era realmente difícil esta jornada. Todavia, bravos e destemidos, não se deixaram abater pelas adversidades e sempre encontravam meios de continuar lutando pelos seus objetivos.

PRIMEIROS ATOS DE ANISTIA

Diante da insensibilidade do ministro das Minas e Energia da ditadura, César Cals, que se negava sumariamente em conceder anistia aos punidos por indicação da comissão de anistia daquele ministério e da subcomissão implantada pela Petrobras, resolveram os anistiados apelar para o Ministério do Trabalho, por meio do qual, a partir de junho de 1980, conseguiram os pri-

meiros atos de anistia exarados pelo então ministro Murilo Macedo, publicados no Diário Oficial da União.

Eram as primeiras conquistas dos anistiados baianos, agora sob a coordenação de Raimundo Lopes, face ao afastamento de Mário Lima para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados. Nessa fase, a luta continuou com toda força possível e, durante todo o ano de 1981, até meados de 1982, enquanto esteve à frente da Coordenação - BA, Raimundo conseguiu várias declarações de anistia. Entre julho e dezembro de 1982, Luciano Campos esteve à frente da Coordenadoria - BA, mas foi um período muito curto para produzir resultados. Além disso, as atribuições de Campos como advogado atuante dificultaram maior participação.

De Janeiro a setembro de 1983, Carlos Olímpio de Almeida Alves e Luiz Marcelo Bertolo Caffé assumiram a direção da Conape-BA, contando com o apoio dos companheiros Paulo Machado, Raimundo Lopes e Reynaldo Costa - Mangabeira, além da inestimável ajuda de Astério Costa, então presidente da Soape (mais tarde Sotape, hoje Astape-BA), que não mediu esforços para levar adiante essa inesgotável luta dos anistiados.

Através de Astério Costa, a partir de 83, os anistiados passaram a contar,



Petroleiros anistiados se manifestam em Brasília, em 1995

Festa anual da Abraspét, em 2001, com a presença do ex-ministro Aureliano Chaves



também, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo (Stiep), comandado por Milton Cecílio, onde passaram a ser realizadas as reuniões. Foi mais um período de intensa atuação com localização e cadastramento de muitos anistiados, viagens a Brasília, onde se tentava reverter a posição do MME.

Em outubro daquele ano de 1983, atendendo ao preceituado pelo regimento interno, ocorreu nova votação, sendo Raimundo Lopes reconduzido ao cargo de coordenador, para o período 1983/1984, auxiliado por Mangabeira e Roberto Vieira. Prosseguiu o trabalho iniciado na gestão anterior, culminando com a elaboração de um documento sobre a situação dos anistiados da Petrobras que, em 19 de outubro de 1984, foi entregue a Tancredo Neves, quando de sua visita a Salvador, já na qualidade de presidente da República, escolhido em pleito indireto pelo Colégio Eleitoral.

PERÍODO FRUTIFICANTE

Seguindo o regimento da Conape-BA, novas eleições viriam a ocorrer em dezembro de 1984, definindo o coordenador para o período 1984 - 1985, oportunidade em que foi eleito Reynaldo Hélio da Costa - Mangabeira, que designou os companheiros Raimundo Lopes, Hybemon Serra, Djalma Mattos e Luiz Marcelo Caffé para comporem uma comissão de apoio.

Este foi o período áureo da entidade, por coincidir com o advento da Nova República. Foi, sem dúvida, uma época bastante produtiva, com a coordenação colhendo importantes frutos a partir da obstinada e irreversível ideia de realização do I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras, o que acabou acontecendo, para o bem dos petroleiros, em abril de 1985, ainda que enfrentando resistência de alguns poucos opositores. Os detalhes desse assunto foram tratados no primeiro capítulo desta publicação.

Por ter sido seu idealizador, coube ao coordenador da Bahia, Mangabeira, a missão de também coordenar e presidir aquele grande Encontro, que deu início ao processo que culminou na indenização e no retorno à empresa de cerca de 780 petroleiros punidos pela nefasta ditadura imposta ao País no período de 1964 a 1985.

Ajudado pelos companheiros da Coordenadoria Regional, pelo presidente do Sindipetro-BA e toda sua diretoria, além do saudoso Plínio Petersen Pereira, e Valdovino Souza Almeida, Mangabeira viu não só realizada a sua ideia, mas, principalmente, elevado seu conceito e a sua credibilidade junto aos anistiados de todo o Brasil, sendo assim reeleito para o período 1985/1986, continuando a caminhada pela vitória dos anistiados, anistiandos e suas famílias.

Escolhido para compor a Comissão de Anistia da Petrobras, em fevereiro de 1986, e tendo que permanecer no Rio de Janeiro, Mangabeira indicou



Encontro Regional em Defesa dos Anistiados, em Volta Redonda(RJ), 2001

o companheiro Raimundo Lopes para substituí-lo, o qual foi eleito por unanimidade para coordenar as atividades da velha Conape-BA, o que fez até dezembro de 1987, com total dedicação mesmo com o desempenho das suas atividades na Rlam, para onde retomou.

Em janeiro de 1988, Mangabeira volta a ser eleito para a Coordenação da Bahia. Nessa sua terceira gestão, tendo em vista a desativação da Associação Nacional dos Anistiados da Petrobras - Conape, após conseguir a unanimidade dos anistiados reunidos em assembleia, procedeu a fusão da Conape-BA com Astape-BA, em atenção às solicitações do companheiro Astério Costa, face a todos os anistiados serem considerados aposentados e por ser aquela uma entidade de aposentados do Sistema Petrobras, com personalidade jurídica, legalmente constituída. A partir de agosto daquele ano, foi finalmente realizada a fusão. Na nova estrutura, Mangabeira assumiu, inicialmente, como coordenador para Assuntos de Anistia e, posteriormente, como diretor de Previdência, onde os assuntos de anistia continuaram a ser tratados até setembro de 1996.



Seminário do Sindipetro, em Aracajú (SE), em 1984



2003 – Encontro de Anistiados em Brasília

1996 – NASCE A ABRASPET

No final de 1996, o então diretor de Previdência da Astape-BA, Reynaldo Costa - Mangabeira, decidiu que não mais concorreria às eleições daquela entidade – decisão esclarecida em assembleia geral de 9 de maio de 1996 -, e não encontrou quem o quisesse substituir no cargo. Avaliava, entretanto, que a luta em defesa dos anistiados e anistiandos deveria continuar, especialmente porque enfrentavam ainda as graves medidas adotadas pelo MPAS/INSS, iniciadas com a subtração do pagamento da parcela remuneratória referente à Gratificação de Férias (que vinha sendo paga há mais de dez anos).

Frente à negativa da diretoria da Conape/RJ para regionalização da associação, em agosto de 96, Mangabeira formulou uma carta em que expunha a conjuntura da luta aos anistiados e seus beneficiários, anexada a uma folha de pesquisa consultando-os sobre a possibilidade de reativação da Conape - Bahia ou criação de associação com nova denominação. A pesquisa, também, pedia sugestões sobre o valor a ser fixado para as contribuições mensais e o local de instalação da sede, e acompanhava estudos preliminares e estimativos de receita e despesas. A resposta foi imediata e unânime pela criação de

ABRASPET / NOTÍCIAS

ANO I

NOVEMBRO/1996

N.º 01

ASSEMBLÉIA GERAL APROVA FORMAÇÃO DA ABRASPET

Reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de setembro último, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos em Nazaré Salvador/BA, os anistiados do Sistema Petrobrás na Bahia, apoiados pelos também anistiados do Sistema nos Estados do Amazonas, Sergipe, Ceará e Mauá/SP, além de anistiados do Banco do Brasil e do BNB, decidiram pela criação da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e Demais Empresas Estatais - ABRASPET, em votação democrática e consensual, numa demonstração de unidade em defesa dos seus direitos.

Na ocasião foi também aprovado o ESTATUTO, bem como a taxa de contribuição mensal estipulada em 2% (dois por cento), além dos nomes da sua primeira Diretoria, para o biênio 96/98, composta pelos anistiados: Reynaldo Hélio da Costa (Mangabeira) - Presidente; Raimundo Lopes - Vice-Presidente; Murilo José Guedes Cabral - Secretário; Antônio da Rocha Santana - 2º Secretário e Nilo Calazans de Menezes Filho - Tesoureiro. Os suplentes escolhidos foram: Astério Caetano Costa, Hybernon de Oliveira Serra, Inocencio Ramos, Rayjul Costa dos Reis e João Evangelista de Souza Guerra, ficando o Conselho Fiscal composto por José Waldemiro de Santana, José Augusto Ornellas da Cruz e José Carlos Montes como membros titulares e como suplentes Silvestre Alves Bastos, Lydio Andrade de Souza e Francisco Luiz da Costa Drumond Neto.

Sua legalização já se encontra em tramitação junto aos órgãos competentes e o seu funcionamento se dará inicialmente na sede da ASTAPE, situada na rua Boulevard América, n.º 57 - Jardim Baiano/Nazaré.

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

Em decorrência dos Pareceres da Coordenação de Legislação Específica e da Consultoria Geral de Benefícios do MPAS/INSS, já amplamente divulgados, em outubro último

não mais foi creditado o valor correspondente a gratificação de férias aos anistiados e pensionistas.

Tratando-se de parcela integrante da remuneração global dos empregados da Petrobrás, por força de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre os Sindicatos e a Empresa e, por estãr garantido aos anistiados "a remuneração a que teriam direito se estivessem em serviço ativo" (art. 8º do ADCT/CF-88, Lei 8.213/91 e Decreto n.º 611/92) essa parcela, devida a partir de 1985, cujo pagamento só foi efetuado após a revisão dos benefícios autorizada pela Portaria n.º 3.989 de 27.04.87, do Ministro da Previdência e Assistência Social, no final do ano de 1988 abrangendo aquele período em atraso e continuou, normalmente, sendo creditada anualmente nos meses de outubro até 1995.

Decorrido esses dez anos de aparente tranqüilidade no recebimento das cotas mensais indenizatórias pagas pela União, como forma de minorar as injustiças causadas àqueles que no passado sofreram execráveis punições impostas pelo governo militar da época, surgem agora, Setores do MPAS/INSS, alegando não ser devida aos aposentados por Anistia a referida parcela de gratificação de férias.

Tentando uma solução administrativa, os companheiros Reynaldo H. Costa (Mangabeira) e Astério Caetano Costa, representantes da ABRASPET/ASTAPE-BA, Geraldo Silvino de Oliveira - Coordenador dos anistiados de Santos-Cubatão/SP, Vivaldo Fernandes das Neves - Coordenador dos anistiados do Amazonas e Mário Soares Lima - representante dos anistiados em Brasília, estiveram no dia 23 de outubro passado, com o Ministro da Previdência Social, Dr. Reinold Stephanes, em audiência conseguida pelo Deputado João Almeida, Presidente do PMDB/BA, ocasião em que lhe fizeram entrega de documento elaborado pela Coordenadoria de Anistiados da Bahia, ilustrativo do direito ao recebimento dos valores correspondentes a referida parcela, tendo o Sr. Ministro assegurado que recomendaria à Consultoria Jurídica, o reexame da matéria. Esperamos que isso ocorra no mais curto tempo possível para o pronto restabelecimento do devido pagamento.

Paralelamente, a Diretoria da ABRASPET está tomando providências para ingressar na Justiça Federal



Descerramento da placa em homenagem a Oswaldo Marques, que dá nome à sede da Abraspét, quando da sua inauguração, em 1999, no Centro Empresarial Iguatemi

nova associação, com localização no trecho do Iguatemi e contribuição mensal de 2% (dois por cento) sobre a remuneração dos associados.

Em face da coesão verificada, uma assembleia geral extraordinária dos anistiados foi realizada no dia 19 de setembro de 1996, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, com o fim específico de discutir e deliberar sobre a criação da associação representativa dos anistiados do sistema estatal, ocasião em que foi aprovada, por unanimidade e por aclamação dos 53 anistiados presentes, a fundação da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais Empresas Estatais - **Abraspét**, sendo aprovado, de imediato, o Estatuto, definidas as mensalidades em até dois por cento (2%) da remuneração percebida pelo associado e eleita a sua primeira diretoria para o biênio 1996/1998.

A primeira gestão foi composta pelos seguintes nomes

- **Presidente** – Reynaldo Hélio da Costa - Mangabeira
- **Vice-presidente** – Raimundo Lopes
- **Secretário** – Murilo José Guedes Cabral
- **2º Secretário** – Antônio da Rocha Santana
- **Tesoureiro** – Nilo Calazans de Menezes Filho
- **Suplentes** – Astério Caetano Costa, Hybernon de Oliveira Serra, Inocencio Ramos, Rayjul Costa dos Reis e João Evangelista de Souza Guerra
- **Conselho Fiscal** – José Waldemiro de Santana, José Augusto Ornellas

O informativo Abraspét Notícias número 1, de novembro de 1996, noticiava a criação da Abraspét, que foi aprovada em assembleia, no dia 19 de setembro daquele ano

ABRASPET - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ANISTIADOS POLÍTICOS DO SISTEMA PETROBRÁS E DEMAIS EMPRESAS ESTATAIS
Endereço : Av. Tancredo Neves, 274, Bl. A, Sala 606 - Centro Empresarial Iguatemi - Pituba - Salvador/BA
CEP: 41826-900 Telefax : (071) 359-7383

ABRASPET / NOTÍCIAS

ANO I

AGOSTO/97

Nº 03

GOVERNO E INSS PREJUDICAM ANISTIADOS

O governo Neo-liberal de FHC impõe nova punição aos anistiados e seus pensionistas, com a sanção do Decreto nº 2.172/97, que entre outras medidas punitivas, faz retroagir a data do início do benefício-DIB da aposentadoria, cassa as promoções na inatividade, restringe o adicional por tempo de serviço-ATS e atrela os reajustes das aposentadorias/pensões aos índices do INSS para os beneficiários de prestação continuada, excluindo os reajustes das categorias profissionais como preceituavam os Decretos n/s 357/91 e 611/92.

O famigerado Decreto nº 2.172/97, de 05.03.97, regulamentar do Plano de Benefícios da Previdência Social prejudica substancialmente o anistiado e aos seus pensionistas tanto na contagem do tempo para obtenção do coeficiente de cálculo, quanto as promoções na inatividade e reajuste pela categoria profissional, naturalmente maior que o estipulado para as aposentadorias comuns contrariando assim a Constituição em vigor.

Seguindo essa linha de entendimento, os neo-nazistas burocratas do MPAS/INSS, comandados por um professor de educação física - que chefa a Divisão de Normas e Legislações Específicas, cujo cargo em países de governo sério é privativo de bacharel em Direito, sob a alegação de que estão cumprindo ordens superiores, arvoram-se em legisladores editando sucessivas Circulares, Portarias, Orientações Normativas e Ordens de Serviço com o firme propósito de não só prejudicar, mas também torturar mentalmente aposentados por anistia e/ou seus pensionistas cujos benefícios são resultantes de Legislação Específica e Excepcional anterior e mais benéfica e com base na qual vêm percebendo seus proventos que são de caráter indenizatório ou reparador, há mais de doze anos.

As alterações introduzidas pelas Ordens de Serviço n/s 561, 568 e 569, além de agredirem

descaradamente a Constituição Federal, desrespeitam o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e a hierarquia, subvertendo a ordem e causando pânico, ansiedade, angústia e desespero a pessoas de idade avançada, já sofridas e torturadas por atos de violência efetuados pela ditadura militar há três décadas atrás.

Pelo andar de carruagem, tudo faz crer que retroajamos ao tempo dos famigerados e abominantes Atos Institucionais que tantos males nos causaram e que imaginávamos banidos da vida nacional, principalmente quando o governo federal é ocupado por um ex-exilado político hoje anistiado e que se diz democrata. Por entender que tais dispositivos ferem todos os direitos previstos nas normas legais, a Diretoria da ABRASPET está adotando as medidas necessárias a manutenção das parcelas consideradas pelo INSS como indevidas. Nesse sentido, foram realizadas de abril até a presente data, quatro viagens a Brasília onde os companheiros Mangabeira e Luciano, acompanhados do também companheiro Astério representante da ASTAPE / BA, sempre por intermédio do Deputado Luciano Zica, foram recebidos em audiências pelo Consultor Jurídico do MPAS, Dr. José Bonifácio Borges de Andrada, para tratarem da questão, ocasião em que fizeram entrega de documentos expositivos, narrando com detalhes o que legalmente nos é devido.

Vale registrar que o Dr. Bonifácio tem se mostrado bastante sensível e interessado em se não reverter de todos os efeitos prejudiciais das malsinadas medidas, pelo menos minimizar os seus danos.

A Diretoria da ABRASPET espera continuar contando com a sua compreensão e a sua disposição para uma solução que seja favorável aos anistiados.

do transformarem suas aposentadorias comuns em excepcional de anistiado, tiveram suspenso seus benefícios.

Segundo a Diretoria da PETROS o assunto continua em análise pelo seu Departamento Jurídico que nesses dois anos ainda não chegou a qualquer conclusão. A ABRASPET continuará buscando uma solução definitiva e favorável para seus associados quando da realização de nova reunião com a PETROS, a ser definida pela sua Diretoria.

ABRASPET CONSOLIDADA

Passada a fase preparatória para sua legalização - inscrição no CGC/MF e registro em Cartório Civil das Pessoas jurídicas - a ABRASPET consolida-se como associação aglutinativa dos anistiados políticos dos sistemas PETROBRÁS e ESTATAL.

Superando as expectativas iniciais, seu quadro associativo conta com 198 afiliados entre anistiados e pensionistas pertencentes a PETROBRÁS, BANCO DO BRASIL, BANCO DO NORDESTE DO BRASIL e CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

É a consolidação total da ABRASPET que apesar do inconformismo de alguns pessimistas, nasce forte para enfrentar a luta pela manutenção dos direitos dos anistiados e combater os ditadores de plantão.

O informativo Abraspert Notícias número 3, de agosto de 1997, denunciava as articulações do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e do INSS em prejuízo dos anistiados

Com menos de um ano de sua fundação, a Abraspert já estabelecia convênio médico para seus associados e familiares com a clínica Previna. Neste mesmo informativo, a diretoria anunciava que a entidade estava consolidada

da Cruz e José Carlos Montes, além dos suplentes Silvestre Alves Bastos, Lydio Andrade de Souza e Francisco Luiz da Costa Drumond Neto.

Apesar de criada em 19 de setembro de 1996, a **Abraspet** só veio a se instalar oficialmente em abril de 1997, após sua regularização no cartório do Registro Civil de Pessoa Jurídica do 1º Ofício da Comarca de Salvador, junto à Receita Federal, e devido à permanência de Mangabeira na diretoria da Astape, cumprindo mandato até março de 97. A arrecadação das mensalidades, por falha da Petros, só teve início a partir de maio de 1997.

Logo no início de sua vitoriosa trajetória, a **Abraspet** garantiu a manutenção das parcelas correspondentes aos adicionais de periculosidade e VP/DL-1971, que vinham sendo questionadas pelo INSS, numa luta travada juntamente com o deputado federal Luciano Zica e o Sindipetro de Campinas.

Foi intensa a luta nesse período, com seguidas viagens a Brasília dos companheiros Mangabeira, Luciano e Astério, para defender a manutenção dos direitos sempre ameaçados pelo MPAS/INSS, em reuniões cansativas com a Consultoria Geral do MPAS e com a chefia da Divisão de Normas e Legislação Específica do INSS.

Aliada à luta administrativa, buscava-se o apoio de parlamentares no Congresso. O governo, a cada dia, aplicava novas medidas contrárias aos anis-

tiados, mas nada disso impediu que a direção da já consolidada **Abraspet** continuasse na sua caminhada de luta, de maneira competente, transparente e devotada, em busca dos ideais da anistia.

Em agosto de 1998, ou seja, no período de apenas quinze meses de arrecadação, foi adquirida a sede própria da entidade, composta de duas salas no Condomínio do Centro Empresarial Iguatemi, uma das melhores localizações de Salvador, com toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das suas atividades, perseguindo sempre o melhor atendimento e maior assistência aos associados e anistiados em geral, além de maior intercâmbio com associações e sindicatos.

A Casa Oswaldo Marques, como é denominada a sede da **Abraspet**, numa justíssima homenagem ao grande e íntegro sindicalista e companheiro dos anistiados, é espaço aberto a anistiados, não anistiados, aposentados, pensionistas, amigos, associações, sindicatos, autoridades, instituições governamentais, políticas, estudantis, enfim, a todos, sem distinção de qualquer espécie, já que este é o seu lema.

Em outubro daquele ano, ocorrem eleições, quando foi reconduzido à presidência Reynaldo Costa (Mangabeira).



Solenidade de inauguração da sede da Abraspet, no Centro Empresarial Iguatemi, em 1999



Em fevereiro de 1979, no ato pela anistia já tinham chegado aos campos de futebol, com jôgo contra o Santos, torcedores do Corinthians abrem uma faixa pedindo anistia ampla, geral e irrestrita.

ABRASPET / NOTÍCIAS

Ano II

Fevereiro/1998

nº 04

MUITOS FATOS, UMA SÓ CERTEZA:

ABRASPET FIRME NA LUTA

O governo de **el-rei** preparou para os anistiados um rol de medidas estapafúrdias através do MPAS/INSS. Com o firme propósito de suprimir valores dos proventos das aposentadorias e pensões por anistia, benefícios esses indenizatórios, cujo ônus é de responsabilidade exclusiva da União e não do INSS como quer fazer parecer o ministro da Previdência e seus seguidores, foram emitidas ordens de serviço, orientações normativas, notas administrativas etc., todas visando a supressão de parcelas componentes da renda mensal dos respectivos beneficiários, pagas em obediência ao determinado pela Emenda Constitucional nº 26, de 27/11/85.

A partir de março de 97, com a edição da O.S. 561, começamos a viver momentos de apreensão, de incertezas e até de desespero. A mencionada Ordem de Serviço, eliminava o pagamento de todas as parcelas correspondentes aos adicionais incorporados ao salário básico. Começou aí nossa peregrinação à Brasília, na tentativa de mostrar às autoridades o porque da percepção dos mesmos por todos esses anos. Outras ordens de serviço foram publicadas, a exemplo das 568 e 569, além da O.N. 04, todas alterando artigos das anteriormente editadas numa sequência esdrúxula de desacerção e crueldade da equipe montada naquele ministério para tal finalidade. Nas nossas idas à



Brasília, estivemos com deputados, senadores, consultor jurídico do MPAS, secretário de Direitos Humanos, secretário particular do presidente da República etc., mostrando com documentos a autenticidade dos nossos direitos.

Foram ao todo sete viagens à Capital Federal, sempre visando a manutenção do "status quo" do benefício, nos obrigando a trabalhar arduamente, causando-nos estafa, cansaço, desânimo, enfim a apreensão natural desses casos: Por vezes, pensávamos estar capitulando. E o medo de capitular nos estimulava a lutar, a redobrar nossas forças e continuar buscando a melhor solução. E isso foi possível ainda que parcialmente. Inicialmente ficou mantida a parcela correspondente a Periculosidade/Insalubridade. A seguir veio a manutenção da parcela referente à PL. Essa duas resoluções vieram administrativamente, através da nossa luta em conjunto com o **deputado Luciano Zica (PT-SP)** e com o **SINDIPETRO - Mauá**, que não pouparam esforços na defesa dos direitos dos anistiados. Ainda estamos lutando para que 5 de outubro de 1988 seja

reconhecida como a data de início do benefício conforme assegura o artigo 8º do ADCT da Constituição Federal. Estamos aguardando resposta da Consultoria Jurídica do MPAS à carta enviada pela ABRASPET em 03 de dezembro de 97, contendo feita documentação judicial sobre o assunto.

Na esfera judicial, foram impetradas ações ordinárias de antecipação de tutela pela manutenção do estado atual dos benefícios e da gratificação de férias, essa última já contando com sentenças de mérito.

Ingressamos ainda com Mandado de Segurança obtendo liminar que mantém o benefício no seu estado original.

Assim foi 1997. Se por um lado tivemos aborrecimentos, apreensões, estafa, medo e desespero, por outro, conseguimos algumas vitórias que nos deixaram mais esperançosos de que as injustiças não prevalecerão e que a paz voltará a reinar para a grande família dos anistiados.

Que Deus nos abençoe e nos proteja dos inimigos gratuitos durante 1998 e todos os demais anos de nossas vidas.

EDITORIAL

O ano de 1997 não foi dos melhores para o brasileiro. O Congresso Nacional deixou-se dominar pela febre das privatizações impostas pela globalização praticada pelo presidente da República, transformando-se num grande balcão de negócios, entregando ao capital estrangeiro empresas do porte da Cia. Vale do Rio Doce e das companhias energéticas estaduais, quebrando o monopólio estatal do petróleo, sucateando a Petrobrás, a Eletrobrás e preparando ainda a queda da Telebrás e a entrega das "Teles" e de todo o sistema estatal, além da Amazônia, constantemente agredida.

O povo brasileiro não consegue entender como um governante que em passado recente se dizia socialista, defensor da soberania do país e político combativo, possa hoje personificar o capitalismo selvagem, o entreguismo açodado e inconseqüente com a maior cara-de-pau já vista em toda a nossa história política.

Somos recordistas mundiais do desemprego, da fome, da miséria, da insegurança pública, da deseducação e das doenças. Não dispomos de hospitais, de escolas, de postos de trabalho, de segurança e de tranquilidade e nem mesmo de um sistema penitenciário condigno. Somos vítimas da indiferença e do desrespeito dos governantes e dos políticos que, vaidosos, esquecem rapidamente dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e relegam o país e o povo logo após saborearem o gosto da eleição, enebriando-se com o poder. **Poder que pode tudo, que vale tudo**, desde a compra e venda de votos, até o entreguismo deslavado das riquezas e do patrimônio da nação. A imunidade e a impunidade assegurada aos maus políticos são os fatores decisivos para a corrupção, para as negociatas, para as composições espúrias realizadas no Executivo e no Legislativo com o beneplácito do Judiciário.

Esquecendo o compromisso assumido durante sua campanha, o presidente da República e sua equipe, vêm sistematicamente prejudicando o trabalhador. Quebrou o sistema sindical relegando as entidades classistas a meras arrecadadoras de contribuições, sem poderes de negociação. Implantou o desemprego em massa diminuindo sensivelmente os postos de trabalho, demitindo servidores públicos, suprimindo direitos adquiridos ao longo dos anos, proporcionando demissões também nas empresas estatais e privadas. Rasgou a Consolidação das Leis Trabalhistas. Rasgou e rasga a todo instante a Constituição Federal. Corta direitos dos aposentados. Altera datas-base de reajuste, pratica, enfim, todos os atos discricionários e perversos contra os que produzem ou já produziram para o engrandecimento do Brasil com a maior indiferença, com a maior insensibilidade, com a maior certeza de que nada lhe acontecerá e com toda a certeza de que satisfaz as exigências da globalização, do seu ego, da sua vaidade e da sua disposição do poder. **Poder que corrompe. Poder que mata. Poder que aniquila.**

ASSOCIAÇÃO AMPLIA ASSISTÊNCIA MÉDICA

No sentido de implementar cada vez mais o programa de assistência médica para os dependentes de seus associados, a ABRASPET firmou convênio com a CLIFOR - Clínica de Fisioterapia Ortopédica e Reumatológica Ltda., que oferece atendimentos especializados no campo da fisioterapia, incluindo mecanoterapia, eletroterapia, massagem terapêutica, técnicas para o manejo da dor, além de orientação postural para o trabalho e outras atividades.

A CLIFOR fica na Federação, rua Caetano Moura, 152 (em frente a Faculdade de Arquitetura da UFBA), o telefone é 247-4062. Os atendimentos serão realizados nos mesmos moldes do convênio firmado com a Previna, conforme foi informado no "ABRASPET-NOTÍCIAS" nº 03.

É isso aí, estamos trabalhando para fazer uma associação cada vez melhor.

EXPEDIENTE

Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e Demais Empresas Estatais - ABRASPET. Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, Bl.A, sala 606 - Centro Empresarial Igatemi, Pituba, Salvador-Ba., telefaxes: (071) 359-7385. Edição: May 3a (MFB, 1164), tiragem: 500 exemplares. Edição fechada em 27/02/98. Todas as matérias publicadas são de inteira responsabilidade da diretoria da Associação. Distribuição gratuita.

ABRASPET-NOTÍCIAS

O informativo Abraspet Notícias número 4, de fevereiro de 1998, destacava a luta da Abraspet na Justiça e no âmbito político pela preservação dos direitos dos anistiados

O projeto neoliberal do governo FHC, resultando na crescente onda de privatizações que entregava as empresas brasileiras ao capital internacional e desmontava as estatais, foi o tema do editorial

LIMINAR SUSPENDE MEDIDAS DO INSS



O Dr. Salomão Viana, juiz da 4ª Vara da Justiça Federal Seção Judiciária da Bahia, concedeu liminar ao Mandado de Segurança impetrado pela ABRASPET em conjunto com ASTAPE/BA, suspendendo os efeitos das últimas Ordens de Serviço do INSS, que visam reduzir os valores dos proventos da aposentadoria excepcional por anistia. Numa prova inequívoca de inteira justiça aquele magistrado decidiu pela manutenção do estado atual dos benefícios até o julgamento do mérito.

Esta foi a segunda vitória conquistada pelos anistiados e seus beneficiários pensionistas, contra as medidas ilegais e inconstitucionais criadas pela burocracia arcaica e revanchista da Diretoria Geral do INSS através da Divisão de Legislação e Normas Específicas. A primeira foi obtida quando da manutenção da parcela referente a periculosidade.

ANISTIADOS 1983

SUPLEMENTAÇÃO PETROS

Em reunião realizada na sede da PETROS no Rio de Janeiro, em 04 de novembro de 97, entre a ABRASPET, a ASTAPE/BA e a Diretoria daquela Fundação, além de vários outros assuntos foi tratado também o problema de pagamento da Suplementação PETROS para os anistiados MB's, e do pagamento dos valores correspondentes ao período 1988 a 1995, autorizados pelo INSS e que até o momento a PETROS não solucionou. Após longa exposição da situação o Dr. Avival Panisset, Gerente de Benefícios, solicitou que as entidades e seus associados aguardassem por cerca de trinta dias a conclusão de novo parecer sobre a questão.

Terminado esse prazo sem qualquer resolução, a ABRASPET por seu presidente, voltou a se reunir com o Diretor de Benefícios da PETROS, Dr. Sérgio Teixeira no último dia 05 de fevereiro, tentando mais uma vez encontrar uma solução definitiva para o caso. Dr. Sérgio informou que o parecer da AJUR deve ser concluído nos próximos quinze dias, ocasião em que nos será transmitido oficialmente.

Nosso pedido foi para que a Diretoria da PETROS adote medidas urgentes e imediatas para que essa conclusão seja acelerada para dirimir de vez a pendência que já dura por três anos.

MANTIDA A VP/DL-1971/82 OU PL

Reanalizando o despacho da Divisão de Legislação e Normas Específicas da Diretoria Geral do INSS, que considerava indevida a parcela correspondente a antiga PL, hoje denominada de VP/DL-1971/82, integrante da remuneração dos anistiados e pensionistas a Consultoria Jurídica do MPAS, a pedido do Deputado Luciano Zica e do SINDIPETRO/MAUÁ/SP, concluiu através da Nota CJ/nº 439/97, aprovada pelo Ministro da Previdência Social,

pela sua incorporação aos proventos de aposentadoria/pensão excepcional, reconhecendo tratar-se de adicional nominalmente identificado como vantagem pessoal duodecimada e devida aos anistiados.

Esta foi a 3ª vitória dos anistiados sobre aqueles que vem tentando denegrir a nossa categoria e reduzir nossa renda mensal de forma ilegal, inconstitucional e até imoral.

Nossos agradecimentos ao SINDIPETRO/MAUÁ/SP pelo brilhante serviço prestado a família petroleira de anistiados em defesa dos seus legítimos direitos.

Nossos agradecimentos também, e de forma especial, ao valoroso Deputado Luciano Zica pelo trabalho desenvolvido não só em prol da manutenção dos direitos dos anistiados como também pelo belo e útil trabalho que vem desenvolvendo no Congresso Nacional em defesa do Brasil e do seu povo.

PENSÃO VIÚVA

Nas reuniões ocorridas na PETROS/RJ, foi tratado também o problema do pagamento das Pensões a partir da Lei 9032, de 28 de abril de 1995, que por teimosia do Chefe do Setor de Manutenção de Benefícios daquela Fundação, vêm sendo pagas a razão de 90% do salário de benefício do segurado em flagrante desrespeito àquela norma legal que estabelece o pagamento de 100%. Segundo o Diretor de Benefícios, providências serão tomadas para regularização dos valores com o pagamento previsto para os próximos dois meses.

O PRESIDENTE E SEUS VAGABUNDOS



Arrotando toda a sua ira com a aprovação do DVS que derrubou a idade limite para aposentadoria como pretendia, o Sr. Presidente da República, usando de uma linguagem grosseira e deselegante, classificou aqueles que se aposentaram ou estão se aposentando com menos de 50 anos de idade de "vagabundos", esquecendo-se que ele próprio aposentou-se aos 37 anos de idade como professor da PUC, recebendo proventos que atualmente chegam a R\$5.500,00. Esqueceu também que vários dos seus correligionários e amigos políticos, a exemplo de Reinhold Stephanes, Mário Covas, Aloisio Nunes, entre outros, aposentaram-se com menos de 50 anos. Chamar de "vagabundos" trabalhadores que iniciaram suas carreiras profissionais logo cedo, aos 15 ou 16 anos, ou aos que trabalharam em ambientes insalubres, expostos a intempéries, gases tóxicos, ruídos excessivos etc., cujas aposentadorias são concedidas por lei, aos 15, 20 ou 25 anos de atividade e, portanto, em sua maioria contavam no ato da concessão com menos de 50 anos, deixa claro e transparente que o

nosso El-Rey desconhece o que seja trabalho, o que seja situação consolidada. Ao que nos parece, o sociólogo-presidente teve e tem a sorte de não trabalhar duro, de não acordar na madrugada, pegar dois ou mais meios de transporte para chegar ao local de trabalho; de não ter começado sua vida profissional mais cedo, de viver em berço esplêndido. Acorda FHC, vagabundos existem, mas não são os trabalhadores e servidores públicos, pessoas dignas que deram suas vidas trabalhando para o progresso e en-

grandecimento do país. Os vagabundos existentes estão aí, no Planalto mesmo! São aqueles que se vendem, que vendem suas consciências, que por qualquer preço trocam seus votos, que entregam as riquezas da nação em troca de poder e de notoriedade. Esses sim, Sr. Presidente, são os verdadeiros vagabundos.

REFERENDADO PEDIDO DA ABAP

A III Conferência Nacional dos Direitos Humanos da Câmara de Deputados, realizada nos dias 13, 14 e 15 de maio, referendou a proposta da ABAP - Associação Brasileira dos Anistiados Políticos, de formação de GRUPO DE TRABALHO, para revisão e consolidação da legislação da Anistia, inclusive das recentes medidas praticadas pelo INSS.

Novas reuniões serão realizadas, oportunidade em que a direção da ABRASPET se fará presente, atendendo convite formulado pelo deputado Eraldo Trindade (PPB-AP), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados.

Também as vitórias se transformavam em notícias nas páginas do informativo nº 4

O informativo Abraspét Notícias número 5, de junho/julho de 1998, criticou o ataque do presidente FHC aos aposentados e apontou as contradições daquele governo

PREPOTÊNCIA, DESTEMPERO & DESESPERO

Professor, sociólogo, intelectual, poliglota, político considerado de esquerda em passado recente, senador, ex-ministro, o presidente da República foi por um brevíssimo tempo depositário da esperança dos que nele votaram e acreditavam no seu passado respaldado em um ideário social, e que nas suas visões o credenciava como o mais legítimo ocupante da Presidência. Infelizmente, porém, o que estamos a presenciar a cada novo dia é que a atuação de FHC tem se mostrado muito aquém do que se exige de um bom executivo ou de um hábil político.

A sua prepotência mesclada com destempero tem evoluído para o desespero. Não raro, após empossado no mais alto cargo da administração, tem cometido uma série de episódios grosseiros e desleigos, descredenciando-se junto ao povo. Fazemos uma retrospectiva dos devaneios do sorbonneano-presidente. Tudo começou com a famosa frase "esqueçam tudo que falei antes", prosseguindo com o não menos interessante "nhenhênem". Em seguida foi a vez de chamar os brasileiros de "caipiras" e, algum tempo depois, sem qualquer cerimônia e respeito aos dirigentes nordestinos, assegurou que muitos deles "não tinham vergonha na cara".

Prosseguindo seu rosário de prepotência e destempero, afirmou que "éramos um país de neobobos, neoburros e neoidiotas".

Dias depois tachou o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, de "ignorante" e pediu a prisão dos bispos e religiosos que defendem os famintos no Nordeste flagelados pela seca. Mais adiante classificou de "idiota" um jovem adolescente de 16 anos que em um programa de televisão lhe dirigiu uma pergunta interessante, porém incômoda.

E não parou por aí. A esquerda foi chamada de "burra" e os parlamentares seus aliados que não votaram de acordo com seus desejos na reforma da Previdência, passaram a ser considerados "banda do dre", precisando o Congresso, no seu entender, "passar por uma assepsia".

Desesperado, mostrando-se desequilibrado e perdido nos seus sonhos de tornar-se o grande estadista da virada do século, numa linguagem inadmissível para um presidente da República, agradeceu cerca de 3 milhões de brasileiros que se aposentaram aos 50 anos, esquecendo-

do-se que ele próprio e alguns de seus ministros, a exemplo do interessado na reforma da Previdência, Reinhold Stephanes, também se aposentaram antes de completarem os 50 anos de idade, sem falarmos dos seus aliados no Congresso Nacional, muitos deles aposentados com apenas 8 anos de mandato, não importando que idade tenham.

Nos últimos dias, acometido da sua inabilidade política, da sua insensatez e do seu desespero, destemperou prepotentemente quando declarou para milhões de nordestinos vítimas da seca, "se os flagelados da seca não suportarem a fome e fizerem saque, a lei se fará sentir de toda a manancia".

Quando encerrávamos esta edição, saiu-se o Sr. Presidente com mais uma das suas bravatas, classificando de "baderna" o ato público que ficou conhecido como Jornada Nacional de Luta por Emprego e Direitos Sociais, convocado pela CUT e outras entidades.

Diante de tais fatos, temos a dizer ao professor, sociólogo, poliglota e sorbonneano-presidente que:

- "BADERNA", é a falta de comida;
 - "BADERNA", é a falta de escolas;
 - "BADERNA", é a falta de saúde;
 - "BADERNA", é a falta de emprego;
 - "BADERNA", é a falta de terra;
 - "BADERNA", é a falta de moradia;
 - "BADERNA", é a falta de segurança pública;
 - "BADERNA", é a falta de ações governamentais para extinguir incêndios na reserva amazônica;
 - "BADERNA", é a falta de ações do governo para combater o flagelo da seca;
 - "BADERNA", é a compra de votos;
 - "BADERNA", é o corte nos preceitos das aposentadorias e pensões;
 - "BADERNA", é o não reajuste salarial dos servidores públicos civis;
 - "BADERNA", é a doação do dinheiro público para banqueiros falidos;
 - "BADERNA", é o aqodamento das privatizações;
 - "BADERNA", é a entrega da Amazônia;
 - "BADERNA", é a entrega do Brasil;
- enfim, Sr. presidente, "BADERNA" é tudo isso que o Brasil vem assistindo nesses últimos quatro anos!

ANISTIA EM PAUTA NA CÂMARA DOS VEREADORES

No último dia 15 de maio, por iniciativa do vereador Zilton Rocha (PT), foi realizada na Câmara Municipal de Salvador uma Audiência Pública, em Sessão Especial daquela casa, em apoio aos marinheiros e fuzileiros navais já anistiados porém não reincorporados ao serviço ativo, nem mesmo reformados na reserva, devido a decisão intransigente do Ministério da Marinha de não reconhecer esses direitos assegurados pela Constituição Federal.

Participaram da mesa o Deputado federal Walter Pinheiro, a deputada estadual Maria Del Carmem, a ex-vereadora Ana Montenegro, veterana companheira de lutas, a Dra. Romilda Noblat e o companheiro Mangabeira, representando a ABRASPET e a ABAP, além das lideranças dos marinheiros e fuzileiros navais.

O ato contou ainda com a maciça presença dos marinheiros e fuzileiros, oportunidade em que diversos oradores, além dos companheiros da mesa, se fizeram ouvir, emitindo suas opiniões acerca da anistia nas Forças Armadas, especialmente na Marinha.

A ABRASPET congratula-se como vereador Zilton Rocha pela iniciativa do apoio e com os companheiros marinheiros e fuzileiros navais, na esperança de que seus direitos sejam respeitados e concedidos sem mais delongas.

EXPEDIENTE

Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e Demais Empresas Estatais - ABRASPET

Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, B.L.A. sala 605 - Centro Empres. Iguatemi, Pituba, Salvador-BA. telefax: (071) 359-7383.

Edição: Ney Sa (MTB 1164); tiragem: 500 exemplares. Edição fechada em 26/06/98. Todas as matérias publicadas são de inteira responsabilidade da diretoria da Associação. Distribuição gratuita.

ABRASPET / NOTÍCIAS

Ano II Outubro/1998 nº 07

UM SONHO SE REALIZA: ABRASPET EM SEDE PRÓPRIA

A partir do dia 26 de outubro de 98, a ABRASPET está de casa nova. A aquisição da sede própria é um sonho que se torna realidade, e que realimenta na prática o empenho, a capacidade e a honestidade com que vem sendo conduzida a administração desta valorosa entidade de luta.

A "Casa Osvaldo Marques", como é denominada a nova sede da ABRASPET, continua no Centro Empresarial Iguatemi, mas além de mudar de bloco vai ocupar agora duas salas e contar com duas linhas telefônicas, o que certamente vai dinamizar ainda mais a ação da entidade e garantir maior conforto aos associados. Anote o endereço completo e os novos telefones: Av. Tancredo Neves, 274, Bloco B, salas 103 e 104, Centro Empresarial Iguatemi, Pituba - Salvador/BA, CEP. 41.826-900; telefax (071) 358-1947 e 358-1948. O endereço eletrônico pela Internet (e-mail) é abrapet@lognet.com.br.

Vale destacar que este é o primeiro grande marco na história da ABRASPET, que com apenas dois anos de constituída e 17 meses de arrecadação (abril de 97 a agosto de 98) já conquista uma infra-estrutura definitiva em seu patrimônio, refletindo não apenas a dedicação, o zelo e a eficiência administrativa de sua diretoria, mas sobretudo a confiança nela depositada pelos associados. É preciso que se registre também que a aquisição da nova sede, comprada do Grupo Hiter, em agosto passado, cumpre o que foi deliberado em Assembléia Geral realizada no dia 12 de março de 98.

INAUGURAÇÃO COM ELEIÇÃO
Coincidindo com a eleição da próxima diretoria da ABRASPET,

EDITAL

De conformidade com o estipulado no artigo 41º do Estatuto, ficam convocados todos os anistiados e pensionistas, associados da ABRASPET, a participarem do processo eleitoral para renovação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos seus respectivos suplentes, que será realizado em ASSEMBLÉIA GERAL, no dia 29 de outubro de 1998, das 08h30 às 17h30, na sede social da Associação, sita à Avenida Tancredo Neves, 274, Bloco B, salas 103 e 104, em primeira convocação e das 19h00 às 21h00 em segunda convocação, no Auditório do Centro Empresarial Iguatemi, no mesmo endereço.

Salvador, 13 de outubro de 1998.

Célia Maria Lima Canibê Cruz - Assessora da Diretoria p/ Secretária

a inauguração da nova sede também ocorrerá no dia 29 de outubro, transformando a festa num marco de democracia, luta e trabalho.

Nestes dois anos de intensa atividade, foram muitas as batalhas travadas. O constante acompanhamento e trabalho em Brasília e no Rio de Janeiro, junto a parlamentares, ministérios, Petros e Petrobrás garantiu, entre outras coisas, alguns dos direitos dos anistiados que estavam ameaçados pelos plantonistas do Governo Federal, encastelados no Ministério da Previdência e no INSS, além de impasses que dificultavam o pagamento de diferenças apuradas pelo INSS aos anistiados de 1983.

Foram dois anos de lutas também no campo jurídico, contra o INSS, pela restauração dos direitos adquiridos e abruptamente rompidos, que exigiram da diretoria da ABRASPET muita prudência e argúcia. Esta luta ainda continua, porque os juizes não concederam a tutela antecipada.

Tudo o trabalho desenvolvido valeu, e valeu muito porque dignifica a nossa Associação, os associados e a diretoria, frustrando aqueles que não acreditaram ou ainda não acreditam na capacidade e na força da nossa entidade. Apesar dos falsos profetas e dos profetas do "apocalipse" a ABRASPET segue em frente em sua marcha, rumo a novos marcos e novas vitórias.

Em editorial do informativo nº 5, a diretoria da Abraspnet expõe a outra face de Fernando Henrique Cardoso que, ao se tornar presidente, pediu que esquecesse o que havia dito antes

O informativo Abraspnet Notícias número 7, de outubro de 1998, anunciava a inauguração de sua sede própria, juntamente com a eleição de uma nova diretoria

EDITORIAL

Conforme Edital publicado na capa desta edição, no dia 29 de outubro ocorreram as eleições na ABRASPET, atendendo ao preceituado no Estatuto da entidade. Este momento, o do voto, é de fundamental importância para todos. É hora de fazer as avaliações, os balanços do mandato, de conferir o compromisso dos companheiros que integram a diretoria e de refletir sobre a entidade e seus objetivos como um todo.

A democracia não é apenas a livre escolha da maioria. Democracia é antes de tudo participação e acompanhamento dos mandatos, seja em que nível for. Desde o condomínio residencial, até a Presidência da República, passando por parlamentares, governadores, sindicatos e também nossas associações.

Por tudo isso, que fique registrado aqui um chamamento de cidadania, para que cada um de nós reflita no momento do voto sobre seu compromisso com a entidade, e com a sociedade em geral, para que façamos da democracia um verdadeiro instrumento de avanço social e bem estar humano.

O pleito na ABRASPET se dará com chapa única, denominada "LUTAR PARA CONQUISTAR", composta pelos companheiros Reynaldo Helio da Costa (Mangabeira), Raimundo Lopes, Jair Pinto de Brito, Inocêncio Ramos, Nilo Calazans de Menezes Filho, Djalma de Oliveira Mattos, Astério Caetano Costa, Luciano Monteiro Campos, Pitágoras José Bourscheid, Hybernon de Oliveira Serra, Rayjul Costa dos Reis e Gonzalo Santos de Melo, que concorrem à Diretoria Executiva e respectiva suplência; ficando o Conselho Fiscal composto por José Carlos Montes, José Valdemiro de Santana, Wagner Cecílio Cunha de Carvalho, José Augusto Omellas da Cruz, Lídio Andrade de Souza e Silvestre Alves Bastos.

Vamos às urnas com consciência para fazer avançar a nossa ABRASPET!

ASSISTÊNCIA MÉDICA: NOVOS CREDENCIAMENTOS

Buscando ampliar cada vez mais a rede de assistência médica para os dependentes de seus associados que não dispõem da AMS-Petrobrás, a ABRASPET firmou convênio com novos profissionais médicos e clínicas, buscando descontos e benefícios adicionais.

Mais clínicas estarão prestando assistência aos filhos, netos e demais dependentes dos associados, mediante cobrança de honorários médicos baseados na tabela AMB/CIEFAS, que atualmente é de R\$19,60 por consulta. Veja abaixo a relação das clínicas:

1. CLÍNICA JOÃO PAULO II, localizada na rua Ilhéus, nº02 - Parque Cruz Aguiar, Rio Vermelho - telefone (071) 332-9322, atende nas especialidades de Angiologia, Gastroenterologia, Pediatria, Cardiologia, Geriatria, Cirurgia Plástica, Ortopedia, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Neurologia, Oftalmologia, Mastologia, Urologia, Proctologia, Nutrição, Fisioterapia e Psicologia. Presta exames de Raios X, Ultra-sonografia, Sistema Holter 24 horas, Retossigmoidoscopia, Eletrocardiograma, Ecocardiograma, Endoscopia Digestiva, Eletroencefalograma, Laboratório de Análises Clínicas, Mamografia e Preventivo de Câncer. Atendimento de segunda a sexta, das 7h às 20h, e aos sábados, das 7h às 12h.

2. CONSULTÓRIO DE ASSISTÊNCIA OFTALMOLÓGICA, situado na Av. ACM, nº 1501 - Edif. Profissional Center, 6º andar, sala 617 - Cidadela, telefone 359-3564, tendo à frente as médicas Rita de Cássia Araújo e Tânia Saldanha de Lucena, especializadas em Oftalmologia.

3. CLÍNICA MÉDICA E CARDIOLÓGICA, estabelecida à rua Leonor Calmon, Empresarial Cidade Jardim, 13º andar, sala 1303 - Pituba (atrás do posto Ipiranga), com telefone 354-3650, sob a responsabilidade do Dr. Antonio Carlos Pedreira Ribeiro. Atendimento às 2ª, 3ª e 4ª feiras, das 14h às 18h, e às 6ª feiras pela manhã, das 8h às 12h.

Está sendo credenciado também o atendimento em Homeopatia, com a Dra. Norma Célia Lima de Moura, com desconto de 35% sobre o valor normal da consulta. O endereço é Rua Guillard Muniz, 115 - Pituba (próximo ao Colégio Serra Vale), no Gaia - Espaço Vivo de Crescimento, com horários de 2ª a 5ª feira, pela tarde e 6ª feira pela manhã. Os telefones são 358-2268 ou 359-3384.

Foi firmado convênio também com a Farmácia Fátima, para aquisição de medicamentos com redução de preços para os associados da ABRASPET. O desconto é de 15% nas compras à vista, ou no preço normal de tabela para pagamento em cheque com 30 a 45 dias de prazo, ou ainda para pagamento parcelado em até três vezes (30, 60 e 90 dias), quando as compras ultrapassarem o valor de R\$300,00. A Farmácia Fátima fica na rua Osvaldo Cruz, nº 267, Rio Vermelho - fone 240-5996.

Estamos trabalhando para uma associação cada vez melhor.

EXPEDIENTE
Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e Demais Empresas Estatais - ABRASPET.
Endereço: Av. Tancredo Neves, 214, Bloco, salas 103 e 104 - Centro Empresarial Iguatemi, Pituba, Salvador-BA.
Telefax: (071) 358-1947 e 358-1948. E-mail: abraspet@igolnet.com.br
Edição: Ney Sá (MTB 1164); tiragem: 600 exemplares.
Edição fechada em 15/10/98. Todas as matérias publicadas são de inteira responsabilidade da Diretoria da Associação. Distribuição gratuita.

ABRASPET-NOTÍCIAS

II ENCONTRO NACIONAL DOS ANISTIADOS POLÍTICOS DA PETROBRÁS

Nos dias 14 e 15 de agosto passado o Rio de Janeiro foi cenário para o II Encontro Nacional dos Anistiados Políticos da Petrobrás. O evento, fruto de sugestão da direção da ABRASPET, objetivou avaliar os direitos constitucionais contemplados aos anistiados, os ainda não contemplados e aqueles que foram indevidamente e intempestivamente suprimidos.

Foram discutidos, entre outros tantos assuntos, a supressão do artigo 150 da Lei 8.213/91, que trata do Plano de Benefícios da Previdência Social e a transferência dos benefícios excepcionais por anistia para outro ministério - Fazenda ou Minas e Energia - por se tratarem de pensões mensais indenizatórias e não de benefício previdenciário como pretende fazer crer o MPAS/INSS.

O presidente da ABRASPET expressou o posicionamento da nossa entidade, contrário à extinção do artigo 150, face a existência dos casos ainda pendentes da concessão da anistia e consequentemente da chamada "aposentadoria excepcional por anistia" que somam hoje cerca de 2000 processos espalhados por diversos órgãos, todos aguardando apreciação das comissões existentes ou, o que é mais grave, esperando a formalização de comissão para tal fim. O apoio da ABRASPET nessa luta se dará quando os anistiados em geral, e não só os petroleiros, tenham a seu favor uma lei promulgada e devidamente regulamentada que assegure todos os direitos decorrentes da Anistia Política, concedida nos termos da Lei 6.683/79, da E.C. 26/85 e do ADCT-CF/88, mesmo porque já tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4245/98, do deputado Federal Carlos Alberto Campista.

Quanto ao desatrelamento dos benefícios hoje denominados de "aposentadoria por anistia" do MPAS/INSS, proposto para que sejam mantidos por outro ministério, o companheiro Man-

gabeira esclareceu a posição contrária da ABRASPET, face a inexistência ainda de lei que assegure todos os direitos já contemplados e existentes e os que estão por incorporar. O assunto é de abrangência ampla, não sendo justa essa reivindicação só para os anistiados da Petrobrás. A ABRASPET entende que o assunto deve ser analisado tecnicamente, com uma avaliação criteriosa se em outro ministério seriam bem recebidos, indagando aqueles que tem proposto a mudança como seria assegurada a manutenção do direito ao uso do programa de Assistência Médica Suplementar - AMS, pela Petrobrás, aos anistiados e seus pensionistas na falta de convênio entre o outro ministério e a Empresa. O convênio INSS/Petrobrás, que levou exatos oito anos para ser celebrado, é quem nos garante o pagamento mensal, sempre em dia e nos permite o uso da AMS. Se para firmar o atual convênio foram precisos oito longos anos, quantos outros seriam necessários para a formalização de um novo convênio? Como ficaria o atendimento nessa fase de transição? Quem asseguraria e como seria usado o programa durante todo esse tempo?

Seria criado um vácuo com sérios e danosos prejuízos aos anistiados e seus pensionistas, que além de se verem privados do uso da AMS, estariam sujeitos a sua total extinção caso a Petrobrás não mais se dispusesse a celebrar novo convênio. Quem pode garantir que a troca de ministério solucionaria os problemas e as pendências dos

UM POUCO DE HISTÓRIA

A título de esclarecimento, lembra a ABRASPET, que o I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobrás ocorreu também na cidade do Rio de Janeiro, de 10 a 12 de abril de 1985, resultando no retorno aos quadros da Petrobrás e indenização de cerca de 600 anistiados, após memorável campanha da antiga Comissão Nacional dos Anistiados da Petrobrás, sob a presidência de Emanuel da Silva Régio, com a ajuda valiosa dos deputados Mário Lima, Machado Sobrinho, Hélio Duque e Nilton Alves, que em diálogo de alto nível com os à época presidente da Petrobrás, Dr. Hélio Beltrão e ministro das Minas e Energia, Dr. Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, conseguiram essa grande vitória com a firme e corajosa atitude daquele que continua sendo nosso grande ministro e amigo, Aureliano Chaves.

ABRASPET-NOTÍCIAS

O Abraspet Notícias número 7 também destacava o II Encontro Nacional dos Anistiados Políticos da Petrobras, ocorrido nos dias 14 e 15 de agosto daquele ano, no Rio de Janeiro, realizado por sugestão da Abraspet Bahia

CAPÍTULO 3

Neste capítulo você acompanha a cronologia das lutas da Abraspet a partir de 1999. Além das iniciativas políticas, das ações jurídicas e de todas as lutas travadas ao longo de seus 15 anos de existência, estão aqui os registros das atividades lúdicas, que aproximam os associados e dão a oportunidade do convívio fraterno e companheiro, como viagens, comemorações, palestras e reuniões. Ano a ano, e com referência nas publicações jornalísticas da entidade, é possível acompanhar a trajetória vitoriosa que vem como resultado do trabalho intenso e cotidiano da diretoria, colaboradores e associados, que juntos constroem um futuro sempre melhor.

BALANÇOS ANUAIS DAS LUTAS

● 1999

Durante todo o ano de 1999, foram realizadas negociações político-administrativas visando a manutenção dos direitos decorrentes da anistia política, oriundos da Lei 6683/79, da Emenda Constitucional nº 26/85 e do ADCT da Constituição Federal. As frentes de luta da **Abraspet** se desenvolviam também intensamente na esfera jurídica, como vemos a seguir.

AÇÕES JURÍDICAS

Nesse ano, foi intenso o acompanhamento dos vários processos judiciais em tramitação na Justiça Federal. Contra o INSS, havia o Mandado de Segurança Coletivo para garantir a manutenção do estado original de concessão do benefício; a Ação Ordinária pela manutenção do estado original dos benefícios concedidos pelo INSS, em processos individuais e a Ação de Correção Monetária, também em processos individuais, para cobrança da atualização monetária sobre os valores nominais pagos a título de diferença de Renda Mensal, compreendendo o período de 1988 a 1991, oriundas das revisões provenientes da Emenda Constitucional 26/85.

Também tramitavam ações ordinárias individuais pleiteando Gratificação de Férias e o restabelecimento do pagamento da parcela anual, suspensa a partir de 1996, e um Mandado de Segurança Coletiva contra a Receita Federal, buscando a isenção do pagamento do Imposto de renda.

Na área trabalhista, a **Abraspet** moveu ação coletiva contra a Petrobras pleiteando os Abonos de Contingência, concedidos aos seus empregados, e ações individuais com pedido de pagamento dos 40% referentes à diferença da indenização, além da diferença de indenização referente ao “sopão”.

O SIMBOLISMO DA ANISTIA

A palavra anistia, no seu sentido mais restrito, significa um ato do Poder Legislativo pelo qual se extinguem as consequências de um fato punível e, em resultado, qualquer processo sobre ele. Trata-se de medida para pacificar e que não se confunde com o ato de indulto concedido pelo Poder Executivo. No caso da anistia política conquistada em 1979, numa batalha desigual e cheia de obstáculos, o que me parece ser mais significativo extrair da vitória obtida é mais uma evidência de que, por mais difícil que sejam as dificuldades, pode-se alcançar o objetivo pretendido desde que se unam forças as mais amplas sem intenções de hegemonismo e se aproveitem as possibilidades reais existentes. Retomo esse aspecto simbólico da questão para ressaltar que, no atual momento da vida brasileira, o ideal é que possamos buscar o que nos une para melhor enfrentarmos e encontrarmos soluções que nos levem a superar a situação de crise em que o país está envolvido. Não desejamos que nenhuma força política ou social mude de posição, mas que se compreenda de que a realidade está a exigir uma visão e comportamento altruístas. É o que a Nação espera de cada um de nós. Por essas e por outras é que há um sentido maior em se comemorar os vinte anos da anistia política no Brasil.

Senador Lúcio Alcântara
presidente do Instituto Vilela

Texto extraído de Boletim Informativo das
Comemorações dos 20 Anos da Lei de Anistia
Política, nº 1 - abril de 1999.

ANISTIA COMPLETA 20 ANOS



Em 28 de agosto próximo, estaremos comemorando o vigésimo aniversário da anistia política, sancionada através da Lei 6683, de 28/08/1979.

A conquista de tão importante lei deve-se ao movimento vitorioso empreendido pelo então MDB, partido que congregava as principais forças democráticas do país, que em 1972, fez incluir em seu programa a luta pela pacificação nacional – constituinte, anistia e eleições livres.

Dois anos após, ou seja em 1974, era criado o Movimento Feminino pela Anistia sob a coordenação da Dra. Terezinha Zerbini, da OAB regional/SP e os comitês Pro-Anistia em vários Estados e países onde residiam brasileiros exilados.

Em 1978, o senador Teotônio Vilela que presidia uma comissão no Congresso Nacional, juntamente com os então deputados federais Roberto Freire e João Gilberto, procedeu minucioso levantamento da situação dos presos políticos, realizando viagens por vários Estados, para visitar os presídios e conversar com aqueles que cumpriam penas por razões políticas.

A pressão da sociedade levou o governo ditatorial presidido pelo general João Figueiredo a enca-

minhar um projeto de lei de anistia para o Congresso Nacional. Após muitas discussões, foi o projeto aprovado em 18 de agosto e promulgado no dia 28 daquele mês.

Conquistada a Anistia, ainda que restrita, retornaram à cena política centenas de brasileiros cassados e milhares de cidadãos saíram da clandestinidade com muitos deles voltando ao Brasil depois do longo e duro exílio.

Passados esses vinte anos ainda nos lembramos daqueles tempos e da luta empreendida para consecução da anistia.

Torna-se necessário portanto, além de comemorar, lembrar se possível em todos os seus detalhes a luta pela volta do estado democrático, pela anistia, pela liberdade de expressão, para que os valores relacionados à sua luta de anistia sejam preservados com a valorização da democracia e para que as novas gerações possam conhecer esse período da nossa história política.

No dia 18 de agosto próximo será realizada Sessão Especial no Senado, comemorativa dos vinte anos da Anistia Política, ocasião em que a ABRASPET se fará presente. Para tanto estamos convidando os companheiros que desejarem participar do evento, a comparecerem a nossa sede para formular suas inscrições a fim de que possamos adotar todas as medidas necessárias com a devida antecedência.

REPÚBLICA TUCANA

Em passado recente o Brasil viveu sob o governo da “República das Alagoas”, época em que estouraram os escândalos que culminaram na deposição do então presidente Fernando Collor. O motivo mais relevante para a extrema decisão foi o caso Elba e as revelações do motorista Erisberto sobre o esquema PC.

Com o declarado impedimento de Collor pelo Congresso Nacional, assumiu o comando da nação seu vice, Itamar Franco, que instituiu a chamada “República do Pão de Queijo”, onde predominavam os mineiros. Nesta república não aconteceram escândalos financeiros ou outros tipos de maracutaias. O fato merecedor de maiores comentários foi o da fula que subiu ao palanque presidencial sem calcinhas durante os festejos carnavalescos.

A partir de 1994 – oh que infelicidade! – assumiu a presidência o Sr. Fernando Henrique, sociólogo que no passado se dizia socialista, professor aposentado por anistia e até então senador que engrossava as oposições partidárias, trazendo consigo a República Tucana, que outra não é, senão, uma réplica da República das Alagoas.

Nesta República Tucana não tem faltado escândalos. Eles começaram pelo caso SIVAN, continuando com a compra de votos para a aprovação da reeleição do Presidente com sérios prejuízos para o Banco do Brasil, passando pelas privatizações das empresas e bancos estatais, pela criação do PROER para socorrer banqueiros corruptos; pelo favorecimento aos bancos MARKA e FONTECIDAN, além da interferência direta na privatização do



sistema de telecomunicações conforme revelam as gravações grampeadas junto ao BNDES amplamente divulgadas pela imprensa falada, escrita e televisada.

Ao colecionarmos tantos descalabros, verificamos que as maracutaias de hoje são em número bem maior que as praticadas de 1990 a 1992, quando improu a República das Alagoas, além de proporcionalmente mais contundentes que as do nefasto período, porquanto acumulam prejuízos de bilhões de reais para os cofres do Tesouro Nacional e consequentemente para o sofrido e explorado trabalhador brasileiro.

Como se não bastassem os danos econômico-financeiros causados à nação, esta República Tucana integrada por PSDB, PFL, PMDB, PPB e outras siglas partidárias de menor expressão, vem, sistematicamente, praticando atos de terror e vandalismo contra os trabalhadores, contra os servidores públicos e contra os

aposentados, negando-lhes reajustes salariais a mais de quatro anos, surrupiando-lhes direitos adquiridos ao longo das últimas décadas em flagrante desrespeito à Constituição, subtraindo suas rendas mensais com a criação de novos e perversos impostos e contribuições, além do aumento substancial das alíquotas dos existentes reduzindo os rendimentos mensais em até 50%, ou simplesmente desempregando a cada dia mais trabalhadores e servidores públicos de todas as esferas.

A República Tucana tem como principal meta, colocar o Brasil em primeira colocação mundial nas marcas do desemprego, do desajuste social, dos sem teto, dos lamintos, dos deseducados, dos inseguros, dos doentes, dos sem salários, dos explorados, dos infelizes, dos desrespeitados.

Não foi à toa que o ontem socialista e hoje presidente ao assumir o comando da nação assim se expressou: “esqueçam tudo que eu falei no passado”

Suas idéias e seus objetivos hoje são unicamente a manutenção do poder, a vaidade pessoal e o descaço pelo patrimônio e pela soberania do Brasil e do seu povo.

Até quando, os estudantes, os juristas, os políticos, os jornalistas, os trabalhadores, os militares, enfim, a sociedade brasileira suportará tantas injustiças e tanto impatriotismo? Até quando?

Por muito menos jogaram Fernando Collor para fora do governo e lhe expuseram ao linchamento moral. Quanto a FHC....

E X P E D I E N T E
Órgão oficial da Associação Brasileira dos Exilados Políticos do Sistema Penitenciário e Demais Empresas Similares - ABRASPET.
Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, Bl. X, apto 202 e 104
Centro Empresarial Iguaçu, Ponta, Salvador-BA.
Telefone: (071) 338-2947 e 338-4848. E-mail: abraspet@iguaçu.com.br
Fax: (071) 338-2947. Órgão: 600 exemplares.
Edição fechada em 21/06/99. Todas as matérias publicadas são de inteira responsabilidade do Diretor da Associação. Distribuição gratuita.

O informativo Abraspét Notícias número 8 foi publicado em julho de 1999, ano em que se comemorava os 20 anos da promulgação da Lei 6683, de 28 de agosto de 1979, lei que ordenou a anistia política no Brasil

O editorial do Abraspét Notícias número 8 lembrou o impeachment de Collor e voltou a denunciar o entreguismo privativista do governo. A Abraspét expôs toda a lama que marcou a “República Tucana” de FHC

MPAS/INSS INSISTE NAS REVISÕES E EXTINGUE SEÇÃO QUE TRATA DA APOSENTADORIA POR ANISTIA

Continuando com seu sórdido propósito de reduzir a renda mensal dos beneficiários da aposentadoria excepcional por anistia, a direção do INSS vem insistindo nas absurdas e ilegais revisões dos valores de tais benefícios, em todo o país, o que tem provocado milhares de reclamações judiciais além de criar situações as mais vexatórias aos atingidos que de uma hora para outra têm seus já parcos rendimentos reduzidos.

Os casos mais graves vêm ocorrendo no Rio de Janeiro onde o grupo de revisão conta com o inspetor geral da Previdência, João Inácio Pereira da Costa, coronel da reserva remunerada da PM, que vem atuando como eminência parva nas revisões dos benefícios ameaçando os anistiados com a frase "vocês vão ver a força do braço da direita", como se ainda estivéssemos vivendo a época do regime ditatorial implantado pelos militares em 1964.

Como se esse abuso não fosse suficiente, os sádicos do MPAS, elaboraram o Decreto nº 3048 - Regulamento dos Benefícios da Previdência Social - suprimindo a Seção destinada a Aposentadoria Excepcional de Anistiado, na tentativa de considerar os anistiados como apo-

sentados comuns sujeitos aos pressupostos da legislação previdenciária em flagrante desrespeito a Carta Maior, que através da Emenda Constitucional nº 20/98, mantém todos os direitos e garantias asseguradas nas disposições constitucionais vigentes na data de sua publicação aos anistiados entre outros segurados.

Com a edição do "decreto" como está sendo chamado o Decreto 3048, deverá ser elaborada nova Ordem de Serviço regulamentando a situação do benefício excepcional por anistia no âmbito do INSS, oportunidade em que a Diretoria da ABRASPET analisará quais as medidas legais que deverão ser adotadas.

ABRASPET EM BRASÍLIA

A Incessante Luta Pelos Direitos dos Anistiados

No dia 7 de março passado, foi realizada uma reunião com o Consultor jurídico do MPAS, Dr. José Bonifácio de Andrada. O encontro, agendado pelo companheiro petroleiro e deputado federal, Ricardo Maranhão, reuniu representantes da ABRASPET, da ASTAPE - Caxias/RJ e da CONAPE, representadas respectivamente por seus diretores, Raimundo Lopes, Luciano Campos, Nilton Tomás da Silva e Jarbas B. Santos. Em pauta os demandas que vêm sendo cometidos pelos grupos de trabalho do INSS, especialmente nas revisões dos benefícios por anistia, com ameaças de supressão de direitos adquiridos ao longo dos anos, e de retroação da data de concessão do benefício - DIB.

O Dr. Bonifácio entendeu que existem erros de interpretação pelos GT's e garantiu verificar, para tentar corrigir as distorções bem como respeitar as decisões judiciais e as datas-bases originais.

Já estão sendo encaminhadas as agendas de outras reuniões, inclusive com o Presidente da República, no intuito de garantir que sejam respeitados todos os direitos dos anistiados políticos.

DE OLHO NOS PROCESSOS JUDICIAIS



Os diversos processos judiciais resultantes das ações movidas contra o INSS - (manutenção dos valores dos benefícios e

do 14º Salário - Gratificação de Férias); contra a PETROBRÁS (abonos salariais 1996/1997); contra a PETROS (suplementação de aposentadorias para anistiados MB's), encontram-se em tramitação normal, aguardando decisão final dos juizes.

Existem ainda os de correção monetária con-

tra o INSS a cargo do escritório do Dr. Ailton Dalto que vinham sendo protelados por falta de movimentação, mas, que doravante passam por nova situação.

Os processos referentes aos 40% correspondentes a diferença das indenizações percebidas da PETROBRÁS quando do retorno em 1985, se en-

contram também em tramitação normal, sendo que algumas em estado bastante avançado.

Todas as ações judiciais estão sendo acompanhadas pelo companheiro Raimundo Lopes, vice-presidente da ABRASPET, objetivando maior controle para melhor informar aos associados reclamantes.

AMS TEM NOVO SISTEMA DE PROCESSAMENTO

Durante este ano a Petrobrás vem implantando um novo sistema de processamento de dados da AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde). Na Bahia isso vem ocorrendo desde junho/99, a partir dos atendimentos odontológicos.

Foram mantidos os padrões de cobertura de atendimentos já estabelecidos na AMS, sendo que as principais mudanças introduzidas estão na forma de **autorização** dos serviços.

Os tratamentos odontológicos, na sua maioria, passam a necessitar de autorização administrativa. A nova rotina para tratamento é a seguinte:

- Procure o dentista de sua preferência.
- Caso o procedimento proposto seja de urgência, ou não necessite de autorização, o dentista realizará o tratamento imediatamente.
- Caso o tratamento necessite de autorização, o dentista enviará esses documentos para a GERAB, que autorizará o tratamento e verificará a necessidade de realizar perícia, sendo que dentro de cinco (05) dias úteis, a autorização estará disponível no protocolo da Gerab para ser recolhida pelo dentista.
- Cabe ao dentista dar orientação quanto à necessidade ou não de realizar perícia.
- A perícia final deve ser realizada pelo mesmo perito que efetuou a perícia inicial.

Os tratamentos que forem realizados pela "Livre Escolha" também necessitarão de autorização prévia da Petrobrás.

Os tratamentos iniciados em data anterior a 01.06.99 deverão ter prosseguimento normal. Os dentistas credenciados já foram orientados quanto ao procedimento relativo a esses tratamentos.

PETROBRÁS OBSTRUI PAGAMENTOS DO INSS

Os companheiros anistiados de 1983, estão encontrando dificuldades para receber os valores apurados pelo INSS em encontro de contas provenientes das suas aposentadorias excepcionais.

A obstrução sistemática levada a efeito pela Assessoria de Benefícios-ASBEN, setor integrante do SEREC/PETROBRÁS, vem retardando o pagamento dos com-

plementos autorizados pelo INSS, sob alegação de confrontar o que foi pago pela Empresa àquele instituto de previdência e o que foi por ele reembolsado durante o período apurado.

Tal alegação só faz sentido a partir de julho/98, quando foi instituído o reembolso pelo sistema de provisionamento mediante listagem dos valores pagos pelo INSS.

ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

JUIZ CONCEDE LIMINAR



A ABRASPET ingressou na Justiça Federal com ação de mandado de segurança coletivo pleiteando a isenção de pagamento do Imposto de Renda-Pessoa Física dos seus associados, sustentando que a aposentadoria excepcional tem natureza de verdadeira indenização vitalícia conferida pelo Poder Público, constituindo-se em ressarcimento e instituída para reparar as injustiças cometidas pelo regime militar.

Analisando o pedido, o Juiz Federal Titular da 7ª Vara, Dr. Wilson Alves de Souza, concedeu liminar, determinando ao Superintendente da Receita Federal na Bahia que deixe imediatamente de arrecadar na fonte o tributo questionado até o julgamento do mérito, oficiando, inclusive, a PETROS e o Banco do Nordeste para cumprimento do decidido.

A partir do pagamento do mês de junho, os valores descontados para o IR serão depositados judicialmente até o julgamento final do mérito que uma vez mantida tal decisão os associados da ABRASPET receberão de volta os valores descontados.

Esta é mais uma vitória da ABRASPET e seus associados.

Em 99, as publicações da Abraspét seguiam denunciando os ataques contra os anistiados e destacando a luta incessante da Associação no terreno jurídico e político

Na página 6 do informativo 8, o destaque ficou por conta de liminar que concedia a isenção do Imposto de Renda, atendendo a ação impetrada pela Associação

No âmbito da Justiça Civil, a **Abraspet** impetrou Ação Ordinária de Cobrança, com pedido de antecipação de tutela, contra a Petros, visando o restabelecimento do pagamento do benefício de suplementação que vinha sendo pago por aquela fundação aos anistiados punidos em 1983, até a transformação das suas aposentadorias para aposentadoria excepcional de anistiado.

ATUAÇÃO POLÍTICA

Mantendo sempre o entendimento da importância da sua atuação na área política, a **Abraspet** marcou presença firme e decidida em vários eventos, naquele ano, sempre buscando articulações com os setores organizados do campo da anistia, bem como com lideranças políticas que se posicionavam favoravelmente à causa dos anistiados. Dentre os eventos, destacam-se os seguintes:

- Conferência de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, em maio;
- Sessão solene em homenagem a Petrobras pelos seus 46 anos, em maio;
- Encontro Nacional em Defesa da Anistia, realizado nos dias 17 e 18 de agosto, em Brasília, na sede da CNTC;
- Sessões especiais da Câmara de Deputados e do Senado Federal, em comemoração aos 20 anos da anistia política, em agosto;
- Audiência com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 18 de agosto, resultante da atuação das associações representativas de anistiados – inclusive a **Abraspet** - e do êxito do Encontro Nacional, objetivando o aperfeiçoamento da Lei da Anistia;
- Sessão Especial na Assembleia Legislativa da Bahia, em homenagem aos 20 anos da promulgação da Lei 6683/79;
- Caminhada pelas ruas de Salvador, no trecho compreendido entre o Forte do Barbalho – local para onde eram levados os presos políticos durante o golpe militar de 1964 - e a Praça da Sé, também em comemoração aos 20 anos da anistia, ocorrida em setembro;

– Instalação da Comissão Especial do Ministério da Justiça, com vistas ao aperfeiçoamento do processo da anistia, em novembro.

EVENTOS POLÍTICOS

A **Abraspet** realizou, durante o ano de 1999, quatro importantes eventos político-sociais. Foram eles:

1 - Homenagem aos Deputados Federais Luiz Eduardo Greenhalg e Luciano Zica, presenteando-os com um “berimbau de prata”, pelos relevantes serviços prestados à causa dos anistiados, em janeiro, na Câmara dos Deputados.

2 - Reunião especial, comemorativa dos seus três anos de fundação, dos 20 anos da Anistia Política e dos 14 anos da assinatura do Aviso Ministerial nº492/85, realizada no dia 7 de outubro, ocasião em que foi inaugurada oficialmente sua sede própria e homenageado o saudoso e íntegro companheiro Osvaldo Marques de Oliveira.

3 - Reunião especial para homenagear o ex-ministro Aureliano Chaves, pelos inestimáveis apoios prestados aos anistiados, realizada em Belo Horizonte, no dia 21 de outubro, quando lhe foi conferido o título de Sócio Benemérito da **Abraspet**.

4 - Reunião de congraçamento anual, a exemplo dos anos anteriores, realizada no dia 21 de dezembro, comemorativa de mais um ano de atividades.

INICIATIVAS ADMINISTRATIVAS

A **Abraspet** atuou no campo administrativo, desenvolvendo iniciativas concomitantes em todos os locais onde encontrou espaço para pressionar por negociações em benefício de seus associados. Esse esforço contou com o empenho da diretoria, que precisava fazer constantes deslocamentos pelo País.

Em Brasília, junto ao MPAS / INSS, Casa Civil da Presidência da Repú-



DEFESA DA ANISTIA TEVE ENCONTRO NACIONAL

Coroado de pleno êxito transcorreu o I Encontro Nacional em Defesa da Anistia, realizado nos dias 17 e 18 de agosto, na sede da CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, em Brasília. No evento foram discutidas as últimas medidas adotadas pelo Governo e pelo MPAS/INSS, como as edições do Decreto nº 3048, de 06.05.99, a Portaria do MPAS nº 4883, de 16.12.98 e a Ordem de Serviço do INSS nº 623, de 19.05.99, que de forma implícita no Decreto e na Portaria e de forma explícita, no item 27.4 da Ordem de Serviço, suprimiram o conceito de aposentadoria excepcional de anistiado. Na verdade essas medidas compõem uma tentativa de inibir os anistiados na regra geral da Previdência Social, pisotando assim a Carta Magna e suprimindo direitos adquiridos há cerca de duas décadas. Na ocasião foram elaborados os documentos "A verdade sobre a situação dos anistiados", que publicamos na íntegra nesta edição (ver páginas 4 e 5), e "Não à extinção da anistia", também publicado integralmente na página 3, subscritos por todas as entidades presentes neste primeiro encontro.

Ao evento compareceram anistiados de todo o Brasil, do Acre ao Rio Grande do Sul, e dirigentes de associações de anistiados e de aposentados, de sindicatos e outras entidades, também de todo o país. A ABRASPET fretou um ônibus especialmente para levar 22 companheiros a participarem do encontro, o que também foi feito pela ASTAPE / Caxias-RJ, representada por 46 de seus associados.

O evento idealizado inicialmente pelo anistiado da Usipa, Ricardo Zaratini Filho, que também coordenou a Comissão Organizadora, composta dos companheiros Ian Rodrigues Dias, advogado e técnico do PDT e Alexandrina Cristóvam de Souza, secretária executiva da ABAP, foi encampado pelo conjunto das entidades representativas dos anistiados, revelando-se um sucesso. Novas conagrações, portanto, aos companheiros Zaratini, Ian e Alexandrina, pelo trabalho e iniciativa deste primeiro encontro.

**SESSÕES
ESPECIAIS
LEMBRAM OS
20 ANOS DA
ANISTIA**



**ABRASPET
PARTICIPOU DAS
SESSÕES
ESPECIAIS DA
CÂMARA DOS
DEPUTADOS E DO
SENADO
FEDERAL**

Como parte da programação do I Encontro Nacional em Defesa da Anistia, na manhã do dia 18 de agosto os anistiados assistiram a uma sessão especial comemorativa dos 20 anos da Anistia Política, promovida pela Câmara dos Deputados, por requerimento dos deputados Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Nilmário Miranda (PT-MG), oportunidade em que discursaram vários deputados, entre eles o líder do governo Artur Virgílio (PSDB-AM) que, atendendo aos reclamos do deputado Jacques Wagner (PT-BA), se comprometeu a intermediar um encontro

do presidente da República com uma comissão de anistiados.

Pela tarde do mesmo dia as delegações de anistiados tiveram a oportunidade de assistir a solenidade de lançamento do selo comemorativo dos 20 anos da Anistia no Brasil, além da sessão especial promovida pelo Senado Federal, por iniciativa do senador Roberto Freire, quando diversos senadores se pronunciaram a respeito da Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso em 28 de agosto de 1979.

Leia nesta edição:

- FHC recebe anistiados e cria comissão pág. 2**
- A verdade sobre a situação dos anistiados pág. 4**
- Isenção do Imposto de Renda pág. 8**

O informativo Abraspet Notícias número 9, de agosto de 1999, destacou o I Encontro Nacional em Defesa da Anistia, realizado nos dias 17 e 18 daquele mês, em Brasília. Os 20 anos da Anistia foram tema de sessão especial na Câmara dos Deputados, naquele momento

PRESIDENTE RECEBE ANISTIADOS

No dia 18 de agosto, no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu uma comissão de anistiados, em encontro promovido pelo deputado Artur Virgílio (PMDB-AM), líder do governo na Câmara Federal. Na oportunidade o companheiro Ricardo Zaratini Filho, engenheiro anistiado da USIPA e coordenador da comissão, expôs todos os problemas e vexames a que estão sendo submetidos os anistiados em função das recentes medidas governamentais, fazendo entrega inclusivo do documento "A Verdade Sobre a Situação dos Anistiados", elaborado no I Encontro em Defesa da Anistia, e solicitando a criação de uma comissão especial onde haja a participação de um representante dos anistiados, para apreciação da legislação da anistia e elaboração de uma consolidação que corrija as atuais distorções promovidas pelo MPAS / INSS.

Como resposta, o presidente comprometeu-se a assim proceder, a fim de reparar as irregularidades apontadas, adiantando inclusive que já mandara revogar a Ordem de Serviço INSS/DSS/nº623/99, que extinguía a aposentadoria excepcional por anistia.

Durante a audiência, o companheiro Carlos Fernandes, presidente da ABAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos, fez entrega ao presidente FHC, de minuta de Projeto de Decreto Regulamentar do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 88, elaborada pela ABAP em conjunto com a ABRAS-

PET (veja o texto na íntegra, nas páginas 6 e 7 desta edição).

A comissão que esteve com o presidente Fernando Henrique Cardoso foi composta pelos companheiros anistiados Ricardo Zaratini Filho - USIPA-SP, Carlos Fernandes - ABAP, Reynaldo H. Costa (Mangabeira) - ABRASPET, Nilton Tomás - ASTAPE/Caxias-RJ, Jarbas B. Santos - CONAPE/RJ, Olívio M. Castro - UMNA/RJ, Jair B. Marcatti - CONAPE/Santos/SP, José F. de Almeida - AMPLA, Wilson Afonso Santos - bancários/RS, Deodato Correia - ferroviário/RJ e Mário S. Lima - ex-deputado federal. Também participaram da reunião o ministro Aloysio Nunes Ferreira, Secretário Geral da Presidência da República e o Sub-Secretário, Marcelo Cordeiro, além do líder do governo no Congresso, deputado Artur Virgílio.

Cumprindo o prometido

O presidente FHC definiu uma Comissão Especial para analisar a questão dos anistiados, que será presidida pelo Secretário de Direitos Humanos, ministro José Gregori, e integrada pelo assessor especial da Presidência da República, ex-deputado João Faustino, além de um representante do Ministério da Previdência e do Ministério do Trabalho. Por parte dos anistiados, estão sendo indicados os companheiros Carlos Fernandes, presidente da ABAP, Ricardo Zaratini e Marcelo Cerqueira. A instalação da comissão tem data prevista para o dia 15 de setembro.

CLAMOR

*Brasil dos sonhos de outrora,
Dos desenganos de agora,
Onde está o teu valor?
Desfralda o verde penão
Que o pulsar do coração
Vai ser o grande clamor.*

*As esperanças perdidas,
As crianças esquecidas,
Os velhos abandonados.
Oh! Brasil dos excluídos,
Ninguém ouve os teus gemidos
Na dor dos desempregados.*

*Riquezas espoliadas
Em vergonhosas jogadas
Favorecendo os banqueiros.
Os salários congelados,
Cobram dos aposentados
Para dar aos estrangeiros.*

*Sobe o juro... sobe o imposto...
Aumenta mais o desgosto
E o descontento é geral.
Não existe mais civismo
E o nosso capitalismo...
Já não tem mais capital.*

*Venderam tudo por nada,
Nossa dívida aumentada,
E a nossa reputação?...
Um Congresso acovardado,
Com o seu plenário calado,
Sem força e sem reação.*

*Uma Justiça morosa,
Que é muito dispensiosa,
Pelo pouco que produz.
Voltamos à escravidão,
Vivemos na escuridão
Sem esperança... sem luz.*

*Chega de tanto sofrer,
Um povo para, viver,
Tem que ser alimentado
De corpo, de alma e da mente,
Tem que ser forte e valente
Para não ser humilhado.*

*Que a corda de Tiradentes,
Acorde os inconfidentes,
Salvando a soberania.
Brasil, desvenda a verdade,
Reconquista a liberdade,
Antes que seja tardia.*

NEWTON ROSSI



O jornal da Abraspet registra o encontro dos anistiados com o então presidente FHC e assinala as providências adotadas em resposta às mobilizações

NÃO À EXTINÇÃO DA ANISTIA

Nos últimos cinco anos o governo FHC vem suprimindo os mais legítimos direitos dos anistiados, conquistados desde o último governo militar com a aprovação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 1979).

E o fez através de decretos, portarias e ordens de serviço, **inconstitucionais**, que violam não só o art. 8º e seus parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, mas também o art. 1º (Emenda Jader Barbalho) da Reforma da Previdência (EC nº 20), recentemente promulgada pelo Congresso Nacional, bem como o Acordo com os anistiados, promovido pelo então Líder do Governo, o saudoso deputado. **Luis Eduardo Magalhães**.

As medidas do Governo FHC, que atingem principalmente os anistiados do setor privado são:

1º) **o Governo tem engavetado**, nestes últimos anos, no Ministério do Trabalho e em outros ministérios, milhares de requerimentos de anistiados, visando obter o benefício da aposentadoria excepcional de anistiado. Esses ministérios somente despacham os processos "a pedido do Palácio". Enquanto isso, anistiados que foram presos, torturados, estão velhos e doentes, não têm seus direitos respeitados;

2º) **o Governo tem desatinado** as Comissões de Anistia, que não tem mais admitido na sua composição representantes dos anistiados, como ocorreu no Governo do Presidente José Sarney;

3º) **o Governo tem reduzido**, drasticamente, através das Comissões de Revisão, as aposentadorias excepcionais percebidas pelos anistiados do

setor privado, em até 50%, numa clara afronta à Constituição e ao Supremo Tribunal Federal que já decidiu que a redução nominal de salários e proventos é inconstitucional.

4º) **o Governo com essa redução tem feito uma "economia de palitos", pois** benefícios dos anistiados, em dezembro de 1998, era de **RS 1.687,43**. A redução para a maioria desses beneficiados foi da ordem de 30 a 40%, estimando-se uma redução das despesas em torno de **RS 2 milhões!** Uma verdadeira "economia de palitos".

5º) **o Governo extinguiu a aposentadoria excepcional de caráter indenizatório**, devida aos anistiados, de tal forma que, em vez de receber, conforme a Constituição, como se em atividade estivessem, terão agora suas aposentadorias limitadas pelo teto do Regime Geral da Previdência Social;

6º) **o Governo decidiu**, doravante, **fazer uma revisão permanente** das aposentadorias dos anistiados, gerando uma **instabilidade permanente** em pessoas de idade avançada, **numa nova modalidade de tortura**.

Senhor Deputado,

Nossa reivindicação é uma só: suspensão, no Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, na Portaria no 4.883, de 16 de dezembro de 1998 e na Ordem de Serviço nº 623, de 19 de maio de 1999, de todos os artigos, parágrafos, incisos, etc. que fazem referência à aposentadoria excepcional de anistiado.

Por princípio de Justiça e respeito à Cidadania esperamos que a Câmara dos Deputados, o

mente beneficiados e a maioria da Nação particularmente a juventude, não viveu aqueles tempos que nos dividiu em "bons" e "maus"; para estes sobravam a perseguição, a prisão, a tortura, a dor, a mutilação, a morte.

Em todo o país estão sendo promovidas atividades políticas, culturais e educativas para lembrar aquela data, comemorar aquela conquista, homenagear aqueles que se empenharam na luta pela anistia e informar aos que não viveram aqueles tempos, particularmente os jovens. Em Brasília, neste mês, estão agendados, entre outros, dois eventos significativos: o primeiro no próximo dia 18, às 14:30 horas, quando ocorrerá no Senado Federal, por requerimento do senador Roberto Freire, uma sessão especial comemorativa dos 20 Anos da Anistia. No próximo dia 19, às 16 horas, será igualmente realizada uma sessão solene na Câmara Legislativa do Distrito Federal, por iniciativa do deputado distrital Chico Floresta. Nesse último evento será também prestada homenagem à memória do sociólogo Herbert de Souza - Betinho -, falecido em 09 de agosto de 1997, cuja volta ao Brasil depois do exílio, beneficiado com a anistia política, foi comemorada e cantada em "O Bêbado e o Equilibrista", de João Bosco e Aldir Blanc. No Brasil, depois disso, Betinho se notabilizou por mobilizar o país inteiro em torno da campanha contra a fome e a miséria e pela vida, numa cruzada nacional da Ação da Cidadania.

Como lembrou Frei Beto em artigo recente no Correio da Cidadania, em 10 de agosto de 1974 morria, em Paris, Frei Tito, enforcado, atormentado em decorrência das torturas sofridas no Brasil - pau-de-arara, cadeira-do-diábolo, choques elétricos, pausadas, palmatória, corredor polonês, o fizeram abrir a boca "para receber a hóstia sagrada" descargas elétricas na boca. O capito Beroni de Arruda Albernaz vaticinou: "Se não falar, será quebrado por dentro... se sobreviver, jamais esquecerá o preso de sua valentia." A ceder e viver, Tito preferiu morrer. "É preferível morrer do roer a vida", escreveu.

ONG Opção Cidadania

ABRASPET/NOTÍCIAS 03

blica e ao Congresso Nacional, a Associação buscou esclarecimento e negociações sobre a pretendida restauração da parcela referente à Gratificação de Férias.

Em Salvador, junto ao INSS, a atuação foi no sentido de agilizar os processos pendentes, que previam o pagamento das parcelas remuneratórias devidas, com base em apuração efetuada por aquele Instituto quando da conversão ou da concessão da aposentadoria por anistia aos seus associados. Na Gerab/BA, mantendo entendimento para emissão de cartas declaratórias de salários e vantagens de associados falecidos, para fazer prova junto ao INSS para pensões e novos benefícios.

No Rio de Janeiro, na Sede da Petrobras, em maio e agosto, mantendo entendimentos com o Serec e o Sejur, para dirimir dúvidas quanto às informações salariais, e no Serec/Asben, negociando a liberação dos pagamentos das diferenças apuradas e informadas pelo INSS.

Na Petros, negociando o pagamento das diferenças autorizadas pelo INSS, para regularização dos benefícios de aposentadoria e/ou pensão por anistia.

INTERCÂMBIO

Continuando com suas metas, a **Abraspet** não se afastou das demais associações de anistiados, mantendo continuamente o intercâmbio com todas elas e um estreito relacionamento, comparecendo aos seguintes eventos:

- Posse da diretoria da Aspene-AL, em janeiro;
- Primeiro Seminário Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas do Sistema Petrobras, realizado em Feira de Santana, em abril;
- Reunião do Sindicato, no Rio de Janeiro, em junho, para debate sobre mudanças no Sistema da Previdência Complementar;
- Reunião em defesa da Petrobras e da Petros, patrocinada pela Aepet e Ambepe, em junho, no Rio de Janeiro;
- IV Congresso Nacional de Dirigentes de Associações de Aposentados e

ANISTIA 20 ANOS

Há 20 anos atrás o Brasil reconciliou-se consigo mesmo, ao conquistar para os seus filhos a anistia política. Foi no dia 28 de agosto de 1979, quando da sanção da Lei de Anistia que resgatou a cidadania de milhares de brasileiros exilados, presos, torturados e perseguidos pela ditadura surgida com o golpe militar de 1964.

A reparação dessa injustiça trouxe de volta à pátria aqueles que sonharam e lutaram por um Brasil mais justo, livre e soberano. Políticos tiveram seus direitos cassados, a imprensa e a cultura foram censuradas, os servidores de informado do regime de exceção investigada a vida de todos que pudessem ameaçar a sua hegemonia, militantes políticos eram assassinados nos porões da ditadura, intelectuais e jovens eram impedidos de exercer minimamente a sua liberdade de expressão - como estudante universitário participei em 1968 da famosa Passada dos 100 Mil no Rio de Janeiro -, muitos partiram para a clandestinidade e para a luta armada como forma de enfrentar o governo militar.

O Brasil viveu o período mais repressor de sua história. Mesmo que isso tenha sido superado em 1984 com a redemocratização do país, não podemos deixar de lembrar os fatos da época, até porque muitos não foram plena-

EXPEDIENTE

Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e Demais Empresas Estatais - ABRASPET.
Endereço: Av. Tancredo Neves, 274 - Bl. B, salas 103 e 104
Casimiro Empressariol Iguares, Petrópolis - Salvador/BA.
Telefone: (71) 336.1967 / 1968. E-mail: abra@abrapet.com.br
Edição: Set 04 - jornalista M.D. 1184, tiragem 1.000 exemplares.
Edição fechada em 30/08/99. Todos os direitos reservados. Não assumirão de inteira responsabilidade da diretoria da ABRASPET. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

O Abraspet Notícias nº 9 reafirmou a defesa da anistia e publicou, nas páginas centrais, a íntegra do documento produzido pelo I Encontro Nacional em Defesa da Anistia

AVANÇO EM ORGANIZAÇÃO E LUTAS

Às portas do terceiro milênio, a ABRASPET tem mostrado a cada dia que está preparada para os desafios que vêm pela frente. Com apenas três anos de fundada, a associação avançou muito em organização e luta, mostrando que quando se tem disposição para o trabalho e para as ações necessárias, todo o restante vem por acréscimo como resultado deste empenho.

Dispondo de sede própria - que foi oficialmente inaugurada no dia 7 de outubro - e toda uma infra-estrutura operacional montada para atender cotidianamente seus associados, a ABRASPET está se tornando verdadeira referência de organização em nível nacional. Todas as questões de relevância para a categoria têm sido acompanhadas de perto pela associação, seja em Brasília, na Bahia ou em qualquer parte onde o



Mesa da solenidade de aniversário. Do esquerda para a direita: Emanuel Rêgo, Geraldo Silvino, jornalista Emiliano José, Mangabeira, vereador Daniel Almeida, Nina e representante dos marinheiros, José Lino Dos Santos

assunto seja tratado. Além disso, com o incremento da política de comunicação direta com seus associados, através de boletins e jornais periódicos, além dos telegramas e telefonemas, a categoria está permanentemente informada dos fatos de

seu interesse e das ações desenvolvidas pela ABRASPET na sua representação.

Veja neste jornal um pouco do que foi a festa de terceiro aniversário da ABRASPET e o peso político do evento.

A inauguração oficial da nova sede foi um momento de reverência e unidade (à esquerda o padre Paulo Araújo, que preside a bênção)



A categoria prestigia o aniversário comemorando em peso à reunião especial

LEIA TAMBÉM

- 3 ANOS DE ABRASPET página 2
- RESGATANDO A NOSSA HISTÓRIA página 3
- AURELIANO CHAVES É HOMENAGEADO página 8

Abrasp Anote os nossos novos telefones: (0xx71) 450-5089 e 450-3949

ANIVERSÁRIO

3 ANOS DE ABRASPET

A ABRASPET realizou no dia 07 de outubro último uma Reunião Especial para comemorar seus três anos de fundação, 20 anos da Anistia Política no Brasil e os 14 anos da assinatura pelo ministro Aureliano Chaves do Aviso 492, que retornou aos quadros de pessoal da Petrobrás cerca de 500 companheiros anistiados.

A programação iniciou-se às 15:30 horas com a bênção pelo reverendo Paulo Avelino Gomes, da Paróquia N.S. da Luz/Pituba, inaugurando oficialmente a sede própria da entidade, ocasião em que também

O desceramento da placa em homenagem ao bravo companheiro Oswaldo Marques de Oliveira foi um dos marcos do aniversário



de Cubatão/Santos, Leda Rezende Campello-Nina, do Rio de Janeiro, Emanuel da Silva Rêgo representando o companheiro Oswaldo Marques de Oliveira, Lino Evangelista dos Santos, representante da União dos Marinheiros Não Anistiados-UMNA e Alan Rodrigues Brandão, representante da ABRASPET em

emocionou os presentes. O vereador Daniel Almeida falou sobre a repercussão da anistia política e seus desdobramentos. Em discurso eloquente, Geraldo Silvino congratulou-se com a direção da ABRASPET por sua atuação e que segundo suas palavras "é a entidade mais bem organizada e mais atuante que os anistiados dispõem no momento".

Emanuel Rêgo prestou homenagens a Oswaldo Marques;



O coquetel deu o tom de confraternização na festa de aniversário



José Lino apresentou a ABRASPET com o livro "Rebelião dos Marinheiros"

foi homenageado o companheiro Oswaldo Marques de Oliveira, baluarte e pioneiro do sindicalismo de petróleo na Bahia, com a colocação da placa "Casa Oswaldo Marques" como está denominada a nova sede da ABRASPET.

Às 16h30, no auditório do Condomínio Centro Empresarial Iguatemi, com a presença de cerca de cento e cinquenta companheiros, familiares e convidados, ocorreu a Reunião Especial, quando discursaram vários oradores, entre eles, o jornalista, escritor, ex-deputado estadual e anistiado político, Emiliano José, o vereador de Salvador pelo PC do B, Daniel Almeida, além dos companheiros Geraldo Silvino de Oliveira representante dos anistiados

Alagoas/Sergipe, todos abordando temas relacionados aos vinte anos da Anistia Política, enquanto o companheiro Mangabeira dissertava sobre os três anos da ABRASPET e os quatorze anos do Aviso 492/85.

Emiliano José falou sobre sua prisão e as torturas de que foi vítima em pronunciamento que

O caso do deputado Hildebrando Pascoal, de repercussão nacional, no que pese toda a crueldade e o banditismo pessoais do "parlamentar", é apenas a ponta de um iceberg que aos poucos está sendo exposto. As ramificações de uma verdadeira máfia do colarinho branco está sendo descoberta nas investigações do narcotráfico, das fraudes, do roubo de cargas etc. Toda essa lama é apenas o outro lado da mesma moeda cuja face se apresenta na política neoliberal e impatriótica imposta pelo governo FHC e os partidos que lhe dão sustentação. As evidências são incontáveis. Na Bahia, mais uma vez é o PFL que se enrosca agora que o líder do governo na Assembleia Legislativa, Pedro Alcântara, apresenta envolvimento com o ladrão de cargas Wander Dornelles. Com tanta sujeira e dinheiro rolando nas mãos de quem deveria estar cuidando do bem estar social, fica claro porque eles não têm tempo nem interesse naquilo que deveria ser sua tarefa: representar o povo.

EXNECIENTE

Diga sim ao Conselho Nacional dos Anistiados Políticos do Estado da Bahia e do Brasil

Endereço: Rua...
Telefone: (71) 450-5089 / 450-3949 / E-mail: abraspet@abraspet.org.br

O informativo Abraspnet Notícias número 11, de outubro a dezembro de 1999, noticiou o terceiro aniversário da Associação, destacando a inauguração de sua sede própria

A homenagem a Oswaldo Marques de Oliveira, que dá nome à sede da Abraspnet, foi um dos destaques do jornal nº 11, no final de 1999, ano em que se comemorou, também, o 20º aniversário da Lei de Anistia

A ABRASPET E A HISTÓRIA DA ANISTIA

A ABRASPET que no último mês de setembro completou três anos de constituição, tem muita história para contar sobre a anistia, os anistiados e suas associações. Nesta edição especial de aniversário não só da nossa querida ABRASPET, mas também, da Lei da Anistia e da assinatura do Ato Ministerial de Reintegração dos Petroleiros Anistiados aos quadros de pessoal da PETROBRÁS, procuraremos relembrar fatos históricos que aconteceram ao longo desses últimos vinte anos.

COMO COMEÇOU

Apesar de punidos, torturados física e mentalmente, muitos exilados ou vivendo clandestinamente, impedidos de exercerem quaisquer atividades, os petroleiros perseguidos pela ditadura militar não se acovardaram. Pelo contrário, espalharam-se pelo país e fora dele na tentativa de emprego que lhes assegurasse o mínimo de sobrevivência com dignidade, permanecendo, ainda que distante uns dos outros, alertas aos acontecimentos políticos do Brasil.

Com a promulgação da Lei 6683, - Lei da Anistia Política, em 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo decreto 84143, de 31 de outubro de 1979, foram os petroleiros ser reconcentrados e formados em pequenos grupos nos estados da Bahia, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Minas Gerais e Sergipe. Posteriormente, reunidos na sede do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1980, resolveram criar a Comissão Nacional dos Anistiados da PETROBRÁS, conforme consta da correspondência enviada ao Conselho de Direitos de Liberdade da Associação Brasileira de Imprensa e Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa, em 26 de janeiro de 1981, aqui reproduzido (documento 1):



Os primeiros passos para se buscar a reparação dos danos que foram causados aos atingidos pela violência dos atos ditatoriais, estavam tomados. Mas, era preciso, muita disposição, muita garra e principalmente muita motivação para continuar lutando pela garantia dos direitos dos anistiados e só a abnegação de alguns companheiros, entre os quais destacamos como exemplar a querida companheira Leda Rezende Campello, carinhosamente chamada Nina - uma guerreira incansável - poderia levar adiante essa grande batalha.

A partir de junho de 1980, aconteceram vários fatos marcantes na história da anistia política dos petroleiros.

Foram concedidos os primeiros atos de anistia pelo MME contemplando com retorno aos quadros da empresa os companheiros Sebastião Lutz dos Santos, Ivon Ferreira, Izaltino Pereira, Severino Luiz da Silva e Benedita Maia da Silva e considerando aposentados Geraldo Silvino de Oliveira, Hélio Brigido, Dinarco Reis Filho, Vítor Medeiros do Paço, Antonio Jacinto Filho, Rubens de Souza, Cid de Cesare Salgado, Florivaldo Maciel Dultra, Mauro Cunha, Paulo Eduardo de Araujo Saboia, Sandoval de Queiroz Barbosa, Silas Conforto, Neuton de Almeida Menezes, Adelino Nogueira Cerqueira, Carlos de Sá Pereira, Glismaro Rocha Portinho, Geraldo Alves Portugal, Lamartine Washington Ramos de Farias, José Pericles do Couto Alves, Gelasio Ayres Fernandes, Raimundo Ferreira Ribeiro, Almary Nunes Rocha, Peregrino Romay Barcellos, Vasco Oscar Nunes, Luiz Marcelo Bertolo Caffé, José Pinheiro Quintas Filho, além de José Cristiano da Silva, Dalton Boechat, Mireno Morado Lutterbach, Murilo de Brito Santos e Benedito Campos Bacelar já falecidos, cujas viúvas puderam obter suas respectivas pensões, cujos atos foram publicados nos D.O.U dos dias 24 e 25 de junho.

Outros atos de anistia se sucederam ao longo dos anos 80, beneficiando companheiros de vários estados. Era o marco da primeira vitória dos anistiados da PETROBRÁS.

Por outro lado, motivos os mais diversos levaram a comissão Nacional dos Anistiados a promover sua primeira reestruturação, fato que ocorreu em Assembléia Geral realizada em 26 de junho de 1981, quando foi escolhida uma nova diretoria e sua sigla como CONAPE, conforme consta do Informativo nº 01 de julho daquele ano, a seguir reproduzido (documento 2).

A partir de então foram criadas as Coordenadorias Regionais PA, AM, RJ, BA, MG, RS, AL/SE, SINDIQUÍMICA/RJ e SP, enquanto a coordenação nacional passou a ser gerida pela companheira Nina que dedicava tempo integral para os assuntos inerentes a Comissão e a Anistia, de maneira incansável, sem qualquer remuneração, ajudada apenas pelo SINDIPETRO/CAXIAS, presidido a época pelo combativo companheiro Armando Gabriel.

Erarn dez, doze horas diárias de trabalho, junto ao Sindicato preparando documentação e requerimentos de anistia: junto ao Ministério do Trabalho solicitando a anistia de companheiros; junto a PETROBRÁS em busca da declaração salarial dos que eram anistiados ou, junto ao antigo INPS para obtenção das aposentadorias excepcionais.



que em princípio ficaram todas centralizadas no estado do Rio de Janeiro.

Foram anos e anos de muito trabalho de muitas tarefas executadas pela valerosa companheira, já que o companheiro Silvino eleito vereador em Santos/SP, ficou impossibilitado de maior participação, fato que se agravou quando do acidente automobilístico que o vitimou. Restou a companheira tocar o barco da antiga CONAPE sozinho, até abril de 1985, o que sempre fez com muito empenho, zelo e dedicação, sendo o verdadeiro e grande baluarte da anistia na PETROBRÁS.

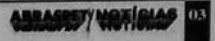
Curioso é que Nina ainda encontrava tempo para secretariar a CNDA - Comissão Nacional em Defesa da Anistia, também com total dedicação.

1 ENCONTRO NACIONAL DOS ANISTIADOS DA PETROBRÁS 2º GRANDE MARCO

Em março de 1985, a CNDA, presidida pelo ator anistiado, Mário Lago, realizou no Rio de Janeiro uma reunião com anistiados de todas as categorias, evento este muito emocionante, onde os anistiados se identificavam e narravam os sofrimentos e torturas que passaram durante o negro período do regime militar. Foi uma reunião em que predominou o emocional com recordações as mais tristonhas e entrecortadas por muitas lágrimas. Lágrimas essas que não fizeram arrefecer a disposição dos punidos para a reconquista de seus direitos individuais.

Foi a partir dessa reunião, que os companheiros Raimundo Lopes/BA, Reynaldo Costa - Mangabeira (BA), Valdovino Souza (RJ) e o saudoso Plínio Pertense (RS), resolveram propor à companheira Nina que solicitasse ao companheiro Silvino a realização de Encontro Nacional de Anistiados da Petrobrás para discutir novas diretrizes de atuação face ao advento da Nova República com a escolha de Tancredino Neves para Presidente do Brasil.

Insistiram os companheiros nessa convocação



DR. AURELIANO CHAVES

SÓCIO BENEMÉRITO DA ABRASPET

Na dia 21 de outubro passado, 25 anistiados abraspetianos foram a Belo Horizonte, homenagear o ex-ministro Aureliano Chaves, com a concessão do título de Sócio Benemérito da ABRASPET, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por aquele homem público à causa dos anistiados.

A outorga do diploma ocorreu na sede do Sindicato dos Jornalistas daquela apreciável cidade mineira, em clima de grande satisfação tendo o presidente da ABRASPET, companheiro Reynaldo Costa - Mangabeira no ato da entrega agradecido o empenho e o senso de justiça demonstrado pelo ex-ministro de Minas e Energia, para equacionar os problemas relativos a anistia na Petrobrás, e que resultou na assinatura do Aviso Ministerial nº 492, a 18 de outubro de 1985.

Mangabeira destacou os valores éticos e morais do ilustre homem público, único ministro da República que atendeu aos anseios dos anistiados numa firme e corajosa decisão. Falaram ainda os companheiros Valter de Assis representando os anistiados de Minas Gerais, Vivaldo Neves representando os anistiados do Amazonas, Heitor Pereira presidente da CAEPET, que também representou a AEPET, e Emanuel Régio representando a ASTAPERJ além da jornalista Dinorah Camo, presidente do Sindicato dos Jornalistas/MG, do cientista político Dr. Edmar Fonseca, do ex-presidente do SINDIPETRO/MG, Luiz Maia, do ex-deputado e ex-diretor da Petrobrás, Dr. José Machado Sobrinho e do ex-deputado Mário Lima, todos ensaltecando o ca-

O presidente da ABRASPET, Reynaldo - Mangabeira, no ato solene de outorga do título de Sócio Benemérito ao ex-Ministro Aureliano Chaves



ráter digno e justo do Dr. Aureliano Chaves e o trabalho por ele desenvolvido para o engrandecimento da nação quando de sua passagem na vida pública brasileira ao tempo em que apelavam para o seu retorno ao cenário político do país.

Após ouvir os oradores que o antecedem o Dr. Aureliano Chaves sensibilizado com o carinho demonstrado pelos anistiados abordou a política nacional desde o passado até promulgação da anistia, citando inclusive, as insurreições de Tabocas e Guararapes lideradas por André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e João Fernandes Vieira que terminou com a expulsão dos holandeses do solo brasileiro, em belo e eloquente improviso que arrancou incont-

áveis aplausos dos presentes. Foi sem dúvida alguma, uma bela festa que contou com a presença de anistiados da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Amazonas, de autoridades e de convidados, tendo o Dr. Aureliano Chaves acompanhado da sua ilustre esposa, carinhosamente chamada de dona Vivi, da sua filha Maria Cecília e de irmãs e cunhados.

Foi uma homenagem justíssima prestada pela ABRASPET e seus associados para um ilustre conicidado que muito fez pelos anistiados da Petrobrás.

A ABRASPET espera e confia que homenagens desse qualite sejam igualmente programadas pela associações co-irmãs representativa de anistiados políticos do Sistema Petrobrás.



Cecília e Dona Vivi, filha e esposa do homenageado (direita), presenças marcantes



O auditório do Sindicato dos Jornalistas de Belo Horizonte ficou pequeno para a numerosa platéia. A esquerda a presença alegre da delegação baiana. À direita, o companheiro Sílvio Rezende, anistiado de Minas Gerais



Pouco tempo após sua fundação, a Abraspet já mostrava o cuidado com a memória do movimento dos anistiados e sua organização. O Informativo 11 começava a contar a história da anistia e a luta pela reparação das injustiças

A Abraspet concedeu o título de Sócio Benemérito ao ex-ministro Aureliano Chaves, que há 14 anos havia assinado o Aviso 492, fazendo retornar aos quadros da Petrobrás cerca de 500 anistiados. O informativo da entidade noticiou a iniciativa

Pensionistas do Sistema Petrobras, coordenado pela Astape, em julho, na cidade de Santos - SP.

ÁREA SOCIAL

Cumprindo com o previsto estatutariamente, no campo social, a **Abraspet** implantou o benefício Ajuda a Funeral de Associado – AFA. Também firmou convênios com clínicas e profissionais de saúde para assistência médica-odontológica e com escritório de advocacia, para assistência jurídica, visando maior comodidade e economia aos seus associados.

● 2000

Esse ano foi marcado pelo trabalho da Comissão para Aperfeiçoamento do Processo de Anistia, que havia sido constituída pelo Ministério da Justiça em 9 de novembro de 1999, através da Portaria 603, e que apresentou a conclusão dos trabalhos em 31 de março de 2000.

A **Abraspet** acompanhou todas as atividades da Comissão. Durante sete meses de participação efetiva, desde a realização do Encontro Nacional em defesa da Anistia, em agosto de 1999, passando pela constituição e posse da Comissão, até o final dos seus trabalhos, a **Abraspet** acompanhou “in loco” todas as reuniões, apresentando, inclusive, sugestões significativas para elaboração da nova legislação da anistia.

Só em julho de 2000, o texto resultante dos trabalhos da Comissão foi enviado pelo Ministério da Justiça ao ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República (SGP), Aloísio Nunes, que estava em gozo de férias, atrasando assim sua apreciação.

A minuta da medida provisória elaborada pela Comissão, que já havia sido entregue pelo ministro José Carlos Dias, com sua exoneração, voltou para o Ministério da Justiça para apreciação do seu novo titular, José Gregori, quando,

ABRASPET/NOTÍCIAS

Março e Abril / 2000 EDIÇÃO NACIONAL Ano IV nº13

ANISTIA

TEXTO DE APERFEIÇOAMENTO PRONTO PARA CONVERTER-SE EM NOVA LEGISLAÇÃO

A Comissão para Aperfeiçoamento do Processo de Anistia constituída em 09 de novembro de 1999, pelo Ministério da Justiça através da Portaria n° 603, concluiu seus trabalhos no dia 31 de março último, ocasião em que fez entrega ao Ministro daquela pasta a minuta do projeto da nova legislação que deverá ser aplicada para os anistiados e seus sucessores beneficiários.

A ABRASPET na qualidade de entidade aglutinadora de anistiados políticos, atuando-se na sua linha de atuação em defesa da causa e dos direitos dos anistiados e seus sucessores, esteve presente, como sempre, a todos os atos que resultaram em mais essa conquista. Foram cerca de sete meses de participação efetiva desde a realização do Encontro Nacional em defesa da Anistia ocorrido em agosto/99, idealizado e organizado pelo bravo e competente companheiro Ricardo Zaratini Filho, passando pela audiência com o Presidente F. H. C. e pela constituição e posse da Comissão até o final dos seus trabalhos, acompanhando *in loco* todas as suas reuniões e apresentando, inclusive, sugestões significativas para elaboração da nova legislação da anistia.

Embora tenha se chegado a conclusão dessa primeira fase de trabalho, há a lamentar o retardamento do seu início face as divergências quanto a escolha dos representantes dos anistiados. Essa escolha, conforme instruções da Secretaria Geral da Presidência da República

deveria ser realizada através de votação das entidades representativas dos anistiados em pleito direto enviado àquela Secretaria.

Após realizada a votação que indicou os companheiros Ricardo Zaratini Filho, Carlos Fernandes e o jurista Marcelo Cerqueira, este convidado pela ABRASPET e ASTAPE/ RJ, sugeriram divergências levando o Governo a substituir aqueles depositários da confiança dos anistiados, por respeitadas e renomadas juristas identificadas com as causas dos presos políticos e portanto qualificados para a defesa dos direitos dos anistiados.

É de esclarecer que a indicação desses juristas não partiu de qualquer entidade associativa de anistiados, mesmo porque outros haviam sido escolhidos por meio do voto universal e direto, usual dos regimes democráticos.

Outras etapas estão por vir e em todas elas com certeza a ABRASPET estará presente.

EDITORIAL

Avalanche de Escândalos

Multiplicam-se os escândalos estampados nos jornais e alardeados pela televisão. E isso é apenas uma fração do que acontece no país e que por diversos interesses escusos nem sequer chegam ao conhecimento público.

O Brasil completa 500 anos de descobrimento em meio a um mar de lama e mostrando ao mundo a fragilidade de sua classe dominante, que até hoje só sabe tratar índio e povo na base da repressão.

Leia o nosso editorial na página 2.

Anote os nossos novos telefones:
(0xx71)
450-5089 e 450-3948

MOTIVOS PARA REGULAMENTAÇÃO DA ANISTIA páginas 3, 4 e 6

BALANÇO E DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DE 1999 página 3

No marco dos 500 anos do descobrimento do Brasil, o Informativo número 13, de março e abril de 2000, destacava a luta pelo aperfeiçoamento da anistia e denunciava o “mar de lama” em que o País era jogado pelos sucessivos escândalos políticos

ABRASPET/NOTÍCIAS

Maio - Julho 2000

EDIÇÃO NACIONAL

Ano IV - nº 14

NOVA LEGISLAÇÃO DA ANISTIA:

TRAMITAÇÃO DO TEXTO É LENTA

Apesar de concluído em março passado e imediatamente encaminhado ao Ministério da Justiça, acompanhado de Exposição de Motivos, o texto resultante dos trabalhos da comissão instituída pelo presidente da República para o aperfeiçoamento do processo da anistia ainda não conseguiu emplacar.

Só agora, em julho, o texto foi encaminhado pelo Ministério da Justiça para o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Aloysio Nunes. O detalhe é que agora o ministro está em férias e só apreciará o documento quando retornar.

A minuta da Medida Provisória elaborada pela comissão que já tinha sido entregue ao Secretário Geral da Presidência da República pelo ex-ministro José Carlos Dias, com a sua exoneração voltou para o Ministério da Justiça para apreciação do seu novo

titular, Dr. José Gregori, começando a partir daí as dificuldades para a sua tramitação.

De início, alegando exiguidade de tempo face as comemorações dos 500 anos do descobrimento e seus grotescos desdobramentos, o ministro postergou por cerca de cinquenta dias sua apreciação. Após esse prazo de paralisação, o Dr. José Gregori encaminhou o projeto para o Ministério da Defesa, cujo titular deveria também apreciar, dar seu parecer e devolver ao Ministério da Justiça, de onde seria encaminhado para a Secretaria Geral da Presidência e, daí, finalmente para sanção presidencial e publicação.

MARINHA OBSTRUÍU O QUANTO PODE

Ao chegar no Ministério da Defesa, entretanto o projeto empacou.

Segundo informações, oficiais militares da Marinha inconformados com a anistia para os marinheiros e fuzileiros navais obstruíram o quanto puderam a tramitação. No entendimento desses oficiais aqueles praças foram punidos por ato disciplinar por insubordinação e não por motivos políticos.

A alegação além de pueril, revestida de mais um dos muitos atos de injustiça praticados contra os marinheiros e fuzileiros navais que vêm lutando há vinte e um anos pela declaração da condição de anistiado que por direito e por lei lhes é assegurada e que inclusive já contam com decisões favoráveis ao reconhecimento da anistia pelo STF.

Todo brasileiro que vivenciou a época do Golpe Militar de 1964, conhece a história dos marujos que lutaram pela manutenção da legalidade e do poder constituído. Todos lembram-se do grande ato público de apoio ao presidente João Goulart prestado pelos marinheiros na Central do Brasil. Todos lembram-se também da deposição das armas pelos fuzileiros navais quando ordenados a avançar contra seus companheiros de farda e irmãos brasileiros.

Atos políticos dessa envergadura, não podem ser considerados como de insubordinação disciplinar. Como dizer que este não era um momento político delicado por que passava toda a nação, aí incluída a Marinha e seus componentes? Como fazer crer que não houve conotação ou motivo político para as punições aplicadas aos marujos e fuzileiros navais?

ABRASPET NA INTERNET

Além de rimar, a entrada da ABRASPET na Internet é uma necessidade. Vivemos num mundo onde a velocidade das informações é cada vez maior, onde as distâncias não são mais medidas em dias nem horas, mas em minutos e segundos.

Com associados nos mais diversos locais, é a ABRASPET que tem que se esforçar para chegar até o associado. Até agora nossa entidade vem fazendo isso através de cartas, telegramas e, é claro, deste nosso jornal. Mas, já não basta.

Com nossa "home-page", queremos abrir uma verdadeira sub-sede em domicílio. É a ABRASPET 24 horas, em sua casa, na hora que você quiser. Queremos disponibilizar informações, dicas, atendimento personalizado e muito mais. E não queremos fazer isso sozinhos, esperamos pela sua participação, com sugestões, críticas, observações e solicitações. Afinal você, associado, é a nossa razão de ser. A partir de agosto, nosso novo endereço é www.abraspet.org.br - visite a ABRASPET na Internet.

O Abraspét Notícias número 14, de maio a julho de 2000, reclamava contra a lentidão do processo de aperfeiçoamento da anistia no Brasil. Anunciava, também, a entrada da entidade na internet, com o lançamento da sua primeira página eletrônica

EDITORIAL

MÁFIA NO PLANALTO ?

Mais um escândalo emerge das entranhas do governo Fernando H. Cardoso. O pior é que este tem cheiro de reprise, lembra o passado recente, quando um outro presidente, também chamado Fernando, o Collor, colocou no poder uma verdadeira máfia para fazer da máquina governamental o seu balcão particular de negócios. Não é por acaso que o ex-secretário-geral da Presidência da República e tesoureiro das duas campanhas políticas de FHC, Eduardo Jorge Caldas, está sendo comparado a Paulo César Farias, o PC, tesoureiro de Collor e homem envolvido com o crime organizado na "República das Alagoas". O estopim da crise desta vez é muito mais complicado, e milhares de vezes mais caro. Não é um automóvel, mas um imóvel: o Fórum Trabalhista de São Paulo, obra que sofreu um desvio de R\$169 milhões e até hoje não ficou pronta.

Há mais de um ano que a Polícia Federal e Agência Brasileira de Informações (Abin) investigam o caso, tentando rastrear o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de S. Paulo, hoje com prisão decretada e foragido da Justiça. A investigação resultou recentemente na cassação e prisão do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF), e vem abrindo uma crise sem precedentes no alto escalão do governo federal, que parece estar envolvido até o pescoço nesse mar de lama, corrupção e favorecimentos.

A divulgação pela revista Isto! (www.isto.com.br), de fitas com conversas gravadas com o juiz Lalau (Nicolau), jogou "areia no ventilador", espalhando a sujeira para todos os lados. O juiz incrimina diretamente Eduardo Jorge, Luiz Estevão, o se-

TROFEU PÉ-DE-FERRO DO ANO



gador Romeu Tuma e seu filho, deputado Robson Tuma, e o ministro Martus Tavares, do MOG, no esquema de liberação de verbas para a obra do TRT. Todos no Planalto parecem agora preocupados em livrar o presidente FHC do escândalo.

A Procuradoria da República está investigando e apurando os envolvimento de todos os denunciados. Eduardo Jorge será convocado a depor e terá quebrado seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. O ministro Martus Tavares pode ser o próximo. O procurador Luiz Francisco Fernandes de Souza anunciou ainda que vai ajuizar ação contra o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, por não colaborar na localização do dinheiro desviado. O Ministério Público está agindo rápido no caso, en-

quanto o Congresso em recesso nada definiu ainda. Os parlamentares de oposição têm reiterado a necessidade de uma CPI para apurar os fatos em profundidade, mas a bancada governista pretende impedir isso.

Segundo publicado no jornal A Tarde do dia 17/07 (pág. 9), o senador ACM promoveu um almoço do qual participaram o chefe da Casa Civil, Pedro Parente, os ministros das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e da Previdência Waldeck Ornêlas, além do governador da Bahia, César Borges (PFL), e do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), para "afinar o tom com que todos vão tratar o episódio". Ao invés de buscar apuração, decidiram montar uma ofensiva para desqualificar a autenticidade das fitas divulgadas.

Mantenha sempre seu endereço e telefone atualizados junto à ABRASPET. Assim as informações que lhe interessam vão chegar mais rápido, e você não corre o risco de perder nada importante por falta de contato.

EXPEDIENTE

Órgão oficial da ABRASPET
Associação Brasileira dos Anistiados Políticos de Situação Penalizada e Demais Empregos Exatos.
Endereço: Av. Senador Nogueira, 212, 82.8, CEP: 08121-104
Cidade Empresarial Aparcestr. Pinho, Salvador-BA. Telef: (71) 410-1000 e 410-1000
E-mail: abraspet@abraspet.com.br
Edição: N.º 54 (1976-1984); N.º 55 (1985-1999) completas. Edição fechada em 2007-2008.
Diretor: Reynaldo Melo da Costa (Supervisor) - Presidente: Raimundo Lopes - Vice-Presidente: José Paulo de Brito - Secretário: José Antonio Ramos - 2º Secretário: Nilo Caldeira de Moraes Filho - Tesoureiro: Olimário de Oliveira Malta - 2º Tesoureiro.
Todos os materiais publicados são de inteira responsabilidade da Diretoria da Associação.
Distribuição gratuita.

ABRASPET/NOTÍCIAS

O número 14 trouxe, em seu editorial, um dos maiores escândalos do governo FHC, que foi a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, envolvendo o então juiz Nicolau dos Santos Neto, que ficou conhecido como "juiz Lalau". O desvio de R\$169 milhões foi um dos maiores escândalos do governo FHC e a bancada de políticos baianos, então capitaneada por Antonio Carlos Magalhães, se articulou para defender os corruptos e não para pedir a apuração do caso

então, começaram as dificuldades para sua tramitação, sob a alegação de exiguidade de tempo face às comemorações dos 500 anos do descobrimento.

Após um período paralisado, o ministro Gregori encaminhou o projeto ao Ministério da Defesa para parecer do seu titular e devolução ao Ministério da Justiça, de onde seria encaminhado para a SGP e, daí, para sanção presidencial e publicação.

Ao chegar ao Ministério da Defesa, o projeto empacou. Oficiais da Marinha, inconformados com a anistia para marinheiros e fuzileiros navais, obstuíram ao máximo a tramitação, sob alegação de que os mesmos foram punidos por indisciplina e não por motivos políticos.

Na tentativa de agilizar a tramitação do projeto, em 29 de junho, as entidades dos anistiados, aí incluída a **Abraspnet**, reuniram-se com o ministro José Gregori, acompanhado dos deputados Luiz Antônio de Medeiros e Sérgio Novaes. Naquele encontro, o ministro Gregori revelou que um dos membros da Comissão ofereceu sugestões modificativas ao aludido projeto que poderiam subtrair alguns artigos pretendidos originalmente.

Ante a decepção causada, os representantes dos anistiados dirigiram-se à Secretaria Geral da Presidência da República, onde foram recebidos pelo assessor presidencial João Faustino, de quem obtiveram a garantia de que qualquer mudança do texto da nova legislação só poderia ser efetuada com a participação das Associações representativas dos anistiados.

Nesse processo de negociação, a **Abraspnet** representou, a pedido, os companheiros Wilson Afonso (Banco do Brasil - RS), Tertuliano Ferreira (Associação dos Metalúrgicos da Usiminas - MG), Darcy Leite (Sindicato dos Bancários - PE), José Ferreira (Associação Beneficiários de Guaraparí - ES), Aybere Ferreira (Apap - PE), Elísio Arimateia (Banco do Nordeste - CE) e Arribamar Souza (militares - CE).

No final de agosto, juntamente com as demais entidades de anistiados de todo o país, a **Abraspnet** se fez presente em Brasília para cobrar a edição da Medida Provisória da Anistia e participar da sessão solene na Câmara Federal, realizada no dia 22, que marcou a passagem dos 21 anos da anistia. Foi uma semana pontuada por reuniões de trabalho e contato com parlamenta-

ABRASPET/NOTÍCIAS

Agosto e Setembro / 2000 EDIÇÃO NACIONAL Ano IV n.º 15

21 ANOS DEPOIS A ANISTIA AINDA NÃO ESTÁ COMPLETA



Sessão Solene na Câmara Federal anistiados em 21 anos da Lei de Anistia

O presidente da ABRASPET, Magalhães, apresenta o documento de reivindicações dos anistiados.

Completar o tempo da maioridade parece não significar nada quando o assunto é anistia. No que pese todo o empenho e a árdua luta travada ao longo dos últimos 21 anos, a abrangência da anistia ainda está incompleta. Desde o seu nascedouro que a Lei de Anistia é considerada muito aquém das necessidades do país e daquilo que clama o povo brasileiro. Uma anistia que serviu para torturadores igualmente como para os democratas que lutaram contra a ditadura. Uma anistia que até hoje não chegou para muitos concida-

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

Alertamos todos os companheiros anistiados que o prazo para acionar o INSS com vistas ao restabelecimento da parcela remuneratória intitulada de Gratificação de Férias, será encerrado no dia 10 de outubro próximo. Aqueles que ainda não ingressaram com o respectivo processo, devem procurar a ABRASPET para maiores esclarecimentos com a máxima brevidade.

A luta, entretanto, continua. Todas as entidades que congregam anistiados e que propugnam pela sua abrangência maior estão firmes e fortes na pressão para que o presidente FHC edite finalmente a Medida Provisória engavetada pelo Ministério da Defesa (nesta edição publicamos o texto da MP na íntegra).

No final de agosto a ABRASPET, juntamente com entidades de todo o país, se fez presente em Brasília para cobrar a edição da MP da Anistia. Além de participar da sessão solene na Câmara Federal, que no dia 22 de agosto marcou a passagem dos 21 anos de Anistia, aquela semana foi pontuada por reuniões de trabalho e contatos com parlamentares e autoridades do governo federal. Como resultado a MP foi desengavetada, mas ainda enfrenta pesada resistência de parcela do comando das Forças Armadas, em especial da Marinha, que não quer ver anistiados marinheiros e fuzileiros navais que resistiram ao golpe de 64 e sofre com punições até hoje.

A VERDADE SOBRE A SITUAÇÃO DOS ANISTIADOS

..... página 2

CRESCER O MOVIMENTO PELA COMPLETA REGULAMENTAÇÃO DA ANISTIA

..... página 5

LEIA A ÍNTEGRA DA MEDIDA PROVISÓRIA DA ANISTIA

..... Encarte

Anote nossos telefones
(0xx71)
450-5089
e
450-3949

Visite nossa Home-page: www.abraspet.org.br

O informativo Abraspnet Notícias número 15, de agosto/setembro de 2000, destacou o aniversário de 21 anos da Lei de Anistia, reclamando as ações necessárias à sua plena implementação

EDITORIAL

AMAZÔNIA AMEAÇADA

Sob pretexto de combater o narcotráfico, o mais novo recruta dos Estados Unidos que se abate sobre a América Latina pode ter como porta de entrada a Colômbia. Em recente visita ao país, o presidente norte-americano, Bill Clinton...

As invés de apresentar uma política de apoio financeiro para os áreas sociais mais carentes do país, os Estados Unidos investem pesado em procedimentos militares e apoio bélico para combater a guerrilha que se instalou na Colômbia...

A bem da verdade praticamente toda a produção de drogas da Colômbia tem como comprador final o mercado norte-americano. Trata-se de um negócio de bilhões de dólares que está acima da possibilidade de controle da polícia e do governo colombiano...

Por trás deste discurso que se pretende politicamente correto, pode e provavelmente está o interesse norte-americano sobre a biodiversidade e o mineral de recursos e riquezas que é a floresta amazônica...

ABBASPET/NOTÍCIAS

ANISTIA

RESISTÊNCIA MILITAR IMPEDE EDIÇÃO DA MP

A Medida Provisória de Regulamentação do Processo da Anistia Política, cujo projeto foi elaborado pela Comissão constituída em setembro de 1999...

Corroborando com esses setores o titular da pasta da Defesa, Dr. Geraldo Quintão, numa atitude nada condizente com o cargo de ministro que ocupa...

lixo. Uma posição antitética, desrespeitosa e antidemocrática.

O ministro deveria respeitar os componentes da dupla Comissão que chamados pelo ministro da Justiça prestaram relevantes serviços ao País, sem qualquer remuneração...

A ABRASPET, junto com as demais associações de anistiados, como sempre, não tem medido esforços no sentido de ver aprovada, assinada e editada a Medida Provisória...

Caso estivéssemos vivendo em um País sério, onde os subalternos acatam os ordens emanados pelo mais alto escalão do poder...

seu subalterno - não teria condições de reter por tanto tempo um projeto do desejo do seu presidente.

LÍDER DO GOVERNO APÓIA MP

Durante as sessões das entidades representativas dos anistiados em Brasília, no final de agosto, conseguimos o compromisso de empenho pessoal do deputado Arthur Virgílio Neto...

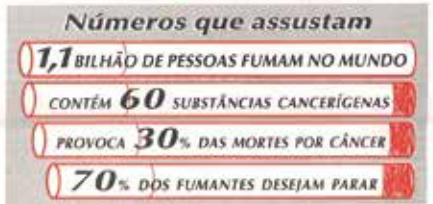
A ABRASPET, junto com as demais associações de anistiados, como sempre, não tem medido esforços no sentido de ver aprovada, assinada e editada a Medida Provisória...

CIGARRO MATA MAIS QUE EPIDEMIAS

Muitas outras iniciativas como o Dia Nacional de Combate ao Fumo promovido no dia 29 de agosto passado precisam continuar a ocorrer no Brasil. Não se pode negar que a legislação quanto à publicidade de cigarros já evoluiu bastante...

Está cientificamente e clinicamente provado que o cigarro só traz benefícios para seus fabricantes e anunciantes. Rios de dinheiro correm no mercado publicitário e na comercialização desta droga...

As estatísticas são alarmantes.



São tantas as doenças provocadas pelo fumo que nem o governo nem as instituições de saúde são capazes de avaliar o número de pessoas que são vítimas do tabagismo. Nem qual a extensão do estrago para os cofres públicos que acenam com os cuidados médicos e hospitalares necessários...

personas. Sim, porque a indústria do tabaco fica com os lucros das vendas, mas não desembolsa um centavo sequer no atendimento direto às suas vítimas.

Os mortos em decorrência do vício do cigarro, entretanto podem ser contados: são oito brasileiros a cada hora. No mundo, são quatro milhões de mortes por ano, o que é a impressionante cifra de uma vida perdida a cada oito segundos em decorrência do fumo...

E. N. P. E. D. I. E. N. T. E. Órgão oficial de divulgação Brasileira das Instituições Políticas de Sistema Partidário e Democrático Empunhado - ABRASPET. Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, 30 A, Torre 101 e 102, Centro Empresarial Iguaçu, Fátima, Salvador, BA. Telefone: (71) 326-1418 e 376-1922.

CRESCE MOVIMENTAÇÃO PELA COMPLETA REGULAMENTAÇÃO DA ANISTIA

Publicamos aqui o teor do fax enviado pelo Deputado Arthur Virgílio ao companheiro José Wilson, presidente da AMPLA, que coordenou os reencontros dos anistiados em Brasília, no período de 22 a 29 de agosto último e sua carta resposta, bem como carta do ex-deputado por Minas Gerais, João Paulo Pires Vasconcelos, ao Bispo Dom Cláudio Hummes da CNBB.

Estes documentos dão a exata dimensão da importância da questão e mostram a crescente mobilização da sociedade para que a Anistia venha uma dia a ser verdadeiramente ampla, geral e irrestrita.

Dr. João Paulo Pires Vasconcelos Para: Dom Cláudio Hummes

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2000

Caro D. Cláudio,

Estive na CNBB ontem e hoje. Conversei com D. Jaime Chemele, com Chico Withacker, com D. Raimundo Damasceno, com D. Gerardo Quintão, sobrinho de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Mineiro, de família amiga.

Meus contatos com os perseguidos foram muito estreitos. Pode dizer-se a maioria das pessoas e as consequências sociais e familiares das perseguições políticas. Principalmente as sofridas pelos militares cassados.

Para se ter idéia, existem ainda três punidos em 1955, ainda não anistiados. Da campanha do "petróleo é nosso" (1953), cerca de dez continuam amargando as suas punições. O militar vira soldado misto, desmilitarmente, inflexíveis. Embora tenham sido contemplados com anistia em todas as normas legais os Comandos teimam devido à imprevidência da lei.

São pessoas na faixa etária compreendida entre 75 e 85 anos. Merecem o nosso respeito e nossa admiração. Não ensorecem. Latam sempre. Existem ainda os militares cassados em 1964. A Marinha é a mais resistente e intransigente nesta sensível questão militar. Segundo as informações de que disponho são ao todo 800 pessoas, de todas as armas, além dos civis quanto aos quais não há dúvida.

Respeitosamente, João Paulo Pires Vasconcelos

CÂMARA DOS DEPUTADOS Manaus, 29.08.00 Caro Wilson, A lei protege dentro do Governo. Por mim é inquestionável a legitimidade do pleito de vocês. E é dever do Estado atendê-los. Sonho em 13.000 poderes estar em Brasília. A lei está inerte, imóvel por aqui. Mas tenho falado com o Sr. Gregori, que torce por vocês internamente. Eu, sr. hoje, estou na rua que vem, estou com vocês na causa justa que os levou a Brasília. Afetuousa Abreço do Arthur Virgílio Neto

"AMPLA" - Associação de defesa dos Direitos e Pró-Anistia Ampla dos Atingidos por Atos Inconstitucionais

Em 31.08.2000

Exmº Sr. Deputado ARTHUR VIRGÍLIO NETO DD. Líder do Governo no Congresso

Ha anos lutamos por uma explicitação das leis de anistia. O Governo, pela presente ação do Sr. Presidente em atender nosso pedido conduzido por V. Excia, em agosto de 1999, criou uma expectativa nacional, muito grande. Concluído o Projeto, este instante.

V.Excia, conduziu-nos novamente ao esplendor da esperança com um acompanhamento e uma expectativa de pronta solução, tanto que aceitou o deslocamento de mais companheiros para Brasília. Somos conscientes de que V.Excia, nunca assumiu compromisso de imediata solução e sim de estreito acompanhamento. Mas o Senhor Ministro Gregori balizou-nos ao dizer o "iminentemente desfeito de uma solução" na presença de V.Excia.

Tudo isto levou-nos a crer que algo muito próximo do final estava para acontecer, fosse qual fosse esse final. Registre-se que lastimoso não saber qual é o espedalho para, quem sabe, auxiliarmos na remoção.

Agradecemos e reconhecemos que V.Excia, confirmou materialmente a solidariedade na defesa de uma causa que a tantos angústia. A angústia cria desgaste, tortura, desesperança, que leva ao desânimo. O Brasil é signatário de Tratados contra a tortura, mas nossos velhos, de cabelos brancos, famílias e vidas destruídas no passado estão sendo levados no-

Com nossa admiração, o nosso respeito abraço.

JOSÉ WILSON Presidente da AMPLA e Coordenador dos trabalhos ora encerrados

P.S. - Como ficam os Governos do RS, PR, SC, RJ, MG, comparando-se o mesmo problema?

ABBASPET/NOTÍCIAS

A mobilização pela regulamentação completa da Lei de Anistia foi o tema tratado na página 3 da edição 15 do Abraspnet Notícias, reproduzindo correspondência da Ampla - Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Inconstitucionais

A ÍNTEGRA DA MEDIDA PROVISÓRIA DA ANISTIA

Medida Provisória nº
de de de 2000

Dispõe sobre o Regime Excepcional do Anistiado Político e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62.º da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei.

Capítulo I

Do Regime Excepcional do Anistiado Político

Art. 1.º O Regime Excepcional do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:

I - declaração da qualidade de anistiado político;

II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada;

III - pagamento, pela empresa, da remuneração referente aos períodos de suspensão disciplinar dos empregados públicos, punidos por motivo político, de 5 de outubro de 1988 a 5 de março de 1993, na condição de dirigentes e representantes sindicais não demitidos, e, quanto aos demitidos, reintegração ao emprego, na mesma entidade empregadora ou em sua sucessora, com observância de todos os direitos;

IV - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundado temor de punição, por motivo político, dispensando o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias;

V - readmissão dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, a partir de 1979, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão a greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional, ou por motivo político;

VI - para o punido na condição de estudante, readmissão no período letivo interrompido, em escola pública, até a conclusão do curso, ou, para os que concluíram curso em instituições de ensino no Exterior, registro do respectivo diploma, após avaliação em estabelecimento oficial de ensino indicado pelo Ministério da Educação;

VII - recuperação de postos ou patentes quanto aos foram punidos de 16 de julho de 1934 a 2 de setembro de 1961.

Capítulo II

Da Declaração da Qualidade de Anistiado Político

Art. 2.º Serão declarados anistiados políticos os que, no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988:

I - foram atingidos, em decorrência de motivo político;

a) por atos de execução na plena abrangência do termo;

b) por atos institucionais ou complementares;

c) por punições disciplinares de caráter civil ou militar, ainda que com fundamento na legislação comum;

II - sendo trabalhadores do setor privado, ou dirigentes e representantes sindicais regularmente eleitos pela respectiva categoria laboral:

a) por motivo político tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas ou sindicais que exerciam;

b) tiveram o seu contrato de trabalho rescindido ou foram destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regionais pela legislação social;

c) por motivo político incorreram em faltas aos serviços.

III - foram impedidos, por motivo político, de exercer atividade profissional em virtude de pressões ostensivas, expedientes oficiais sigilosos, ou fundado temor de punição;

IV - na condição de servidores públicos civis ou empregados em todos os níveis

de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas de economia mista ou sob controle estatal foram punidos ou demitidos por motivo político, ou por interrupção de atividades profissionais, em decorrência de decisão de trabalhadores;

V - sendo estudantes, foram punidos por atos institucionais ou complementares ou sofreram punição disciplinar por motivo político;

VI - sendo aluno de escolas de formação militar, foram afastados de seus cursos por motivo político e, conseqüentemente, impedidos de ter acesso à graduação e ao oficialato;

VII - foram punidos, por motivo político, quando já se encontravam em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados;

VIII - foram punidos, por motivo político, com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades, impondo-se mudança de local de residência;

IX - foram punidos, por motivo político, com perda de comissões já incorporadas ao contrato de trabalho;

X - foram impedidas de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência de quaisquer atos oficiais reservados, dos ministérios militares;

XI - foram, em decorrência de quaisquer atos oficiais reservados, dos ministérios militares, atingidos de alguma forma em sua atividade profissional;

XII - foram compelidos a afastar-se de suas atividades profissionais remuneradas, para acompanhar o cônjuge nas situações definidas nos artigos 1.º IV e 2.º VIII, desta Medida Provisória;

XIII - tiveram cassados, por motivo político, seus mandatos eletivos nos Poderes Legislativo ou Executivo, em todos os níveis de governo.

Art. 3.º Serão também declarados anistiados políticos aqueles que:

I - no período compreendido de 16 de julho de 1934 ao Ato Adicional de 2 de setembro de 1961 foram anistiados por outros diplomas legais;

II - na condição de dirigentes ou representantes sindicais, sofreram punições, em virtude de motivo político, por parti-

cipação em movimento reivindicatório ou outra modalidade de exercício de mandato ou de representação sindical, no período compreendido de 5 de outubro de 1988 a 5 de março de 1993;

III - sendo servidores públicos, punidos por motivo político, não requereram retorno ou reversão à atividade, no prazo que transcorreu de 28 de agosto de 1979 a 26 de dezembro do mesmo ano, ou tiveram o seu pedido indeferido, arquivado ou não conhecido e tampouco foram considerados aposentados, ou transferidos para a reserva ou reformados.

IV - foram indiciados ou condenados com fundamento na legislação penal militar, por atos praticados, por motivo político no período de 1.º de janeiro a 31 de março, de 1964.

Capítulo III

Da Reparação Econômica de Caráter Indenizatório

Art. 4.º A reparação econômica será prestada de uma só vez ou em forma de prestação mensal, permanente e continuada, à conta do Tesouro Nacional.

Capítulo IV

Da Reparação Econômica em Prestação Única

Art. 5.º A reparação econômica em prestação única será devida aos anistiados políticos que foram punidos na forma do art. 2.º, V, VIII e IX, desta Medida Provisória.

Art. 6.º A reparação econômica em prestação única consistirá no pagamento da importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicada pelo número de anos decorridos da data do ato punitivo até 5 de outubro de 1988 ou a do dia em que cessaram os efeitos da punição.

Parágrafo único - Computa-se como um ano a parcela restante superior a seis meses.

Capítulo V

Da Reparação Econômica em Prestação Mensal, Permanente e Continuada

Art. 7.º A reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada será assegurada aos anistiados políticos que foram, por motivo político, demitidos, licenciados, desligados, expulsos ou de qualquer forma compelidos de afastamento de suas atividades remuneradas, bem como impedidos de exercer atividades profissionais remuneradas, ainda que já se encontravam aposentados, transferi-

ABRASPET / NOTÍCIAS

Novembro/Dezembro-2000

EDIÇÃO NACIONAL

Ano IV

nº 16

BASTA DE MENTIRAS !

A VERDADEIRA SITUAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA.

Ao longo desses últimos nove meses os anistiados políticos vêm sendo enganados com falsas promessas pelo Ministério da Justiça.

As enrolações se sucedem desavergonhadamente desde de março passado quando do encerramento dos trabalhos da Comissão Especial instituída por decreto presidencial no âmbito do Ministério da Justiça para o aperfeiçoamento do processo da anistia.

De novembro de 1999, quando foi designada por portaria do então Ministro José Carlos Dias a março de 2000, essa Comissão reuniu-se semanalmente, colhendo subsídios e ouvindo entre outros, entidades de anistiados com vistas a possibilitar a adoção de uma norma legal regulamentar do referido processo que acabe em definitivo com as várias interpretações hoje existentes, quase todas prejudiciais aos anistiados e seus sucessores.

Considerando a urgência do assunto, a Comissão composta por renomados juristas e representantes do governo, incluindo-se

ai um do Ministério da Justiça, optou pela edição de uma Medida Provisória, por ser mais ágil, elaborando projeto cujo texto concluído em março foi entregue ao Ministro da Justiça, na época o Dr. José Carlos Dias. Com a surpreendente troca de ministros, deram-se inícios as dificuldades e as embromações. A partir de abril, depois de passar algumas semanas aguardando despacho do novo Ministro da Justiça, o projeto foi encaminhado para o Ministério da Defesa onde após enfrentar resistências de militares da Marinha e da Aeronáutica foi devolvido ao MJ, ali permanecendo até agosto último, embora seus prepostos informassem levemente que aguardavam parecer do Ministério da Defesa.

Somente em agosto, quando da Sessão Especial comemorativa dos 21 anos da Anistia, realizada na Câmara dos Deputados, ocasião em que as associações aglutinadoras de anistiados pressionaram pela assinatura e edição da almejada MP, contando com o firme apoio dos



Deputados Sergio Novaes-PSB/CE Iara Bernandri- PT/SP e Artur Virgílio Neto-PSDB/AM, Líder do Governo no Congresso e após uma audiência com o Ministro da Justiça, houve um ligeiro aquecimento da sua tramitação. Dizendo que ocorreriam algumas alterações no texto original, o ministro informou que o projeto seria encaminhado imediatamente para a aprovação presidencial. Ledo engano! Foi mais uma lorota daquele ministro.

Na verdade o que ocorreu foram novas convocações do Ministério a dois membros da Comissão para reexame do texto, com a participação de representante do Ministério da Defesa que por sinal só compareceu as duas primeiras reuniões de trabalho, abandonando as demais. Nessa ocasião, foi comunicado as associações que tendo em vista a falta de pronunciamento do Ministério da Defesa o Ministro da Justiça levaria pessoalmente seu parecer

Encarte

ABRASPET/NOTÍCIAS

Como encarte, o informativo Abraspét Notícias nº 15 trouxe a íntegra do texto da Medida Provisória de regulamentação da Lei de Anistia

O informativo Abraspét Notícias número 16, de novembro e dezembro de 2000, denunciava os artifícios da Comissão de Anistia e do próprio Ministério da Justiça para procrastinar os efeitos da Lei de Anistia

res e autoridades governamentais. Como resultado, foi desengavetada a MP, que continuou enfrentando resistências de parcela das Forças Armadas, em especial da Marinha, contra a anistia para marinheiros e fuzileiros.

Em resumo, durante o ano de 2000, a **Abraspet** teve participação intensa nas negociações político-administrativas para manutenção dos direitos decorrentes da Lei 6683/79, da Emenda 26/85 e do ADCT, participando de todas as reuniões da extinta Comissão de Regulamentação do Processo de Anistia e das audiências com ministros e parlamentares em Brasília. Além disso, manteve o acompanhamento dos vários processos judiciais que tramitavam na Justiça Federal, na Justiça Trabalhista e na Justiça Civil, descritos anteriormente nas atividades de 1999.

ÁREA SOCIAL

Na área social, a **Abraspet** esteve presente na solenidade de posse da diretoria da Conape-RJ, em fevereiro, e na reunião de conagração do Instituto dos Advogados do Brasil, também no Rio de Janeiro, pela posse do seu presidente, Marcelo Cerqueira. No âmbito interno, realizou a reunião especial de Congraçamento Anual, comemorativa de mais um ano de luta e de ação em defesa dos seus associados, evento realizado no dia 20 de dezembro.

Durante o ano de 2001, sempre voltada para os interesses dos seus associados e para a luta pela anistia ampla e irrestrita, a **Abraspet** continuou desenvolvendo várias atividades. Foram realizadas ações político-administrativas objetivando a manutenção dos direitos decorrentes da legislação da anistia, além de acompanhamento dos vários processos judiciais, bem como outros serviços e eventos.



O editorial do informativo Abraspet Notícias número 17, de janeiro a março de 2001, fez um balanço político sobre o ano 2000, destacando o entreguismo do governo FHC, o "aluguel" da Base de Alcântara aos Estados Unidos e a lama da corrupção em que o Brasil estava mergulhado

Foguetes de Aluguel

Alcântara pode transformar-se numa base sob controle norte-americano, graças ao acordo assinado pelo Brasil para permitir o lançamento de satélites comerciais Made in USA.

IMAGINE UMA BASE MILITAR BRASILEIRA em território brasileiro, controlada ao longo dos anos com o dinheiro do contribuinte brasileiro, com o objetivo de desenvolver tecnologia de ponta brasileira. Agora, imagine que dentro da mesma base, sejam lançados satélites brasileiros, vigiando por grandes mares americanos, sendo só o custo que é um custo suportado pelos norte-americanos, que dos EUA podem trazer quaisquer equipamentos sem qualquer problema no afilhado brasileiro.

Imagine, ainda, que sobre os norte-americanos determinem-se serviços pagos possam vir, ou não, a utilizar os instalações da base, em sua realidade. E que os serviços norte-americanos possam vir a ser governados brasileiros, sem qualquer interferência do dinheiro do alheio.

ACORDO ESPACIAL. Agora, para dar maior importância ao acordo de Alcântara (CLA), um complexo de instalações espaciais em uma área de 620 quilômetros quadrados na península em frente a São Luís, a capital do Maranhão.

Até o estado do estado, o Alcântara foi uma das cidades mais ricas do Brasil, ponto de saída para o Eritreia e grande produtora de café, açúcar, algodão, cana. Depois veio a decadência. Hoje, em tempos duros, sobrevive apenas os importantes centros de saúde e comércio. A sua história só chegou ao século do 20, quando começou a ser considerada o centro de lançamento, através os esforços do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) de São José dos Campos, o envolver de pesquisa a 100 quilômetros de São Paulo.

No que dependa do governo brasileiro, os primeiros estudos que giravam em torno do CLA virão do Itamaraty e do CNA Comand. Em 18 de abril último, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, anunciou ao Itamaraty, com toda a pompa e circunstância, seu acordo de "Salvaguarda Tecnológica" com o governo dos EUA, negociado pelo embaixador Anthony Harrigan.

Viabilidade e algarui da base de Alcântara para o lançamento de foguetes e satélites Made in USA, que representem cerca de 80% do mercado total.

A Agência Espacial Brasileira (AEB) avalia que as instalações de base permitirão o lançamento de até 14 foguetes de grande porte ao ano. Adigando-se esta meta, as possibilidades crescem. Esses projetos incluem cerca de US\$ 30 milhões no ano pela indústria de fabricação comercial do CLA, base sobre possibilitada, juntamente com todo o programa espacial brasileiro, pela absoluta falta de recursos, incluindo que foram ao altar do ajuste fiscal.

"Em 2000, o orçamento da AEB é de apenas R\$ 10 milhões, e está sendo liberado com atraso. Assim, os vares poder lançar o próximo protótipo de VLS (Veículo Lançador de Satélites) brasileiro no ano que vem", afirma o brigadeiro-geral Sérgio de Sá, chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Aeronáutica.

É para os EUA, o acordo teria possível utilizar um dos melhores foguetes do planeta para o lançamento de foguetes Alcântara (CLA) de 5 graus ao sul do litoral do Equador, e a tecnologia que, devido à rotunda da Terra, a

o mundo normal, sendo cessadas relações. A Libia e o Irã, logo após os ataques de 11 de 9/11 foram ótimos clientes das indústrias brasileiras de armamentos.

Tudo isso não parece paralizar o sono dos diplomatas pátrios. "O governo brasileiro já tem parcerias com países, por exemplo, com a Libia, para Cuba, onde realizou negociações da ONU. "Não são raros os interesses em lançar um satélite libanês", é a simples resposta de Assis. "Há uma agenda estratégica política com os EUA". O diplomata, ao falar em negociações da empresa especializada Taconorm, de 1998 a 2007, o chamado comercial de serviços de lançamento tem considerável os satélites militares deve ser mantido por volta de US\$ 45 bilhões. Cerca de metade deve vir de US\$ 2 bilhões por contrato anual, não assinados, e que estão sendo disputados a cada instante pelos centros de lançamento, que absorvem em torno de 15% dos custos totais – quase US\$ 3 bilhões nos próximos sete anos.

Existem 17 centros de lançamento de satélites em operação no mundo, dos quais 9, incluindo agora o CLA, operam em regime comercial. 30 mais dois têm licenciamento espacial. Entre os países que possuem capacidade de lançamento estão: França, e a São Luís, uma plataforma marítima ancorada localizada no Oceano Pacífico.

IMPOSIÇÕES. Na negociação do acordo de "Salvaguarda Tecnológica", os serviços, os EUA exigiram impor condições draconianas ao Brasil. O parágrafo 1º do artigo IX, por exemplo, determina que o governo brasileiro "trazerá disponível ao Centro de Lançamento de Alcântara uma infraestrutura para o planejamento, montagem, controle e lançamento dos Veículos de Lançamento e Espaçonaves por Escoamento Norte-americanas e permitir que pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América contratem o acesso a essas áreas".

De modo que para entrar em áreas abertas – de uma base, dentro de base, brasileira – serão exigidos unicamente pelo governo norte-americano (artigo VI, parágrafo 3º), enquanto os contratos locais previstos do CLA serão realizados para os lançamentos não poderão ser interrompidos pelo afilhado (artigo VII, parágrafo B). Há mais. O acordo proíbe explicitamente "que Participantes Norte-americanos possam qualquer assistência em Representantes brasileiros" no desenvolvimento de veículos lançadores de produção nacional (artigo V, parágrafo 1º) – ou seja, seja qualquer tipo de transferência de tecnologia.

O aspecto político-diplomático, mais preocupante é o que prevê o parágrafo A do artigo III, onde se lê que o Brasil "não participará em lançamentos, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, de cargas úteis ou Veículos de Lançamento Especial de propriedade ou sob controle de países cujas (...) atividades sejam ou possam ser consideradas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou cujos governos, a partir de qualquer dia, tenham sido, repetidamente, após a data de implementação internacional".

ESTÁ NA MARCHA. Vale lembrar que, segundo o OPEI, tem-se estimado por meio de sete anos sucessivos, a lista dos países que apontam serem inimigos e terroristas, e estão por isso sujeitos às sanções dos EUA, é elaborada de forma unilateral pelo Departamento de Estado.

Os países na lista são: Cuba, Irã, Iraque, Libia, Coreia do Norte, Síria e Sudão. Com várias delas, o Brasil mantém relações comerciais.

Em tempos de vacas tão magras, então, uma inclusão de US\$ 30 milhões pelo aluguel de Alcântara poderia significar um novo impulso para o programa espacial, certo? Em termos, talvez o acordo de "Salvaguarda Tecnológica", com o custo que é um custo suportado pelos norte-americanos, que dos EUA podem trazer quaisquer equipamentos sem qualquer problema no afilhado brasileiro.

BRASPET. O acordo com os EUA, assinado em maio deste ano, prevê que a Abraspets, o primeiro presidente da Comissão de Anistia da Câmara Federal, que dispõe do compromisso tecnológico dos lançamentos de Alcântara deveria ocorrer em 2001. O acordo poderia render ao Brasil de US\$ 5 milhões a US\$ 12 milhões ao ano.

Em norte-americanos? Bem, há alguma assistência com a empresa Orbital Sciences, que atua internacionalmente em vários países, e o lançamento dos foguetes Orbus. Mas tudo isso ainda em estudo inicial.

Quanto a destinação do dinheiro proveniente de futuros contratos de lançamento com os EUA, a única saída possível seria aplicar para um governo nacional, no entanto, o dinheiro viria para o Tesouro, não é mais adequado à política de desenvolvimento para financiar o programa espacial, explica o jornalista. Há falta de recursos e a equipe econômica. Há grandes interesses de Washington.

CONVERGÊNCIAS. A "objetiva estratégica" em matéria espacial entre Brasil e Estados Unidos, não ocorre não foi aprovada pelo Congresso brasileiro, ao qual cabe aprovar as diversas interações. O governo ainda não realizou oficialmente o texto do acordo e, na ausência das delegações municipais, o assunto – que não é exclusivo dos que influenciam o público dos parlamentares e de mídia – pode acabar sendo empurrado para 2001.

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) apresentou à Comissão de Relações Exteriores da Câmara requerimento para a contratação do ministro Sardenberg, para esclarecimentos. Segundo em Brasília, o vice-presidente de São João, o também político Domingos Dutra, analisando as condições do problema técnico a base de Alcântara. Para isso, foram enviados, e não respondidos, e-mails.

"A verdade é que as condições do acordo são muito incertas. Por US\$ 30 milhões, o Brasil assinou seu primeiro contrato de salvaguarda tecnológica com o governo dos EUA. O contrato prevê que o Brasil receba cerca de US\$ 3 milhões. Porém, os resultados positivos mais rapidamente, precisaremos de pelo menos o dobro", avalia o brigadeiro Otávio Santos.



Abraspets sempre presente nos eventos da anistia. Ao microfone, Petrônio Calmon, primeiro presidente da Comissão de Anistia da Câmara Federal

Na área política, a **Abraspets** se fez presente em reuniões com parlamentares e autoridades governamentais visando a aprovação e publicação da medida provisória de regulamentação da anistia, bem como reuniões com as demais associações em busca de soluções para a publicação da MP. Em maio, participou da manifestação coletiva dos anistiados, de todos os estados brasileiros, pela aprovação da MP de regulamentação da anistia política. E, em julho, da homenagem ao deputado Artur Virgílio Neto, em Manaus – AM.

Participando ativamente da elaboração e tramitação da Medida Provisória nº 2151, junto com as demais entidades de anistiados, a **Abraspets** foi ao Palácio do Planalto, no dia 28 de agosto, para a solenidade de assinatura da MP 2151, pelo Presidente da República e pelos ministros da Justiça, do Planejamento e da Defesa.

A Associação marca presença, também, na Sessão Especial da Câmara dos Deputados, comemorativa aos 22 anos da anistia, requerida pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalg, ocorrida em 28 de agosto, e no ato de posse da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, constituída para assessorar o ministro em suas decisões quanto à apreciação e deliberação dos processos requeridos pelo beneficiários da MP-2151.

MEDIDA PROVISÓRIA

ASSINADO TEXTO TOTALMENTE MODIFICADO.



Finalmente foi assinado pelo Presidente da República a Medida Provisória que regulamenta o processo da anistia política. O ato transcorreu no Salão Leste do Palácio do Planalto, no último dia 31 de maio e contou com a presença dos ministros Aloysio Nunes Ferreira Secretário Geral da Presidência, José Gregori, da Justiça, Martins Tavares, do Planejamento e José Serra da Saúde, dos deputados Acacio Neves, Presidente da Câmara de Deputados, Artur Virgílio Neto, Líder do Governo no Congresso, Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, Luiz Eduardo Greenhalg, Carlos Santana, Clovis Igenciriz Silva e Silvio Torres, entre outros, além dos doutores João Faustino Ferreira Neto, Secretário de Assuntos Federativos, João Agripino Maia Presidente da Comissão de elaboração da MP, Joaquim Inácio Gomes e Wilson Afonso Santos, membros da Comissão de Regulamentação, anistiados e convidados.

A Medida Provisória de nº 2.151, versa sobre a regulamentação do artigo 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e o seu texto é totalmente diferente do elaborado pela Comissão criada pelo Decreto de 1999, que concluiu seus trabalhos em março de 2000. As modificações foram profundas e atinge a todos, civis e militares. Foram supressos artigos, parágrafos, itens, incisos e alíneas, que beneficiavam melhor os anistiados e seus dependentes sucessores a exemplo dos artigos 11, parágrafo 2º e 24, que previam no texto inicial, a "revisão do valor da prestação mensal permanente", e a "restauração do valor da aposentadoria e da pensão" que tenha sido reduzida por critérios previdenciários.

Também foi extinto o art. 22, da inicial, que garantia o "encaminhamento de requerimentos relativos aos direitos previstos na MP pelos sindicatos e entidades de anistiados". Ficaram suprimidos ainda os itens I, II e III do art. 8º que versavam sobre o valor da prestação mensal permanente "que o anistiado receberia em atividade, considerando-se os seus paradigmas ou assemelhados, a situação jurídica da respectiva categoria profissional" e a "situação mais favorável que lhe teria sido possível obter". Ainda foram supressos os itens III, V, VI e VII do artigo 1º, os itens I e II e suas alíneas, do artigo 2º, além dos itens VI e VII do mesmo artigo e itens II, III e IV do artigo 3º; parágrafos 1º e 2º do artigo 7º e parágrafo 4º do art. 8º, que "assegurava na inatividade, na aposentadoria ou na reserva as promoções ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teria direito se estivesse em serviço ativo".

Mais adiante, no artigo 10º foi supresso o parágrafo 4º. Também o parágrafo único do artigo 11º e os artigos 12º, 15º, 17º e 18º foram suprimidos do texto original.

Confirmando as preocupações da deputada Lara Bernardi, todos os demais artigos e seus parágrafos, itens, incisos e alíneas foram modificados ou sofreram alterações na redação, sempre para pior.

Face a todas essas modificações, introduzidas no projeto original elaborado pela Comissão de Regulamentação, a ABRASPET solicitou ao Dr. Inácio Gomes um comparativo da Medida ora assinada devidamente comentado, para que possa instruir seus associados, bem como os demais anistiados e anistiados que ainda tem pendências junto aos diversos órgãos do governo. Leia na íntegra a MP assinada em 31/05 e publicada no D.O.U de 01/06/2001, que também se encontra em nossa página www.abraspet.org.br



ABRASPET REDUZ MENSALIDADE

Conforme compromisso assumido quando da constituição da ABRASPET, a Diretoria propôs a redução de 0,5% (meio por cento) sobre a contribuição mensal dos seus associados.

Aprovada a proposta por Assembleia Geral realizada em 03 de abril último, o valor percentual da mensalidade passou, a partir de maio, a ser de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da remuneração percebida a título de aposentadoria e ou pensão por anistia.

Com essa medida, a diretoria da entidade cumpre mais um de seus compromissos para com os associados mantenedores da ABRASPET, ao tempo em que agradece a todos os que se fizeram presentes, àquela Assembleia pelo alto senso de compreensão demonstrado.

NOVO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Tendo em vista o programa de racionamento de energia elétrica adotado pelo Ministério do Aquecimento do Governo FHC, a ABRASPET a partir de julho próximo passará a funcionar das 08h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h30 horas.

O novo horário de atendimento vigorará por todo o período de racionamento e poderá sofrer eventuais alterações caso haja necessidade de maior redução do consumo de energia.

A Diretoria da ABRASPET conta com a compreensão e colaboração dos seus associados, amigos e fornecedores.

Leia a íntegra da Medida Provisória nas páginas 3 e 4.

ABRASPET / NOTÍCIAS

EDITORIAL A MÁFIA DO SENADO

Não só o Brasil como as demais nações do mundo acompanharam estarecidas as investigações realizadas pelo Conselho de Ética do Senado Federal Brasileiro para apuração dos responsáveis pela fraude no painel eletrônico para votação daquela corte parlamentar.

Assistiu-se a um rosário de mentiras protagonizadas pelos dois senadores envolvidos. Por sua vez, a diretora do Prodam, envolvida até o pescoço no crime da fraude, sentindo-se talvez desprotegida - a corda sempre estoura do lado mais fraco - resolveu abrir o bico e por ato voluntário foi até o Senado Federal para em depoimento prestado ao Conselho, transmitido ao vivo pela mídia televisada, contar em minúcias o que sabia, o que fez e a mandado de quem.

Logo após esse inusitado depoimento, um dos senadores voltou a Tribuna da Casa para em pronunciamento grotesco e patético, aos prantos, solicitar desculpas aos senadores e ao povo brasileiro, admitindo que por ordem do ex-presidente daquele poder legislativo havia realmente solicitado a lista de votação do processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão, no que foi atendido pela mencionada diretora, embora negando que fora uma ordem.

Se por um lado o senador Arruda se contradizia, o outro implicado, o senador ACM Magalhães, com sua costumeira prepotência, contradizia suas declarações fornecidas aos procuradores federais de que dispunha de uma lista com os votos dos senadores presentes a cassação do ex-colega e continuou mentindo arrogantemente mesmo quando acareado com o seu colega fraudador e a Drª Regina.

E foi mais além nas suas já conhecidas mentiras. Após todo o processo de apuração e instalação dos trabalhos para apreciação e votação do parecer do relator do Conselho, ele, Magalhães, afirmava que no seu dicionário não constava a palavra renúncia e que não estava em seus planos tal atitude. Entretanto, o que se presenciou foram as decisões dos dois mentirosos de renunciar aos seus mandatos de senadores da República para fugirem da cassação e da conseqüente inelegibilidade por oito anos.

Um ato covarde, que só os covardes e os desprovidos de caráter e vergonha são capazes de cometer para se livrarem do castigo e das penas que com certeza o Senado em votação secreta lhes aplicaria.

Com esse ato, preferiram perder a vergonhosa imunidade de que eram possuidores para ganharem a impunidade com o arquivamento do processo de cassação que lhes assegura concorrer a qualquer cargo político no próximo pleito eleitoral a realizar-se no ano de 2002, mostrando quanto são falhas as nossas legislações eleitoral, penal e cível.

Arruda e ACM fugiram da cassação. Perderam portanto as suas imunidades. É chegada então a hora de se restaurar a moralidade pública. Necessário se torna, reabrir os diversos processos existentes contra ACM Magalhães.

Que o Procurador Federal Luiz Francisco sirva de exemplo para outras tantas autoridades para o bem do Brasil.

A NAÇÃO ESPERA QUE A MÁFIA DA PREVARICAÇÃO, DA FRAUDE E DA MENTIRA SEJA BANIDA EM DEFINITIVO DO NOSSO TERRITÓRIO.

EXPEDIENTE

Órgão Oficial de Acesso do Regulamento dos Anistiados Políticos do Sistema Provisório e Demais Empresas Externas - ABRASPET
Endereço: Av. Tancreto Neves, 231, Bl. B, Salas 101 e 104
Centro Empresarial Iguatemi, Foz de Iguaçu, Paraná, 716-90000-000
Fone/Fax: 51-33238997/51-33238998
E-mail: abraspet@abraspet.com.br
Diretoria: Josévaldo Filho do Couto - Margarete Prosseriano - Raimundo Lopes - Vice-Presidente
Rua Paulo de Brito Sacramento, Insulândia Paulista/2º Setor - São Carlos, São Carlos de Minas Filhos/Tronco
Tribuna de Notícias - Minas/2º Setor - São Carlos
Todos os materiais publicados são de inteira responsabilidade da Diretoria da Associação
Distribuição gratuita - Tiragem: 1.100 exemplares

02 ABRASPET / NOTÍCIAS

MOCÃO DE SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES E TRABALHADORES BAHIANOS

As entidades dos anistiados e dos sem-anistia reunidas na Câmara dos Deputados, em Brasília, em busca de justiça não podem nesta hora se omitir de prestar solidariedade ativa aos trabalhadores e estudantes baianos, que hoje, neste justo momento, estão sendo reprimidos com a violência por todos nós conhecida.

A unidade e a emoção que a todos nós atinge identificam os propósitos comuns dos que lutam por dignidade, justiça e respeito!

A unidade difícil de se conseguir no plano político-partidário está, de fato, sendo construída nas ruas de Salvador, de Brasília e muitos outros lugares deste nosso querido, imenso e rico Brasil!

A justiça social que a imensa maioria de nosso povo, em luta, busca conquistar, haverá de ser a nossa bandeira de todas as horas daqui para frente.

SALVE O POVO

**BAHIANO!
SALVE O POVO
BRASILEIRO!
O POVO ORGANIZADO
VENCERÁ!**

Brasília, 16 de maio de 2001.

ENTIDADES PRÓ-ANISTIA

ABRASPET
FENPECT
ASTAPEURJ
CONAPE
ACIMAR
AMA/SP
AMPLA
ANALPORT
COMITÊ DE ANISTIA DO MIC
MODAC
SIND. DOS METALUR DA
BAIXADA SANTISTA
UMINA
UNMA

O informativo Abraspet Notícias número 18, de abril e maio de 2001, destacou a assinatura da Medida Provisória que regulamentava o processo de anistia. Anunciava, também, a redução da mensalidade e, no clima do "apagão" que assolou o País, a redução, ainda, do horário de atendimento, para ajudar no racionamento de energia

A máfia que se encastelara no Senado foi o tema do editorial do informativo 18, que criticava a falta de vergonha e caráter de Antônio Carlos Magalhães ao renunciar ao mandato no episódio em que fraudou o painel de votações do Legislativo

A ÍNTEGRA DA MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.151, DE 31 DE MAIO DE 2001.

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME DO ANISTIADO POLÍTICO

Art. 1º O Regime do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:

I - declaração da condição de anistiado político;

II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada;

III - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político; e

IV - conclusão do curso, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no Exterior, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO POLÍTICO

Art. 2º São declarados anistiados políticos aqueles que no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

I - atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares;

II - punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais, impondo-se mudanças de local de residência;

III - punidos com perda de comissões já incorporadas ao contrato de trabalho;

IV - compelidos ao afastamento da atividade profissional remunerada, para acompanhar o cônjuge;

V - impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5;

VI - punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, sendo trabalhadores do setor privado ou dirigentes e representantes sindicais, bem como impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos, sendo trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais;

VII - punidos com fundamento em atos de exceção, institucionais ou complementares, ou sofreram punição disciplinar, sendo estudantes;

VIII - abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969;

IX - demitidos, sendo servidores públicos civis e empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações públicas, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Comandos militares;

X - punidos com a cassação da aposentadoria ou disponibilidade;

XI - desligados, expulsos ou de qualquer forma compelidos ao afastamento de suas atividades remuneradas, ainda que com fundamento na legislação comum;

XII - punidos com a transferência para a reserva remunerada ou reformados, com perda de proventos, por atos de exceção, institucionais ou complementares;

XIII - compelidos a exercer gratuitamente mandato eletivo de vereador, por força de atos institucionais; e

XIV - punidos com a cassação de seus mandatos eletivos nos Poderes Legislativo ou Executivo, em todos os níveis de governo.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos XIII e XIV deste artigo, fica garantida apenas a contagem deste tempo para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social.

§ 2º Fica assegurado o direito de requerer a correspondente declaração aos sucessores ou dependentes daquele que seria beneficiário da condição de anistiado político.

CAPÍTULO III

DA REPARAÇÃO ECONÔMICA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO

Art. 3º A reparação econômica de que trata o inciso II do art. 1º desta Medida Provisória correrá à conta do Tesouro Nacional.

§ 1º A reparação econômica em prestação única não é acumulável com a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

§ 2º A reparação econômica será concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia de que trata o art. 12 desta Medida Provisória.

§ 3º Não terão direito à reparação econômica referida no caput os anistiados políticos, civis ou militares, que foram readmitidos ou reintegrados, aos respectivos quadros funcionais.

Seção I

Da Reparação Econômica em Prestação Única

Art. 4º A reparação econômica em prestação única será devida aos anistiados políticos especificados nos incisos I a VII do art. 2º desta Medida Provisória.

Art. 5º A reparação econômica em prestação única consistirá no pagamento de trinta salários mínimos por ano de punição.

§ 1º Para o cálculo do pagamento mencionado no caput deste artigo, computa-se como um ano o período inferior a este.

§ 2º Em nenhuma hipótese o valor da reparação econômica em prestação única será superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Seção II

Da Reparação Econômica em Prestação Mensal, Permanente e Continuada

Art. 6º A reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada será assegurada aos anistiados políticos especificados nos incisos VIII a XII do art. 2º desta Medida Provisória.

Art. 7º O valor da prestação mensal, permanente e continuada será igual à remuneração que o anistiado político receberia se houvesse permanecido em serviço ativo no cargo, emprego, posto ou graduação a que teria direito, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, asseguradas as promoções, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e dos militares.

Em outubro, novas eleições para o triênio 2001-2004, mais uma vez, reelegue Reynaldo Costa para a presidência da entidade.

Representantes da Associação também compareceram à solenidade do ato de posse dos novos ministros da Justiça, Aloysio Nunes, e do novo titular da Secretaria Geral da Presidência, Artur Virgílio, eventos ocorridos em novembro.

DENÚNCIAS E ATIVIDADES NACIONAIS

Ainda no ano de 2001, em suas edições jornalísticas, a **Abraspet** denunciou a prepotência do governo baiano que, de forma irresponsável e incompetente, deixou alastrar-se a greve dos policiais baianos, em junho, gerando insegurança ainda maior e o caos em Salvador. O jornal **Abraspet Notícias** denunciou, ainda, a amputação de terras do Amazonas pelos EUA, com a convivência do governo tucano.

Os escândalos da República Tucana, a máfia do senado, a estupidez, mais uma vez, do governo baiano ao espancar estudantes e trabalhadores que, em passeata, lutavam por justiça e moralização e o terror imposto pelos EUA ao Afeganistão foram outros temas tratados nas publicações da entidade, naquele ano.

Em julho, foram realizadas palestras com anistiados de Manaus - AM e, depois com anistiados de Volta Redonda - RJ, onde foi criada uma coordenação da **Abraspet**, tendo à frente Genival Luiz da Silva. Em outubro, ele esteve na Astape-RJ, a convite do seu presidente, Adelino Ribeiro Chaves. Participou, ainda, em agosto, do III Encontro em Defesa da Anistia, ocorrido na Câmara dos Deputados; e do Encontro Regional em Defesa da Anistia, em outubro, na cidade de Volta Redonda - RJ.

A **Abraspet** manteve negociações com o Ministério da Previdência, em Brasília; com o INSS, em Salvador; com a Petrobras, no Rio de Janeiro; na Gerab/BA e na Petros, visando solucionar a agilização de processos relativos ao pagamento das parcelas remuneratórias devidas aos seus associados.

A publicação oficial número 18 da Abraspet reproduziu a íntegra da Medida Provisória 2.151, de 31 de maio de 2001

ABRASPET / NOTÍCIAS
ABRASPET / NOTÍCIAS

A Bahia vai bem...

Mangabeira

A vaidade e a prepotência do governador César Borges, chegou, nestes últimos dias, aos limites da tolerância e da paciência dos baianos. Demonstrando inequivocamente a sua incompetência e irresponsabilidade para com o governo do Estado e, indiferente à sorte do seu povo, deixou alastrar-se a greve de um setor essencial à manutenção da ordem pública e dos direitos de ir e vir da população. Negando-se a negociar, o governador, discípulo da truculência implantada na Bahia pelo seu padrinho político, como bom seguidor, fez ouvidos moucos, não considerando a gravidade da situação, o que resultou no mais completo caos com a descambada da violência em todos os sentidos. O que se presenciou foram saques, assaltos, assassinatos, invasões de bancos, lojas, supermercados, postos de combustíveis, incêndios criminosos e o desespero, o medo, o pavor da população insegura e indefesa, sem esperança, aturdida diante do desgoverno total e absoluto levado a efeito pela vaidade e pela prepotência de um governador que não governa, de um governador que apenas cumpre com as



Polícia Militar baiana agredida durante a greve.

ordens que lhe são passadas pelo seu cacique, pelo seu criador político.

O arrocho salarial enfrentado pelos servidores públicos civis e militares nesses últimos sete anos, finalmente está encontrando resistências. É preciso que os governantes, assumam de fato as suas atribuições, deixando de lado a pompa, a prepotência e a negligência, dispensando maior atenção ao social, destinando verbas para educação, saúde e salários dos seus servidores ao invés de destina-las para representação e publicidade. Governo bom não precisa de propaganda. Governo bom é o que trabalha em prol do seu estado e do seu genio, com capacidade, com humildade e acima de tudo com independência.

Passada a greve, cumpre ao governo gastar menos no supérfluo e remunerar os servidores do Estado, civis e militares, com salários dignos, quando nada, que cheguem para o custeio das despesas essenciais à sobrevivência.

Quanto a Bahia, podemos assegurar que "vai bem graças ao seu povo e ao seu encantamento natural".

Nesta Edição

anistia

2 e 3 Leia as comentários sobre a Medida Provisória 2.151

homenagem

4 Anistiados do Amazonas prestam homenagem ao Desaparecido Arthur Virgílio Neto



Visite o nosso site

www.abraspet.org.br

COMISSÃO DE ANISTIA

Indefinição Retarda Instalação

Decorridos cerca de dois meses da publicação da Medida Provisória nº 2.151, que regulamenta o artigo 8º do ADCT, continua indefinida a composição da Comissão que analisará os requerimentos e dará outras providências para o processo da anistia política.

Alé o encerramento desta edição ainda não tinham sido escolhidos os nomes dos representantes dos Anistiados e do Ministério da Defesa, embora já tenha sido nomeado pelo ministro da Justiça, o doutor Petronio Calmon, para presidir, bem como escolhidos quatro advogados da AGU - Advocacia Geral da União por indicação do seu titular, que trabalharão na instrução dos processos.

Estamos a estranhar a demora para escolha do representante dos anistiados, tendo em vista a consulta formulada pelo ministro José Gregori às entidades congregadoras de anistiados para que apresentassem, como mera sugestão, nomes das suas preferências para composição da referida Comissão, o que foi de logo atendido por todas as associações. Também não compreendemos o motivo da não indicação pelo ministro da Defesa.

O fato é que sem a constituição dessa comissão, nada poderá ser feito para o atendimento ao estipulado pela referida MP. Os dirigentes das associações dos anistiados esperam e confiam na nomeação dos membros da Comissão e da sua imediata constituição a fim de que os seus trabalhos tenham início no mais breve espaço de tempo.

O informativo Abraspet Notícias número 19, de junho/julho de 2001, destacou a crise de segurança na Bahia e a greve dos policiais militares no governo de César Borges. Denunciava, também, as dificuldades do governo federal para instalação da Comissão de Anistia

editorial

República Tucana

A propósito de ser proprietário de empresas acusadas de fraude na execução de obras públicas com falsificação de documentos e superfaturamento, conforme constatado pelo Tribunal de Contas da União.

O governador de Espírito Santo, José Igeias, vem enfrentando uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), que investiga um empréstimo de R\$2,6 milhões ao Baneris, considerada irregular, já que para pagamento de dívidas de empresas, chegando ao ponto de emitir sua própria dívida sustentada em notas das demonstrações sobre recolhimento de impostos.

No Distrito Federal, o governador Joaquim Roriz, que tem acesso a voz e voto por considerá-lo de direita e de constituinte, enfrenta uma ação judicial no Superior Tribunal de Justiça (STJ), face ao acordo sobre a divisão de terras também considerado irregular. No início da sua gestão, Roriz foi considerado por contrariar como dissimulador de delitos do juiz de Direito.

Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro, que apuro a presidência da república, acaba de cumprir a lista de atividades transferidas previstas em seu contrato mensal da opinião pública, com o domínio de valores de auditor fiscal com o fim de facilitar a realização de serviços não autorizados em programas de Rádium 226, o que vem a ser agendada pela República Federal.

Na Bahia o governo é alvo de investigação de economia irregularidades ocorridas nas obras de ampliação do Aeroporto de Salvador por desonestos que oprimem o direito de parte da verba para atender à duplicação de Linha Verde, núcleo recentemente privatizada por concessão onde predomina o GUS, empresa de propriedade de familiares do ex-governador reeleito e principal cacique do político governante.

O líder do governo no Assembleia Legislativa, deputado Pedro Alcântara e mais dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, são acusados de favorecimento à má-fé no rubro do cargo ministrado e a maioria dos projetos mantidos são desonestos pela prática de irregularidades dos recursos do Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental FUNDEF distribuído pelo MEC.

Em São Paulo, os maracatus propiciados pelos seus verbas para a construção de grandes parte liberação do setor para o comércio ambulante, consideram a Câmara Municipal. Os verbas para manutenção pelas administrações de Celso Pitta quando prefeito e de Paulo Hoff no governo do estado, fizeram impasses, embora a repercussão das denúncias estrangeiras ao presidente do País.

Por outro lado, ainda ficaram no elenco de responsáveis desta província República Tucana, entre outros, denúncias sobre o SPAM, a Base Aeroespacial de Alcatraz no Maranhão, a entrega das empresas estatais de telecomunicações, de distribuição de energia elétrica, dos bancos estaduais, das siderúrgicas, enfim, de parcerias e da soberania do país, pelo governo federal.

Os desmandados e a demagogia em que se afunda a atividade política no Brasil, não pode ser mascarado indefinidamente sob pena de fazer crescer na sociedade, males duradouros e perigosos sob o cumprimento dos direitos da cidadania, sobretudo entre os constituintes jovens ou em formação.

Essas mais complexas situações e indignação precipitando governante e País e direm, ser banidos ou definitivos para o bem do Brasil e do seu povo.

anistia

Medida Provisória 2.151, de 31/05/2001

COMENTÁRIOS

Como divulgado em nosso ABRASPET/NOTÍCIAS nº 18, finalmente, após quatorze meses de concluída sua elaboração, foi assinada pelo Presidente da República.

Embora o texto do projeto original elaborado pela Comissão de Juristas constituído por Decreto de novembro de 1999, tenha sido literalmente ignorado e alterado ao sabor das forças ocultas, a Medida representa algum avanço considerável a situação anteriormente vivenciada pelos anistiados, tais como: centralização de todos os processos hoje existentes nos diversos órgãos da

Administração Pública, bem como os que advirão por forças da MP, no Ministério da Justiça; constituição de uma Comissão Permanente com a presença de um representante dos anistiados no âmbito daquele Ministério; pagamento da prestação mensal permanente e continuada pelo Ministério do Planejamento, retirando do MPAS/INSS a administração da manutenção dos benefícios por anistia; e garantia da igualdade da remuneração que o anistiado receberia se houvesse permanecido em serviço ativo, considerados os direitos e vantagens incorporados a situação ju-

ridica na categoria profissional a que pertencia.

Entretanto, torna-se restritiva, ao estabelecer indenização em pagamento único para determinadas categorias de anistiados políticos e ao não determinar o pagamento quinzenal nos casos da indenização permanente e continuada; inversa, ao estipular cobrança de contribuições previdenciárias sobre prestação única de caráter indenizatório, proporcional ao tempo de serviço; ingrata, ao negar indenização aos que foram punidos com cassação no Executivo ou no Legislativo; e, omissa quanto ao direito à anistia e às prerrogativas para militares punidos e trabalhadores do setor privado.

Além dessas restrições e omissões, foram suprimidos do texto original vários dispositivos que objetivavam melhor reparação aos anistiados e ou seus dependentes, os quais passamos ao conhecimento dos companheiros, a seguir:

O editorial do número 19 criticava a corrupção e as mazelas que se multiplicavam por todo o País, fase que ficou conhecida como "República Tucana", capitaneada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso

homenagem

saúde

ANISTIADOS HOMENAGEAM Deputado Arthur Virgílio Neto

No último dia 14 deste mês de julho, foi realizada na cidade de Manaus, por iniciativa dos anistiados do Amazonas, uma homenagem ao deputado Arthur Virgílio Neto em reconhecimento a sua integração à luta dos anistiados políticos, oportunidade em que lhe foram entregues duas placas alusivas ao seu prestimoso apoio.

O ato transcorreu na sede da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade do Amazonas, naquela agradável cidade e contou com a presença de autoridades locais, de grande número de anistiados e familiares, além das associações aglutinadoras de anistiados ABRASPET, ASTAPERJ e CONAPE, representadas por seus presidentes que enalteceram o trabalho desenvolvido pelo deputado para aprovação, assinatura e publicação da Medida Provisória, com o seu insubstituível e inesgotável apoio a causa dos anistiados.

Agradecendo, Arthur Virgílio falou da sua emoção, garantindo que continuará empenhado na luta por já se sentir também um anistiado, prometendo empreender novos esforços no sentido de que sejam feitas as correções necessárias ao texto da MP, através das emendas a serem apreciadas pelo plenário da Câmara dos Deputados.

O encontro foi encerrado com um jantar descontraído, no restaurante Casa do Bacalhau, onde o papo rolou sobre diversos assuntos.

humor



Isenção de Imposto de Renda

Os aposentados e pensionistas portadores de doenças graves têm direito a isenção de Imposto de Renda. Para obter a isenção, o artigo 30 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, determina a apresentação de laudo médico pericial emitido por um médico do serviço público.

O participante precisa procurar um médico do Serviço Único de Saúde (SUS) de sua cidade para solicitar o documento. Veja abaixo as doenças que se enquadram na isenção:

AIDS; Alienação mental; Cardiopatia grave; Cegueira; Contaminação por radiação; Doença de Parkinson; Esclerose múltipla; Espondiloforose anquilosante; Estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante); Hanseníase; Nefropatia grave; Neoplasia maligna; Paralisia irreversível e incapacitante; Tuberculose ativa.

AMS Petrobrás

Serviço de Informação Médica Tem Novo Telefone

Segundo comunicado da GERAB, da Petrobrás, o atendimento do SIM Serviço de Informação Médica, que presta informações sobre a rede credenciada da AMS, está agora com um novo número de telefone: 0800-714080. Anotem em sua agenda, sempre lembrando que o atendimento é prestado de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h, e a ligação é gratuita.

abrapet pelo brasil

EM VOLTA REDONDA

A convite dos anistiados da Companhia Siderúrgica Nacional CSN, os diretores presidente e vice-presidente da ABRASPET reuniram-se no último dia 20 do corrente mês de julho com aqueles companheiros para uma palestra sobre a Medida Provisória que regulamenta o processo da anistia.

A reunião aconteceu na sede do Sindicato dos Desenhistas, na simpática cidade de Volta Redonda, também conhecida como cidade do Aço por sediar aquela siderúrgica.

Na oportunidade, foram dadas as devidas orientações necessárias para o encaminhamento entre outros de documentação e requerimentos à Comissão de Anistia que funcionará no Ministério da Justiça com vistas a regularização da situação do anistiado e seus dependentes sucessores.

Por fim, foi escolhido por unanimidade dos presentes, o companheiro Genival Luiz da Silva para representar os anistiados da CSN junto à ABRASPET que também o credenciou para seu coordenador naquela cidade, cujo atendimento se dará através do telefone (24) 3348-8074.

Esse é mais um passo dado pela ABRASPET com o objetivo de resgatar os direitos dos anistiados sem distinção de categoria.

EM MANAUS

Objetivando orientar companheiros anistiados e seus pensionistas, nosso diretor presidente realizou um encontro com os punidos e perseguidos políticos, anistiados da Empresa dos Correios e Telégrafos ECT, no dia 12 passado, em Manaus, na sede da Fentect regional/AM, proferindo palestra sobre a legislação pertinente a anistia política e mais precisamente a Medida Provisória 2.151, recentemente editada.

Na ocasião foram esclarecidas as dúvidas existentes quanto a aplicação da MP bem como fornecidas as orientações para encaminhamento dos requerimentos à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para revisão dos processos inerentes a anistia.

Como parte final do encontro, foi credenciado como representante da ABRASPET em Manaus, o companheiro Maury Ribeiro, que atenderá aos interessados pelo telefone (92) 646-1014.

ABRASPET Notícias

Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais

Salvador - BA

Ano 5 - Número 20 - Agosto 2001

ELEIÇÕES NA ABRASPET

AVISO

Na segunda quinzena do mês de outubro de 2001, serão realizadas eleições para Diretoria e Conselho Fiscal da ABRASPET.

De conformidade com o artigo 44 do Estatuto, poderão concorrer as chapas inscritas na Secretaria da entidade até o dia 15 de setembro vindouro, no horário das 09:00 às 16:00 horas, não sendo admitida a inscrição de candidatos avulsos.

Somente poderão inscrever-se candidatos que sejam associados contribuintes, há mais de 06

(seis) meses anteriores a data da eleição e que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

As chapas serão registradas por requerimento à Diretoria Executiva, contendo os dados pessoais e a assinatura dos componentes (art. 45).

As chapas registradas, os locais, a data e os horários de votação serão devidamente divulgados para conhecimento dos associados em informativo ABRASPET até o dia 10 de outubro próximo.

Jair Pinto de Brito
Secretário

DESAPARECE UM BRAVO

A ABRASPET, os anistiados e os trabalhadores dos ramos petrolífero e petroquímico perderam no último dia 27 de julho, o convívio do bravo e combatente companheiro **Oswaldo Marques de Oliveira**.

Ele foi o pioneiro na criação do sindicalismo do petróleo na Bahia nos idos de 1959, quando numa luta desigual e incansável resolveu criar a antiga Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Estado da Bahia que mais tarde viria a ser o SINDIPETRO/BA e ajudando na criação também do STIEP/BA.

Mais tarde, já cassado pela ditadura militar residindo e trabalhando no Rio de Janeiro, não abdicando dos seus ideais, fundou o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria

Petroquímica do Município do Rio de Janeiro.

Dando mostras de que o sindicalismo corria em suas veias, já aposentado por anistia, ainda colaborou entusiasmadamente para fundação da Sontape no Rio de Janeiro e da ABRASPET, emprestando a sua colaboração, a sua experiência e a sua dedicação às causas dos trabalhadores.

Oswaldo Marques como era carinhosamente chamado por todos quanto o conheceram, era um homem de conduta ílibada, sem máculas, possuidor de caráter sério e humano, forte e combativo, sempre disposto para a luta em favor da classe trabalhadora e dos mais humildes e carentes.

Oswaldo Marques deixa entre nós

uma grande lacuna. Perdemos um grande líder e amigo. O sindicalismo, perde um mestre exemplar. A Diretoria e os associados da ABRASPET perderam o convívio físico do seu prezado patrono, mas não perderão a lembrança do exemplo de dignidade deixado por **Oswaldo Marques** como legado aos seus companheiros e amigos. Espiritualmente ele estará sempre com todos nós.



Visite o nosso site
www.abrapet.org.br

A homenagem ao deputado Arthur Virgílio, no Amazonas, e o direito à isenção do Imposto de Renda para portadores de doenças graves foram notícias no informativo 19

O informativo Abraspét Notícias número 20, de agosto de 2001, convocava eleições para a entidade e registrava com pesar o falecimento de Oswaldo Marques de Oliveira, pioneiro do sindicalismo petrolífero na Bahia e cujo nome, foi dado à sede da Abraspét, em sua homenagem

são, especialmente endereço, telefone, fax e e-mail. Também os documentos de prova dos fatos alegados, devem ser autenticados. Caso não sejam atendidas...

Nova Reunião está marcada para o próximo dia 15 de outubro e a ABRASPET mais uma vez se fará presente para acompanhar de perto o desenrolar dos trabalhos e informar aos anistiados e seus sucessores.

Cigarro, Uma Questão de Gosto



- Fumar Causa:**
- vasoconstrição e redução do fluxo de sangue para os tecidos.
 - lesão do endotélio dos vasos.
 - aumento da agregação plaquetária.
 - aumento da pressão arterial.
 - aumento da frequência cardíaca.
 - redução do colesterol bom (DHL).
 - redução da liberação do oxigênio para os tecidos carboxihemoglobina).
 - aumento da acidez do estômago.
 - irritação e inflamação dos olhos, garganta e vias aéreas.
 - paralisação e destruição dos cílios das vias aéreas, dificultando a eliminação de muco e catarro.
 - aumento da produção de radicais livres que lesionam as células.
 - aceleração da arteriosclerose.

Parar de fumar

É preciso mais do que força de vontade. Esta decisão agora é sua.

saúde

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Credenciada mais uma clínica.

Dando continuidade a sua política assistencial no que se refere ao barateamento dos custos com consultas médicas e exames clínicos, a ABRASPET vem de firmar contrato de credenciamento com a CORDIS - Freitas e Pinto Serviços de Cardiologia Ltda. para atendimento aos associados e seus dependentes beneficiários, inscritos regularmente no cadastro da entidade. A CORDIS compromete-se a oferecer atendimento médico com cobrança de honorários baseados na tabela da Petrópolis com pagamento no ato da consulta, igualmente aos demais profissionais credenciados pela ABRASPET. Além das consultas em cardiologia clínica, a CORDIS que está sob a direção técnica da Dra. Nelmaicy Ribeiro de Freitas, atenderá também a exames especiais como: Eletrocardiograma, Teste Ergométrico, Sistema Holter, Monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial-MAPA, Ecocardiograma Bidimensional com Doppler e Mapeamento de Fluxo em cores, entre outros. A CORDIS fica situada na Av. ACM, nº 585, Complexo Odontomédico Itaipura, Edifício Louis Pasteur, sala 904, Itaipura / Pituba, telefone 359-8298.

abrapet pelo brasil

ABRASPET AMPLIA SUA BASE

Desenvolvendo amplamente as atividades referentes a causa da anistia e dos anistiados políticos, a ABRASPET tem ampliado sua atuação no sentido de auxiliar companheiros de outros estados para obtenção dos direitos inerentes a legislação da anistia. Como parte do seu programa de ampliação, a ABRASPET vem de nomear os companheiros Genival Luiz da Silva e Maury Ribeiro, como seus coordenadores no Amazonas e Volta Redonda/RJ, respectivamente, que durante passavam a representá-la junto aos anistiados, aos órgãos, instituições, empresas, etc., nasquelas localidades para intermediação e solução dos assuntos ligados à anistia. A Diretoria da entidade deseja aos novos colaboradores uma gestão duradoura e repleta de êxitos.

abrapet pelo brasil

NOTA DE FALECIMENTO

As fechamos esta edição, fomos surpreendidos com a notícia da morte de Benedito Jacinto, ocorrida no dia 27 de setembro, em São Paulo. Benedito Jacinto é mais um companheiro que deixa nosso convívio, depauperando após dias anos de luta contra o mal do diabetes. Considerado por todos como um abnegado defensor dos direitos dos anistiados além de exímio pacificador, seu desaparecimento contemou a todos que o cercavam e admiravam. Ao seu feroz comparsa grande número de colegas, amigos e parentes, como última homenagem. A ABRASPET por sua diretoria solidária se com a família embatida, apresentando suas mais sentidas condolências neste momento de dor.

A Abraspet anunciava a ampliação de sua base e de seus convênios na edição 21 de seu informativo. Dava início, também, a matérias sobre saúde para alertar e informar seus leitores

COMISSÃO DE ANISTIA

Os trabalhos da Comissão de Anistia prosseguem ainda em ritmo bastante lento apesar do empenho do seu presidente, Dr. Prudente Calmon Filho no sentido de dar maior celeridade a apreciação dos requerimentos até então para os anistiados.

A ABRASPET, através dos seus diretores, tem participado de todas as reuniões. Desde a instalação em agosto passado e, principalmente, das sessões para apreciação e decisão dos processos. Esses trabalhos têm contado com a imparcialidade e objetividade de uma aplicação da justiça que foram atingidos nos períodos negros da nossa frágil democracia.

Nas três sessões ordinárias até então realizadas foram decididos os processos a seguir relacionados:

Sessão de 17 de setembro de 2001-12-2001

PROCESSO nº 2001.01.00029 FAUSTO TOMAZ DE LIMA, concessão da reparação econômica em prestação única de caráter indenizatório no valor de 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00034 JORGE CARONE FILHO, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação única no valor de 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00037 NYSSIA COIMBRA FLORES CARONE, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação única no valor de 300 salários mínimos.

Sessão de 15 de outubro de 2001, Processo nº 2001.01.00001

ALFREDO LOPES FERREIRA FILHO, declaração da condição de anistiado, contagem do tempo em que esteve compreendido no afastamento das atividades, direitos à concessão do curso de Ciências Humanas e Letras e reparação econômica em prestação única no valor de 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00009 ALVINDE OLIVEIRA RODRIGUES, declaração da condição de anistiado; contagem como tempo de serviço até a idade em que poderia permanecer na ativa, acrescida dos decênnios não gozados, recolhimento do direito à promoção ao posto de Capitão e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada correspondente a remuneração do posto de Major, com efeitos retroativos a partir de 05 de outubro de 1988.

PROCESSO nº 2001.01.00014 RENÉ PIRES PINOS, declaração da condição de anistiado, direito à promoção ao posto de capitão e reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada correspondente a remuneração do posto de Major com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

PROCESSO nº 2001.01.00068 ED LAURO FERREIRA SANTOS, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00012 NEWTON VIEIRA DE VASCONCELOS, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada no valor correspondente ao teto do cargo de Assistente Jurídico da União, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

Sessão de 12 de novembro de 2001, Processo nº 2001.01.00017 HERCULES CORREIA DOS REIS, concessão da reparação econômica em prestação única correspondente a 16 anos de punição, no valor de 480 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.000217 MARIA LÚCIA ALVES FERREIRA, declaração da condição de anistiado; recolhimento do tempo de serviço no período de dez anos e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00121 ROÃO CARLOS PALMA GORDIM, declaração da condição de anistiado; contagem do tempo que esteve impedido de exercer atividades; direito à promoção ao posto de Capitão e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor correspondente a remuneração do posto de Major, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

PROCESSO nº 2001.01.00068 ED LAURO FERREIRA SANTOS, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

numeração do posto de Major, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

PROCESSO nº 2001.01.01578 - VERA MARIA TUDE DE ALENCAR, concessão da reparação econômica em prestação única correspondente a 12 anos de punição no valor de 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00017 de BAMBUNDO ALVES QUEENTAL, nº 2001.01.00018 de JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA e nº 2001.01.00027 de JOSÉ NAZARENO BATISTA DA ROCHA, foram indeferidos por unanimidade dos conselheiros.

Para os demais processos constantes das três pastas, houve pedidos de vistas por parte de alguns membros da Comissão e de diligenciamento para aparações diversas.

PROCESSO nº 2001.01.000217 MARIA LÚCIA ALVES FERREIRA, declaração da condição de anistiado; recolhimento do tempo de serviço no período de dez anos e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.000217 ROÃO CARLOS PALMA GORDIM, declaração da condição de anistiado; contagem do tempo que esteve impedido de exercer atividades; direito à promoção ao posto de Capitão e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor correspondente a remuneração do posto de Major, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

PROCESSO nº 2001.01.00068 ED LAURO FERREIRA SANTOS, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00012 NEWTON VIEIRA DE VASCONCELOS, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor correspondente a remuneração do posto de Major, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

PROCESSO nº 2001.01.00017 HERCULES CORREIA DOS REIS, concessão da reparação econômica em prestação única correspondente a 16 anos de punição, no valor de 480 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.000217 MARIA LÚCIA ALVES FERREIRA, declaração da condição de anistiado; recolhimento do tempo de serviço no período de dez anos e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00121 ROÃO CARLOS PALMA GORDIM, declaração da condição de anistiado; contagem do tempo que esteve impedido de exercer atividades; direito à promoção ao posto de Capitão e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor correspondente a remuneração do posto de Major, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

PROCESSO nº 2001.01.00068 ED LAURO FERREIRA SANTOS, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00012 NEWTON VIEIRA DE VASCONCELOS, declaração da condição de anistiado e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor correspondente a remuneração do posto de Major, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

PROCESSO nº 2001.01.00017 HERCULES CORREIA DOS REIS, concessão da reparação econômica em prestação única correspondente a 16 anos de punição, no valor de 480 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.000217 MARIA LÚCIA ALVES FERREIRA, declaração da condição de anistiado; recolhimento do tempo de serviço no período de dez anos e concessão da reparação econômica em prestação única no valor correspondente a 300 salários mínimos.

PROCESSO nº 2001.01.00121 ROÃO CARLOS PALMA GORDIM, declaração da condição de anistiado; contagem do tempo que esteve impedido de exercer atividades; direito à promoção ao posto de Capitão e concessão da reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, no valor correspondente a remuneração do posto de Major, com efeitos financeiros a partir de 05.10.1988.

Nesta Edição

1 Festa de Congregação Anual

2 PAZ

3 DEFENSIVA

4 BOLA AMPLIARÁ TERCIA CATEGORIA

www.abrapet.org.br

Natal

Se tens amigos, busca-os... O Natal é encontro.
Se tens inimigos, reconcilia-te... O Natal é paz.
Se tens soberba, sepulta-a... O Natal é humildade.
Se tens dívidas, paga-as... O Natal é justiça.
Se tens ódio, esquece-o, Natal é amor.

Que o Natal e o Ano Novo nos proporcionem paz, saúde e amor são os votos da

ABRASPET Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petróbrás e demais empresas estatais

O informativo Abraspet Notícias número 22, de novembro/dezembro de 2001, noticiava o andamento dos trabalhos da Comissão de Anistia na condução dos processos de seus associados, reclamando da lentidão no reconhecimento da condição de anistiados políticos

editorial

eleições

REPÚBLICA TUCANA

A República Tucana, continua trilhando na corrupção cada vez mais avançada, cada vez mais avançada. Em todos os setores públicos o que se presencia é o abuso do poder, é o absurdo descalabro da impunidade, é o cinismo do governo indiferente à sorte do País, é a insensibilidade e a falta de vontade política para solução dos problemas nacionais, é a submissão e o servilismo total ao capital externo e ao FMI.

O que há de concreto nessa grande crise em que está mergulhada a nação, é a incompetência gerencial, é a prepotência, a arrogância, o sadismo e a negligência de um governo presidido por um pseudo socialista sempre disposto a presentear o povo com suas perlas verbais, como calças, vagabundos, banda poder, badernicos, alotas, ignorantes e por último taxando os professores das universidades que lutam por melhores salários "de burro", chegando ao cúmulo da grosseria e da desolegância.

Ministros desconhecidos e arrogantes a exemplo do da Educação, considerado como da casa presidencial, demonstram claramente incapacidade para o exercício do cargo, enquanto o que responde pela Fazenda Nacional prima pelo apego ao capital estrangeiro, e a submissão ao

FMI a famigerada organização destruidora da soberania financeira dos países em desenvolvimento.

Durante 2001 que ora se encerra, assistimos mais uma vez o desprezo do governo para com a educação, com a segurança e com a saúde pública, com os idosos e as crianças, com os professores e com os trabalhadores em geral, culminando com o envio de projeto que suprime direitos assegurados ao longo dos últimos sessenta anos pela CLT e que, infelizmente, foi aprovado na Câmara Federal pela maioria de deputados serviu aos interesses escusos e avidos de benesses, indiferentes às questões sociais e sempre prontos a servir com prazer ao capitalismo escravocrata mediante favorecimentos sem sempre éticos. Essa é a República de Ponderosa ou Tucana ou ainda Tucana como apelidamos. Tudo pode acontecer. Estão aí impunes os Luiz Estrelas, os Nicolaus, os ACM's, os Jader's, os Cacciolas, os Jose Inácio, os Mestrinhos, os Natas e tantos outros que uma edição fechada de jornal de grande circulação não daria para enumerar-los e citá-los.

Enquanto tudo isso rola solto no país de faz de contas, o seu gestor parece viver tranquilo e tranqüilamente mudando a regra do jogo do poder brasileiro, em busca da satisfação do seu ego e do sonho de ser "considera-

do o grande estadista sul americano, esquecendo-se das suas obrigações internas, esparçando-se do país e do povo.

2002 chega para nós, com muita esperança de mudança. Sim, precisamos, necessitamos mais do que nunca de mudanças. Mudar para melhor. Mudar ao tocante ao atendimento das necessidades básicas do povo tais como: emprego, moradia, alimentação, escolaridade, saúde e segurança. Não podemos continuar como campeões do desemprego, da desqualificação, da falta de saúde, da imoralidade administrativa, da impunidade, do descalabro social e do medo da violência urbana.

Urge portanto, que estudantes, professores, médicos, advogados, previdenciários, bancários, petroleiros, servidores públicos, civis, militares, enfim, todo o povo brasileiro, trabalhador ou não, este povo sofrido, espoliado e abandonado, diga não ao continuísmo e aproveite a oportunidade das eleições de outubro para AJUDAR O PAÍS, votando em candidatos identificados com os verdadeiros problemas da população, votando para presidente, para senadores e para deputados em pessoas que possam efetivamente representá-los.

Esse é o nosso desejo.

FESTA DE CONGRAGAMENTO ANUAL

A exemplo de anos anteriores, a ABRASPET fará realizar no próximo dia 18 de dezembro, sua reunião especial de Congragamento pela passagem de mais um ano de suas atividades em defesa da anistia e dos anistiados.

A cada ano tem se intensificado a procura e o incentivo por parte dos associados e amigos para que essas reuniões contemplem numa demonstração inequívoca de que a diretoria conta com a aprovação e o apoio dos afiliados e que as reuniões são um marco de encontro para velhos e combatentes companheiros que ainda resistem as

contradições do tempo e dos homens.

Este ano, além dos parlamentares que têm comparecido normalmente as nossas festividades, contaremos com a presença do Dr. Petrónio Calmon Filho, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e de outros ilustres convidados.

O evento será iniciado às 17:00 horas com palestra proferida por Dr. Petrónio Calmon Filho sobre a aplicação da Anistia pela Comissão instituída pela Medida Provisória 2.151, prosseguindo com a apresentação do Coral Grupo

Salla e encerrando-se com um coquetel ao som da tecladista Lilian Norvaias Soares.

A Direção da ABRASPET espera contar com a presença dos associados e seus familiares como tem ocorrido em todos os outros anos.



expediente

Digite o site da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos de Sistema Petrónio e Demais Empresas Exatas - ABRASPET Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, 09.08, Jd. 193 e 154 Centro Empresarial System, Pádua, Salvador BA. Telefone: (71) 400-5000 e 400-9999. Home Page: www.abraspet.org.br E-mail: abraspet@ignet.com.br. Tiragem 2001 exemplares. Edição fechada em 12/12/2001. Diretoria: Reynaldo Hino da Costa Mangabeira - Presidente, Ramonildo Lopes - Vice Presidente, Antonio Valente Barbosa - Secretário, Gonçalo Santos de Melo - 1º Tesoureiro, Nilo Calatans de Menezes Filho - 2º Tesoureiro, Djalma Mattos Oliveira - 3º Tesoureiro. Todos os materiais publicitários são de inteira responsabilidade da Diretoria da Associação. Distribuição gratuita. Projeto Gráfico e Edição Eletrônica: Oficina Comunicação Visual.

ARTICULAÇÕES SOCIAIS

Prosseguindo na sua trajetória de trabalho articulado, a Associação ampliou o intercâmbio com as demais entidades de anistiados políticos e com o Grupo Tortura Nunca Mais, além de órgãos e instituições governamentais.

No campo assistencial, foram assinados credenciamentos de médicos, dentistas, advogados, clínicas, farmácias e óticas. Também foi ampliado o Auxílio Funeral aos associados.

Encerrando 2001, a festa de conagração anual, dia 18 de dezembro, no Clube 2004, teve como convidado especial o então presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Petrónio Calmon Filho, que lembrou daqueles que sofreram por lutarem contra o regime de exceção, sentindo-se feliz em fazer justiça a esses verdadeiros heróis brasileiros, que lutaram pela democracia. Em seu discurso, Calmon afirmou que "a anistia de hoje é o reconhecimento de que as pessoas atingidas no passado não eram bandidas, não eram delinquentes e sim cidadãos com liberdade de expressão, que tinham direito de viver livremente exercendo sua cidadania. A anistia de hoje é o estado brasileiro pedindo perdão às pessoas pelo mal que causou".

● 2002

Após a edição da MP 2151, de 24/08/2001, setores retrógrados do governo reagiram contra sua conversão em lei, como previa o projeto apresentado pelo senador Renan Calheiros, aprovado pela Comissão Mista do Congresso, numa tentativa de apresentarem nova medida provisória restritiva dos direitos ali assegurados.

Essa insólita atitude dos reacionários tecnocratas, contrários ao bom entendimento, entretanto, não afastou as associações de anistiados da luta. Houve uma espécie de retorno ao passado, quando as entidades buscavam a tão almejada medida prometida pelo então presidente da República, após vários anos de incessante luta que oneraram por demais as entidades. A cada nova

Mais uma vez a "República Tucana" ganha destaque no editorial da publicação 22 da Abraspet, sempre levando ao público as denúncias sobre as falcaturas do governo FHC e seus seguidores

Festa de Congraçamento Anual

Contou com a presença do presidente da comissão de anistia



Como faz todos os anos, a ABRASPET realizou sua festa de confraternização pela passagem de mais um ano de trabalho em defesa da anistia e dos direitos dos anistiados e seus familiares.

O evento contou de pleno sucesso, transcorreu no Clube 2004 da Bahia, localizado na orla marítima de Salvador e contou com a presença do Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Dr. Petrólio Calmon Filho, especialmente convidado pela Diretoria da ABRASPET, que profere palestra para um grande número de associados e familiares além de convidados.

Durante sua pronunciamento, Dr. Petrólio Calmon inicialmente se disse satisfeito com o convite recebido, além da alegria de estar na Bahia sua terra natal e com seus familiares.

Dr. Petrólio que também é professor de direito, promotor público e procurador do Ministé-

rio Público, esclareceu ter sido convidado para presidir a Comissão de Anistia pelo então Ministro da Justiça, José Gregori. Apesar de não conhecer a fundo o assunto anistia, aceitou o desafio após as explicações do ministro, por considerar o trabalho de grande relevância e essencialmente de justiça, neste momento histórico da nação em que se procura reparar as injustiças praticadas, pecado que não queremos mais viver apesar da existência ainda de pessoas que procuram cercar os direitos do exercício da democracia.

Lembra Dr. Petrólio, daqueles que sofreram por lutarem contra o regime de exceção, verdadeiros heróis, sentindo-se feliz em poder fazer justiça à esses brasileiros que lutaram pela verdadeira democracia, ficando aos presentes.

"Todos vocês estão no meio de pessoas quando se fala de anistia. O sofrimento de muitas pessoas deve ser de contação intensa, muito profunda, a favor dos valores mais fortes que existem para a pessoa humana, valores validados em pessoas que resistem ao País democrático e que respeitam o direito à liberdade humana criando meios de parábola."

Falando sobre a composição e o trabalho da Comissão, adiantou que para aplicação dos processos há muitas dificuldades e elas só serão vencidas se todos - anistiados e associações - continuarem lutando, criando canais de comunicação mais dinâmicos. A primeira é o volume de processos, cerca de

5000 que poderão chegar a 15 mil, o que demanda tempo, adiantando que estão sendo tomadas providências para a apreciação e despacho de cerca de 2000 processos em 2002, o que representaria apenas 40% dos casos hoje existentes. Adiantou ainda que uma grande parcela dos atingidos pelos atos de exceção ainda desconhece o direito a anistia o que enseja a feitura de uma cartilha a ser distribuída por todo o Brasil.

A segunda é o orçamento, sendo esta luta muito grande porque apesar do Brasil ser uma das nações mais ricas do mundo, grassa a falta de habilitação para a distribuição de verbas orçamentárias. Considerando de vital importância a situação das associações junto aos congressistas na tentativa de alocar verba destinada a anistia já para 2002.

Concluindo, Dr. Petrólio esclareceu que o assunto requer urgência já que muitos dos requerentes já não podem mais esperar e que precisam receber já. Quem esperou durante 23 anos já não mais tem tempo para continuar esperando, dizendo ainda que os trabalhos da Comissão têm sido transparentes, suas sessões são abertas ao público e, citando o jornal da ABRASPET, que narra todos os processos julgados, insistiu que para obtermos anistia ampla, geral e irrestrita, temos que continuar lutando unidos, considerando que a anistia processada na Medida Provisória é uma anistia reparadora, que indeniza as pessoas prejudicadas no passado. É a anistia que recompõe financeiramente os prejuízos causados, que paga salários, que paga pensões, sendo trabalho da Comissão o de fixar a anistia reparadora.

"Que a anistia de hoje é o reconhecimento de que as pessoas atingidas no passado não eram bandidos, não eram delinquentes e são cidadãos com liberdade de expressão que tinham o direito de viver livremente exercendo os seus direitos. A anistia de hoje é o estado brasileiro pedindo perdão às pessoas pelo mal que causou não deixando que elas vivissem livremente num País democrático."

Participaram da festa o viceador Daniel Almeida, funcionários do INSS, da Petrobrás, do Bradesco, da Solemar Turismo, da Astupel/BA, além de vários outros convidados.

Encerrou o pronunciamento dos oradores, o evento prosseguiu com uma bela apresentação do Coral Grupo Salla formado por 48 figurantes sob a regência do maestro Cicero Alves, ocasião em que foi servido um delicioso buffet.



Reunião dos anistiados com o presidente Lula, em Brasília, em 2003

investida do bando de malfeitores, os anistiados ganhavam mais força e redobravam a disposição de prosseguir lutando com garra e obstinação.

Assim, em maio de 2002, um novo Encontro Nacional reuniu cerca de 700 anistiados de todo o Brasil, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os deputados Luiz Eduardo Greenhalg, Paulo Paim, Iara Bernardi, Nelson Pelegrino, Arnaldo Faria de Sá, Henrique Fontana, Luciano Zica, Babá, Vivaldo Barbosa, Ângela Guadanin, Miro Teixeira, Carlos Santana, Virgílio Guimarães, Luiz Sergio, Jaques Wagner, Fernando Ferro e Padre Roque, além do senador Geraldo Candido, tendo a **Abraspet** comparecido com 110 associados, que viajaram em ônibus alugados pela entidade.

No início dos trabalhos, todos foram surpreendidos com a publicação da Portaria Interministerial nº 477, de 06/05/2002, editada pelos ministros da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, dispoendo sobre o Regime do Anistiado Político, portaria que alterava e contrariava a aplicação da MP 2151-3, o que causou profunda frustração e revolta aos anistiados.

Os trabalhos do encontro foram realizados nesse clima, revezando-se na tribuna vários parlamentares e anistiados, propondo inúmeras medidas no sentido de amenizar o impacto da Portaria, como a ida de grupos aos gabinetes das lideranças partidárias, ao então presidente da Câmara, Aécio Neves, e ao ministro da Justiça, Miguel Reali Junior, e a sua secretária execu-

Jornal da Abraspét, edição do início de 2002, registra principais atividades e notícias dos anistiados

ANISTIA

Presidente assina nova Medida Provisória



Esta vitória revertu-se a partir de 1997, quando o Ministério da Previdência Social ignorou o Decreto 6319/2 e a Constituição, simplesmente, arquivou-se em legislação e religio... Decreto nº 2172, em março daquele ano, impostando novas regras para a aposentadoria e pensão excepcional...

No último dia 28 de agosto, a Lei da Anistia completa 23 anos de promulgação após intensa campanha levada a efeito pelo povo brasileiro e luta de políticos entre os quais destacou-se o ex-senador Teófilo Vílva... Foi a primeira que o legislativo entendeu de ampliar a Anistia Política, criando oportunidades de promoção de ato anistivo aos servidores públicos civis e empregados em todos os níveis de governo...

Nesta Edição esta em

2 Editorial
3/4 Medida Provisória nº 45 de 28/8/2002
5/6 Continuação de Anistia

www.abraspet.org.br

O informativo Abraspet Notícias número 25, de julho/setembro de 2002, teve como manchete a assinatura da Medida Provisória Complementar à Lei 6683/79, pelo então presidente FHC. A matéria fez um resumo da história jurídica da Lei de Anistia

editorial

Terrorismo Eleitoral

Com a desmarcação do horário eleitoral gratuito, destinados a propaganda política e que foram assistidos na televisão TV, muda mais o do que antes quera seja... Desde que configurou-se a possibilidade da vitória de Lula já no primeiro turno, o candidato José Serra e sua equipe têm agido com extrema violência e de número tempo... Seu programa na televisão tenta associar um discurso do deputado José Dirceu a agressão sofrida pelo falecido ex-governador de São Paulo, Mário Costa, através da greve de professores...

Planta-se a intenção nas redes, não apenas. Depois um fogo cru, cobriu-se no noticiário, repetindo-se a operação tantas vezes quantas foram necessárias... Mas, enquanto isso, seus comentários, ferra e os seus, expunam os estafes caso em que, não de certo modo ligados, a exemplo de Ricardo Sérgio, aquele que foi seu instrumento de campanha e personagem principal do processo de privatização do Sistema Telebrás, Pergunta-se: como anda o inquérito que, na Polícia Federal do Rio de Janeiro apura os aspectos do processo de privatização? Porque o delegado que apurava o caso foi afastado?...

Além de não ter sido o chefe do Estado de Sergipe, Brizola também sofreu as pressões de R\$15 milhões que foram cedidos na privatização de Vale do Rio Doce?... Quando trata-se das campanhas eleitorais? Todas... Porque diriam muitos na Sérgio dos últimos que tratavam do bilionário projeto de despojo do Rio Tietê? Projeto apresentado na gestão do falecido ministro Sérgio Motta... Perguntamos ao ministro Paulo Renato: sendo-se alvo de informações que figura o alto escalão em filiação e comprometimento de R\$100 milhões para despojo do Tietê?... Porque a obscuridade dos privatizadores, desconhecidos das páginas, não transfere a sua responsabilidade? Se estava tão pouco em dia no noticiário... Se era porque não é mais notícia em outros MT, São Paulo, André, Oliveira Dória e Rio Branco... Perguntamos a mídia não tem a população, os seus caminhos, responsabilidades e lutas, o debate sobre o ingresso no nível de capital estrangeiro para a aquisição de terra? Não é far pouco com o seu acervo em terra alheia de senhores... Esse é o preço. A luta violenta de obter para os grandes grupos de direito da sociedade, da cultura e do...

Cartas

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2002
Prezado Sr. Presidente... Esta questão de paz depende, por esse grande compromisso, tanto a sua vontade, como todos brasileiros... Carta Encaminhada Especial - Paulo César, 4-1-24-00 - Salvador/BA... Muitas saudações.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2002
Mangabira... Ainda estamos achando que o "ABRASPET/NOTÍCIA" é o que mais esclarece de forma objetiva, tendo em linguagem acessível, que dá para ler os "meios" de entendermos... Carta Encaminhada Especial - Paulo César, 4-1-24-00 - Salvador/BA... Carta Encaminhada Especial - Paulo César, 4-1-24-00 - Salvador/BA...

Carta Encaminhada Especial - Paulo César, 4-1-24-00 - Salvador/BA... Carta Encaminhada Especial - Paulo César, 4-1-24-00 - Salvador/BA... Carta Encaminhada Especial - Paulo César, 4-1-24-00 - Salvador/BA...

Clique oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais empresas estatais - ABRASPET... Endereço: Avenida Veloso Soares, 320 - São Paulo/SP - CEP: 05510-900 - Fone: (011) 3171-3100 - E-mail: abraspet.org.br

O editorial do informativo 25 fez uma análise da estratégia política de terrorista adotada pelo candidato José Serra, que tratava mais de ofender e desqualificar seus adversários do que de apresentar propostas concretas de gestão ao País

tiva, Ivete Viegas, que, sensibilizados com os argumentos dos representantes das entidades, entenderam da necessidade da mudança do texto ou da sua revogação.

Mesmo enfrentando resistências, a Comissão de Anistia foi instalada sob a presidência de Petrônio Calmon Filho e iniciou os julgamentos dos requerimentos ali protocolados. Foram poucos os processos apreciados, tendo em vista a sua instalação ter ocorrido no final de agosto de 2001 e as entidades estarem elaborando os requerimentos pessoais dos seus associados.

Em 28 de agosto de 2002, por decurso de prazo, foi editada a Medida Provisória nº 65, em substituição à MP 2151-3, persistindo, entretanto, as resistências daqueles inconformados opositores. Enquanto tramitava o projeto de lei de conversão (PLV), os anistiados contaram com o apoio do senador Renan Calheiros – que era relator do Projeto - e dos deputados Luiz Eduardo Greenhalg, Artur Virgílio Neto, entre outros. O senador Calheiros pediu celeridade para a votação ainda naquele semestre.

Objetivando auxiliar os interessados quanto ao requerimento, a **Abraspet** formulou um modelo que foi levado à Comissão, tendo sido aprovado e publi-

cado no jornal **Abraspet Notícias** nº21, de outubro de 2001. E, embora publicada a MP 2151 e instalada a Comissão de Anistia, a **Abraspet** aguardou o desenrolar das negociações para sua conversão em lei e, só então, protocolar seus requerimentos.

Em 13 de novembro de 2002, finalmente, foi promulgada pelo presidente da Mesa do Congresso Nacional, senador Ramez Tebet, a Lei 10.559, convertendo a MP-65 e regulamentando o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No dia 20 de dezembro daquele ano, a **Abraspet** comemorava a passagem de mais um ano de trabalho, evento realizado no Clube 2004 e contando com a presença do segundo presidente da Comissão de Anistia, José Alves Paulino que, em seu pronunciamento, fez uma brilhante exposição sobre as Leis de Anistia, 6683/79, EC 26/85, ADCT de CF/88 e 10.559/2002.

● 2003

Promulgada a Lei 10.559/2002, a **Abraspet** deu início à elaboração dos requerimentos, tarefa árdua e ininterrupta, para a qual foi necessária a contratação de mais duas funcionárias que, junto com as duas já existentes, trabalharam com dedicação o ano inteiro, por vezes dez, doze horas ao dia, di-



O presidente da **Abraspet**, Reynaldo Costa, em conversa com o presidente Lula e Manoel Anísio, da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC Paulista (AMA-ABC)



Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras, em Brasília, em 2003. **Abraspet** presente

COMISSÃO DE ANISTIA ANESTESIADA

Os trabalhos da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, vêm sofrendo uma espécie de paralisia desde janeiro do corrente ano, quando da troca de Governo e, conseqüentemente, do Ministro e do Presidente da Comissão.

De janeiro a abril, formou-se um vazio devido a indecisão do novo Ministro da Justiça quanto a substituição do Dr. Paulino, que só veio a acontecer no final daquele período, deixando, conseqüentemente, paralisadas as reuniões das Câmaras de Julgamento.

Só em 15 de maio a 2ª Câmara voltou a se reunir, quando foram apreciados e julgados uns poucos processos referentes a ex-empregados da ECT. Daquela data até 18 de agosto, a 2ª Câmara sofreu congelamento que durou exatos 93 dias.

Não podemos compreender tanto descaso, quando existem milhares de processos a examinar. Não compreendemos porque tanta procrastinação.

As Câmaras reúnem-se apenas uma vez por mês para apreciação dos milhares e milhares de processos ali protocolados, numa rotina marcada pelo desinteresse, pelo descaso e pela procrastinação deliberada, sem preocupações maiores quanto a sobrevivência dos requerentes em sua grande maioria idosos e doentes.

Para o final do ano está previsto recesso de mais dois a três meses, numa prova evidente e acintosa de ofensa aos anistiados e anistiandos, que há 24 anos aguardam ansiosos a reparação pelos danos sofridos, por terem defendido a Democracia e lutado por um País mais justo.

Em agosto passado, reunimos com o Presidente da Comissão Dr. Marcelo Lavenere, da qual participaram ainda os companheiros Abelardo da Conape e Adelino da Astage/RJ para solicitar a agilização dos julgamentos em grupo para os casos semelhantes e pedir prioridade para os idosos e portadores de doença grave.

Debalde foram os nossos pedidos e esforços. O Dr. Lavenere alegando ter sofrido pressões pela publicação de setenta e seis portarias em julho (esquecendo que os respectivos processos foram julgados em dezembro de 2002 e se encontravam a disposição do senhor Ministro desde aquela época), prometeu apreciar em extra pauta no próximo dia 05/09, apenas os processos referentes aos companheiros com idade superior a 80 anos que já estejam analisados e conclusos para julgamento e os que se encontram enfermos, desde que atendidas as exigências de avaliação adicional da própria Comissão além do

relatório médico.

Para completar o ciclo de aberrações há indícios de que os trabalhos das Câmaras vem sendo proposadamente demorados, a fim de permitir que técnicos dos ministérios envolvidos encontrem uma solução para a formatação do acordo pretendido pelo Governo para pagamento das parcelas retroativas a 1988 em total desrespeito a Lei nº 10.559/02 e a Constituição Federal.

A ABRASPET, junto com as demais associações, insistirá pela celeridade dos trabalhos por todos os meios disponíveis, a exemplo do que foi feito no último dia 28 de agosto, data do 24º ano da Lei 6683/79, quando no grito e na raça, os anistiados conseguiram ser ouvidos pelo Ministro da Justiça.

Nesta Edição

- 2 Editorial
- 3 Anistia 24 anos
- 4 Anistiados vão ao MJ



Visite o nosso site

www.abraspet.org.br

O informativo Abraspet Notícias número 26, de agosto/setembro de 2003, questionou a lentidão dos trabalhos da Comissão de Anistia que, praticamente, sofreu uma paralisia com a transição para o governo Lula

editorial

Estelionato Eleitoral

O Brasil inteiro acompanha estarecido a mudança de comportamento daqueles que em passado recente se colocavam contra algumas medidas recortadas pelo Governo FHC.

Durante os oito anos do neo-liberalismo praticado pelo ex-socialista, o que se via e ouvia dos chamados progressistas mais a esquerda do poder, eram protestos, posicionamentos contrários as modificações, obstruções parlamentares, enfim toda a sorte de confronto com o governo central.

Quando da campanha presidencial, mil promessas. Falou-se na geração de 15 milhões de novos postos de trabalho. No combate a corrupção e a violência. Na recuperação da saúde e do ensino. Na recuperação das estradas e da ferrovia. Na aprovação de medida para apoio à pesca, e, principalmente, nas reformas política, tributária e previdenciária.

Criou-se um misto de esperança e confiança num futuro melhor, mais ameno, mais confortável e seguro. Todo o povo se regozijou. Era a virada prometida e tão esperada. Esperada ansiosamente por uma população cada vez mais sacrificada. Era enfim, a esperança vencendo o medo.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um operário vindo do agreste pernambucano, tomador de profissão, sem diploma de sociólogo, saído das hostes sindicais, que lutava tenazmente para chegar a Presidência da República, não restava ao povo sofrido deste amado Brasil, senão a esperança de superação das dificuldades enfrentadas.

As manifestações por ocasião da

posse e que se seguiram por todo o País durante o primeiro mês, foram as maiores e mais impressionantes até então registradas.

Mas, como diz o velho adágio popular "tudo que é bom dura pouco", a alegria, a satisfação, a euforia, aos poucos foi cedendo e dando lugar ao descontentamento, à desconfiança, à frustração e a decepção.

As medidas adotadas até então pelo governo Lula, são todas elas contraditórias.

Diferentemente das promessas feitas em pularque de campanha. Contrárias a linha e ao programa do Partido e das que hoje o representam no Congresso Nacional.

O povo hoje, sente-se enganado, logrado.

As tão sonhadas reformas, que dariam suporte e geração de empregos, a melhoria da renda per capita, a justiça social, a redução de impostos e a aposentadoria tranquila, não passam de mero arremedo.

O que se viu na reforma da Previdência Social foi o governo abocanhar mais 11% (onze por cento), dos rendimentos dos servidores; foi a aplicação de esdrúxulo redutor nas pensões das pobres viúvas já envelhecidas e impedidas de lutar; foi a alteração da faixa de idade sempre a maior para a obtenção da tão sonhada e esperada aposentadoria; foi o aviltamento dos rendimentos dos proventos de aposentadoria e pensão dos beneficiários da seguridade social.

Quanto a reforma tributária pelo que temos ouvido e lido, é a transformação da CPMF de provisória para permanente; é a criação de novos impostos; é o aumento da carga tributária; é a repartição do bolo entre governo federal e governos estaduais e

municipais estes últimos, gastadores inveterados e nem sempre transparentes.

De referência ao combate a sonegação e a corrupção o que se viu foi a preocupação do Planalto em defender o senador autor intelectual dos grampos na Bahia. Foi o apoio a escolha do atual presidente do Senado e, recentemente, do mais novo conselheiro do TCU, para não falar em outras maracutias.

Para os anistiados, o Presidente Lula assegurou no dia 15 de maio, em audiência concedida aos dirigentes das associações, que em seu governo a Lei seria cumprida. Entretanto, embora decorridos cerca de 100 dias, nada mudou. Continuamos como antes, no escuro. E para completar o engodo, está sendo bolada por membros do governo uma esdrúxula proposta de acordo para pagamento das parcelas retroativas a 1988 que além de perversa e punitiva nos parece imoral e ilegal já que contraria frontalmente a Lei 10.559/2002.

E na tentativa de sensibilizar os anistiados beneficiários pela Lei, perderam o pejo, quando alegam, falsamente, que a proposta partiu das associações.

A ABRASPET repele veementemente tão absurda e covarde afirmativa, esclarecendo a todos os seus associados ser contrária a prática de mais essa indecente e arbitrária punição àqueles que deram suas juventudes e suas vidas em prol de um País altaneiro e justo socialmente.

Foi tudo engodo e estelionato eleitoral!



expediente

Orgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais - ABRASPET. Endereço: Av. Tancredo Neves, 374, Bloco B, sala 103 e 104 - Centro Empresarial Ipatemi, Pituba, Salvador/BA. Telefons: (71) 450-3949 e 450-5095. Home-Page: www.abraspet.org.br. E-mail: abraspet@igolnet.com.br. Tiragem: 1.500 exemplares. Edição fechada em 08/09/2003. Diretoria: Reynaldo Hüllo da Costa Mangabeira / Presidente, Raimundo Lopes/Vice-Presidente, Antonio Valcira Barbosa/Secretário, Gonzalo Santos de Melo/Z Secretário, Nilo Calazans de Menezes Filho/Tesoureiro, Djailma de Oliveira Mattos/Z Tesoureiro. Todas as matérias publicadas são de inteira responsabilidade da Diretoria da Associação. Distribuição gratuita.

A Abraspet já identificava as contradições no recém-eleito governo Lula, no que chamou de "estelionato eleitoral" em seu editorial do informativo 26

ANISTIA

24 Anos de Espera

Transcorreu no último dia 28 de agosto, o vigésimo quarto aniversário da Lei de Anistia nº 6683, resultante da vitoriosa campanha desenvolvida pelas forças progressistas contrárias a repressão da ditadura militar instalada no País de 1964 a 1985.

Do Movimento empreendido pelo então MDB, partido que congregava as principais forças democráticas da Nação nasceram o Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Pró-Anistia em vários Estados ou países onde residiam brasileiros exilados.

A pressão exercida pela sociedade brasileira levou o governo ditatorial a encaminhar um projeto de lei de anistia para o Congresso Nacional, que após muitas discussões, foi aprovado e promulgado em 28 de agosto de 1979.

Apesar de passados esses 24 anos, a anistia continua incompleta. Desde a sua promulgação a Lei 6683, sempre foi considerada restrita, acanhada, minúscula por não atender a todos aqueles que foram perseguidos, presos, torturados ou punidos de alguma forma pelo regime opressor instituído no País por 21 longos anos.

Visando o aperfeiçoamento da Lei, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 26, em novembro de 1985, que ampliou alguns direitos. Posteriormente, com o advento da Constituição Federal em 1988, ampliou-se ainda mais os benefícios da anistia, através do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a ser regulamentado por Lei específica.

Finalmente em novembro de 2002, o Congresso Nacional sancionou a Lei 10.559, regulamentando aquele artigo e dispondo sobre o Regime do Anistiado Político e seus direitos.

Entre esses direitos, destacam-se a declaração da condição de anistiado político e a reparação econômica de caráter indenizatório. Mas, apesar da sanção de toda essa legislação e do disposto na Lei 10.559/2002 o que assistimos é a falta de vontade política do Governo para cumpri-la.

No parágrafo 6º do artigo 6º, a Lei 10.559, dispõe que os valores apurados relativos a prestação mensal, permanente e continuada poderão gerar efeitos financeiros a partir de 05.10.1988, considerando-se para início da retroatividade a data do requerimento inicial de anistia, beneficiando, consequentemente, todos os que tiveram declarada sua condição de anistiado anteriormente àquela data.

Entretanto, o que se tem notícia é que este "Governo Popular" presidido por um trabalhador anistiado, composto por oito ministros também anistiados, pretende negociar espuriamente, o pagamento dessa parcela retroativa, na esperança de aplicar um redutor de 60% (sessenta por cento) ou seja, reduzindo a menos da metade o valor apurado em cada caso, numa acinosa demonstração de desrespeito aos anistiados e aos seus familiares, além é lógico, de impor-lhes mais uma punição.

Com esse ato, o "Governo da Esperança", demonstra também sua infidelidade às Leis, sua incapacidade administrativa, sua indiferença à legalidade e seu desprezo pelos que o elevaram ao mais alto poder da República.

Os Anistiados cômicos dos seus direitos e dos direitos das suas famílias jamais poderão aceitar tão asquerosa e indecente proposta. Jamais se deixarão levar por míseros trocados oferecidos em parcelas semestrais para assegurar o sucesso dos plantonistas do poder.

Nestes 24 anos da Anistia, não temos o que comemorar, são 24 anos de angústias, de maus tratos, de enrolação, de lero-lero, de lorotas, de bazofias, de desprezo, de dores de agônias, de frustrações.

Nesses 24 anos de Anistia o que temos a fazer é PROTESTAR, PROTESTAR e PROTESTAR. E denunciar publicamente essa espúria e acinosa proposta governamental, para que toda a sociedade tome conhecimento do tipo de governo que escolheu.

Assistência Jurídica

Visando melhor atender aos seus associados a ABRASPET firmou convênio com o escritório de advocacia Carlos Alcino do Nascimento & Fernanda Pereira do Nascimento Advogados Associados, para assistência jurídica de causas nas áreas Crime, Trabalhista, Civil e Direito de Família compreendendo inventário, arrolamento, alvará, divórcio, desquite, separação, pensão alimentícia e exoneração de pensão.

Terão direito a assistência jurídica, todos os que tiveram declarada sua condição de anistiado anteriormente àquela data.

- cônjuge, companheiro (a) e dependentes do associado, desde que inscritos regularmente no cadastro de associados.
- funcionários da ABRASPET e respectivos cônjuges ou dependentes regularmente habilitados ou designados.

O atendimento se dará mediante a apresentação da carteira social ou do cartão de dependente, acompanhado de documento de identidade do interessado, além da Guia de Atendimento Jurídico-GAI, devidamente preenchida por preposto da ABRASPET e autorizada por um dos seus diretores executivos devendo a pessoa interessada dirigir-se a Secretaria para a necessária solicitação.

O escritório dos Advogados Associados tem por endereço a Avenida ACM, 771, sala 806, Edif. Empresarial Torre do Parque na Pituba, com telefone (71) 451-0176.

Falecimentos

Os anistiados bahianos perderam nesses oito meses de 2003, a convivência de mais dois companheiros.

✦ Em 22 de junho faleceu nosso companheiro **Sinézio Alves de Jesus**, aos 83 anos de idade na Clínica Cardio Pulmonar após alguns dias de internação vítima de AVC.

✦ Em 30 de julho ocorreu o falecimento do companheiro **Fausto do Carmo**, 68 anos, no Hospital São Rafael, após ter sofrido um aneurisma cerebral.

A ABRASPET e todo seu corpo associativo consternado pelo conhecimento dos seus dois afilhados, junta-se aos familiares nesta hora de dor e resignação.



Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras, em Brasília, em 2003 cobra posição de Lula no cumprimento da Lei de Anistia

gitando os pedidos, colhendo e organizando a documentação exigida pela Comissão.

Durante todo o ano, os diretores Mangabeira e Raimundo se revezavam nas viagens a Brasília para acompanhar as sessões de julgamento, protocolar os requerimentos dos associados na Comissão de Anistia e participar das reuniões com parlamentares, anistiados e com a própria Comissão.

Essa carga de trabalho fez com que, durante 2003, o *Abraspet/Noticias*, jornal informativo da entidade, sofresse descontinuidade em suas edições, sendo publicados apenas o números 26 agosto/setembro e o número 27, referente a dezembro.

Com a eleição e posse do presidente Lula, ocorreu nova paralisação nos trabalhos da Comissão de Anistia, tendo em vista a mudança de ministros, entre os quais o da Justiça. Uma incerteza inicial sobre as indenizações levou o governo a constituir uma comissão interministerial, composta pelos ministros da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, da Defesa, da Casa Civil, da AGU e da Secretaria dos Direitos Humanos, com a finalidade de adotar critérios para pagamento das indenizações. Embora os critérios para os pagamentos estivessem preceituados nos artigos 6º, 7º, 8º e 9º da Lei 10.559, no acordo de ajuste administrativo, proposto pelo novo governo, foi estabelecido um prazo de 45 dias, o que não passou de mais uma atitude procrastinatória contra os anistiados.

A página 3 do informativo 26 registrava os 24 anos da promulgação da Lei de Anistia, a ampliação dos convênios jurídicos e a lamentável perda de alguns companheiros de luta da entidade

Com a mudança de governo, esperava-se, também, a nomeação de um novo presidente para a Comissão de Anistia, o que sempre ocorria a cada mudanças de ministro. Assim, de janeiro a abril, formou-se um vazio devido à indecisão do novo ministro quanto à substituição de José Alves Paulino, o que só veio a acontecer no final daquele período, deixando, conseqüentemente, paralisadas as reuniões das três Câmaras de Julgamento.

Só em 15 de maio, a 2ª Câmara – onde se encontravam os processos dos anistiados empregados de empresas estatais - voltou a se reunir, oportunidade em que foram apreciados poucos processos, todos referentes a ex-empregados da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT. Daquela data, até 18 de agosto, a 2ª Câmara sofreu congelamento de exatos 93 dias.

Com as Câmaras se reunindo apenas uma vez por mês para apreciação de milhares de processos, somado ao recesso de final de ano, que paralisaria os trabalhos por mais dois ou três meses, o adiamento dos julgamentos foi uma acintosa ofensa aos anistiados, que já aguardavam há 24 anos pela reparação dos danos sofridos durante os anos de chumbo. Além disso, ficou evidente que os trabalhos eram propositadamente demorados, a fim de dar tempo para que os técnicos dos ministérios envolvidos encontrassem soluções para a formatação do acordo pretendido pelo governo para o pagamento das parcelas retroativas a 1988.

Também de janeiro a agosto de 2003, todos os processos julgados e encaminhados ao MPOG, para pagamento, tiveram os seus trâmites suspensos face ao pedido do assessor do ministro da Justiça para verificar a regu-



Encontro de anistiados com parlamentares, em Brasília, no final da década de 90



laridade dos mesmos. Foi, realmente, um ano recheado de muita luta, trabalho e persistência dos encanecidos anistiados.

Em novembro, as diretorias das associações de anistiados da Petrobras, reuniram-se com representantes da estatal e da Petros, pleiteando a suspensão do pagamento do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadorias por anistia. Como resultado dessas negociações, foi decidida a extinção do referido desconto a partir de dezembro daquele ano e a Petros comprometeu-se em fazer uma consulta à Receita Federal com vistas a devolução das parcelas relativas ao período de janeiro a novembro.

Em dezembro, o Diário Oficial da União publicou a Exposição de Motivos nº 197, do Ministério da Justiça, versando sobre as conclusões da Comissão Interministerial, criada pelo Decreto 2708/2003 para adoção de critérios e forma de pagamento da reparação econômica aos anistiados políticos de que trata a Lei 10.559. A seguir, alguns trechos do documento:

“1 – O art. 9º, parágrafo único, da Lei 10.559, concedeu isenção de imposto de renda aos valores pagos a título de indenização aos anistiados políticos e deve ser observado, independentemente da análise do requerimento de substituição pelo regime de reparação econômica, pelo ministro da Justiça. Nesse sentido, foi editado o Decreto nº 4.897, de 25/11/2003”.

“3 – O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e o Ministério da Defesa deverão priorizar os recursos orçamentários disponíveis, para o pagamento das reparações econômicas em prestação única, e a inclusão em

folha das prestações mensais, permanentes e continuadas, observada a ordem cronológica de publicação dos atos concessivos de anistia pelo Ministério da Justiça.”

“4 – O orçamento do exercício de 2004 deverá ser suplementado em R\$143 milhões, para satisfazer as despesas decorrentes dos novos julgamentos a serem realizados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça”.

Em dezembro, para brindar seus associados, a **Abraspet** realizou a sua já costumeira festa de final de ano, congratulando-se com todos seus afiliados, amigos e fornecedores pela passagem do Natal e de mais um ano por demais trabalhoso.

● 2004

No ano de 2004, logo em janeiro, a Comissão de Anistia reiniciou suas reuniões para apreciação e julgamento de processos, dessa vez sob a presidência de Marcelo Lavenere, apresentando sensível melhora no andamento dos pleitos para ali encaminhados.

Também em janeiro de 2004, no âmbito do Ministério do Planejamento, foi



Ato solene de inauguração da sede da Abraspet, no auditório do Centro Empresarial Iguatemi, em 1999. Na mesa: Emanuel Rêgo, Silvino Oliveira, Emiliano José, Reynaldo Costa, Daniel Almeida, Nina e José Lino



ABRASPET

Notícias

Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais

Salvador - BA
Ano 6 - Número 28 - Janeiro/2004

COMISSÃO DE ANISTIA

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça reiniciou as suas reuniões de apreciação e julgamento de processos de anistia, as Câmaras continuarão a se reunir uma vez por mês, seguindo o calendário preestabelecido.

A Segunda Câmara, que analisa requerimentos da administração pública indireta-autarquias, fundações e Estatais, ou seja, nossos Processo, terá o seguinte calendário para o primeiro semestre/2004:

SEGUNDA CÂMARA	
JANEIRO	- Dia 20 (já realizada)
FEVEREIRO	- Dia 12
MARÇO	- Dia 25
ABRIL	- Dia 29
MAIO	- Dia 27
JUNHO	- Dia 23

Na reunião realizada no último dia 20 janeiro, foram apreciados e deferidos, dentre outros processos 20 (vinte) relativos a empregados da Petrobrás dos quais 03 (três) associados da ABRASPET.

Os critérios adotados pela Comissão de Anistia para a Apreciação dos Pleitos dos Anistiados e Anistiandos obedecem às seguintes ordens de prioridade:

- a) Requerentes portadores de doença grave com risco de vida.
- b) Requerentes mais idosos
- c) Requerentes desprovidos de qualquer tipo de renda,

d) Numeração do processo por ordem de protocolo,

Alguns companheiros, insatisfeitos pelo fato de não terem sido ainda atendidos em seus pleitos, tem reclamado insistentemente, sob a alegação de que outras entidades já alcançaram um percentual bastante significativo de deferimentos e concessões para seus afiliados, o que, de fato vem acontecendo, e, é do nosso conhecimento, como também, é do nosso conhecimento o que passamos a esclarecer:

• Estas Entidades começaram a protocolar seus requerimentos desde a edição da Medida Provisória 2.151 de 28 de agosto de 2001, enquanto a ABRASPET só veio a fazer após a publicação da Medida Provisória de nº 65, de agosto de 2002 que substituiu aquela primeira. E por que a ABRASPET assim procedeu? Simplesmente porque na MP-2.151, havia um dispositivo em seu artigo 3º, parágrafo 3º, que impedia a concessão dos direitos ali previstos para os anistiados que retomaram aos empregos ocupados quando da punição. E, por ter havido o retorno da maioria dos nosso associados aos quadros funcionais da Petrobrás, por deliberação do saudoso Ministro Aureliano Chaves, a direção da ABRASPET, visando resguardar os interesses/direitos dos seus associados, optou então por esperar a revogação daquele dispositivo impeditivo, para

• Levando-se em conta que os requerimentos formulados pela ABRASPET só foram protocolados após as edições da MP-65 e da Lei 10.559, ou seja, a partir de novembro de 2002, e, conseqüentemente terem ganho numeração mais elevada, que, aliada a lentidão dos trabalhos da Comissão, a realização de apenas uma reunião mensal para de liberação, e mais a paralisação dos trabalhos durante os cinco primeiros meses do ano de 2003, logicamente que os Processos referentes aos anistiados e anistiandos protocolados sob números inferiores e anteriores aos dos associados da ABRASPET, serão atendidos primeiro, uma vez obedecida a prioridade já citada, e que nem sempre é respeitada devido as ingerências políticas já conhecidas de todos, através do jeitinho brasileiro/Lei do Gerson.

Com essas informações, a diretoria da ABRASPET acredita ter esclarecido seus associados sobre a demora do atendimento, ao tempo em que apela pela compreensão de todos, esperançosa de que no decorrer de 2004, todos os seus afiliados tenham os seus pleitos deferidos e implantados. Vigilância, Esforço, Trabalho e Seriedade não nos tem faltado, para atingirmos nossos objetivos.

O informativo Abraspet Notícias número 28, de janeiro de 2004, informava a retomada do cronograma de trabalho da Comissão de Anistia, fruto das pressões exercidas pelo movimento nacional dos anistiados sobre o governo federal

GRUPO DE TRABALHO – MPOG

Atendendo solicitação das entidades dos anistiados civis, a secretária adjunta de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dra. Cláudia Duranti, fez publicar no Diário Oficial da União de 24.12.2003, a Portaria nº 1997, que constitui o Grupo de Trabalho para analisar a situação referente aos anistiados de que trata a Lei nº 10.559/2002, transcrita abaixo:

PORTARIA Nº 1.997, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS INTERINA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, do Anexo I, do Decreto nº 4.781, de 16 de julho de 2003, e considerando as disposições da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e ainda considerando que é objetivo setorial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a efetivação de uma gestão de recursos humanos eficiente, efetiva e participativa, resolve: Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar a situação referente aos anistiados de que trata a Lei nº 10.559, de 2002, procedendo para tanto:

I - Identificar a categoria funcional dos anistiados, a que se refere a Lei nº 10.559, de 2002 e que percebem proventos mensais, tomando por base, o local de trabalho originário dos referidos anistiados e a categoria econômica a que encontrava-se vinculada a empresa;

II - Em se tratando de servidores públicos federais, indicar o nome do órgão ou empresa;

III - Indicar a data-base de cada anistiado, o sindicato profissional a que estaria vinculado e levantar os atos normativos (dissídios, acordos coletivos e convenções coletivas) pertinentes; e

IV - Após o levantamento dos atos normativos supra-citados, indicar os benefícios decorrentes dos mesmos.
Art. 2º O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I - Coordenadora-Geral: DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO, Gerente Regional de Administração e Pessoal da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II - Membros efetivos:

a) GERALDO SIMÕES FERREIRA
b) JANE DE ALENCAR ✕
c) ABELARDO ROSA SANTOS ✕
d) JOSÉ MAURÍCIO BAPTISTA ✕

III - Suplentes:

a) JOSÉ NEY DE OLIVEIRA ✕
b) IRENE GOMES ✕
c) REYNALDO HÉLIO DA COSTA ✕
d) UMBERTO ROVALI

Art. 3º O Grupo Trabalho terá sessenta dias para ultimar seu relatório, contados a partir da data de publicação desta Portaria. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O grupo foi instalado no último dia 22 de Janeiro passado, e, de imediato iniciou os trabalhos de levantamento das diversas categorias profissionais, buscando informações quanto à data base para os futuros reajustes das reparações mensais, identificação das respectivas categorias, empresas, órgão etc.

Integrante do referido "Grupo de Trabalho", nosso companheiro Reynaldo Costa (Mangabeira), participou da instalação do mesmo, e, imediatamente se engajou nas atividades desenvolvidas inclusive contando com o auxílio de uma funcionária da ABRASPET, nos trabalhos diários em Brasília.

IMPOSTO DE RENDA

O processo de número 1999.4902-9 referente a isenção do Imposto de Renda, impetrado pela ABRASPET, deverá ser julgado no TRF da Primeira Região, no próximo dia 10.02.2004, conforme indica a consulta processual aqui publicada:

Processo: 1999.33.00.004902-9
Grupo: AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA
Assunto: Imposto de Renda - Pessoa Física
Autuado em: 17/11/2000 11:53:40
Órgão Julgador: SETIMA TURMA
Juiz Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO
Processo Original: 19993300004902-9/BA

PARTES

Tipo	OAB	Nome	ar/nc
APTE		ABRASPET - ASSOC. BRAS. ANISTIADOS POLITICOS DO SISTEMA PETROBRAS	
ADVIS/OAB		ELIZABETH CABRAL VALENTIM	E OUTRO
APDO		FAZENDA NACIONAL	(A)
PROCURADOR:	RJ082922	PEDRO CAMARA RAPOSO LOPES	

MOVIMENTAÇÃO

Data	Fase	Descrição
02/02/2004	210500	PAUTA DE JULGAMENTO PUBLICADA NO D.J.
27/01/2004	190100	INCLUIDO NA PAUTA DE JULGAMENTO DO DIA 10/02/2004
02/10/2003	70100	CONCLUSÃO AO RELATOR - SR. DESEMB. FED. TOURINHO NETO
01/10/2003	12100	REDISTRIBUIÇÃO POR REESTRUTURAÇÃO DO TRF (EMENDA REGIMENTAL Nº 3/2003) A (O) DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO



Plateia de associados e amigos da Abraspel, no auditório do Centro Empresarial Iguatemi, na solenidade de inauguração da sede da Associação, em 1999

criado o Grupo de Trabalho para analisar a situação referente aos anistiados de que trata a Lei 10.559/2002, conforme transcrito a seguir:

“Portaria nº 1.997, de 15 de dezembro de 2003

A secretária de Recursos Humanos interina do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, do Anexo I, do Decreto nº 4.781, de 16 de julho de 2003, e considerando as disposições da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, e ainda considerando que é objetivo setorial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a efetivação de uma gestão de recursos humanos eficiente, efetiva e participativa, resolve:

Art.1º. Constituir Grupos de Trabalho com a finalidade de analisar a situação referente aos anistiados de que trata a Lei 10.559 de 2002, procedendo para tanto:

I – Identificar a categoria funcional dos anistiados, a que se refere a Lei nº 10.559/2002, e que percebeu proventos mensais, tomando por base o local de trabalho originário dos referidos anistiados e a categoria econômica a que encontrava-se vinculada a empresa;

II – Em se tratando de servidores públicos federais, indicar o nome do órgão ou empresa;

III – Indicar a data base de cada anistiado, o sindicato profissional a que

Um Grupo de Trabalho criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para analisar casos específicos de anistiados referentes à Lei 10.559/02, foi noticiado no informativo 28 da Abraspel, em 2004. Esta mesma publicação informava o andamento da ação que pleiteava a isenção do Imposto de Renda sobre valores pagos em decorrência da anistia

COMISSÃO DE ANISTIA**APROVADOS MAIS 172 REQUERIMENTOS FORMULADOS PELA ABRASPET**

Na Sessão da 2ª Câmara da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, realizada no último dia 29 de abril, foram aprovados mais 172 processos elaborados pela Abraspet, referente aos associados abaixo listados:

Adenilda Santos da Silva/Jorge Vitória Pimentel	Maria Neide Carneiro de Araújo/José Augusto Carvalho Araújo	Benedito Pereira Lopes
Cleusa Raimunda dos Santos Jesus/Valdevino de Jesus	Maria Vanda de Brito Cunha/Invenção Cunha Martinha Caetano de Melo/Donato Bispo de Melo	Carlos Alberto Ribeiro
Cristina Godinho da Encarnação/Aurelino Dias da Encarnação	Miryam Maria dos Santos Ferreira/João Batista Ferreira	Carlos Alcino do Nascimento
Edvanise Souza da Silva/Aloisio Nascimento Silva	Nadja Reis de Carvalho/Alencar Ferreira Minho	Carlos Pereira da Silva
Elenita Gonçalves dos Santos/Crispim Hipólito dos Santos	Nice Miranda Villa/Estanielou Gonçalves Villa Nilza Montenegro Conceição/José Conceição Pedrina Vivas dos Santos/David Santiago dos Santos	Daniilo de França Martins
Eulina Ferreira dos Santos/Manoel de Jesus Silva	Ranulfa Santana do Sacramento/José Epifânio de Jesus	Dejair da Silva Costa
Francisca de Jesus Esteves/Manoel Anselmo Esteves	Tereza Maria dos Santos Pereira de Sena/Estevam Rodrigues de Sena	Diógenes de Valois Santos
Iara Jesus da Silva/Demilio Barreto da Silva	Tereza Sena de Oliveira/Fernando Teixeira de Oliveira	Djalma de Oliveira Mantos
Ivone Flora Pinheiro Nascimento/Paulino Nascimento	Valdecy Vitor da Silva Oliveira/João Dias de Oliveira	Edemar Soares dos Santos
Ízabel Willela Costa/Manoelito Borges Costa	Waldelice da Silva Bahia/Vicente Correa Bahia Zenora Catarina dos Santos Oliveira/Brivaldo Bonfim Oliveira	Eduardo José Chagas Pires
Lacy Daes Lima/Acyr Teixeira Lima	Absoleon Gonçalves dos Santos	Eduardo Queiroz de Souza
Luiza Maria Gorete Calmon/Claudemiro Marcelino Calmon	Adelson de Souza Lopes	Edvaldo Santos Barbosa
Maria Almeida Monteiro Plech/Verdy Plech	Ademir Viana Bacelar	Eládio Teodoro dos Reis
Maria Caldeira Lima/Dilemmano Teixeira Lima	Agenor Pires da Silva	Enio Cavalcante de Souza
Maria da Glória Amorim, Eliane Ferreira de Castro, Leonora Jockel/Demóstenes Ferreira de Castro	Airton Atenedório de Lima	Erisvaldo Correio Mascarenhas
Maria de Lourdes Azevedo Ferreira/Ivon Feneira	Ayrton Paiva Penna	Everaldo de Assunção Lopes
Maria de Lourdes Fonseca Bastos/Ricardo D' Astério Knuffman	Alan Rodrigues Brandão	Evilásio Menezes de Almeida
Maria de Lourdes Moraes Laranjeira/José Laranjeira Sobrinho	Aldemiro Elho dos Santos	Fernado Talma Sarmiento Sampaio
Maria do Carmo Pinheiro Balthazar da Silveira/Vivaldo Balthazar da Silveira	Aloisio Benicio dos Santos	Fernando Oliver de Góes Cima
Maria dos Reis do Carmo/Fausto do Carmo	Aloisio Nunes Rodrigues	Florentino Maciel Dutra
Maria Ferreira da Conceição/Antônio da Conceição	Américo Maia de Oliveira	Francisco Ferreira de Oliveira
Maria Ferreira dos Santos/David Santiago dos Santos	Amikar Carneiro da Cruz	Francisco Gomes dos Santos
Maria Lúcia Lyra Gurgel do Amaral/Francisco Luciano Gurgel do Amaral	Anatércio Muniz de Oliveira	Francisco Luiz da Costa Drummond Neto
	Antônio Araujo Lima	Francisco Neves Bittencourt
	Antônio Carlos Palmeira Pinheiro	Francisco Ruy Lopes da Silva
	Antônio da Rocha Santana	Gentil Pereira da Costa
	Antonio dos Santos Oliveira	Geraldo Augusto da Silva
	Antônio Menezes dos Santos	Geraldo de Souza Vieira
	Antônio Valente Barbosa	Gonçalo Santos de Melo
	Armando Ilamar Pires	Hélio Góes
	Arnou Alberto Mascarenhas de Andrade	Hélio José Dantas Rosado
	Astério Caetano Costa	Herculio Ferreira da Silva
	Benedita Andrade	Hermano Novais Dantas
		Hermínio Evangelista Muniz
		Hybernon de Oliveira Serra
		Inocência Ramos
		Isaac Alves da Silva
		Isaias Barreto Couto
		Jair Pinto de Brito
		James José de Farias
		João da Costa Moreira
		João Evangelista de Santana
		Joaquim Neves dos Santos
		Joel Ribeiro Vargas
		Jorge das Neves
		José Alberto Costeiras de Almeida

O informativo Abraspet Notícias número 29, de maio de 2004, trazia a boa notícia da aprovação de mais 172 requerimentos de anistia formulados pela entidade

José Augusto da Silva
José Augusto Ornellas da Cruz
José Barbosa dos Santos
José Carlos Montes
José Correia Silva
José Milton Galvão Campos
José Neves Sobrinho
José Thadeu Dias Madureira
José Valdemiro de Santana
Joselito Archanjo de Souza
Júlio Correia dos Santos
Jurandir Silva Dias
Justino da Silva Santos
Lourival Oliveira
Luiz Justiniano dos Santos
Luiz Marcelo Bertolo Caffé
Luiz Mario Avena
Magnaldo Reis Andrade
Manoel do Rosário Santos
Mañuel do Socorro da Conceição
Manoel Ventura da Silva
Marcos Gorender
Marival Nogueira Caldas
Milton da Hora Maia
Milton de Carvalho Silva
Milton Negromontes Fontes
Milton Sá Carvalho
Moacyr Pinheiro Silva
Newton Macedo Campos
Nilo Calazans de Menezes Filho
Noel Fortunato de Souza
Nudd David de Castro
Odýrceo da Costa Vigas
Odivaldo dos Santos
Olivio de Azevedo Botelho
Osmar Gonçalves Sepulveda
Osvaldo Alves de Souza
Osvaldo de Assis Gomes
Osvaldo Pereira Barbosa
Otacilio Alves dos Santos
Pedro Augusto Vieira Vaz Sampaio
Pedro Guedes Martins
Pitágoras José Bourscheid
Plínio José Baptista Aguiar
Ponciano Pereira de Santana
Raymundo Ferreira da Cruz
Raul Rodrigues Cajado
Reginaldo Evangelista de Azevedo
Romualdo de Souza Gomes
Roque Amorim Conceição
Roque André de Jesus
Sandra Costa Paraíba
Sergio Pinheiro Reis
Signaldo Costa Vigas
Silvestre Alves Bastos
Sônia Maria Castro
Ubaldo José de Santana
Valter Nogueira da Silva
Veríssimo Avelino Ribeiro
Vivaldo Fernandes das Neves
Wagner Cecílio Cunha de Carvalho
Walter Bezerra de Andrade
Wilton Valença da Silva

A ABRASPET também contabiliza mais 39 processos conferidos aos seus associados abaixo relacionados.

Anderson Cuiro Rodrigues Soares	José Limeira Santos
Adelino Ribeiro Chaves	José Péricles do Couto Alves
Adresmar Torreta	Laurindo Pedro Gomes
Aloysio Midlej Silva	Lycia Sanches Pinto Maranhão/José Pinto Maranhão
Anésia Pinheiro Queirós Silva/Gilberto Queirós Silva	Maria Emilia Santiago dos Santos/João Valério dos Santos
Antônio Carlos Klæs Fontes	Mário Soares Lima
Antônio Marcelo Costa	Marlene Ferreira Onofre da Silva/Antônio da Silva Santos
Benedita Maia da Silva	Nessys Gomes de Brito Santos/Murilo de Brito Santos
Constantino Cavalcante de Melo	Elinaldo Ribeiro Nery
Dairdes da Cruz Quintas/José Pinheiro Quintas Filho	Raimundo Lopes
Demóstenes Soares de Oliveira	Raymundo José Araújo
Ernesto Cláudio Dreher	Regina Lúcia de Santana Santos/Antônio da Silva Santos
Eurides Gasmão Santos/Maurity Hamilton Santos	Reynaldo Hélio da Costa
Euripedes Paulo Machado do Carmo	Roberto da Silva Vieira
Eva Gertrud Teixeira de Carvalho/Antônio Carlos Teixeira de Carvalho	Rosete da Silva Benevides/Álvaro Benevides
Fernando Soares Razoni	Rubens Mário de Macedo
Georgina Maria da Encarnação Paz/José Santana	Salvador José de Souza
Geraldo Silvino de Oliveira	Tereza Maria de Santana Alves/Sinézio Alves de Jesus
Gilberto Cruz Vieira	
Ismar Teixeira Barbosa	

Destes, 35 já se encontram implantados em folha de pagamento do Ministério do Planejamento.

Na sessão agendada para o dia 27 do corrente mês de maio, deverão ser apreciados os demais processos relativos aos já anistiados beneficiários da aposentadoria excepcional por anistia.

Quanto aos anistiados pelo Ministério do Trabalho, aposentados pela Previdência Social e os postulantes à condição de anistiado, os processos obedecerão os critérios normais tais como, análise jurídica, encaminhamento aos relatores, inclusão em pauta de julgamento, observada ainda as condições de prioridade para idosos, docentes e numeração de processo.

ESCLARECIMENTO

Tendo em vista publicação da Astape/Bahia fazendo crer como resultante da participação do seu "representante" o deferimento dos processos julgados pela Comissão de Anistia em sessão do dia 29 de abril passado, a ABRASPET vem de público, esclarecer, que os 172 requerimentos dos seus associados aprovados naquela data, foram todos formulados de forma padronizada e acompanhados por sua Diretoria sem qualquer tipo de participação ou ajuda da Astape/BA ou do seu "representante", até porque não é tradição da Astape/BA, envolver-se com assuntos ligados a Anistia Política.

Lamentando pela adoção desta nota, a ABRASPET sente-se ainda no dever de comunicar a todos quantos dela tomarem conhecimento, que os únicos representantes dos anistiados filiados ao seu quadro social são os seus diretores.

FALECIMENTO

No último dia 09 de maio fomos surpreendidos com a notícia do falecimento do companheiro SILVESTRE ALVES BASTOS, fundador e Diretor Conselheiro da ABRASPET.

Lamentando profundamente o infausto acontecimento, a Diretoria da Abraspet em nome dos seus associados transmite a esposa viúva e filhos, suas condolências.

A edição de número 29 do jornal da Abraspet apresentava uma nova relação de associados, cujos processos haviam sido implantados pelo Ministério do Planejamento, e registrava com pesar o falecimento do diretor-conselheiro da entidade, Silvestre Alves Bastos

ANISTIA 25 ANOS

No dia 28 de agosto próximo, a Lei de Anistia 6683, estará completando 25 anos de existência.

Entretanto, para os sucessivos governos que passaram por esta República, completar o tempo necessário às bodas de prata parece nada significar quando o assunto é anistia.

De 1979 até os dias atuais, embora decorrido um quarto de século, a anistia ampla, geral e irrestrita ainda não foi alcançada, por milhares de brasileiros, cidadãos que sofreram as consequências de um tempo de arbitrio e autoritarismo implantado pela ditadura militar a partir do golpe de 1964.

Apesar de editada e promulgada a nova lei de anistia em 13.11.2002, que leva o número 10559, continua a ansiedade daqueles que até hoje esperam ver atendidos os seus pleitos de anistia.

A morosidade de aplicação da Lei 10559/2002, por parte da Comissão de Anistia do

Ministério da Justiça, para apreciação e julgamento dos requerimentos formulados pelos interessados, talvez proveniente da sua falta de estrutura, tem levado ao desespero os anistiados e anistiandos, em sua maioria pessoas idosas e doentes, já desgastadas pela longa espera da reparação dos seus sofrimentos e prejuízos morais, sociais e financeiros.

Aliado a morosidade da Comissão de Anistia que penaliza os pleiteantes à anistia, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por sua vez, decidiu bloquear sem qualquer motivo justo, não só o pagamento do passivo apurado no período de 05/10/1988 até a data de julgamento do processo como publicado em portaria, mas, também, as parcelas vencidas relativas ao período compreendido entre as datas de julgamento do processo e a de implantação em folha de pagamento, esquecendo-se de que tratam-se de parcelas

salariais de renda familiar – alimentar. Como se não bastasse, o MPOG também deixa de pagar reajustes salariais provenientes dos acordos coletivos e dissídios celebrados pelas categorias a que pertenciam os anistiados que já percebem a prestação mensal, ignorando, completamente, o disposto na Lei 10559 e os esclarecimentos e pedidos de regularização formulados pelas diversas associações de anistiados.

É sem sombra de dúvidas, mais uma punição que o governo vem cometendo contra aqueles que deram suas juventudes em defesa do Brasil.

Se com essas medidas protelatórias o Governo e seus ministros pensam que os anistiados desistirão da luta, enganam-se redondamente.

Os anistiados, apesar de encarcerados e sofridos, jamais se deixarão abater, jamais capitularão. Continuarão lutando e lutando até o último momento de suas vidas em busca dos seus direitos, em busca do que lhes é assegurado por Lei.

E para demonstrar que isso é uma verdade, estarão reunidos em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto, para protestar contra as atitudes da Comissão de Anistia e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão exigindo o cumprimento da Lei 10559.

No transcurso deste quarto de século da Lei de Anistia, não há motivos para comemorações. O que há são motivos e mais motivos para manifestações de protesto.

ELEIÇÕES NA ABRASPET

No próximo mês de outubro, conforme estatuto, haverá eleição na Abraspet, quando deverão ser eleitos pelos associados, os novos dirigentes da associação para triênio 2004/2007.

Será de fundamental importância a participação de todos os associados – anistiados e pensionistas – para que a escolha represente o pensamento e o desejo da maioria da categoria, que ainda terá uma grande luta pela frente.

Os obstáculos hoje

enfrentados no âmbito do Ministério do Planejamento, deixam-nos apreensivos e requerem posição cada vez mais firme das entidades para que sejam todos eles, um a um, vencidos no mais curto prazo possível, o mesmo acontecendo no Ministério da Justiça, embora com menor densidade.

Assim sendo, conclamamos a todos, para com seus votos escolherem o melhor para a Associação e seus direitos.

Leia Edital na página 02

EDITORIAL

Brizola, um ciclo e uma história

O Brasil perdeu no dia 21 de junho passado um dos emblemas da sua história.

Leonel de Moura Brizola foi um político incomparável e um eterno exemplo de nacionalismo e trabalhismo nacionais. Com sua morte, desaparece um importante ciclo político com reflexos em todas as manifestações de desenvolvimento registradas a partir da década de 40. Brizola frequentou o cenário político brasileiro por mais de cinco décadas, sempre coerente com seus princípios e ideais. Brizola destacou-se como deputado estadual e deputado federal, prefeito de Porto Alegre e Governador do Rio Grande do Sul e também como deputado pelo antigo Estado da Guanabara, até que em abril de 1964, figurou na primeira lista das pessoas punidas pelo AI – 1, sendo cassado e tendo os direitos políticos suspensos.

Confinado em seu exílio político no Uruguai, tentou implantar o movimento pela retomada da democracia através da luta armada.

Expulso dali, seguiu para Nova Iorque e posteriormente para Portugal onde permaneceu até 1979, quando então retornou ao Brasil com a anistia política.

Fundador do PDT, foi eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982, onde construiu os famosos CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública e o Sambódromo. Sempre coerente e firme em suas posições ideológicas, lutou pelas Diretas, integrou-se à Internacional Socialista e voltou a ser eleito Governador do Rio de Janeiro. Brizola, gaúcho de São Borja, engenheiro de formação, foi o único político brasileiro eleito pelo voto do povo a governar dois Estados do País: o Rio Grande do

Sul e o Rio de Janeiro.

Vindo da fronteira, envolvente, nacionalista de esquerda, Leonel Brizola jamais experimentou o medo nas suas atividades políticas. Nunca fraquejou ou fugiu da luta, embora por vezes, surpreendesse com posições estranhas, mas pronto para romper ao menor sinal de desvio, como recentemente, ao se afastar do presidente Lula, a quem apoiou.

Ao sepultar Leonel Brizola, São Borja e o Brasil, lançaram uma pá de terra sobre o ciclo político do nacionalismo que veio do Sul.

Brizola deixa muitos legados. O mais atual, o PDT, herdeiro do trabalhismo que a ditadura lhe tirou quando tentou ressuscitar o outrora Partido Trabalhista Brasileiro.

Fechou-se um ciclo. Mas ficou um história.

AVISO DE EDITAL

A Diretoria da Abraspet faz saber a todos os seus associados, que de conformidade com o artigo 42, do Estatuto, realizará eleições para escolha da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para o triênio 2004/2007, na segunda quinzena de outubro próximo.

Concorrerão as eleições as chapas inscritas na Secretaria da Abraspet no prazo compreendido entre os dias 01 a 30 de setembro, no horário das 09:00 as 17:00 horas, não sendo admitidos candidatos avulsos.

Somente poderão inscrever-se candidatos que sejam associados contribuintes da Abraspet a mais

de 06 (seis) meses anteriores a data das eleições e que estejam em pleno gozo dos seus direitos na forma do Estatuto.

As chapas serão registradas mediante requerimento à Diretoria Executiva, contendo dados pessoais e assinatura dos componentes.

As eleições serão diretas, secretas e válidas com qualquer número de eleitores, com utilização de cédula única fornecida pela Abraspet. Na hipótese de existir a inscrição de apenas uma chapa, seus componentes serão eleitos por aclamação, em Assembléia Geral Extraordinária convocada para tal finalidade e empossados de imediato.

As eleições ocorrerão no dia 27

de outubro de 2004, das 09:00 as 16:00 horas na sede da Abraspet – Centro Empresarial Iguatemi. Serão eleitores todos os afiliados inscritos nos quadros dos sócios da Abraspet que na data da eleição estejam:

- a) em gozo dos direitos conferidos pelo Estatuto;
- b) quites com suas mensalidades até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Associados residentes no interior do Estado ou em outros Estados da Federação, poderão votar por meio de fax ou e-mail, desde que enviados no dia e horário descritos acima.

Gonçalo Santos de Melo
Secretário

EXPEDIENTE

Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petróleo e Demais Empresas Estatais – ABRASPET.
Endereço: Av. Tancredi Neves, 274, Bl. B, salas 011 e 104, Centro Empresarial Iguatemi – Pinheirópolis - Salvador/BA.
Telefones: (71) 450-5089 e 450-7999. E-mail: abraspet@abraspet.com.br
Diretoria: Reynaldo Hélio da Costa – Presidente, Raimundo Lopes – Vice-presidente, Antonio Valente Barbosa 1º Secretário, Gonçalo Santos de Melo 2º Secretário, Nilo Calazans de Mendonça Filho 1º Tesoureiro, Djalmir de Oliveira Mattos 2º Tesoureiro.
Edição Fechada em 16/08/2004. Distribuição Gratuita – Tiragem 3000 Exemplares.

O informativo Abraspet Notícias número 30, de julho/setembro de 2004, destacou os 25 anos da Lei 6683, da Anistia, ressaltando que, embora um quarto de século já decorrido, a anistia ampla, geral e irrestrita ainda não se consolidara

A publicação oficial da Abraspet registrava em sua edição nº 30, de 2004, a morte do emblemático político Leonel Brizola. Também nesta edição, a Diretoria convocava eleições para renovação da gestão

estaria vinculado e levantar os atos normativos (dissídios, acordos coletivos e convenções coletivas) pertinentes; e

IV – Após o levantamento dos atos normativos supra citados, indicar os benefícios decorrentes dos mesmos.

Art 2º. O Grupo de trabalho terá a seguinte composição:

I - Coordenadora Geral – Delfina Augusta Arraes de Azevedo, gerente Regional de Administração de Pessoal da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e Gestão.

II - Membros efetivos – Geraldo Simões Ferreira, José Alencar, Abelardo Rosa Santos e José Mauricio Baptista.

III – Suplentes – José Ney de Oliveira, Irene Gomes, Reynaldo Hélio da Costa e Umberto Rovai.”

Em abril, a **Abraspet** contabilizava aprovados e deferidos 176 processos elaborados para seus associados e outros 38 implantados em folha do Ministério do Planejamento, como resultados dos trabalhos desenvolvidos em 2002 e 2003. Até julho, esses números cresceram em mais 75 processos deferidos e 25 implantados em folha de pagamento.

Os 25 anos da Anistia foram comemorados em agosto, com Sessão Solene na Câmara de Deputados. A **Abraspet** novamente se fez presente nas atividades, representando os anistiados baianos.

O ano, também, foi de eleição na **Abraspet**. Em outubro, os associados reelegeram Mangabeira presidente para o triênio 2004/2007, mantendo ainda na diretoria os companheiros Raimundo Lopes, Nilo Calazans, Gonçalo Melo, Antonio Valente e Astério Caetano Costa.

● 2005

Continuou intensa a luta pelo julgamento e deferimento dos processos de anistia formulados pela **Abraspet**, bem como pela implantação em folha, pelo MPOG, daqueles já apreciados e deferidos pela Comissão de Anistia. Foram viagens constantes a Brasília para acompanhamentos dos trâmites inerentes

ABRASPET
Notícias

Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais
Salvador - BA Ano 8 - Número 31 - Outubro/Novembro/2005

ANISTIA 26 ANOS

Transcorreu no último dia 28 de agosto, o vigésimo sexto aniversário da Lei de Anistia, a Lei 6683/79.

Apesar de decorridos todos esses anos, os anistiados e anistiandos ainda lutam por reparação aos danos causados pelo arbítrio da ditadura militar implantada no País em 1964.

Após 26 anos de promulgada a Lei 6683/79, o Congresso Nacional sensibilizado pelas associações aglutinadoras de perseguidos políticos, promulgou em 13.11.2002, a Lei nº 10559 objetivando reparar os erros cometidos aos concidadãos punidos por aquele regime. Entretanto, até os dias atuais, muitos dos perseguidos ou punidos, ainda continuam lutando.

A falta de estrutura da Comissão de Anistia tem infernizado a vida dos requerentes, muitos dos quais pessoas idosas e doentes. A lentidão na apreciação e julgamento dos processos é o principal fator negativo para quem pleiteia os benefícios previstos naquela Lei. São homens e mulheres, envelhecidos, com graves problemas de saúde, desgastados pelo longo tempo decorrido, que sonham com a reparação dos seus sofrimentos e dos prejuízos morais, sociais e financeiros.

Aliado a morosidade da Comissão de Anistia, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por sua vez, continua impondo o injusto bloqueio de pagamento do passivo compreendido do período de 05.10.1988 até a data de julgamento do processo e do chamado "atrazadinho" que compreende as parcelas vencidas entre as datas de julgamento e de implantação em folha e, no caso dos petroleiros, as parcelas correspondentes a PLR, acumuladas desde de 2003 e até hoje não pagas, descumprindo dessa forma o deliberado pelo Ministro da Justiça. É a falta de cumprimento do que está editado e publicado em D.O.U., num total desrespeito à Lei.

Os anistiados e anistiandos confiaram que o governo Lula seria além de democrático, justo com os seus concidadãos, que as amarguras passadas no rastro dos governos anteriores fossem banidas de uma vez por todas. Que a justiça finalmente fosse feita e que eles pudessem desfrutar do resto das suas vidas com tranquilidade e maior conforto. Pelo visto enganaram-se.

Infelizmente, não há o que comemorar.

APOSENTADORIA PREVIDENCIÁRIA

Com a extinção da aposentadoria e/ou pensão por anistia e sua substituição pela reparação econômica prevista na Lei 10559/02, tornou-se possível a concessão pelo INSS, de aposentadoria e de pensão por morte de segurado, benefícios esses assegurados pela legislação previdenciária em vigor.

A Abraspet sempre atenta aos interesses dos seus associados, contratou uma técnica especializada para operacionalizar e acompanhar junto ao INSS a tramitação dos processos.

Até a presente data, foram protocolados 134 requerimentos, sendo 25 deles já concedidos e encaminhados para pagamento pelo Banco do Brasil / Agência Centro – Urbana Salvador/BA.

O INSS está solicitando a apresentação da Carteira Profissional e o número do PIS/PASEP que deve ser enviado através da Abraspet. Solicitamos aos Companheiros nos procurar com a devida brevidade a fim de facilitar o andamento dos processos ainda pendentes. Se você ainda não requereu, procure imediatamente a Abraspet.

O cadastramento bancário, se faz em formulário próprio do INSS, que deve ser preenchido pelo interessado ou pela Abraspet contendo informações referentes a conta bancária, agência e endereço completo da agência onde é mantida a conta corrente ou poupança.

O aniversário de 26 anos da Lei 6683/79, que promulgou a anistia política no Brasil, foi tema do informativo Abraspet Notícias número 31, de outubro e novembro de 2005. O jornal destacou, ainda, a conquista legal da aposentadoria ou pensão previdenciária, introduzidas com o advento da Lei 10.559/02

EDITORIAL

Terra dos Papagaias

O livro "A Terra dos Papagaias", trata com muita transparência a chegada em nosso território natal, dos degradados portugueses que nos foram oferecidos gratuitamente pelos senhores de Portugal o que nos leva a compreender porque o Brasil em nada mudou dos idos de 1500, quando aqui aportou Cabral, até os dias atuais.

Este senhor, que se disse descobridor da Terra de Santa Cruz, mais tarde Vera Cruz e posteriormente Brasil, nome adquirido da madeira que nos roubavam, trouxe consigo um verdadeiro exército de malfetores entre ladrões, homicidas, saqueadores, genocidas, etc.

Aqui chegados, foram se agrupando aos indolentes índios, que nada faziam ou produziam a não

ser pintar os corpos e vez por outra guerrear para comer seus prisioneiros. Começou, aquele malta, a roubar as mulheres indígenas e uns aos outros, depois as semearias, as vilas, enfim todas as coisas que eram criadas pelo "grande Reino" de D. Manoel.

Mas, isso se passou a 505 anos e na terra dos papagaias só eles habitavam além dos índios, o que de certa forma facilitava suas incursões.

Hoje, decorridos 505 anos, chegamos a triste conclusão que nada mudou neste país maravilha. A corrupção generalizou-se, as gangues aumentaram, as cadeias se agigantaram e o roubo, a

desfarratez, a corrupção, a

criminalidade do colarinho branco, continuam. São políticos, ministros, governadores, prefeitos, juizes, empresários, policiais, militares, servidores públicos, acompanhados dos ladrões de galinha, que continuam contra atacando, achacando, barganhando, fraudando, matando, mentindo, enganando ao povo de maneira bem mais corriqueira que a daqueles anos felizes para os portugueses que daí levavam nossas riquezas.

Esse é o grande retrato do Brasil que continua em berço esplêndido, deitado eternamente, hoje as voltas com os grandes escândalos de corrupção na área política.

REPARAÇÃO ECONÔMICA

1. O que é

É a reparação de caráter indenizatório em prestação mensal permanente e continuada, assegurada pelo artigo 1º, inciso II, da Lei 10.559/2002, nos termos dos seus artigos 5º, 6º, 7º e 8º.

2. Quem paga

A Reparação prevista na referida Lei é paga pela União, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, aos anistiados civis e, pelo Ministério da Defesa aos anistiados militares.

3. Forma de pagamento

Em conta bancária - corrente ou poupança - mantida pelo anistiado em banco de sua livre escolha, creditada mensalmente pelo MPOG ou MD a cada segundo dia útil subsequente ao mês vencido.

4. Integralidade

A Reparação Econômica é paga como se o anistiado estivesse em atividade em 13.11.2002, data da Lei 10.559/2002, ou até a data do óbito se anterior àquela data, integralmente, sem qualquer redução

e de conformidade com o informado pelo órgão ao qual pertencera o anistiado quando punido.

5. Isenção

A referida Reparação por ser de caráter indenizatório está isenta de qualquer desconto, inclusive do Imposto de Renda Pessoa Física. E por assim ser, o pagamento mensal se dá em parcela integral, livre de dedução de qualquer natureza.

EXPEDIENTE

Órgão Oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Penitenciário - ABRASPET
Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, Bl. B, sala 103 e 104 Centro Empresarial Iguaçu - CEP: 41.820-900 Salvador/BA
Telefone: (71) 34505880 e 34505889. E-mail:

Diretoria: Reynaldo Hélio da Cruz - Presidente, Raimundo Lopes - Vice-Presidente, José Valdemir de Santana - 1º Secretário, Valdirton Leal da Cruz - 2º Secretário, Nilo Calazani de Menezes Pillas - 1º Tesoureiro, Gonçalo Santos de Melo - 2º Tesoureiro

Edição Fechada em 09.11.2005

Distribuição Gratuita

Tiragem 3.000 Exemplares

aos processos, além de visitas a parlamentares em busca de solução para pagamento do passivo já que, inexplicavelmente, o governo havia determinado a sua suspensão.

A **Abraspét** atuou também no campo previdenciário, visando a concessão, pelo INSS, da aposentadoria urbana e de pensão por morte de segurado, tendo em vista a extinção da aposentadoria/pensão por anistia e sua substituição pela reparação econômica, estipulada na Lei 10.559/2002. Até o mês de outubro a **Abraspét** contabilizou 134 requerimentos, tendo já 25 concedidos e encaminhados para pagamento.

Para dar agilidade e efetividade a essa frente de luta previdenciária, a **Abraspét** contratou nova funcionária, Robélia Dantas, em função de seu largo conhecimento da legislação pertinente, por se tratar de ex-funcionária do INSS. Desde então, esse trabalho específico vem sendo realizado e controlado pela funcionária, obtendo importantes resultados.

Em agosto, comemorou-se os 26 anos da Anistia, em solenidade na Câmara dos Deputados. Em dezembro, mais uma vez, a **Abraspét** promoveu sua festa de conagração anual, que teve lugar no espaço Bombom Eventos (Amaralina), e contou com a participação de grande parcela de associados, seus familiares e convidados, além de autoridades.

● 2006

Em 2006, a luta continuou em busca da lei que regulamentasse o pagamento do passivo, compreendido entre 5 de outubro de 1988 e a data do julgamento, e pelo deferimento dos processos ainda pendentes na Comissão de Anistia. Foi uma batalha constante até que, em 29 de junho, foi assinada pelo presidente Lula, a Medida Provisória de nº 300, dispondo sobre o acordo a ser homologado pelo Ministério do Planejamento com os anistiados.

Em 19 de outubro, a MP 300 foi transformada em lei pelo Congresso Nacional, quando então o MPOG deu início aos pagamentos. Embora não ideal, o acordo foi razoável para todos, considerando-se o pagamento livre de de-

Além de explicar detalhadamente a questão da reparação econômica, prevista na Lei 10.559/02, este informativo nº 31 trouxe no seu editorial uma análise sobre a colonização portuguesa, que busca explicar as mazelas da corrupção e da desonestidade através da formação histórica do País



A comemoração dos 10 anos de fundação foi um marco no ano de 2006

ságio e o atendimento imediato para aqueles que percebiam prestação mensal no valor de até R\$2.000,00. Esse acordo foi mais uma vitória das associações de anistiados, que não se deixaram abater pelos boatos e tentativas de boicote oriundas dos setores reacionários de sempre.

O ano de 2006 também marcou o décimo aniversário de fundação da **Abraspet**, comemorado com um grande evento festivo no *Absolut Hall*, no bairro do Cabula, que foi preenchido com a presença de centenas de anistiados, familiares, amigos, lideranças políticas, parceiros comerciais, todos contagiados pela alegria e disposição de luta.

Na ocasião, além da apresentação do Coral *Coronlaine*, regido pelo maestro Cícero Alves, foi realizado um culto ecumênico com um padre e um pastor. Um vídeo-documentário com depoimentos de lideranças dos anistiados, produzido pela **Abraspet**, também foi apresentado, emocionando a todos que vivenciaram os duros anos da repressão política da ditadura militar. A comemoração ocupou todo o dia 24 de setembro, sendo servido almoço, e encerrando-se às 18 horas, com sorteio de prêmios aos associados (câmara filmadora digital, computador, home theater, DVD compacto e uma viagem a Maceió).



ABRASPET Notícias

Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais

Salvador - BA Ano 9 - Número 34 - Dezembro/ 2006

ANIVERSÁRIO

Dez anos de trabalho e luta da Abraspet

A festa que comemorou os 10 anos de fundação da Abraspet foi um grande marco nas atividades de 2006, mostrando que a luta também se faz com alegria. Veja no encarte desta edição o registro da festa de 10 anos. As fotos, as presenças, as mensagens e a alegria contagiante que marcaram o evento



O sentimento predominante de alegria pelas muitas vitórias alcançadas, numa longa jornada de lutas, realinha a certeza de que a Abraspet continuará firme e forte para garantir que todas as conquistas sejam respeitadas.



A festa de comemoração dos 10 anos da Abraspet foi um ponto de encontro para grandes companheiros e companheiras de lutas.



Lideranças políticas e representantes de diversas entidades prestigiam a festa de aniversário da Abraspet. O presidente da entidade, Mangabeira, chamou a atenção para a necessidade de manter unidade e reforçar a associação cada vez mais.

Estigma de Anistiado

Quando chega o fim do ano, a parte do mundo de novembro, começam a pulsar as lembranças, cada vez mais irremissíveis, dos tempos da PETROBRÁS. A memória que se aproxima e mata essas lembranças se afilata como as misteriosas flashes explodidas na tela da memória com nitidez e persistência. São lembranças vivas, locais, sustentadas por uma energia combativa, que justificam o existo.

O subconsciente joga no fôlego da memória fatos e acontecimentos que, agora, divertidos da paixão tomam uma coloração verde amarelado de presépio sentimental. A própria natureza, por todos os lados, contribui para acender essas recordações, com a fragorosa saia das plantas silvestres, como o cheiro penetrante da flor do capim, o cheiro da cigarra, o seco fresco batido de cheiro no rosto, lembrando as viagens de ida e volta da Refinaria para casa, nos ônibus da empresa. Tudo sempre para a memória dessas recordações na alma do anistiado. "Quantas histórias emocionantes na revescência da festa de trabalho". Simbólicas e lutas se entrelaçam em sua memória. Aqui, o cheiro forte da gasolina, lembra pelo vento as suas narinas, despertam emoções, anáguas e cores contidas no seu imaginário. São fragmentos de passado vivo, insidioso em sua memória. Aqui, a alma e o batido das lutas da Refinaria, o perfume gostoso e irritante das funcionárias em dias de confraternização. As palestras edificantes dos líderes religiosos, dando sentido à existência que cresce para a cidadania, nas lutas do progresso econômico.

Petrobrás não é só empresa. Petrobrás é sistema. Petrobrás é sentimento que se afiliza, irremissivelmente, com os anistios da supressão da memória e da dependência! A consciência social e política se movem nos seus contornos de energia e produção. Trabalho e solidariedade por um povo brasileiro!

Vejamos como ela faz, nos anos em que se solidifica, pelas populações carentes? Cito exemplos, combate a pobreza e causa da saúde dessas famílias, antes abandonadas à sua própria sorte. Estimula programas sociais de excelência para filhos de moradores dessas áreas, com ensino, lazer e arte. A Refinaria de Maracá faz essa obra necessária, compreendendo a vocação da empresa para a verdadeira solidariedade.

Continuará na página 2.

O Abraspet Notícias número 34, de dezembro de 2006, comemorou os 10 anos de fundação da Associação e fez uma reflexão de final de ano sobre o significado do trabalho na Petrobrás, em especial para os anistiados políticos

Abraspet 1996 - 2006

Dez anos de muita ação

A festa de comemoração dos dez anos da Abraspet reuniu centenas de pessoas - associados, amigos, parceiros comerciais, lideranças políticas - todos contagiados pela alegria e pela disposição de luta que tem sido a marca da associação e de todos os anistiados brasileiros. Publicamos aqui uma pequena mostra, através das fotos, do que foi este importante e festivo momento de confraternização. Reproduzimos ainda (no verso) algumas mensagens de felicitações alocadas à data, que chegaram através de cartas, correio eletrônico e telegramas.



Na hora dos parabéns, todo mundo aplaudiu



Diretores, funcionários e convidados, num clima alegre de confraternização. Na fila superior: Alan (AL), Cássia Palm (RU), Manoel Pinto (MG), Kátia Rocha (RU), Joel Vargas (SP) e Iáhná (RU)

Na fila de baixo: Ideuza, Luciano, Astério, Mangabeira, Raimundo, Gonçalo, Valfrido, Adli e Akimim



A entrada do Abrolut Hall, onde aconteceu a festa dos 10 anos



Logo na entrada, a expectativa pelo reencontro dos companheiros de muitas jornadas se misturava ao clima de alegria predominante



Uma mesa composta por lideranças políticas e representantes de diversas entidades, lebrou a história de lutas dos anistiados e da Abraspet



Três momentos da festa: logo no início, a assinatura do livro de presença; o culto ecumênico, com um padre e um pastor; e a hora do almoço



Um registro fotográfico documentou a festa de aniversário da Abraspet, publicado em encarte especial na edição nº 34 do jornal da entidade

ANIVERSÁRIO DA ABRASPET Reunião de amigos



Representantes da Petrobras, (do Rio de Janeiro), e também do INSS, prestigiaram a festa dos 10 anos



O deputado federal Daniel Almeida (PCDeB), inovou uma saudação especial aos anistiados



Um vídeo feito especialmente para relembrar as lutas dos anistiados mobilizou as atenções



Um ambiente amplo e confortável acolheu os anistiados em festa



O deputado federal Nelson Pellegrino cumprimenta Magabeira pelo grande trabalho da Abraspet nesse 10 anos



A apresentação do livro de presença, regido pelo maestro Cleber Alves abrangeu ainda mais a festa



Fábio Portugal, (Banco do Brasil), Carlos Alberto, Akimim (COnape), Nogueira e Pires assistem a apresentação do Coroniano

Congratulações

João Pessoa (PB), 11 de setembro de 2006.
Apreteni um dia com compatriotas e expressões do profundo reconhecimento; um dia cheio de parabéns por tão desafiada, singelosa, alongada, lúdica e persistente trajetória de lutas que frutificou, significativamente, o elevado nível de comprometimento de nossos líderes, em todos os instantes desse período.

Lutas e lutas e sempre se que tenham pela frente o que, por nos mesmos, não podemos prever: dos melhores interesses de nossa filiação de anistiados políticos, a exemplo dos companheiros Mangabeira e Raimundo, por sempre serem levados, bem alto, nossa bandeira de lutas e de justiça e de vitória. Sempre!

Avante! Muitos anos de vida para nós todos! Abraspet da mais elevada estima e consideração para todos os companheiros anistiados políticos dessa nossa fraternidade e mantenha ABRASPET!

Antônio Marcelo de Costa
Bresília (DF), 14 de setembro de 2006.

Parabenizando pelos 10 anos de existência, quero desde já, agradecer pelo carinho recebido, embora esteja impossibilitado em poder comparecer para prestigiar o evento.

Jorge Antônio Guimarães Vidal
Secretário Executivo Conselho de Assessoria Ministerial do Planejamento

Bresília (DF), 21 de setembro de 2006.
Agradecemos de coração e sorriso que nos foi facultado para participar desta grande e importante comemoração (10º aniversário), realizado, tendo em vista os compromissos assumidos com a legislação (MP 308), anistivamente não poderemos estar presente, em razão de estarmos trabalhando nesse dia, face a grande demanda que recebemos.

Thelma e Gabriela
Município do Piauí

Volta Redonda (RJ), 21 de setembro de 2006.
Costaria muito de estar com vocês neste momento tão importante para a nossa luta. Mas 18 anos de desprezo e injustiça impedem, ainda hoje, de comparecer pessoalmente. Agradeço, com a nostalgia por viverem 2006 frutos de nossos trabalhos, e me permito que muitos parabéns e, mais forte, em 2007, poderei estar com vocês durante as comemorações dos 11 anos da Abraspet.

Você é sobrevivente da minha situação desde 2003. Graças à Abraspet e COnape, pude contribuir com o trabalho que fizemos no Município do Piauí, com a criação do Grupo Trabalho - portaria 1907 (DOU 24/12/2003), para a reestruturação da aplicação dos recursos de âmbito dos anistiados políticos que recebem indenização em prestação mensal pecuniária e prestação de forma a dar cumprimento a determinação legal.

Em minha análise, gostaria que o compromisso fosse de público e mais agradecimento à Abraspet e COnape, pelo apoio que me foi dado sempre ocasião.arei eternamente grato por isso, em especial aos companheiros Mangabeira, Natal e Akimim

João Maurício Reginati
Presidente da Associação Nacional dos Anistiados Políticos - ANAP

Bresília (DF), 22 de setembro de 2006.
Nossos cumprimentos pelo 10º aniversário. Sucesso sempre!

Carlos Fernandes
Associação Brasileira de Anistiados Políticos - ABAP

Salvador (BA), 24 de setembro de 2006.
Nessa oportunidade, peço a V.S. transmitir as minhas felicitações a todos os membros da Associação e especialmente a esse incansável destino, que desde sua origem, não tem cessado de lutar para o reconhecimento e bem estar dos seus associados.

Quero agradecer a gestões de um dirigente como o senhor e dizer de minha satisfação em não só estar com a ABRASPET, mas também com o pessoal, em seu trabalho, em seu relacionamento.

Wilton Falcão
Rio de Janeiro (RJ), 26 de setembro de 2006.

Lamentavelmente não vou estar presente durante a última hora e não podendo desta modo comparecer ao evento de comemoração. Entretanto, quero expressar a minha admiração pelo trabalho e pelos passos que estão à frente desta Associação. Assim como em todos a certeza de que você é um grande exemplo.

Um grande abraço para todos e que muitas outras comemorações venham nos trazer, mostrando a importância desta Associação para a defesa e o respeito do segmento dos anistiados políticos do sistema Petrobrás e demais empresas estatais.

Ana Lucia Vilas Boas
Petrobrás - Recursos Humanos - Recrutamento e Seleção - Coordenadora

Salvador (BA), 16 de outubro de 2006.
Lamentavelmente, por estar ausente de Salvador, deparo impossibilidade de participar da comemoração dos 10 anos da Abraspet. Agradeço e convito, que você parabente-os pelo trabalho, desejando continuidade às suas profissões.

Zakel Vilares
Serviço Competência Petrobrás

Por muitos de vocês, alguns mensagens não podem ser transmitidas ao longo.

Além do registro fotográfico dos momentos marcantes da comemoração dos 10 anos da Abraspet, o jornal da entidade reproduziu diversas mensagens de congratulações recebidas pela entidade, que reafirmaram a sua expressão no cenário político nacional

IMPOSTO DE RENDA

Uma importante vitória, registrada em 2006, foi o reconhecimento pela Justiça do direito dos associados da **Abraspet** à isenção do imposto de renda para as parcelas oriundas da aposentadoria excepcional por anistia. Por seu caráter indenizatório, ficou estabelecido que não estavam sujeitas à cobrança de quaisquer impostos.

O processo pleiteando a isenção do IR - Pessoa Física foi interposto pela **Abraspet** em 1999, argumentando o caráter indenizatório do benefício. Quando julgado em primeira instância, o processo nº 4.092/99 foi preliminarmente concedido. Entretanto, outro juiz negou-se a apreciar o mérito, mandando arquivá-lo. A **Abraspet** não desistiu e recorreu à instância superior, em Brasília, onde a ação transitou no STJ até a vitória.

O Decreto 4.897, de novembro de 2003, garantiu a isenção do IR a partir de então, mas os valores recolhidos entre 1999 e 2002, depositados na CEF à disposição da 7ª Vara Judiciária Federal, deveriam ser levantados individualmente para restituição a partir de janeiro de 2007.

Vale acrescentar que a MP 300 foi transformada na Lei 11.354, em 19 de outubro de 2006, quando, então, o pagamento aos anistiados passou a ser feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

● 2007

Com a conversão da MP-300, em 19 de outubro de 2006, pela Lei 11.354, estava concluída a estrutura legal protetora dos direitos dos anistiados. Assim, a **Abraspet** continua na luta pelo pagamento das parcelas relativas ao período de 05/10/88 até a data do julgamento.

A partir de então, as instituições financeiras poderiam negociar as indenizações resultantes das portarias ministeriais. Entretanto, por atos meramente burocráticos, essa transação só veio a ocorrer em agosto de 2007, através dos bancos Bonsucesso, BMG e BGN, entre outros, mediante taxas que variavam de um para outro.

ABRASPET
Notícias

Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais
Salvador - BA
Ano 10 - Número 35 - Agosto/Setembro 2007

COMISSÃO DE ANISTIA POSTERGA JULGAMENTOS

No último dia 21 de agosto, nossos diretores presidente e vice, juntamente com a companheira Sandra Zamariolli da REPLAN e do Dr. Marcelo Normando, estiveram em reunião com o presidente da Comissão de Anistia, Dr. Paulo Abrão para tratar da tramitação dos processos de anistia ainda pendentes de julgamento, bem como pedir a agilização para publicação das portarias dos 25 que já foram julgados e contam, inclusive, com voto formulado.

Inicialmente, Mangabeira expôs toda a situação, dando ênfase a das 07 viúvas que aguardam a publicação das portarias desde 2006, e dos 25 anistiados que dispõem do deferimento da Comissão, solicitando maior rapidez para solução do assunto.

Indiferente e frio à solicitação, o Dr. Abrão respondeu que determinou a realização de plenárias temáticas onde todos os seus conselheiros possam adquirir maiores conhecimentos das diversas situações da anistia com relação as categorias profissionais, e disso ele não abre mão, adiantando que todos os processos em tramitação naquela Corte, ainda que julgados e deferidos, mas, não dispostos em portaria publicada, serão reanalisados e rejuulgados, podendo, inclusive, sofrer alterações ou até mesmo indeferimento. Concluindo, o presidente da Comissão informou que a plenária temática relativa aos anistiados da Petrobrás será realizada a 20 de dezembro de 2007 e caso não haja consenso para as futuras decisões, serão feitas tantas outras plenárias quantas forem necessárias para o bom e unânime entendimento, quando então serão reiniciados os julgamentos dos requerentes originários da Petrobrás.

Questionado a respeito da decisão adotada pela Comissão anterior de abater as parcelas recebidas da aposentadoria social urbana e da previdência privada, disse que uma alternativa há de ser encontrada, adiantando que não apreciara nenhum recurso dos que já foram decididos e implantados, até porque não seria possível voltar a rever cerca de 1.500 processos, quando ainda faltam ser julgados cerca de 35.000 outros, especialmente aqueles egressos da antiga Primeira Câmara que só contam com 35% apreciados, enquanto os militares chegam a 95% e os do serviço público perfazem 75% e por isso não abrirá qualquer precedente sob nenhuma alegação ou pedido e espera que após as plenárias os serviços se realizem com maior rapidez.

Finalizando o Dr. Abrão opinou que nos ajustemos para a temática do dia 20 de dezembro, ocasião em que poderemos apresentar sugestões e ampliar a discussão.

ELEIÇÕES

Em outubro próximo, conforme previsto em Estatuto, será realizada eleição para escolha dos dirigentes da Abraspet para o triênio 2007/2010.

De fundamental importância portanto, a participação de todos os associados, anistiados e pensionistas para que essa escolha represente o desejo da maioria da categoria que ainda tem uma grande luta pela frente.

Os obstáculos ora enfrentados no âmbito da Comissão de Anistia e do Ministério do Planejamento, causam-nos apreensão e requerem posições cada vez mais firmes das entidades no sentido de que todos sejam vencidos com a maior brevidade possível.

Assim sendo, a Diretoria conclama a todos para com seus votos escolherem o melhor para a Associação e para seus direitos.

Leia Edital na página 04

O informativo Abraspet Notícias número 35, de agosto/setembro de 2007, voltou a denunciar a lentidão da Comissão de Anistia nos julgamentos e noticiou o trabalho da Associação, em Brasília, pedindo agilidade nos processos

EDITORIAL

PARLAMENTO INDECENTE

O Congresso Nacional está sofrendo de uma grande doença: A doença moral. Vários dos seus componentes, volta e meia envolvem-se em maracutaias, as mais variadas. Tem pra todo o gosto: Mensalão, sangue-suga, lavagem de dinheiro, superfaturamento e muito mais. A corrupção campeia livremente sempre acobertada pelo corporativismo reinante nas duas casas congressuais. Caso mais recente está acontecendo no senado onde seu presi-

dente, segundo denúncias da imprensa, vem praticando uma série de atos despojados de decoro, solicitando ajuda de lobista para pagamento de pensão alimentícia de um uma filha fora do casamento; mentindo a cerca de gado; ajudando a lobistas a ganhar dinheiro ilícito; enfim, praticando todo as artes contrárias à moral e aos bons costumes, numa evidente afronta ao povo brasileiro, mais especialmente aos seus eleitores. Apesar de está respondendo ao Conselho de Ética daquela casa, apega-se ao poder, tentando, a todo

o custo, ainda que por meio de inverdades, manter-se no cargo de presidente do Senado Federal, contando para isso com o apoio de alguns de seus pares, que naturalmente devem-lhe favores em algumas negociatas. O que estamos assistindo é mais um episódio da falta de caráter e de vergonha que assola em nosso País. O povo brasileiro já tão sofrido, por incrível que pareça, ainda não sabe reagir, não conhece seus direitos e continua votando em candidatos descomprometidos com o bem da Nação.

ANISTIA POLITICA

28 ANOS

A Anistia política promulgada a 29 de agosto de 1979, está completando 28 anos e ainda não contemplou a todos aqueles que foram vítimas do arbítrio e do autoritarismo ditatorial imposto ao País a partir do Golpe Militar de 1º de abril de 1964.

Cerca de 35.000 processos de pedido de Anistia permanecem pendentes de apreciação na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Continuam desaparecidos 150 ex-militantes que combateram a ditadura e sobre quem não há qualquer informação.

Desde o final do regime dita-

torial até os dias atuais, foram localizados apenas os corpos de três desaparecidos políticos, apesar de decorridos todos estes anos.

Os arquivos com documentos oficiais continuam relegados ao esquecimento com seus documentos tão desaparecidos quanto muitas de suas vítimas.

O caráter "sigiloso" de documentos oficiais, conforme determinado pelo governo FHC ao estabelecer prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais 30, para que a sociedade brasileira tenha acesso, parece-nos eterno. Espe-

ra-se que esse longo período venha a ser revogado, para que interpretações falsas e equivocadas da nossa história não adquiram na opinião pública status de verdade.

Aos vinte e oito anos a Anistia Política, não foi comemorada pela Câmara dos Deputados como de costume. Faltou ali a presença do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, grande amigo e defensor dos anistiaados que todos os anos em que exerceu mandato, convocava uma Sessão Solene em homenagem à data.

EXPEDIENTE

Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresa Estatais - ABRASPET

Endereço: Av. Tancredo Neves, 274; Bl. B, conj. 101/104, Centro Empresarial Iguatemi - Pituba - Salvador

Telefones (71) 2223-9949 e 2223-9949 e-mail abraspet@lognet.com.br

Diretoria: Reynaldo Helio da Costa - Presidente, Raimundo Lopes - Vice-presidente, José Valdemiro de Santana Gordilho - Secretário, Valnilton Leal da Cruz 2º Secretário, Nilo Calazans de Menezes Filho - Tesoureiro, Gooçalo Santos de Melo 2º Tesoureiro

Edição fechada em 04/09/2007 Distribuição Gratuita - Tiragem 1000 Exemplares



2007 - Seminário sobre a greve de 1983. Ao microfone, o presidente do Sindipetro em 83, Germino Borges, na mesa que coordenou o evento

Durante 2007, a **Abraspet** lutou pelo julgamento dos processos pendentes na Comissão de Anistia, inclusive se reunindo com seu presidente, Paulo Abrão, no dia 21 de agosto, para tratar do assunto e pedir a agilidade na publicação das portarias dos 25 processos julgados com voto formulado.

Mostrando-se indiferente e frio, Paulo Abrão informou que havia determinado a realização de plenárias temáticas, nas quais todos os conselheiros pudessem adquirir maiores conhecimentos das diversas situações da anistia com relação às categorias profissionais. A plenária relativa aos petroleiros foi marcada para 20 de dezembro, a partir do que seriam reiniciados os julgamentos originários da Petrobras. Mas, caso não houvesse consenso para as decisões, seriam feitas tantas plenárias quantas necessárias para o bom entendimento.

Afirmando que não abriria mão das temáticas, Abrão disse, ainda, que todos os processos em tramitação, mesmo que julgados e deferidos, mas ainda não publicados em portaria, seriam reavaliados e passariam por novo jul-

A corrupção no Congresso Nacional foi tema de editorial no informativo 35, que também assinalou o aniversário de 28 anos da Lei de Anistia

gamento, podendo, inclusive, sofrer alterações ou até mesmo indeferimento. Vale lembrar que os julgamentos dos processos protocolados na Comissão de Anistia estavam paralisados desde a substituição do ex-titular, Lavanere por Abrão, em julho de 2006.

Comemorações

Em agosto, comemorou-se os 28 anos da anistia política em ato solene, na Câmara dos Deputados, onde a **Abraspet** marcou presença.

No dia 19 de setembro, comemoramos os 11 anos da **Abraspet**, quando foi inaugurada a nova ala administrativa da entidade, composta de cinco salas, oportunidade em que receberam homenagens póstumas os associados que muito contribuíram para a criação e engrandecimento da **Abraspet**. Foram eles: Silvestre Alves Bastos, José Neves Sobrinho, Manoelito Borges Costa, Djalma de Oliveira Mattos, Crispim Hipólito dos Santos, Lydio Andrade de Souza e Francisco Luciano Gurgel do Amaral, que deram seus nomes às novas salas. Na oportunidade, foi também homenageado o valoroso Salvador José de Souza, único companheiro vivo na ocasião, cujo nome foi atribuído à sala da presidência.



Personalidades e parlamentares ligados ao movimento da anistia na linha de frente do Seminário sobre a greve de 1983



Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais

Salvador - BA Ano 10 - Nº36 - Dezembro de 2007

ANIVERSÁRIO

Onze anos de lutas e ação



A Abraspet comemorou onze anos de fundação, no dia 19 de setembro, na data de inauguração de sua nova ala administrativa da entidade.

Para comemorar o aniversário de onze anos, no dia 19 de setembro, data de fundação da Abraspet, foi inaugurada a nova ala administrativa da entidade, composta de cinco salas. Foi também uma oportunidade para homenagens póstumas a sete ex-associados, que muito contribuíram para a criação da Abraspet e sua consolidação sempre crescente.



Com 11 anos de intensas atividades, a Abraspet continua desempenhando importante papel para assegurar direitos e conquistar avanços para os trabalhadores anistiados. O sentimento predominantemente de alegria pelas muitas vitórias alcançadas, numa longa jornada de lutas.

No ano, foram homenageados os ex-companheiros Silvestre Alves Bastos, José Neves Sobrinho, Manoelito Borges Costa, Djalma de Oliveira Mattos, Crispim Hipólito dos Santos, Lydio Andrade Souza e Francisco Luciano Gurgel do Amaral, que deram seus nomes às novas salas da entidade.

Na oportunidade foi homenageado também o companheiro Salvador José de Souza, que deu seu nome à sala da presidência. O evento contou com a participação dos familiares dos homenageados e da diretoria. Saiba mais sobre os homenageados na página 1.

Demitidos de 83 resgatam história

ANISTIA 1º SEMINÁRIO DA GREVE DOS PETROLEIROS DE 1983

NATARPE E PAULINA

Presidência e Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça em reunião de trabalho no momento de pôr

Salvador Bahia 29.09.07

Ministério da Justiça DEBATE FUI

Leia nesta edição

Eleições na Abraspet

No dia 25 de outubro, foi renovada a diretoria da Abraspet para a gestão no biênio 2007 - 2010. Veja a nova diretoria na página 2.



Saúde

O câncer é uma das doenças que mais assolam e assustam o mundo moderno. Na sessão de saúde desta edição, abordamos dois tipos de doença que acometem homens e mulheres. Confira na página 4.

O informativo Abraspet Notícias número 36, de dezembro de 2007, destacou em sua capa o aniversário de 11 anos da entidade, bem como o Seminário da greve dos petroleiros de 1983, realizado em setembro, como preparativo para a sessão temática sobre o episódio, no Ministério da Justiça, marcada para o dia 20 de dezembro daquele ano



Plenária do Seminário sobre a greve de 1983. O auditório do Golden Park Hotel, na Pítuba, ficou completamente lotado pelos petroleiros anistiados

Ainda em setembro, dia 29, no Golden Park Hotel, a **Abraspet** fez realizar o primeiro Seminário da Greve de 1983, que contou com a participação de 80 petroleiros, além de petroquímicos, tendo como palestrantes Luciano Campos, Germino Borges, Adelino Chaves, Nelson Santos e Marcelo Normando, além dos deputados Nelson Pelegrino (PT) e Daniel Almeida (PCdoB), do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, do conselheiro Egmar Oliveira e do jornalista e ex-deputado Emiliano José, que possibilitaram uma visão mais ampla do movimento grevista de 1983. O evento contou, também, com a presença dos companheiros de Campinas, incluindo Jacob Bittar, ex-prefeito daquela cidade, que teve papel de destaque durante a greve na Refinaria de Paulínia.

Em outubro, ocorreram novas eleições para o triênio 2007-2010, sendo reeleito Reynaldo Costa.

TEMÁTICA

Em 20 de dezembro, como estava previsto, realizou-se a reunião temática, tendo como foco os anistiados ex-empregados da Petrobras. Foi um mo-

mento ímpar para o resgate da história e do sentimento de orgulho pela escolha política que perdura entre os que sofreram retaliações.

A apresentação feita pelo Grupo de Trabalho da **Abraspet** foi uma verdadeira aula de cidadania, ao mesmo tempo esclarecedora e emocionante e, certamente, deu grandes passos para aproximação dos anistiados pleiteantes à reparação.

O Grupo de Trabalho da **Abraspet**, criado pela portaria nº 01/07 de 05.09.2007, desde então, trabalhou arduamente para levar à reunião temática um discurso definitivo, não apenas com conteúdo, mas com eloquência, destacando as punições oriundas das greves de 1983, envolvendo as refinarias de Mataripe e Paulínea. Foram mais de 100 dias de trabalho e o resultado não deixou por menos, trazendo total satisfação a todos.

Apresentaram-se nesta temática representantes da Conape/RJ, Astape/RJ e Antonio Alencar e Sandra Zamarioli, do Sindicato Unificado de São Paulo, cabendo à **Abraspet** coordenar os trabalhos. Após a saudação inicial, foram convidados os deputados Nelson Pelegrino (PT), Walter Pinheiro (PT) e Daniel Al-



O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, fala ao plenário da Reunião Temática dos Petroleiros Anistiados, no Auditório Tancredo Neves, Palácio da Justiça, em Brasília, no dia 20 de dezembro de 2007

meida (PCdoB) para fazerem uso da palavra. Falaram, ainda, Francisco Cavalcante, Germino Borges e Luciano Campos, como testemunhas da história.

O ponto alto da reunião foi marcado pela exibição do vídeo-documentário produzido pela **Abraspet**, que tratou da luta dos petroleiros na defesa da soberania nacional, especialmente contra as privatizações e o Decreto 2.036, que provocariam o desmonte das empresas estatais.

Editado na Bahia pela produtora *Take Vídeo* e apoio de pesquisa do jornalista Ney Sá, assessor de imprensa da **Abraspet**, o vídeo registrou, ainda, a repercussão das punições impostas aos trabalhadores e seus familiares, além de provar, definitivamente, o caráter político da greve e das punições de 1983.

A reação emocional da plenária foi forte. Um profundo silêncio perdurou por toda a exibição, prendendo a atenção de todos. Quando as luzes se acenderam, o que se viu foram expressões emocionadas. Olhos marejados, gente enxugando as lágrimas. Mais que reavivar a memória, o vídeo-documentário mexeu, profundamente, com os corações.



O diretor da Abraspet, Astério Costa, junto com anistiados de todo o País na Reunião Temática dos Petroleiros, em Brasília. Dezembro de 2007



Em dezembro, a **Abraspet** encerrou suas atividades de 2007 com a já tradicional festa natalina de confraternização, com a participação dos associados, familiares, amigos e fornecedores.

● 2008

JULGAMENTOS DA COMISSÃO DE ANISTIA

Em reunião com a Comissão de Anistia no dia 14 de fevereiro, a **Abraspet** foi informada que os julgamentos dos processos de anistia seriam retomados em março, por ordem de antiguidade, começando pelos casos de 1964, com previsão para que os da década de 80 só fossem apreciados em 2009.

O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, lembrou a importância do julgamento dos processos de conversão das aposentadorias/pensões concedidas pelo INSS, conforme previa a Lei 10.559/2002, destacando os artigos 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 14º e 19º, citando, ainda, a necessidade do recadas-

Cartão Vermelho

Os cartões corporativos continuam gerando denúncias. A tentativa de atingir a imagem de Lula, entretanto, não teve êxito. A mais recente pesquisa de opinião pública mostra um índice recorde de popularidade do presidente.

O escândalo nacional envolvendo o uso indevido dos cartões corporativos foi deflagrado em janeiro deste ano, mas a concessão oferecida pelo governo não é recente. A distribuição de cartões de crédito a funcionários do alto escalão do Planalto já é praticada há sete anos. Trata-se, portanto, de uma herança do governo Fernando Henrique.

Ao contrário do que acontece na gestão de FHC, porém, no governo Lula as denúncias não foram apuradas, as questões são tratadas de forma transparente, a máxima transparência que serviu de base para que se verificasse, através da Internet, onde as despesas com os cartões estavam sendo feitas.

Os cartões deveriam ser usados por ministros e seus assessores para pagar despesas imprevistas decorrentes do cargo, além de servir para que as repartições públicas façam compras necessárias sem que uma licitação seja aberta para este fim. Mas gastos feitos em 2007 incluíram despesas em lojas de instrumentos musicais, veterinária, óticas, joias e até em free shops. Há despesas em lojas de calçados e bolsas feitas pelo Banco Central em nome de Sônia B. Patrício, que liberou R\$ 67.745. Há também o caso dos R\$ 55 mil gastos por um segurança da filha do presidente Lula, Larissa Cordeiro da Silva.

As denúncias causaram algum desgaste. Levaram a ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, a deixar o cargo no dia 1º de fevereiro e os ministros Orlando Silva (Esportes) e Ademir Gregolin (Pesca) a explicarem publicamente seus gastos.

O governo decidiu anunciar regras mais duras para o uso do benefício e cogita que os cartões só sejam utilizados em viagens a trabalho. A investigação dos gastos pagos com dinheiro público será objeto de uma CPI, que pode denunciar os casos ainda mais graves do passado. Até porque as CPIs da era FHC, na sua maioria eram engavetadas.

Comissão de Anistia Julgamento de processos recomeça em março

Em reunião com a Comissão de Anistia, no dia 14 de fevereiro, a Abraspet foi informada que os julgamentos dos processos de anistia serão retomados em março, por ordem de antiguidade, começando pelos casos de 1964. A previsão da Comissão é de que os da década de 80 só sejam julgados em 2009. Informaram ainda que no final de março ou início de abril, uma sessão da Comissão será realizada na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, para julgar processos de jornalistas. O Fórum aproveitou para lembrar da importância do julgamen-

to dos processos de conversão das anistias concedidas pelo INSS, de acordo com a Lei 10.359, destacando os artigos 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 14º e 19º.

Recadastramento dos Anistiados

Ainda durante as reuniões em Brasília, assim que tomou conhecimento de que a Comissão de Anistia não dispõe de todos os meios necessários para agilizar o recadastramento dos anistiados, a Abraspet decidiu que auxiliaria nessa tarefa. Utilizando o modelo de formulário da própria Comissão, a associação vai atualizar os dados dos seus associados.

Ministério do Planejamento

Verbas e pagamentos precisam de mudanças

A sistemática de pagamentos e a origem das verbas foram os dois principais assuntos na pauta da reunião das entidades representativas dos anistiados com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Devanir Ferreira, no dia 15 de fevereiro. Mais uma vez foi solicitado que os recursos para o pagamento dos anistiados seja alocado nas verbas de pessoal e não nas de custeio da União, como ocorre hoje. O motivo é simples, as verbas de pessoal não estão sujeitas a contingenciamento, o que afasta definitivamente a insegurança de cortes orçamentários que venham comprometer os pagamentos.



O secretário Devanir (de.) e a Dra. Delfina Azevedo (em.) receberam as solicitações dos anistiados em Brasília.

Outro assunto esclarecido pela Abraspet na reunião foi sobre a reivindicação de contracheques pelas mulheres que recebem pensão alimentícia dos anistiados. O secretário informou que de fato não há como o Ministério fornecer esse documento. É possível, porém, emitir uma declaração anual

identificando os valores pagos a título de pensão, documento este que pode ser utilizado para o Imposto de Renda. Há ainda uma orientação para que as pensionistas peçam todo mês uma declaração de pagamento dos ex-maridos com base nos valores indicados nos seus contracheques.

MEMÓRIAMEMÓRIAMEMÓRIAMEMÓRIAMEMÓRIA

Brasil perde um grande líder



O ex-deputado federal Chico Pinto vota em convenção do MDB, em Salvador, início dos anos 80.

Morreu no dia 19 de janeiro, em Salvador, aos 77 anos, o ex-deputado Francisco Pinto, o Chico Pinto, que de Peira de Santana, sua terra natal, tornou-se cidadão do mundo. Para sempre ficará sua história de luta pela redemocratização do Brasil. Nesse momento em que a ordem era ceder, enfrentou a ditadura militar e sofreu com a perseguição, assim como a maioria dos anistiados que integram hoje a nova Abraspet.

Em 1964, foi deposto da prefeitura de Feito de Santana. Fez, ele próprio, sua defesa no tribunal militar. Absolvido, partiu para novo encontro com as armas. Eleito para a Câmara Federal em 1970, Chico Pinto aglutinou parlamentares no Grupo Parlamentar do MDB e ajudou a estabelecer os limites entre oposição e governo. Foi líder para uma geração que cresceu num País onde o povo era proibido de eleger seus dirigentes.

Ainda nos anos de chumbo, em 1974, ao discutir contra a presença do general Augusto Pinochet no Brasil, e denunciar os crimes humanitários da ditadura chilena, foi preso e teve seu mandato cassado no Congresso. Trinta anos depois, no entanto, a história prova quem estava certo.

Lutou bravamente pela democracia e contra a falta de garantias constitucionais que devem ser asseguradas aos cidadãos num estado de direito. Combateu a censura, as perseguições, a violência, sempre acreditando na redemocratização do Brasil, processo que sempre se deve acompanhar de maneira crítica.

Na memória da geração que acompanhou sua trajetória permeada por barba longa, o gorro preto de veludo que vestiu marca de campanha e a disposição de luta que compartilhou com lideranças das mais diversas vertentes políticas como Waldyr Pires, Signatunga Secas, Miguel Arraes, Ulisses Guimarães, Teófilo Vilela, Mário Covas, Domingos Leonelli, Haroldo Lima e tantos outros.

Hosana a Rubens Mário de Macêdo

EDUARDO SILVA COSTA

O ato de homenagear traz em si uma variedade de motivações. Entre essas, as de tonalidade política são as mais frequentes, porque estatui o poder de que se pretende algo e efetivar, assim se está consistentemente homenageando. Em que pese a sua ou por sua natureza, desvenda-se fácil a razão de ser da homenagem. Outras, não tão óbvias, prestadas, necessitam solenidade pela reverência: o caso das academias, sobretudo as de letras em que se homenageiam o patrimônio da cultura, o antecessor, que, com o falecimento, faz possível a vaga e se elegia o novo acadêmico.

Em todos os atos, realçam-se mérito e qualidades, independentemente da autoridade no elevação: não se perscruta o mérito de quem elegia, ainda mais porque as repartições ditam as mais das vezes a conveniência de elegê-lo. Dispara-se, porém, uma singular forma de homenagem, a que não obedece a repartições, pois detida do âmbito do dever de consciência. É esse dever que gera o auto-compromisso no rito do espírito. Nenhuma consideração infundada nesse estado que de busca de prêmio pessoal, nem de gratificação por vantagens recebidas. Isso é algo que se apresenta ao Anistiado, sentimento de excel, que - não é movido de prêmio vil, mas alto - ao dia do glória de CAMÕES. Miraflores, desde

sempre, exclusivamente, em prol do trabalhador-empregado, o advogado Rubens Mário, com a provisão da onerosidade do trabalho e da inteligência, agili e perspicaz, uma constatação de que se valia, pôde gerar uma produção consequente: a qualidade dos trabalhos bem executados e fundamentados e a argumentação segura, para obter tudo na forma. E esse seu insígnico empenho, avoz admirada por colegas, mesmo adversários nos debates dessa profissão - incoerente e nervosa -, é que haveria de conduzir à presidência de duas instituições representativas da advocacia. Assim elego-se presidente, primeiro, da ABAT - Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, no período de 1981 a 1983; e pouco depois elego-se presidente da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, seccional da Bahia, no biênio 1987 - 1989. Em uma e outra, o estilo na presidência foi uniforme: a linha de conduta era linha de ação camuflada de paz, em correspondência à expectativa dos advogados. Disse-í em suma que a sua consciência moral esteve aliada à sua ação.

Impõe-se o registro de uma atitude de Rubens na presidência da OAB. Chegava a esta a denúncia de uma grave ocorrência no interior do Estado, protagonizada por advogados, que certamente comprometia o nome da instituição. Logo diante da denúncia, diligenciou a apuração, que positou o fato. E postivada a autoria, não houve de sem condescendência: o ato positivo da presidência foi cortante: Zelou em questões de ética, e de igual modo na defesa das prerrogativas da profissão, a sua atuação legítima se, por ser expressão dos valores mais altos da OAB.

Hoje, poderia conferir-se-lhe o título de advogado emérito, uma honraria semelhante à que se pratica na Universidade. Lá se brigam professores de suas unidades de ensino, que se distinguem na atividade docente, com o título de emérito. Aqui, na OAB, seria desejável prática semelhante, para homenagear profissionais valiosos, a exemplo de Rubens Mário de Macêdo.

Homenagem para a concessão de um título não se qualifica pela solenidade. É, sim, ato de reconhecimento dos méritos de homenageado, e que vale como referência às gerações que o sucederam como exemplo de relevância. Tais gerações precisam conhecer os que laboraram com inteligência, retidão e trabalho, que são os predicados confirmadores de autoridade, a autoridade na sua exata significação, o que faz crescer, constante o seu título.

E esse é o caráter da homenagem aqui prestada.

Eduardo Silva Costa - Advogado sócio do Instituto dos Advogados Brasileiros, sócio do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e Instituto dos Advogados da Bahia.

Artigo publicado na coluna "Solidariedade" do jornal "A Tarde", do dia 18/01/2008.

O informativo Abraspet Notícias número 37, de fevereiro de 2008, noticiava o andamento dos processos na Comissão de Anistia, a discussão com o Ministério do Planejamento sobre origem das verbas para o pagamento dos benefícios e repercutia o escândalo dos cartões corporativos usados indevidamente por autoridades do governo

Dois importantes homenagens estão registradas nesta página do informativo da Abraspet, contribuindo assim para o registro da memória do movimento social como legado às futuras gerações

Anistia

Petroleiros pleiteiam julgamentos em Salvador

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça retorna em agosto o julgamento dos processos de anistia com uma ação itinerante, isto é, o procedimento acontece em várias cidades do país, onde se encontram os assistidos requerentes. Uma reunião agendada para o final do mês de maio no início de junho vai definir o cronograma dos julgamentos.

O grupo dos petroleiros encontra-se entre os 12 primeiros da lista de 200 grupos triados pela Comissão. No caso da Bahia, a Abraspet já enviou cartas ao presidente da Comissão de

Anistia, Paulo Abílio, sugerindo que o resumo de julgamento do restante da Petrobras se dê em

Salvador, tendo em vista o grande número de requerentes na cidade e região metropolitana.



O mesmo clima de silêncio atendeu durante a Terceira das permissões, em Brasília, no ano passado, quando foi o primeiro da Abraspet em trazer os julgamentos para Salvador.

Pendências do reajuste anual perto de solução

A pedido da Abraspet, o RH/Petrobras realizou em abril passado, reunião com as associações de anistiados, objetivando solucionar um entrave crô-

nico pelo feijão para informar ao MPOG os reajustes salariais referentes a 2007/2008. Na ocasião, o Dr. Diego Fernandes solicitou um prazo de 30 dias para realização da necessária análise e encaminhamento ao novo plano de níveis.

Em nova reunião, no último dia 21 de maio, o gerente de Recursos Humanos comunicou que os cálculos estavam concluídos, apresentando, inclusive, planilha onde constam o recalculo de níveis salariais a partir de janeiro de 2007, a Menor Retração Regional, a partir de julho de 2007 e o reajuste do ACT, a partir de setembro de 2007, adiantando que até o final do mês essas informações serão enviadas ao Ministério do Planejamento.

Esperamos que o MPOG não questione tais reajustes e faça a sua implementação no mais breve espaço de tempo possível.



Charles Nobre e Diego Fernandes, da Gerência de RH, atendendo com a reunião das pendências.

EDITORIAL

Oposição na base do quanto pior melhor

A oposição ao governo Lula no Congresso Nacional demonstra total desleixo com o conceito do bem comum. Nada mais parece importar aos deputados e senadores dos partidos oposicionistas que os ataques ao governo federal. O ponto de convergência que ainda restava vai se perder em meio a discussões e intrigas desarmadas. Só para citar a bola da vez, a CPI dos cartões corporativos tem sido palco de muitas demonstrações de falta de decoro.

O comportamento do líder do DEM, senador Agripino Maia (RN), durante o depoimento da ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi emblemático. Logo no início da sessão lembrou que Dilma mesmo sob tortura não registra omissão. A tentativa de desacreditar qualquer coisa que fosse dita pela ministra mostrou-se desastrosa. Dilma respondeu à altura, afirmando que mesmo sob tortura é sinal de força e de honra, encenando a seletividade do seu posicionamento de luta e de comprometimento com a democracia em nosso país.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), demonstrou insatisfação com o depoimento e defendeu uma nova convocação da ministra para falar apenas sobre o dossiê. Mas para o presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), os esclarecimentos da ministra foram satisfatórios. E, segundo ele, a CPI do Cartão já pode concluir seus trabalhos. "A história do dossiê", concluiu, não é para uma CPI, mobilizando senadores que têm que tratar de outros assuntos", disse Garibaldi.

É mesmo estranho que o ato das discussões sobre gastos públicos de autoridades e funcionários seja desviado para um rapsódico dossiê de despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A questão que mais interessa à sociedade, de certo não trata os gastos do dinheiro público e com quais critérios, sendo ficando em segundo plano.

Parece que a filosofia da oposição – no momento em que a sucessão presidencial vai ganhando espaço no meio político – é a volta à falta de respeito por melhor.

Diap

De olho nos parlamentares

A Abraspet agora está associada ao Departamento Interparlamentar de Assessoria Parlamentar - Diap, entidade estruturada para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações produtivas, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora. O Diap é um instrumento dos trabalhadores, idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual diretor-técnico da entidade, fundada em 19 de dezembro de 1983.

O Diap é constituído, hoje, por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, congregando centrais, confederações, federações, sindicatos e associações existentes em todos os Estados e Territórios do País. O comando político-sindical do Diap é exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembleia Geral, e se reúne periodicamente na forma estatutária. Sua diretoria é constituída por sindicalistas. O trabalho do Diap se baseia em princípios que podem ser resumidos nos seguintes fundamentos: decisões democráticas; atuação suprapartidária; comprometimento técnico; atuação como instrumento da classe trabalhadora.

acompanhar os trabalhos do Legislativo e atuar de forma articulada nas decisões e prerrogativas de todo cidadão na sociedade democrática



ma estatutária. Sua diretoria é constituída por sindicalistas. O trabalho do Diap se baseia em princípios que podem ser resumidos nos seguintes fundamentos: decisões democráticas; atuação suprapartidária; comprometimento técnico; atuação como instrumento da classe trabalhadora.

Órgão de imprensa

Respeitando todos os posicionamentos ideológicos, o Diap não exerce qualquer tipo de "patronagem". Seu trabalho é informar os sindical-

istas de trabalhadores e a sociedade sobre os projetos em curso no Congresso Nacional, oferecendo elementos sobre a atuação parlamentar, contribuindo para que haja transparência e para que o cidadão tenha meios de conferir se há coerência entre discurso eleitoral e prática legislativa de cada representante do povo.

IMPOSTO DE RENDA



Abraspet amansou o Leão

Durante dois meses – março e abril –, a Abraspet atendeu seus associados preparando as declarações do Imposto de Renda ano-base 2007. Foram processadas nada menos que 148 declarações, seguindo criteriosamente os cálculos de acordo com os direitos dos anistiados. Defender o contribuinte contra a mordida do Leão é mais um benefício com o qual os associados da nova entidade podem contar.

Convênio com o INSS

Desde o dia 23 de abril está em funcionamento um convênio que permite à Abraspet encaminhar junto ao INSS os pedidos de aposentadoria e pensão de seus associados. Os interessados devem ligar para a Abraspet e procurar por Robélia, que é a pessoa encarregada de dar as orientações e os encaminhamentos necessários aos pedidos dos associados. Esta é mais uma vantagem que a nossa entidade disponibiliza para facilitar a vida dos anistiados.

De volta à internet



A diretoria da Abraspet decidiu reativar a página eletrônica da entidade, como forma de disponibilizar muitas informações úteis aos associados de maneira prática e objetiva. A experiência anterior com a página foi desastrosa por falta de uma estrutura de atualização, mas o projeto que está sendo desenvolvido agora prevê a profissionalização da atualização permanente das notícias e informações, além de esperar contar com maior participação dos associados no envio de conteúdo para a nova página.

No momento a diretoria está analisando as propostas de descrição, ações e informações que serão disponibilizadas. Está em andamento o levantamento do conteúdo pelo jornalista, e empresas especializadas em internet estão encaminhando as propostas de custos para apreciação da diretoria. Dentro em breve nossa página volta ao mundo dos computadores e a Abraspet vai manter a sua sede virtual aberta 24 horas.

Heitor Manoel Pereira Marca imortal de cidadania e companheirismo



Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 9 de março passado, aos 84 anos, e abençoado companheiro de luta, Heitor Manoel Pereira, Portuense, carioca de Raicé, Heitor era presidente da Aqpet e um batalhador incansável das causas dos trabalhadores, que fez muita falta nos trabalhos das lutas públicas que progrediam por uma sociedade mais justa, ética e igualitária.

Foram muitas as homenagens prestadas por colegas, amigos, autoridades e entidades às suas lutas. Heitor era ligado. No momento da última despedida, o conselheiro do Clube de Engenharia, Hernani Botelho, fez o seguinte poema:

porque um filho único, foi o seu filho uma significativa lembrança / Quando passa um companheiro homem, sempre deixa a sua marca. Nacionalista, amigo, corajoso, amoral nunca. Heitor Pereira" A diretoria da Abraspet junta-se aos demais companheiros e à família enlutada, desejando paz e conforto espiritual por essa grande perda.

ABRASPET Notícias

Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petróleo e demais Empresas Estatais - ABRASPET.

Endereço: Rua São João, 214, Bloco B, sala 011 e 103, Centro Empresarial Siqueira, Vitória, Salvador/BA. E-mail: abraspet@inpa.com.br. Telefone: (71) 2223-9888 e 9164.
Editor: Sérgio de - MDT 1164. Fone: 3336-3336. Email: 3336-3336. São 84 e 9164. Salvador, Espírito Santo, 1.000 exemplares. Edição fechada em 07/06/2008. Todos os direitos reservados. Não se responsabiliza a Diretoria da Associação. Distribuição gratuita.

O informativo Abraspet Notícias número 38, de junho de 2008, traz em sua capa um editorial que critica o comportamento dos partidos de oposição ao governo Lula, no Senado. A matéria de capa é o pedido de que a Comissão de Anistia inclua Salvador na sua ação de julgamentos itinerantes

Na segunda página do informativo 38, a Abraspet anunciava sua associação ao Diap e o retorno à internet com a reativação da sua página eletrônica. A nota triste era pelo falecimento de mais um companheiro de luta, Heitor Manoel Pereira



Começa o programa de excursões da Abraspet, reunindo lazer, cultura e confraternização entre seus associados

tramento dos anistiados, ação que logo foi abraçada pela **Abraspet**, que decidiu auxiliar naquela tarefa.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, VERBA E CUSTEIO

Várias foram as reuniões com o secretário de Recursos Humanos do MPOG, Devanir Ferreira, objetivando a sistemática de pagamento e origens das verbas. O entendimento era de que os recursos para pagamento das reparações aos anistiados fossem alocados nas verbas de pessoal e não nas de custeio da União, como vinha ocorrendo.

A definição da fonte das verbas se dava por um motivo simples: as verbas de pessoal não são sujeitas a contingenciamento, o que afastava definitivamente a insegurança de cortes orçamentários que pudessem vir a comprometer tais pagamentos.

A **Abraspet** pleiteou, ainda, que os julgamentos de anistia dos petroleiros

fossem realizados em Salvador, enviando carta sugestiva ao presidente da comissão, face ao grande número de requerentes da cidade. Infelizmente, Paulo Abrão ignorou a solicitação e não realizou a sessão em Salvador, neste ano.

Uma importante iniciativa da **Abraspet**, em 2008, proporcionou aos seus associados viagens de turismo, inicialmente para Aracaju, nos dias 26 a 28 de abril e, posteriormente, em 22 e 25 de agosto, para Maceió. Mais que a oportunidade de reunir familiares e amigos, as viagens proporcionaram emoção e lembranças das lutas travadas no passado, o sentimento de companheirismo e a certeza de que os laços construídos continuavam fortes e vivos nos corações de todos.

O melhor desses passeios começava na estrada. O convívio no ônibus aproximava naturalmente os participantes, desde o ponto de encontro no estacionamento, atrás da sede da **Abraspet**, até a chegada ao destino.

INFORMAÇÃO PARA O MPOG

A **Abraspet**, juntamente as demais entidades de anistiados da Empresa, também esteve reunida com o RH/Petrobras, objetivando solucionar o entrave criado pelo Sejur, quanto ao fornecimento de informações para o MPOG



O grupo de associados, em Aracaju (SE)

Boicote a leis da anistia é denunciado

Diante os três dias de Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos, foram constantes as denúncias de descumprimento das leis em nosso País. Não apenas os anistiados e as vítimas do regime militar revelaram, mas juristas, parlamentares, sociólogos, historiadores e promotores de Justiça, a exemplo do procurador Regional da República da 3ª Região, Marlon Alberto Weichert – um dos autores da ação acobrada pela Justiça Federal que impede detentadores de ocuparem cargos públicos.

Graves denúncias foram feitas contra os tribunais brasileiros de Justiça, que impedem a extradição de detentadores que se encontram no País, fazendo com que o Brasil já seja conhecido pela comunidade diplomática internacional como refúgio desse tipo de criminosos, como apontou a diretora do Centro pela Justiça e o Direito Internacional, Beatriz Affonso, que acompanha o evento na sede da Organização dos Estados Americanos, na Corte e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A seguir reproduzimos o documento final do Seminário, que expressa as denúncias e preocupações levantadas durante o evento.

DOCUMENTO DOS PARTICIPANTES DO 2º SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ANISTIA E DIREITOS HUMANOS

Os brasileiros, que lutaram pela liberdade, pela democracia e por um Brasil mais justo, apresentados pelos seus segmentos organizados, reunidos no 2º SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ANISTIA E DIREITOS HUMANOS, afirmam:

1 - Que o golpe militar de 1964, praticado pelos grupos econômicos nacionais e internacionais, com o uso das Forças Armadas, implantou um regime ilegal e ilegítimo, fundado na violência contra o seu próprio povo e que resultou na supressão das liberdades e das garantias constitucionais vigentes.



4 - Que a reparação moral política e econômica aos perseguidos e punidos pelo ditadura é um direito dos atingidos e um dever do Estado Democrático de Direito, assegurada pela Constituição de 1988 e pelas leis de anistia.

- 1 - A necessidade do cumprimento integral e imediato do art. 8º do ADCT/CP (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal) e sua norma regulamentadora, Lei 10.599/2002, da Lei 11.354/2006 e demais dispositivos garantidores do cumprimento de anistia.
- 2 - A necessidade de o Estado Brasileiro reconhecer, formal e publicamente, a ilegalidade do período ditatorial e os danos causados ao povo brasileiro.



O auditorio Flávio Gomes, na Câmara dos Deputados, foi ocupado durante dois dias.

- 3 - A necessidade que o Estado assegure ao povo brasileiro e à nossa juventude o acesso ao conhecimento, através de publicações e livros escolares, da verdadeira história de nosso País durante o regime de exceção.
- 4 - A necessidade da criação e instalação de uma Comissão de Justiça e Verdade, para apuração sobre os crimes cometados em nome do Estado Brasileiro durante a ditadura militar, composta por membros da sociedade civil organizada.
- 5 - A necessidade da mais ampla devolução aos órgãos nacionais e internacionais de defesa dos Direitos Humanos do teor desta Declaração e seus anexos.

Denunciaram, ainda, a aplicação restritiva das leis de anistia com o objetivo de boicotar, prejudicar e boicotar especificamente a execução das leis emanadas do Congresso Nacional, notadamente:

- O Ministério da Defesa, onde direitos assegurados pelo Regime Jurídico dos Militares estão sendo lesados e o descumprimento da lei 11.354/06.
- O Ministério do Planejamento, que não cumpre plenamente a lei 11.354/06, classifica os anistiados em tabelas diferenciadas, uma adotada e outra imprópria e também descumpre os compromissos assumidos com os anistiados do "Plano Collor".
- O Tribunal de Contas da União, que extrapola sua competência ao opinar sobre o mérito da legislação de anistia.
- O Ministério da Justiça que, apesar da reorganização interna do Conselho de Anistia, continua proferindo julgamentos, demonstrando na finalização dos processos, não julgando recursos, não atendendo reclamações dos campos, restringindo direitos, aplicando decisões iguais para casos desiguais e tomando decisões a priori, conforme demonstrado nos julgamentos dos blocos temáticos.

Concluíamos a Comissão de Acompanhamento da Aplicação das Leis de Anistia (Comar) da Câmara dos Deputados, a reforçar a fiscalização do fiel cumprimento das Leis de Anistia.

que lutam pela anistia. Também foram exibidos dois documentários, um que registra o acontecimento da greve de 1983, e outro que registra a reunião temática da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que ouviu a argumentação dos petroleiros que pleiteiam a anistia.

A comemoração ocorreu como resultado de iniciativa conjunta da Abraspét e do Sindicato dos Químicos e Petroleiros, que decidiram levar os protagonistas da greve ao local onde os fatos históricos aconteceram, num ato



O auditorio da Rlam ficou completamente ocupado durante o ato histórico.

simbólico de reparação moral a muitos companheiros que durante anos sofreram as consequências de um gesto corajoso de defesa do patrimônio do povo brasileiro e do resgate das liberdades democráticas em nosso País.

Greve de 1983 Anistiados voltam à Rlam no marco dos 25 anos

Reafirmando o ditado de que o tempo é o senhor da razão, os petroleiros deturpados e perseguidos em represália à greve de 1983 voltaram a se encontrar dentro da Refinaria Landolfo Alves de Mataripe – Rlam, no dia 28 de agosto passado, para comemorar o marco dos 25 anos da greve, reafirmando não apenas a justiça da greve, mas resultando o fato de que a história pode ser escrita pela mão dos trabalhadores.



Lideranças históricas e atuais dos trabalhadores lutaram e lutam pela anistia.

A programação do evento contou de um seminário, seguido de ato

político, com a presença das principais lideranças dos petroleiros de hoje e da época da greve, além de representações de diversas entidades

A denúncia à comunidade internacional sobre o boicote às leis da anistia no Brasil foi um dos destaques da página 3 do informativo 39, que também registrou o ato dos anistiados na Rlam, 25 anos após a greve de 1983

O processo de desenvolvimento social

Leis biológicas e sociais – dinâmica do evoluir

Evilásio Menezes

O ser humano tem a finalidade de melhorar tudo o que recebeu ordinariamente da Natureza. O domínio do homem através da tecnologia só é possível quando ele se adequa às várias manifestações da lei natural.

“Com o corpo, por meio das sensações, nos relacionamos com o Deus, que atua em cada momento. Com o alma, por meio dos pensamentos, nos relacionamos com o ser verdadeiro, amável e sempre idêntico a si próprio”.

Platão, em “Os Sofistas”

lta que: “se houver discrepâncias entre a Religião e o que afirma a ciência, que se fique com a ciência até que aquele fato fique definitivamente comprovado por método científico”.

A evolução biológica continua agora na evolução sociológica. E, para acelerar o processo dessa evolução, os mestres da sabedoria cósmica criaram os instrumentos dialéticos da Educação em todos os níveis. Na perspectiva evolucionista, a evolução social interfere com a evolução individual. Na opinião de Heráclito Pires, Filósofo Espírita de grande nomeada, a educação transforma o Homem e o Homem transformado transforma o mundo. Esta é a dialética espírita do Reino, na concepção histórica.

Essa dialética se encontra inerida na obra filosófica do Espiritismo, no Livro dos Espíritos, uma verdadeira crítica social que os espíritos demonstram, principalmente nas respostas às questões 801, 881 e 922, quando eles dizem: nossa sociedade reorganizada sob a Lei do Cristo, ninguém deve morrer de fome e nem existir as extravagâncias geradas pela prepotência, pelo orgulho e pela vaidade dos homens.

Em toda a História do Conhecimento Humano, há duas formas de Filosofia para representar o universo: a filosofia do SER e a filosofia do VIR a Ser. A Filosofia Clássica, herança intelectual de Platão, estava ligada à primeira forma de interpretação do Mundo, que é O Absoluto Estático, com a Identidade Permanente do Ser. Aristóteles participa deste princípio. Que isso significa? Que Deus é Absoluto e Imutável, assim como toda a sua criação, com a Identidade do ser permanente. Essa concepção faz cífica a teologia católica e grega, que adota que os anjos eram criados perfeitos desde a sua origem. Eram esta criação diferenciada. Mas, pela dialética que vem de Heráclito e de Sócrates, intrinsecamente antropológica, a Filosofia do Vir a Ser, em que o ser não nasce perfeito e se aperfeiçoa com o tempo e com as experiências realizadas. A Filosofia do Vir a Ser se divide em dialética idealista e dialética materialista.

Somos incompletos, e por isso estamos a caminho da perfeição. O nosso objetivo final é ser perfeitos.

Evilásio Menezes é associado da Abraspét e petroleiro anistiado (Rlam).

Trechos da entrevista do ex-presidente da Aepet, Fernando Siqueira.

Pré-sal expôs que a atual Lei do Petróleo é incoerente

O diretor de Construções da Associação dos Engenheiros da Petróleo (Aepet) e consultor da Petros, Fernando Siqueira, declarou em recente entrevista ao jornal Hora do Povo que “a Lei do Petróleo de 1968 é inconstitucional, fruto do lobby do cartel. Os brasileiros são os detentores das reservas do pré-sal. O Brasil é um país soberano, não tem colônia da Shell ou da Chevron”.

HP - A ANP quer examinar a 3ª Rodada de Licitações, que contém blocos da borda do pré-sal. É oportuno a manutenção dessas licitações antes da alteração da Lei 9.478/97 quando a própria agência diz que o bloco SM 857, arrematado pela italiana ENI, faz parte dessa nova província petrolífera?

SIQUEIRA - Os leilões são importantes em qual quer circunstância. Temos tecnologia a capacidade, não precisando de aproveitadores de fora. (...) As corporações transnacionais, além de só fazerem propostas para áreas onde a Petróleo corre risco, se associam a ela para sugar uma tecnologia que não dominam (...). O HP leilão não de impor restrições absurdas à Petróleo (...).

Essa dialética se encontra inerida na obra filosófica do Espiritismo, no Livro dos Espíritos, uma verdadeira crítica social que os espíritos demonstram, principalmente nas respostas às questões 801, 881 e 922, quando eles dizem: nossa sociedade reorganizada sob a Lei do Cristo, ninguém deve morrer de fome e nem existir as extravagâncias geradas pela prepotência, pelo orgulho e pela vaidade dos homens.

HP - Como o Sr. avalia a ida do diretor da Halliburton, Nelson Narciso, para a ANP, sendo o responsável por controlar o banco de dados sobre o petróleo no país?

SIQUEIRA - A Halliburton resolveu eliminar os intermediários e colocou um elemento seu na direção da ANP para comandar os leilões. Foi ele que instituiu as restrições para a Petróleo, tendo declarado na imprensa que eliminaria o monopólio de fato (...). Outro fato que atesta a incoerência da autonomia das agências é a vulnerabilidade a que são expostos seus dirigentes. O Haroldo Lima foi, durante mais de 60 anos, um histórico nacionalista, defensor da soberania e das riquezas nacionais. Com dois meses na direção da ANP, deu uma passada de 180 graus e se transformou num entreguista renitente e, mais do que isso, num ferrenho lobby, onibancado com o presidente da Repúbl. empresa do Banco Santander, que é um braço do Scotland National Bank Co. (...) que domina o sistema financeiro mundial.

A entrevista na íntegra pode ser feita na internet, na página do jornal Hora do Povo, no endereço: www.horadopovo.com.br

Na página 4 deste informativo 39 temos um artigo do colaborador Evilásio Menezes, que propõe uma reflexão sobre as relações sociais, e mais um trecho de uma esclarecedora entrevista do ex-presidente da Aepet, Fernando Siqueira, sobre os problemas na legislação sobre petróleo no Brasil



O que é pré-sal

O pré-sal é uma espécie de reservatório que se encontra numa camada de sal que abrange o litoral do Espírito Santo a Santa Catarina, ao longo de 800 quilômetros de extensão por até 200 quilômetros de largura, em lâmina d'água que varia entre 1,5 mil e 4 mil metros e soterramento entre 3 mil e 4 mil metros. O petróleo encontrado nesta área está abastecido de uma extensa camada de sal que, segundo geólogos, conserva a sua qualidade.

Desde o anúncio da descoberta de petróleo no pré-sal, em 2007, as especulações em torno do assunto não param. O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, avaliou que a se confirmarem as estimativas preliminares, o País pode ocupar posição entre o seleto grupo dos que têm as maiores reservas de óleo e gás no mundo, saltando do atual 24º lugar, para a oitava ou nona posição, hoje ocupadas por Venezuela e Nigéria, respectivamente. O salto representaria um crescimento dos atuais 14,4 bilhões de barris de óleo equivalente para algo entre 70 bilhões e 100 bilhões de barris.

A descoberta das reservas gigantescas de petróleo abriu o debate sobre o que deve ser feito com esses recursos, assunto que certamente passará a próxima campanha presidencial. O próprio presidente Lula afirmou no último mês de setembro, que se trata de "uma ponte direta entre riqueza natural e erradicação da pobreza".

Lula também determinou que a área do pré-sal fosse retirada dos leilões promovidos pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), além de mobilizar sua equipe de governo para estudar uma nova regulamentação para a exploração desse petróleo. Apesar disso, a ANP defende que apenas se leve a carga tributária na exploração e afirma que não há como modificar as regras dos leilões - estabelecidas por FHC - que entregam o petróleo nacional a grupos estrangeiros.

Naturalmente todo mundo quer ser o "donos" do petróleo descoberto, e instalou-se o debate sobre qual será o modelo de exploração e como deve ser usada a riqueza que vai gerar. Para o diretor de exploração da Petrobras, Guilherme Estrela, "existem vários interesses públicos e privados envolvidos nessa questão. A Petrobras é uma empresa que tem controle governamental, mas tem acionistas privados, que têm que ser respeitados. Ao mesmo tempo, o aproveitamento dessas riquezas é questão de Estado brasileiro".

CARAVANA DA ANISTIA

Comissão faz julgamento de processos em Salvador

Nos dias 10 e 11 de setembro, foram julgados em Salvador 62 processos referentes a anistia política de cidadãos punidos durante a ditadura militar. Foram 11 julgamentos no dia 10, que avaliaram pessoas que sofreram perseguição por atividades políticas, e mais 51 no dia 11, que trataram predominantemente dos casos de trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari que participaram da greve de 1985. A iniciativa integra o "Projeto Educativo Caravanas", da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que tem promovido julgamentos públicos dos requerimentos de Anistia em diversas capitais brasileiras, onde residem os requerentes.

O julgamento realizado em Salvador foi também um forte momento de emoção conscientização sobre a importância dos movimentos populares de resistência que romperam no Brasil durante os 20 anos de ditadura militar. A cada leitura do voto dos relatores, uma breve viagem no tempo reativa do passado recente personagens que cumpriram papel histórico na luta pela redemocratização deste País. E a emoção era visível após a manifestação favorável dos conselheiros, quando o presidente da Comissão, Paulo Abreu, em nome

O julgamento público realizado em Salvador, conduzido pelo presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abreu (Petro), sob o auditório da Biblioteca das Barras



do Estado Brasileiro, pediu oficialmente desculpas ao requerente e à sua família, declarando-o a partir daquele momento, "anistiado político brasileiro".

Reparação

A anistia política concedida através da Comissão é constituída de dois aspectos: a reparação moral, através da declaração da condição de anistiado, e a reparação econômica, que busca compensar os prejuízos advindos da perseguição e da punição sofridas. O presidente Paulo Abreu ressalta, no entanto, que a Comissão não trabalha com a Justiça do Trabalho, "as indenizações emvolvem danos morais além dos econômicos". A legislação permite fixar valores com base no mercado de trabalho ou em declaração da empresa que demitia o trabalhador, buscando recompor as perdas causadas pela punição sofrida no passado.

Embora ainda longe de atingir o objetivo para o qual foi criada, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tem mostrado serviços. Os julgamentos promovidos dentro do "Projeto Educativo Caravanas" dão maior visibilidade ao trabalho que vem sendo feito, mas o efeito, como o próprio nome do projeto sugere, é meramente didático, na medida em que durante essa atividade apenas algumas dezenas de processos são julgados.

Desde que foi criada, em 2001 a Comissão de Anistia recebeu 62 mil requerimentos pleiteando a anistia para pessoas que alegam ter sido vítimas da ditadura. Aproximadamente 38 mil processos já foram analisados, e faltam ser examinados ainda quase 25 mil casos. Segundo o presidente da Comissão, Paulo Abreu os pedidos não podem ser apreciados de forma rápida porque têm de ser investigados individualmente, considerando a conjuntura histórica, os envolvidos e todos os fatos pertinentes.

5

sobre os reajustes entre 2007 e 2008. Na ocasião, o gerente Diego Hernandes solicita o prazo de 30 dias para análise e decisão.

Em nova reunião, no dia 21 de maio, o gerente de Recursos Humanos comunicou que os cálculos estavam conclusos, apresentando, inclusive, planilha com o melhoramento de níveis salariais a partir de janeiro de 2007, a Menor Remuneração Regional, a partir de julho de 2007, e o reajuste do ACT, a partir de setembro de 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Abraspet acompanhou todos os trabalhos da Comissão Especial para Leis de Anistia (Ceanist) desde a sua instalação, em 1º de abril de 2008, até sua última reunião anual, realizada em 30 de novembro, prestando depoimento e subsidiando os parlamentares empenhados na busca de soluções definitivas para a anistia política, sob a presidência do deputado Daniel Almeida (PCdoB).

De janeiro a novembro, os julgamentos dos processos referentes aos pe-



Ato histórico no auditório da Refinaria Landulfo Alves (Rlam), em Mataripe, marca os 25 anos da greve de 1983

A importância estratégica do Pré-sal para o País e o trabalho da Comissão de Anistia com sua sessão itinerante, em Salvador, foram matérias de relevo na edição 39 do informativo da Abraspet



Emocionados, 25 anos depois, dentro da Rlam, anistiados e familiares relembaram o triste passado de opressão. Sentimento de orgulho pela luta vitoriosa

troleiros anistiados continuaram paralisados na Comissão de Anistia. No dia 13 de maio, Paulo Abrão anunciou que pretendia começar o julgamento a partir de agosto, mas que os processos julgados não configuram direito adquirido e que, portanto, aguardariam a solução dos demais casos.

CONVÊNIO COM INSS

No dia 23 de abril, objetivando facilitar os entendimentos com o INSS, a **Abraspet** firmou convenio com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que permitia à entidade encaminhar pedidos de aposentadoria e pensão para seus associados, facilitando, assim, a vida dos anistiados pretendentes ao benefício previdenciário. Os interessados passaram a procurar a funcionária Robélia, da **Abraspet**, encarregada de dar as orientações e os encaminhamentos necessários aos pedidos dos associados.



Abraspet presente no 2º Seminário Latino Americano de Direitos Humanos, no auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, Brasília. Novembro de 2008

ABRASPET AMANSOU O LEÃO

Durante dois meses – março e abril -, a **Abraspet** atendeu seus associados preparando as declarações do Imposto de Renda ano-base 2007. Foram processadas nada menos que 148 declarações, seguindo criteriosamente os cálculos de acordo com os direitos dos anistiados. Defender o contribuinte contra a mordida do Leão é mais um benefício com o qual os associados da nossa entidade podem contar.

ATO HISTÓRICO NA RLAM

Reafirmando o ditado de que o tempo é o senhor da razão, os petroleiros demitidos e perseguidos, em represália à greve de 1983, voltaram a se encontrar na Refinaria Landulpho Alves em Mataripe (RLAM), no dia 28 de agosto, para comemorar 25 anos da greve.

Em parceria com o Sindicato dos Químicos e Petroleiros, a **Abraspet** decidiu levar os protagonistas da greve de 1983 ao local onde fatos históricos aconteceram, num ato simbólico de reparação moral a muitos companheiros,

que durante anos sofreram as consequências de um gesto corajoso de defesa do patrimônio do povo brasileiro e do resgate das liberdades democráticas em nosso País.

VOLTA À INTERNET

2008, também, foi o ano em que a diretoria da **Abraspet** decidiu reativar a página eletrônica da entidade como forma de disponibilizar muitas informações úteis aos associados, de maneira prática e objetiva. A experiência anterior com a página foi desativada por falta de uma estrutura de atualização, mas o projeto agora desenvolvido conta com a profissionalização do trabalho para atualização permanente das notícias e informações, além de buscar maior participação dos associados no envio de conteúdo para a nova página. A **Abraspet** decidiu manter a sua sede virtual, que na internet permanece aberta 24 horas.

EVENTOS

Setembro, mês de aniversário, a **Abraspet** comemorou seus 12 anos com um café da manhã, apresentação de vídeos e exposição de fotos, em reunião realizada no dia 18, no auditório do Centro Empresarial Iguatemi, onde está situada a sua sede social, quando foi destacado pelo seu presidente as muitas atividades desenvolvidas ao longo desses anos.

Em novembro, a **Abraspet**, representada por sua diretoria e vários associados, compareceu em peso ao 2º Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos, realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Na oportunidade, graves denúncias foram feitas contra os Tribunais Brasileiros de Justiça, que impedem a extradição de torturadores que se escondem no País.

A diretora do Centro pela Justiça e Direito Internacional, Beatriz Afonso,

que acompanha os trabalhos da Corte e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na sede da OEA, disse que o Brasil estava sendo conhecido pela comunidade diplomática internacional como defensor de torturadores, dada a postura dos seus Tribunais.

JULGAMENTO LAMENTÁVEL

No dia 26 de novembro, finalmente, a Comissão de Anistia apreciou e julgou (sic) 793 processos referentes a ex-empregados da Petrobras, mas o comportamento da Comissão foi vergonhoso. Revelando incompetência e despreparo, juntou um número excessivo de processos, nos quais as situações dos requerentes eram as mais diversas, não se coadunando entre si.

Por conta dessa estratégia e da insensibilidade demonstrada pelo presidente e demais conselheiros da Comissão, ficou patente o desprezo e falta de critérios desses “zelosos senhores”, que fizeram um verdadeiro “samba do crioulo doido” para indeferir uma enorme quantidade de pedidos de anistia e deferir, parcialmente, apenas 40 pedidos no dia 26 de novembro e mais seis no dia 3 de dezembro, concedendo apenas a ratificação da condição de anistiado político e a contagem do tempo de afastamento das atividades, sob a alegação pueril e capciosa de que seus requerentes haviam retornado à empresa e, portanto, teriam sido contemplados com a anistia.

A alegação apresentada pela Comissão foi um verdadeiro acinte, revelando o despreparo e mesmo o desconhecimento das leis que regem a anistia no País. A Lei 10.559/2002 não veda, não impede e nem proíbe a concessão da reparação econômica de caráter indenizatório para quem tenha trabalhado durante os anos de chumbo ou tenha retornado à sua empresa de origem sob novo contrato de trabalho, sem qualquer vínculo com o anterior, ainda que por decisão judicial, como no caso dos anistiados oriundos da Petrobras. Alegar esse motivo é, simplesmente, desobedecer a lei.

Também em novembro, mais precisamente no dia 11, em Salvador, a **Abraspet** reuniu representantes de associações de anistiados da Petrobras para discutir a viabilidade e os possíveis encaminhamentos de ações judiciais para assegurar os direitos dos anistiados, seus associados.

Após vários questionamentos, foram tomadas decisões tendo em vista as situações seguintes:

- 1 – Termo recursal
- 2 – Portaria ministerial
- 3 – Aposentadoria / pensão excepcional – substituição por RMPC sem observação à Declaração Salarial / Empresa.
- 4 – Ratificação da condição de anistiado e contagem de tempo sem RMPC.
- 5 – Concessão da anistia com aplicação de pesquisa Data Folha
- 6 – Concessão da anistia com RMPC deduzida
- 7 – Processos indeferidos

O encontro contou com a presença da Conape - RJ, Astape - RJ, Sindicato de Campinas e **Abraspet**.



Finalmente, nos dias 10 e 11 de setembro de 2008, a Comissão de Anistia julga, em Salvador, requerimentos de anistiados baianos

Em dezembro, como tem feito em todos os seus anos de existência, a **Abraspet** comemorou mais um Natal e um ano de atividades com uma grande festa ao som de Luciano Prado, que animou a noite fazendo os cerca de 300 participantes dançarem ou simplesmente apreciarem a boa música. Um ótimo serviço de bufet completou a confraternização na amplitude do Quartel de Amaralina.

● 2009

Após a decepção gerada com os julgamentos de novembro e dezembro de 2008, a **Abraspet** manteve contato com advogados em Brasília, visando o total cumprimento da Lei 10.559/2002, que foi ignorada pela Comissão de Anistia. Foram consultados os escritórios de advocacia de Silveira e Silveira, Torreão & Linhares Ltda. e Marcelo Normando, sobre a possibilidade de ingressar na Justiça pleiteando aquela aplicação.

Para garantir o mais amplo esclarecimento possível, além de reuniões em Brasília, a **Abraspet** promoveu palestras, em Salvador, com seus associados e aqueles causídicos, a fim de sanar todas as dúvidas ainda existentes. Em



Parceria para o cadastramento da AMS movimentou a sede da Abraspet, de julho a agosto de 2009

EDITORIAL

COMPORTAMENTO
VERGONHOSO

O comportamento da Comissão de Anistia nos dias 25 e 26 de novembro e 3 de dezembro de 2008, foi VERGONHOSO. Nesses dias foram apreciados e julgados nada menos que 793 processos referentes a ex-empregados da Petrobras.

Foi mais mostra da incompetência, do desprezo, da falta de critérios legais e de sensibilidade dos "relatores" membros da Comissão que fizeram nada mais que um "samba de crioulo doado" ao justar um critério excessivamente grande de processos, onde as situações dos pleiteantes eram as mais diversas não se comparando entre si. A estratégia foi utilizada para indeferir uma enorme quantidade de casos, enquanto, por outro lado, deveria parcialmente apenas 40 pedidos no dia 26 de novembro, mais seis no dia 3 de dezembro, concedendo apenas a declaração de anistia e contagem do tempo de serviço, sob a alegação de que os seus requerentes haviam retornado à empresa e portanto teriam sido contemplados com a anistia.

Essa alegação é absurda e insustentável. A Lei 10559/2002, não veda a concessão da reparação econômica de caráter indenizatório para quem tenha trabalhado durante os anos de cativeiro ou tenha retornado a sua empresa de origem por novo contrato de trabalho, sem qualquer vínculo com o anterior, ainda que por decisão judicial, como no caso da Petrobras. Alegar esse motivo é desatender a Lei. É desobediência total à Constituição Federal (ADCT - art. 8º). É vergalheira.

Continua na página 2.

Leia nesta edição

- Concessão parcial da Anistia é inaceitável pág.2
- Reminiscências do meu Natal petroleiro - Artigo pág.3
- Doença de Alzheimer - saiba como identificar e cuidar pág. 4

Visitas campanhas alertam a sociedade

Lei de Anistia
não é para torturadores

No ano em que completa três décadas, a Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, mais conhecida como Lei da Anistia, ainda suscita polêmica. As marcas dos 29 anos de ditadura persistem na sociedade, que continua-se a cada dia como democracia plena.

A discussão que emergiu em 2008 e que deve ganhar força este ano é quanto à extensão da anistia aos torturadores que atuaram à sombra do golpe de 64. A variedade jurídica - incluindo as milícias e entidades internacionais -, consideram a tortura um crime contra a humanidade e, portanto, imprescritível e não passível de anistia.



O Congresso ficou lotado no dia da votação da Lei da Anistia

"Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".
Artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em 2008 completou 60 anos.

Confraternização 2008

Alegria maior que a crise

Inovando sua confraternização, a Abraspet trouxe para a festa de 2008 o som de Luciano Prado, que suonou a noite do dia 17 de dezembro, fazendo muita gente dançar, ou simplesmente apreciar a boa música, com destaque para o samba, o bolero e a música popular brasileira. O clima alegre que embalou os quase 300 pessoas que participaram da confraternização ficou completo pelo ambiente de amizade e reconstrução (veja mais fotos na página 4).

Porém quase cinco horas de festa, a partir das 18h30, com ótimo serviço de buffet, além da infraestrutura proporcionada pelo Quartel de Amanatins, um ponto central de fácil acesso aos associados e convidados.

Para o presidente da Abraspet, Reynaldo Mangabeira, "foi um grande evento, elogiado por todos, o que nos recompensa e estimula a caprichar cada vez mais nas próximas atividades da entidade". Em

Questionamento no STF

No final de 2008, a Associação Intera para a Democracia (AID) requerer ingresso no processo proposto pelo Conselho Federal da OAB que questiona ao Superior Tribunal Federal (STF) a extensão da Lei de Anistia para casos de tortura. A OAB pede que o STF interprete a norma à luz dos preceitos fundamentais. Novas palavras: que a Anistia não se estenda aos crimes comunitários praticados pelos agentes da repressão contra os opositores políticos da ditadura militar.

A Ação Declaratória de Preceito Fundamental (ADPF), que questiona o dispositivo do artigo 1º, § 1º da Lei de Anistia, é considerada pela AID como "um marco para a democracia brasileira", porque busca o cumprimento do Direito à Justiça. A associação defende que é necessário "investigar, processar e punir; oferecer reparação adequada de caráter monetário ou não; revelar a verdade para as vítimas, familiares e sociedade..."



sua mensagem de fim de ano, Mangabeira agradece a presença de todos, destaca o apoio dos demais membros da diretoria e, em nome de todos, deseja um feliz Natal. O discurso foi curto, porque o clima era de festa. O diretor de eventos, Evarildo Borfani, também fez uma saudação rápida aos associados e convidados, desejando a todos que 2009 traga novas realizações.

COMPORTAMENTO VERGONHOSO

Os fatos que ensejaram as perícias efetuadas em julho de 1983 aos empregados da Petrobras lotados nas Refinarias de Maripé/BA e Paulista/SP foram os mesmos, ou seja participaram greve organizada pelos Sindicatos contra o "Plano Econômico" adotado pelo Governo Ditatorial, que previa entre outros atos, a quebra do monopólio estatal de petróleo, o encarceramento das empresas estatais para posterior venda a preço de banana para o capital estrangeiro; a submissão ao FMI e o ataque salarial. Todos seus participantes foram punidos com demissão e contra indicados para outras empresas. Sofreram durante dois ou mais anos as agruras do desemprego e constrangimento com seus familiares; o desespero em encontrar em seus caminhos. Não houve qualquer diferença entre um ou outro grevista. Todos participaram e atuaram em conjunto, unidos, e, portanto não há que distingui-los em vários grupos distintos como está sendo perpetrado por esta última comissão.

O que tem sido demonstrado pela atual comissão, é a preocupação estatística e não a aplicação da justiça. É a preocupação em organizar

varranças para conhecer outros Estados brasileiros. É a inaplicação da Lei combinada com a indiferença, com a insensibilidade, com o insensatez, com o desprezo pelas pessoas que lutaram por um país digno e soberano.

O critério adotado pela atual Comissão é totalmente contrário à Lei e ao trabalho realizado pelas anteriores, que reconheceram os direitos assegurados e os concederam sem qualquer restrição.

Verbas:

A primeira não julgou nenhum caso da Petrobras; a segunda apreciou e julgou iníeritos pedidos de petroleiros, concedendo todos os direitos previstos pela Lei 10559/02, ou seja, reparação econômica em prestação mensal, permanentemente e continuada de modo integral e confortável com a informação da Empresa, além dos benefícios previstos no artigo 14 daquela Lei; a terceira começou concedendo os seus direitos a segunda, alterando todavia os seus critérios quando questionada pela imprensa mairanense da existente no Brasil. Passou então a conceder

a reparação financeira duvidosa das parcelas referentes aos valores pagos pelo INSS e pela Petros. Até aí, tinhamos 02 grupos de indenizados. Um integral com especificação em Lei e outro com declaração de valor, embora não contida na Lei de Anistia. Agora surgem mais dois grupos criados com má-fé dedicação e interesse pela atual Comissão, de réis: os agraciados com a declaração da anistia política e a contagem do tempo em que estiveram afastados das atividades laborais, e, um outro grupo o quarto, que não é reconhecido como anistiado e nada leva.

Só mesmo um país como o Brasil, onde as leis são desobedecidas e ignoradas, acontece esses fatos. O estranho é que neste caso a arbitrariedade é praticada por um grupo de juristas de "nível inferior jurídico", segundo os critérios ministrados e que presta "relevantes serviços", o que nos deixa ainda mais indignados.

Que esta atual comissão composta dos mais capazes juristas, apressa a respeitar a Constituição e as Leis, e o que todos nós desejamos e esperamos, para evitar novos atos vergonhosos como esse.

Anistia
Concessão parcial é inaceitável

Após o surpreendente posicionamento da Comissão de Anistia em relação aos punidos em 1983, que foram julgados em 25 e 26 de novembro e 3 de dezembro de 2008, que obtiveram apenas parcialmente a condição de anistiados, as associações de todo o País se mobilizaram e estão buscando caminhos para reverter a situação.

A diretoria da Abraspet irá a Brasília consultar mais um advogado sobre o melhor instrumento legal a ser empregado na Justiça, objetivando a reparação econômica para os punidos em 1983.

Depois dos entendimentos em Brasília, a Associação fará uma reunião em Salvador, com todo o pessoal envolvido – advogados, anistiados e an-



A Abraspet tem a gravação dos julgamentos de novembro e dezembro, dos punidos de 83.

tidos –, para deliberação final. A reunião será marcada para um sábado, para que todos possam participar, e será informada através de convocação extraordinária.

OEA cobra apuração
de crimes da ditadura

Em dezembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) concluiu seu relatório, tema de matéria da revista Carta Capital, (nº 526 - de 17/12/08), afirmando oficialmente que o Estado brasileiro "deixou arbitrariamente, torturou e desapareceu" com corpos de 71 militantes do PCB/DB e de camponeses que participaram da Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1975. Para a comissão, o que aconteceu na região "foi uma política de extermínio de dissidentes políticos". A OEA pede a responsabilização penal dos acusados de morte, tortura e desaparecimentos, a investigação completa dos fatos e a abertura de documentos militares.

O caso do Araguaia é emblemático de outras ações repressivas ocorridas durante o regime militar, que, em maior ou menor grau, penalizou a sociedade e suas instituições democráticas. Essa é uma história do Brasil que ainda não foi passada à limpa, e que só agora tem espaço para ser discutida.



A página 2 da publicação dava continuidade à denúncia das ilegalidades perpetradas pela Comissão de Anistia, ao tempo em que noticiava a cobrança da Organização dos Estados Americanos para que se apure os crimes cometidos pela ditadura no Brasil

O informativo Abraspet Notícias número 40, de janeiro de 2009, destacou em sua manchete que a Lei da Anistia não pode ser aplicada no caso dos torturadores que, ao contrário, precisam ser responsabilizados pelas atrocidades cometidas no tempo em que perdeu a ditadura militar em nosso País. O editorial denunciava as manobras vergonhosas da Comissão de Anistia para negar indenização e reparação aos anistiados

Demitidos de 1983

Ações podem resgatar desconto indevido nas aposentadorias

Quando da concessão da sua declaração de anistia política e a devida reparação econômica de caráter indenizatório, a Comissão de Anistia, contrariando o estipulado na Lei 10559, proceder a delação das parcelas referentes à sua aposentadoria social urbana, paga pelo INSS e da sua suplementação paga pela Petros.

Esta medida foi impositiva e quem discordasse sofreria as agruras de ter o processo paralizado por tempo indeterminado. Assim, não restou alternativa aos anistiados, sendo aceita aquela aberração.

Entretanto, tudo tem conserto. Hoje a alternativa é o caminho da Justiça. Para tanto, a Abraspet fez contato com três advogados com escritórios em Brasília, que vêm com muito otimismo em bom resultado das ações judiciais a serem impetradas na Justiça Federal, contra o ministro da Justiça, para reparação do erro cometido, fazendo valer a informação salarial prestada pela Petrobras.

Essa questão será tratada com maior detalhamento em esboço que acontece no próximo dia 18 de abril, às 18h30, no auditório do Centro Empresarial Igatuers, com a presença do advogado Daniel Fernandes Machado, oportunidade em que serão respondidas as dúvidas dos associados que se encontram nessa situação.

Compareça. Esse assunto é do seu máximo interesse.



Atuação de torturadores será apurada

Uma boa notícia para a luta pelos direitos humanos. A Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, vai modificar a sistemática de análise dos processos de crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985) que envolvem casos de torturas. Os processos serão encaminhados para o Ministério Público Federal, que decidirá sobre a necessidade de investigação ou abertura de eventuais ações judiciais contra torturadores.

Leia nesta edição

- Julgamento no STF abre espaço para novas vitórias pág.2
- Anistiados querem revisão de julgamentos pág.3
- Programação de atividades e eventos para 2009 pág.4

EDITORIAL

Crise de credibilidade

Os atos de patulhão e as suspeitas ligações do homem que preside a mais alta Corte de Justiça do País já foram assunto em edição anterior deste jornal, mas apesar de ser cada vez mais público e notório que tal pessoa não está à altura do cargo que ocupa, o ministro do STF insiste em colocar os pés pelas mãos.

Depois de se empenhar pessoalmente na liberação do banqueiro Daniel Dantas da prisão, colocando-se mais uma vez na linha da suspeição, recentemente vocalizou contra o Movimento dos Sem Terra (veja matéria nesta edição), em mais uma tentativa de atingir o governo Lula.

Em 2008, quando a Operação Lava-Jato do delegado Protógenes consegnou colocar na cadeia o banqueiro Daniel Dantas, Gilmar Mendes fez hora extra no fim de semana para soltá-lo, duas vezes. Alguns dias depois, Mendes disse que havia ouvido do desembargador Suzana Camargo a acusação de que o juiz Fausto de Soterra o havia gratificado. Curiosamente, a desembargadora fez essa gravíssima acusação e depois pediu que a "esquecessem". O grampo? Era mentira.

As investidas contra a Presidência da República não são novidade. Às vésperas da eleição presidencial de 2006, o ministro Marco Aurélio de Mello veio à público com uma "denúncia" de que seria telefônica e os de valores dois ministros do TSE escutam sendo grampados. Ele chegou a insinuar que o governo Lula era respondível pelo grampo. Era mentira. Em 2007, Gilmar Mendes aliou-se a Marcos Aurélio de Mello apontando a lajeira de que estavam sendo grampados. Até a *Global* noticiou. Também era mentira.

Continua na página 2.

Juiz defende impeachment no STF

Presidente e fundador do Instituto Brasileiro Giovanni Palcosse de Ciências Criminais, o juiz aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Walter Maierovich, diz que já é hora de se pensar num impeachment do presidente do Supremo. Segundo o magistrado, "os juizes correm o risco de serem desmoralizados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ao han-

zar Daniel Dantas mostrar que o presidente do STF extrapola suas funções". Lembrando que até para o presidente da República tem impeachment. Maierovich disse que o ministro Celso de Mello considerava que pode fazer impeachment para ministros do Supremo. "Ele (Mendes) está atuando com abuso de direitos. O Supremo viena, etc" (discurso Maierovich).

O informativo Abraspet Notícias número 41, de março de 2009, trouxe no seu editorial mais um texto indignado com o comportamento do então presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, desafiando todas as evidentes ligações espúrias do magistrado que manchou a credibilidade da mais alta corte do País

Continuação do Editorial



Gilmar Mendes
comprimenta
imagem do STF

Crise ética é tão grave quanto a financeira

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, tem protagonizado episódios no mínimo grotescos para um homem na posição que ele ocupa. Fosse este um País de opinião pública bem formada, livre dos grilhões da grande imprensa selecionada, e certamente lhe faltaria coagem para vir à público declarar os impropérios que se sucedem.

A desfaçatez de Mendes está extrapolando de tal forma os limites, que nem mesmo os portais que costumam silenciar podem fechar os olhos para os fatos, sob pena de perder a credibilidade. O jornal O Globo, do dia 3 de março, por exemplo, publicou que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, confrontou Gilmar Mendes ao rebater suas declarações do dia 25 de fevereiro, quando o ministro criticou o financiamento público do Movimento dos Sem Terra e cobrou do Ministério Público Federal (MPF) que investigue.

Antonio Fernando garantiu que o MPF investiga as ações dos MST há muito tempo. Só no Ministério Público de Pernambuco, por exemplo, correm seis investigações. Em Alagoas, outras 31. A questão não é simples, "é preciso documentar se esse repasse gerou alguma ilicitude, ou se foi repassado licitamente", explica Fernando.

O procurador vai além, afirmando que algumas autoridades não conhecem o trabalho realizado pelo MPF. Com esse tipo de mensagem, ele disse que isso acontece porque os assuntos que tramitam no Ministério são tratados sem transparência e só é enviado tudo ao fim das investigações. "Não faço julgamento de autoridades. Cada um sabe do que fala. Também não é atribuição dele (Gilmar Mendes) julgar esse caso concreto. Ele deve saber que é. Não vou fazer juízo sobre o que ele pensa", finaliza.

Julgamento no STF abre espaço para novas vitórias

No dia 10 de março, o advogado Marcelo Pinheiro Torricelli, do escritório TMLD Advocacia, ao qual a Abraspet se associou recentemente, fez sustentação oral na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa de um caso de anistia política, obtendo uma vitória importante em prol dos anistiados políticos. Trata-se de um mandado de segurança contra omissão do ministro do Planejamento que se recusa a pagar os valores retroativos previstos em portaria da anistia.

Embora não seja a situação da maioria dos petroleiros anistiados - que assinaram o termo de adesão -, esse precedente demonstra um posi-

cionamento favorável do STF em relação aos anistiados políticos, vítimas de abusos por parte da Comissão de Justiça e por parte do Ministério do Planejamento.

O debate na ocasião do julgamento foi intenso, em razão dos vários aspectos processuais e de mérito que a ação demandava. Pela importância, a vitória foi noticiada no Supremo Tribunal Federal, na TV Justiça e nas principais páginas eletrônicas de notícias jurídicas do País, tais como Conjur, JusBrasil, Amab, CorreioFornense, Telescopium, JusBrasil, Amab, CorreioFornense, Telescopium, além da própria página de imprensa do STF. Reproduzimos na página ao lado um dos textos divulgados sobre o julgamento.

Balcão de negócios

Eleição vergonhosa no Senado recoloca Collor na cena política

Com a ajuda de fiéis aliados de Renan Calheiros (PMDB-AL), em uma disputa acirrada, no dia 4 de março, o senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) foi eleito presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado. A votação foi secreta e o ex-presidente obteve 13 votos, enquanto a senadora Ideli Salvati (PT-SC) recebeu 10 votos. O PMDB e o DEM se juntaram ao PTB de Fernando Collor para derrotar o PT. A favor de Ideli votaram três senadores do PSDB, um senador do PR, um do PCDeB e dois do PDT.

Líder da bancada do PMDB, Renan, que em 2007 renunciou à presidência do Senado para escapar da cassação, se empenhou pessoalmente para garantir a vitória de Collor.

A eleição do senador de Alagoas, de quem Renan foi líder de governo, é resultado do acordo que permitiu a vitória de José Sarney (PMDB-AP) nas eleições para presidente do Senado, em janeiro, e pode acelar ainda mais a relação PT/PMDB no Congresso.

A eleição do senador Fernando Collor para a

Comissão de Infraestrutura suja, mais uma vez, a imagem do Senado. Envolvido em escândalos de corrupção quando era presidente da República, sofreu impeachment em 1992, foi afastado pela Justiça por oito anos da vida política. Portanto, é um nome que mancha a história do Brasil e pode prejudicar a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em vista da proximidade que a Collor se tem junto à pasta, agora coordenada por Collor, principalmente por causa do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Só a presença de Collor no Congresso Nacional já representa um retrocesso político enorme para o Brasil.



Renan e Collor em mais uma parceria

ABRASPET Notícias
Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos de Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais - ABRASPET.
Toda a máxima publicidade sob a responsabilidade do sistema de Associação.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, Bloco B, salas 101 a 104, Centro Empresarial Igatuers, Pitua, Salvador/BA.

Diretoria Executiva: Reynaldo Henri da Costa (Mangabeira) - presidente; Raimundo Lopes - vice presidente; Valterton Luiz da Cruz - secretário; Elvete Haroldo de Santana - 2º secretário; Nilo Casulari de Moraes Filho - tesoureiro; Dejar dos Anjos Santana - 2º tesoureiro; Antonio Carrasco Costa - diretor de Publicidade; Eduardo de Silva Borlido - diretor de eventos.

Superiores: Antonio Walter Baccaro, Alvaro Bezerra dos Santos, Carlos Alberto Ribeiro, José Augusto Oliveira da Cruz, José Yáñez de Sa Santos, Cassimbe Pimentel, Gonçalo Santos de Azevedo, Pedro Augusto Vieira dos Santos, Paredão Gomes dos Santos. **Superiores do Conselho Fiscal:** Evandino Flores, Sandra Costa Pinheiro, Wagner Carlos Cunha de Carvalho.

Editor: Nay Sá - MTB 1184. Edição fechada em: 18/03/2009. Fotos: Arquivos Abraspet e internet. Tiragem: 3.000 exemplares. E-mail: abraspet@igatuers.com.br. Telefone: (71) 2223-9093 / 9043. Distribuição gratuita.

Um julgamento emblemático no STF, que abria novos horizontes no julgamento dos pedidos de anistia no País, foi o destaque da segunda página desta edição 41, que também criticou a lamentável eleição de Collor para presidir a Comissão de Infraestrutura do Senado

Anistiados querem revisão de julgamentos

Em que pesem todos os esforços empreendidos, em 2008 a Comissão de Anistia, sob o comando de seu presidente, Paulo Abílio, passou a dispensar tratamento diferenciado a diversos casos que se fossem julgados anteriormente teriam obtido melhores resultados. A situação culminou com os julgamentos realizados em Brasília, no final do ano passado, quando a maioria dos processos não recebeu qualquer provimento de natureza pecuniária, prevalecendo apenas a concessão da anistia, o que configura uma reparação apenas parcial de todo o sofrimento e angústia vividos pelos trabalhadores e seus familiares, atingidos pela repressão do regime militar instalado no Brasil a partir de 1964.

Diante desses fatos, diversas entidades que representam os anistiados e anistiados políticos reuniram-se em Salvador, no dia 11 de dezembro de 2008, para discutir e debater sobre os encaminhamentos a serem tomados a partir de agora, no sentido de resguardar e resgatar o direito dessa parcela da sociedade. O documento que publicamos a seguir é o texto da reunião realizada.

Em face ao que vem ocorrendo nas recentes apreciações e julgamentos dos processos que se encontram na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, representantes de associações de anistiados e anistiados políticos da Petrobras, reuniram-se no dia 11 de dezembro de 2008, na cidade de Salvador - BA, onde discutiram a viabilidade e os possíveis encaminhamentos das ações judiciais para assegurar o direito de seus associados. Após análise, apreciação e discussão juntamente com advogados que acompanham os processos, foram tomadas as seguintes deliberações, tendo em vista as seguintes situações:

- 1 - Termo Recursal;
- 2 - Portaria Ministerial;
- 3 - Apresentação Excepcional/Pedido - substituição por RRC, sem observação à Declaração de Salários Petrobras;
- 4 - Ratificação da condição de anistiado e consequente concessão de reparação pecuniária;
- 5 - Concessão da declaração de anistia com aplicação de multa pelo Data Folha, sem vantagens adicionais, ignorada a Declaração de Salários da Petrobras;
- 6 - Concessão da anistia com reparação pecuniária;
- 7 - Processos indeferidos;
- 8 - Concessão da anistia com reparação pecuniária.

A luta contínua pela anistia tem garantido ao longo dos anos importantes vitórias a anistiados e anistiadas. O trabalho incansável da Abraspet já proporcionou, por diversas vezes, a efetiva reparação de direitos de muitos companheiros. Além disso, as gestões feitas junto ao Ministério da Justiça, mais diretamente na Comissão de Anistia, já foi capaz de sensibilizar e até mesmo reverter votações de conselheiros, que muitas vezes não aprofundaram a análise de alguns processos.

A página 5 do informativo 41 destacou a reivindicação pela revisão de vários julgamentos da Comissão de Anistia e ainda noticiou um processo julgado no STF que garantiu o pagamento de indenização a um anistiado político



Em abril de 2009, viagem a Paulo Afonso (BA) uniu lazer e cultura para o grupo da Abraspet

abril, esteve em Salvador o advogado Marcelo Torreão que, após apresentar sua avaliação sobre o assunto, adiantou que, depois de publicadas as portarias, os que desejassem poderiam ingressar, reivindicando o direito sonogado pela Comissão de Anistia.

Já em maio, foi a vez do advogado Marcelo Normando vir a Salvador debater com a diretoria e os associados da **Abraspet** a necessidade de ingressar em Juízo, reivindicando todos os direitos previstos na Lei 10.559/02.

No âmbito social a **Abraspet** promoveu as seguintes atividades:

PALESTRAS

25.03 – Palestra sobre a Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS, realizada pela assistente social Ana Izabel e pelo administrador Diego Soares, para cerca de 120 pessoas, oportunidade em que apresentaram com detalhes todos os benefícios prestados e oferecidos pela Petrobras.

Em julho, foi a vez da palestra sobre os benefícios do INSS, proferida pela



Visita à histórica Recife (PE) deu continuidade ao programa de lazer e cultura desenvolvido pela Associação, em junho de 2009

gerente de Benefício de Salvador, Sra. Dinacy Della Serra, e pela supervisora Ana Angélica do Amaral. O evento possibilitou que mais de 100 participantes tomassem conhecimento do funcionamento do INSS quanto aos benefícios previdenciários.

Também em julho, Dr. Manoel Juncal Pazos proferiu palestra sobre o câncer de próstata, fazendo brilhante exposição do assunto para quase 100 associados.

Em setembro, em palestra proferida pelo gerente executivo, Sérgio Villela, e pela gerente de Benefício, Ana Cristina, foram esclarecidos, em detalhes, todos os benefícios prestados pela Petros, numa reunião que contou com 110 associados.

RECADASTRAMENTO

De julho a agosto, a **Abraspet**, em parceria com a Petrobras, cedeu uma



Impressão Especial
Nº 06.020.0034 DVABA
ABRASPET
CORREIOS

Associação Brasileira dos Aposentados Públicos de Guerra Petrolífera e Similares (ABRASPET)

Salvador - BA **Ano 13 - N°42 - maio de 2009**

EDITORIAL

Se lixando

É impressionante o mar de lama em que algumas das mais importantes instituições democráticas brasileiras estão chafurdadas. Muitos ocupantes de cargos públicos ou de "coofunção" estão agora com a atenção redobrada quanto aos vestígios típicos do governo. Afinal, a gripe suína está aí e a distúrbio entre poucos não é tão fácil como antigamente.

Os escândalos envolvendo a Suprema Corte do País se multiplicam quase que diariamente (veja matéria nesta edição). O presidente do STF, Gilmar Mendes, parece possuir por megafonia inextinguível, infuante e impiedade que espantam. Recomendamos passos a desfecho abertamente a ingerência do Judiciário no Legislativo, encerrando o Tribunal o direito de aprovar leis que por veniência se derrotem no Congresso. Não explicam, porém qual o critério de relevância para sua aprovação. Tomara que não seja o mesmo que o mobilizou para conceder por duas vezes seguidas e em tempo recorde os habeas corpus para o basquetista Daniel Dantas.

O Legislativo também não fica atrás quando o assunto é lama. Toda semana tem um deputado ou um senador tipasse sempre mais de uma, envolvido em escândalo. É passagem aérea, é contrato fraudado, é caixão de R\$ 25 milhões, é manuseio de funcionamento indevido por Sanyer... tem até habiê conatada com dinheiro público. E a lama já se espalhou no Executivo. Semana passada o ministro Geddel Vieira Lima foi acusado de pagar o piloto de seu avião com dinheiro público dos seu ex-gabinete de deputado. E a desonração já cresce tanto que tem deputado aí, como o Sérgio Moraes (PTB-RS), que declarou estar "se lixando" pra opinião pública, porque na hora do voto o porro espocou todo e vota sempre no mesmo. Será mesmo?

Recadastramento da AMS poderá ser feito na sede da Abraspet

O recadastramento de todos os beneficiários da AMS é obrigatório para titulares e dependentes. O objetivo é a atualização dos dados cadastrais, mas será também a oportunidade para que os cartórios de papel sejam substituídos pelo novo cartório AMS, mais dinâmico e com tecnologia que facilita o uso. Uma taxa magnética atualizara os dados do beneficiário. Além do titular, cada dependente terá seu próprio cartão individual.

O período de recadastramento na Bahia ainda está sendo delimitado, mas será feito em Alagoas, Ceará, Cato, Foz de Iguaçu, Lages de Foz de Iguaçu, Salvador e São Sebastião do Passô. O agendamento, pelo telefone **0800 2872267** ou pela internet (www.cartoriamspetvabr.com.br), começa em março para Salvador e em abril para as demais localidades.

O recadastramento deve ser agendado previamente pelo beneficiário, que deverá levar a documentação pessoal ao ponto de recadastramento. Será necessária a presença de todos porque o novo sistema eletrônico vai registrar a fotografia e a impressão digital. O titular e os dependentes, porém, podem agendar datas e pontos de recadastramento diferentes, evitando que todos tenham que se deslocar no mesmo dia. Estão disponíveis de compra desde apenas os modelos de cinco anos, que serão recadastrados pelo responsável legal.

Os pontos de recadastramento serão instalados em unidades operacionais (só para empregados) e administrativas da Petrobras e em locais que permitam o acesso de todos, como à ABRASPET, o Clube dos Empregados, Cepe, sindicatos etc. Alguns pontos extremos funcionarão em horários ampliados - após o expediente e nos sábados -, permitindo assim melhor e maior acesso ao recadastramento.

Leia nesta edição

Ministro Joaquim Barbosa dá exemplo de honra e altivez pág.2

Programação de atividades e eventos para 2009 pág.3

Folha corrida do ministro Gilmar Mendes pág.4

Programação 2009 mobiliza associados

A programação 2009 da Abraspet continua mobilizando os associados. Viagens, palestras e debates estão sendo realizados com grande participação. No dia 25 de março, em parceria com a Petrobras/Compartilhados RNN, a Abraspet promoveu palestra sobre o uso da Assistência Multidisciplinar de Saúde da Petrobras, a AMS. A assistente social Ana Izabel e o administrador Diego Soares, detalharam todos os benefícios plano de saúde, suas vantagens, atendimento, rede de credenciados, internações, grande e pequeno risco, escolhas diretas e seletiva, reembolso etc. A Abraspet agradece à gerência da AMS, Janete Blau-



Ana Izabel e Diego Soares falaram em uma palestra aberta

O informativo Abraspet Notícias número 42, de maio de 2009, voltou a denunciar os abusos do ministro Gilmar Mendes à frente do STF. O editorial ainda apresentou posicionamentos de parlamentares que estão "se lixando" para a opinião pública e os eleitores. Além disso, a Abraspet anunciava o apoio no recadastramento da AMS

Mais denúncias contra o STF

Na edição 2000, de 06 de maio, a revista *Juris* denuncia mais abusos de poder exercidos por integrantes de várias cortes do País, a fim de tirar vantagens pessoais, favorecer parentes e amigos em viagens aéreas. A matéria de oito páginas, tem como título *O espanto só no Judiciário*.

Um dos citados é o ministro do STF (Superior Tribunal Federal), Carlos Alberto Mendes Dantas, que conforme documentos revelados pela revista via um esquema vip do STF (Superior Tribunal de Justiça), nada esteve por 11 anos, para que ele, a esposa, filhos, filha, sogra, genro e amigos da família usufruíssem o embarque e desembarque em vôos internacionais no Aeroporto do Rio de Janeiro, sem passar pelos trâmites legais da Receita Federal, não sejam submetidos ao caso x da PF e tenham acesso a áreas restritas.

Um fiscal da Receita Federal afirma que os parentes e amigos do ministro viajavam clandestinamente para o exterior e voltavam com seus ou mais malas "gigantes" sem passar pela alfândega e ele não podia fazer nada. Outro ministro citado é Luiz Fux, do STF. Conforme a revista, ele chegou a solicitar upgrade à companhia American Airlines. Quer dizer, a filha e uma amiga do ministro pagaram passagem econômica para Miami (EUA), no valor de R\$ 3,8 mil e viajaram na primeira classe, que custa R\$ 19,6 mil. Detalhe: a companhia aérea norte-americana é parte em 178 ações no Superior Tribunal de Justiça.

Tem mais, outra companhia aérea, o Air France, que o Carlos Alberto Direito pediu favoreces para beneficiar o filho com um upgrade, em umaेषова semelhante ao upgrade, é parte em 113 processos, dos quais três são a responsabilidade do ministro.

As denúncias ocorrem justamente quando a mídia escancara a fuga dos parlamentares ao Senado e Câmara Federal, pouco dias depois da bate boca entre os ministros Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa no STF e na aquisição da notícia sobre o final de semana prolongado baseado pelos planos de saúde para dezenas de juizes e desembargadores da Justiça de Italia.

Reunião discute pendências da Comissão de Anistia em Candeias

No último dia 16 de abril, a diretoria da Abraspét reuniu-se com os associados residentes na cidade de Candeias, trocando informações a respeito dos processos pendentes na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, dos julgados parciais e da concessão da reparação econômica com base nas pesquisas do Data-Folha, bem como sobre as diferenças percebidas em abril, referentes ao Plano de Avaliação de Cargos e as que serão percebidas em maio, relativas ao reajustamento residual

do último Acordo Coletivo. Tivemos ainda sobre a visita do advogado Daniel Machado com o objetivo de elucidar as possíveis causas judiciais que eventualmente possam ser impostas.

Foi uma reunião proveitosa, que contou com a presença maciça dos companheiros não apenas de Candeias, mas também de São Francisco do Conde, nossa demonstração do bom convívio mantido pela Abraspét e seus afiliados.

IMPOSTO DE RENDA 2009

A Abraspét fez os cálculos e processou as declarações de renda de 251 associados este ano. Este é mais um importante serviço prestado gratuitamente pela nossa associação.

Supremo ministro

Jorge Portugal

Napoleão 22 de abril de 2009, vestindo nobre saia verde portuguesa encara nos "descobridor". Descoberto fomos pelo vilão e pelo lado do prisioneiro negro que, com alívio e eufórico, saiu logo da mais capadocia do palácio, abandonando o primeiro comandante.

Napoleão 22 de abril de 2009, não cobria em 7 de setembro em que o Ilhéus do rei, futuro imperador do país, desta grama de indolência às margens de um riacho qualquer, ali, no meio do rio da liberdade e da imbecilidade de um atalado do país, silenciado por séculos pelo deus da poder, através de sucessivos crimes de loucamente. "Respeite, ministro! Vou escrever a história dos descobridores de sua filha de naval em viagem".

Napoleão 22 de abril de 2009, significa pratica "bun dois" significa uma vaga lei que tem liberdade de, mas nos cansava a condição de cidadãos, proibidos de, nos votos, a escola de qualidade e o trabalho digno, presenciamos, sim, a abolição proclamada em nossas almas, 121 anos depois, pela voz corajosa de um Luís Gama reflexivo, encamando todos os quilombos escravizados e atendido os pontos de todas as sentenças. "Vossa Excelência não está nas ruas, está na mídia desmontando a credibilidade de nossa justiça".

Napoleão 22 de abril de 2009, nenhuma mão bal de pipeira, nenhuma grama lantar, nenhuma lenharia, o pássaro de poder que condensa a maioria de nossa gente a ser nos povo de segunda classe, via se desmanchado pela indignação patriótica de seu João Cândido revoltado, que fez a esbelta girar em movimentos contrários, acendendo o fôlego de que se acobanharam a falar, por séculos a fio, "Respeite, ministro! Vou Etrelândia não está falando com seus capangas de Mato Grosso!"



Órgão oficial da Associação Brasileira dos Apeletados Políticos do Sistema Petróleo e demais Empresas Estatais - ABRASPÉT.
Todos os direitos reservados sob a organização da diretoria da Associação.

Endereço: Av. Tancreto Neves, 274, Bloco B, salas 304 a 308, Centro Empresarial Izabela, Friburgo, RJ.

Diretoria Executiva: Fernando Heli da Costa (Margaritela) - presidente; Flamarion Lopes - vice-presidente; Valterius Luiz de Cruz - secretário; Elton Renato de Balthazar - 2º secretário; Nelo Cavaleiro de Moraes Filho - tesoureiro; Deise dos Anjos Bastiana - 2º tesoureiro; Antônio Carlos Guedes - diretor de Previdência; Edson da Silva Borges - diretor de serviços; Suplenes: Antonio Valente Barbosa, Aluísio Basso dos Santos, Carlos Alberto Ribeiro, José Augusto Oliveira dos Cruz, José Vitorino de Balthazar. Conselho Fiscal: Gurguly Santos do Melo, Pedro Augusto Viera Val Sampaio, Francisco Gomes dos Santos. Suplenes do Conselho Fiscal: Isidoro Riancho, Sarata Costa Pires, Wagner Cecilio, Cunha de Carvalho.

Editor: Ney Sá - MTB 1364. Edição fechada em: 15/05/2009. Fotos: Aniquilou Abraspét e Internet. Tiragem: 3.000 exemplares. E-mail: abraspet@hoopel.com.br. Telefone: (71) 2223-9099 / 9949. Distribuição gratuita.



O ministro Joaquim Barbosa sabe honrar o cargo que ocupa

Napoleão 22 de abril de 2009, descrever no título sua corça e o tratamento a presença anarquia da África dentro de nós. Todos os movimentos aparentemente deturcados dos nossos heróis antigos, passaram-se de pé, vibrantes, mirando que não fossem tentado uma vitória. A Revolução dos Bacterios, a Revolução dos Mafis, os Quilombos dos Palanets, todos, comemoraram seus tratados de operação e padramos séculos depois, dentro simbolicamente o tempo.

Napoleão 22 de abril de 2009, os nossos heróis não foram os únicos de hoje, todos os blocos atores, heróis os candelários e as grãs de escravidão, a preceção da Boa Morte, o Bombé do Mercado de Santos Amare, belhamos os pequeninos filhos da criança negra recém nascida ao descorar a luz azul de sua fôlgor superior.

Napoleão 22 de abril de 2009, noticiando todos os nossos senhores e desejos socialmente segurados, Vossa Excelência definiu de ser apenas um ministro do Supremo Tribunal Federal para ensinar-se o supremo ministro de todos os brasileiros.

Jorge Portugal é educador, poeta, membro do Conselho Nacional de Política Cultural.
Publicado no jornal A Tarde, de 28/04/09.

Quem é Gilmar Mendes

João Quartim de Moraes

Apeseta comporta múltiplas respostas, a mais enigmática das quais provem do juiz da Defesa Dallari no artigo "Degradado do Judiciário", publicado no *Folha de São Paulo*, em 8 de maio de 2002, em que trata da indicação de Gilmar Mendes para o cargo de "ministro titular do Supremo Tribunal de Justiça" (TRC,

na disputa tribunal, observando que "vão ser dois sites iniciais que causaram a irritação [...] Foi advogado-geral da União, mas os dois sites eram críticos aos ministros do Poder Executivo". Naquele momento, Gilmar Mendes considerava que "não lutaria no tribunal como um do governo federal" era "produto



Bolivia

de condão corrupto como advogado e juiz", sócio no que ele então chamava a "indústria de famulas". Hoje ele mudou radicalmente de opinião, tanto assim que os advogados do risco Dantas estavam seguros de que este seria ponto na rua assim que a decisão sobre o "barrato-corrupto" chegasse a seus olhos.

Dallari refere ainda uma denúncia da revista *Epoca* de 22/04/02 (p. 100) na condição de chefe da Advocacia Geral da União. G. Mendes pagou R\$ 32.400 ao Instituto Brasileiro de Direito Público, do qual ele é um dos proprietários, para que seus subordinados lições fossem dadas "para o conteúdo ético e a probidade administrativa,

então um milhão longe de se enquadrar na legislação libal", exigido pelo artigo 101 da Constituição, para que algum integrante do Supremo. Se essa indicação vier a ser aprovada pelo Senado, não há exagero em afirmar que estaria correndo sério risco a pro

teção dos direitos no Brasil, a constituir a corrupção e a própria institucionalização".

Sem anos depois, em abril de 2008, G. Mendes foi condenado à privação do STF numa festa com comida, com forte presença da direita liberal (hoje com o nome "democrata"). Agrado assim nos le informamos (este episódio "realidade") sem nenhuma cura de posse, quando prometemos seriedade com os "seguros sociais", tão mais sofisticados são as outras coisas e atitudes é que G. Mendes associou seu nome. Manifestou-se contrário ao esclarecimento judicial dos crimes de tortura cometidos durante a ditadura militar, portanto pela negação aos torturados e desaparecidos, a suas famílias e amigos, do direito à memória. Voto pelo obsecramento, contra as pesquisas em crimes-tomas.

Não houve ocasião de manifestar seus votos à resolução penal. Mas a culpa que mais indignação suscitou foi a concessão de retirementes "barrato-corrupto" ao banqueiro Dantas e a outros milhares milionários cuja única desventura é um estorço à pobreza de nosso povo. Temos com arrogância, mesmo tal um poder que de testa não lhe foi criado pelos eletores, insistindo por federalista Fomero de Santos que, com firmeza e dignidade, persistiu no justo estorço de tirar Dantas de circulação.

Gentis com os engratados rixos, G. Mendes e seus colegas do Supremo decidiram também que alguma coisa e para Vps, por mais vilerados que sejam. O pulso de Dantas e convetés e frús para rotular Bates... O urto allega-latas-cao Btas como sua lruva. Sotemem ítem, sistema inofensa!

João Quartim de Moraes é professor universitário, pesquisador do maxismo e assalado gótico.

SAÚDE

Refluxo gástrico

O retorno do suco gástrico para o esôfago é chamado de refluxo gastroesofágico (do estômago - gástrico - para o esôfago). O refluxo é considerado um dos problemas mais comuns do tubo digestivo e pode se manifestar por diversos sintomas.

Quando ingerimos um alimento, ele desce pelo esôfago até chegar ao estômago. O estômago contém enzimas digestivas e o cheiro acidez bastante pronunciada. Esse ácido não deve voltar para o esôfago, pois isso lhe causa lesões. Assim, para proteger o esôfago do ácido, no final dele há uma malha presa da sua musculatura que, controlada, impede que o ácido gástrico volte para o esôfago. A essa região chamamos esfíncter inferior do esôfago.



Como fazer o diagnóstico?

O seu médico deve avaliar a necessidade de exames específicos que, associados ou não aos sintomas descritos, estabeleçam o diagnóstico.

A endoscopia é bastante utilizada. A pHimetria é considerada o melhor exame para evidenciar a presença de refluxo. Outros exames, em situações clínicas mais específicas, podem ser realizados, como o raio X contrastado de esôfago, exame citológico e manometria.

Sintomas do refluxo

Os principais sintomas que a pessoa apresenta são: azia, regurgitação ácida e queimadura na "boca do estômago", que pode variar até a região do pescoço. Quando essa sensação de queimadura retroceder, por se localizar "atrás" do asso do tórax, que chamamos lateral. Essa localização nada mais é do que a local onde fica o esôfago.

Dr. Eric Stywiltch
www.alimentacaoemcausa.com.br

Na página 2, o informativo 42 repercutiu a crise ética no STF e destacou, ainda, o bom exemplo do ministro Joaquim Barbosa, expresso em artigo de Jorge Portugal. O trabalho da Associação em cidades do interior foi também noticiado

Um artigo do professor e pesquisador João Quartim de Moraes contribuiu para que a edição 42 do Abraspét Notícias desmascarasse, de vez, o embuste representado pelo então presidente do STF, Gilmar Mendes. E dando continuidade à coluna sobre saúde, o tema da edição foi um transtorno que preocupa muitos associados: o refluxo gástrico

de suas salas para o cadastramento da AMS para aposentados e pensionistas, ocasião em que se verificou grande movimentação de companheiros e companheiras na sede da entidade, contribuindo assim, mais uma vez, com a aproximação entre associados e também com a entidade.

VIAGENS DE LAZER COM CULTURA

Entre os dias 3 a 6 de abril, a **Abraspet** promoveu uma excursão à cidade de Paulo Afonso, no interior da Bahia, com a participação de 40 associados, em ônibus exclusivo, fazendo visitas às instalações da primeira usina hidrelétrica do Brasil, com o impressionante Rio São Francisco, à usina de Xingó, uma das mais modernas do país, e ao museu de Xingó.

Em junho, a **Abraspet** proporcionou um passeio a Recife e João Pessoa, para 30 dos seus associados, em viagem aérea, com visitas à capital pernambucana e às cidades de João Pessoa e Campina Grande. Esta última, além de muito divertida, também foi fonte de informações históricas culturais sobre o nordeste brasileiro.



O 3º Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos, em Brasília, em novembro de 2009, mais uma vez concentrou atenção do Congresso Nacional sobre a questão dos anistiados brasileiros



A Abraspet levou grande delegação ao 3º Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos, em Brasília

Em agosto, foi a vez de mais 30 associados visitarem, em excursão, a gostosa cidade de Fortaleza, num passeio inesquecível e cheio de agradáveis surpresas. A capital do Ceará proporcionou momentos de caloroso convívio entre os anistiados e familiares.

Já em setembro, mais 30 outros associados excursionaram pela atraente cidade de Natal, onde ficaram acomodados em hotel cinco estrelas durante três dias, com direito a passeio por toda a capital do Rio Grande do Norte.

REUNIÕES COM ASSOCIADOS

Durante 2009, a diretoria da **Abraspet** promoveu reuniões com seus associados residentes em Candeias, no dia 18 de abril, e em Feira de Santana, no dia 5 de maio, quando, além da discussão sobre aquele momento po-

lítico, foram tratadas várias questões pertinentes à anistia política e à Comissão de Anistia.

SEMINÁRIO

De 22 a 24 de novembro, a **Abraspet** levou um grande contingente de associados a Brasília para participar do 3º Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Entre os temas centrais estavam a anistia, a Lei 8878/94, a Lei 10.559/02 e a abertura dos arquivos nacionais. Na oportunidade, também foi discutida a Comissão da Memória e da Verdade, pré-sal e os direitos humanos, tortura e genocídio e descriminalização dos movimentos sociais.

A representação da **Abraspet**, composta de 20 membros, entre diretores



Completamente lotada a plenária do auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, durante o 3º Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos



Impresso Especial
Nº 9912229534 GRUBA
ABRASPET
CORREIOS

Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais empresas estatais

Salvador - BA **Ano 13 - Nº 43 - julho de 2009**

Comissão de Anistia não cumpre seu papel

A atual Comissão de Anistia presidida por Paulo Afonso Pires Jr. tem se desviado do seu principal objetivo. Deveria apreciar e julgar de forma imparcial os requerimentos de anistia dos que foram perseguidos por motivos políticos a partir do golpe militar de 64. Entretanto, não tem aplicado integralmente a lei 10.559 e vem selecionando os processos de maior impacto, utilizando os julgamentos para tentar promover politicamente o Ministério da Justiça.

A atual comissão de Anistia do Ministério da Justiça tem adotado comportamento muito diferente das comissões anteriores, prejudicando seriamente os pleiteantes ao não cumprir com o estipulado na lei 10559/2002.

Sob a alegação de promover o conhecimento dos fatos políticos ocorridos nos anos de chumbo, a comissão desperdiça tempo com viagens a diversos estados da Federação e até aos Estados Unidos, transformando o trabalho em passeio turístico, tudo sob o patrocínio do erário público.

A anistia política manifestou-se em objeto de política, enquanto os anistiados envelhecem e morrem à espera da boa vontade da Comissão para uma definição. O descaço é grande, embora essa seja uma comissão bem maior que as anteriores, que contaram apenas com três Câmaras de Julgamento, enquanto a atual conta com nove, para as mesmas tarefas realizadas pelas demais.

Se comparada a sua produtividade com as gestões anteriores, essas foram mais eficazes na aplicação do especificado na lei 10559/2002.

Os requerimentos ali dormiram há vários anos, muitos desde 2001, quando foi editada a MP 2151. Os julgamentos são parados e em seguida cancelados. Os pedidos de diligência são repetidos inúmeras vezes, demonstrando o desprezo dos seus membros ao o descaço para com os requerentes.

Quando por graças não se sabe de quem, os pleiteiros são apreciados e deferidos, a Comissão se esmera de cumprir com o estipulado na lei 10559/02, ao não considerar para efeito de concessão da reparação econômica prevista no artigo 6º daquela lei, as informações prestadas pelas empresas em que o anistiado trabalhou e de onde foi demitido



Devem as Comissões de Anistia fazer divisações em Audiência na Câmara dos Deputados

por questões políticas (veja destaques do parecer nº 1 do Min. da Previdência, na página 5 desta edição). Desprezando a declaração salarial da empresa, a Comissão vai em busca da pesquisa Datafolha, que não condiz com a realidade salarial das empresas, principalmente de empresas estatais, causando enorme prejuízo financeiro àqueles que buscam suas reparações do Estado, pelo mal que lhes foi feito pela ditadura militar.

É comum alegarem que o País não tem condições de arcar com indenizações vultosas. Mas seria bom lembrar que as indenizações se tornaram volumosas financeiramente porque os julgamentos são postergados, são protelados por anos a fio, resultando no crescimento dos valores a serem pagos, unicamente por responsabilidade da Comissão.

Se os requerimentos fossem apreciados, decididos e seus trâmites encerrados com a devida e necessária rapidez, a realidade das indenizações seria outra.

A lei há de ser respeitada e praticada, sob pena de o autoritarismo ser infinito e os perseguidos políticos pelo regime de força não alcançarem suas justas reparações. É preciso encerrar criteriosamente e com respeito, a fim de dar um ponto final nesta luta que já completou 45 anos.

Lela nesta edição

STF manda pagar indenizações atrasadas **pág.2**

Audiência Pública na Câmara Federal debate Anistia **pág.3**

Atividades de 2009 movimentam vida do associado **pág.6**





TUDO DE PETRÓLEO PARA A PETROBRÁS !

O informativo Abraspet Notícias número 43, de julho de 2009, voltou a cobrar o cumprimento do verdadeiro papel da Comissão de Anistia, denunciando os desvios de conduta da Comissão, que até viagem aos Estados Unidos empreendeu desnecessariamente

CPI da Petrobrás é tentativa de palanque

Os jornais têm estampado em suas edições a CPI – Petrobrás, requisitada pelo PSDB – há-se oposição descontente e invejosa – para apuração de contratos sem licitação durante o atual governo.

Os contratos de serviços sem licitação foram criados no governo FHC de tão triste lembrança, por meio de decreto presidencial assinado pelo “sociólogo” e aprovado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, em 1998.

No governo do entreguista FHC, a Petrobrás gastou R\$ 25 bilhões em contratos sem licitação, isso entre 2001 e 2002, em valores não atualizados. Hoje a oposição PSDB/DEM alardeia, na tentativa de tirar proveito político para as eleições de 2010, que no governo atual (Lula) empresa contratos, sem licitação, serviços da ordem de R\$ 47 bilhões, em seis anos.

A prática, portanto, não começou com Lula, ela se dá desde 2001, ou seja, desde o governo FHC. A mídia anual de gastos, em valores não atualizados, era de R\$ 12,5 bilhões, enquanto atualmente chega a R\$ 7,8 bilhões, o que mostra uma redução na contratação sem licitação. Apática desses contratos consumiu R\$ 72 bilhões nos últimos oito anos.

Fica evidente que o governo FHC gastou mais com serviços contratados sem licitação. A oposição, que em seu governo privatizou empresas do porte da Vale do Rio doce, parte da Petrobrás, da Embraer e das telecomunicações, entregando-o ao capital estrangeiro por preço de banana e nada fez pelo bem do País, arvorar-se hoje a paladina da moralidade nacional, de olho nas eleições de 2010, na tentativa de empacar José Serra na Presidência da República para finalizar a entrega da nossa nação e acabar com a soberania do Brasil.

Que o povo brasileiro abra bem os olhos e os ouvidos para que essa devolutura não aconteça.

TUDO DE PETRÓLEO PARA A PETROBRÁS!

Supremo determina que governo pague indenizações atrasadas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, determinou ao Ministério do Planejamento, no dia 22 de junho, o pagamento de indenizações atrasadas a três amigados políticos. Um dos beneficiados será o jornalista e ex-deputado federal Hermano Alves, cassado no final de 1968, após a edição do Ato Institucional nº 5, pelo regime militar. O ex-parlamentar obteve uma indenização de R\$ 2 milhões, com valores de 2005, além de pensão mensal de R\$ 14 mil.

Lewandowski aceitou recursos contra decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que negou aos



O ministro Lewandowski, do STF, determinou o pagamento

amigados mandados de segurança contra a decisão do Ministério do Planejamento relativa ao pagamento das indenizações.

O pagamento foi determinado, em 2006, por portarias do Ministério da Justiça, para ser efetuado pelo Planejamento no prazo de 60 dias, mas foi bloqueada indisponibilidade orçamentária. Segundo o Ministério, um pagamento dos atrasados poderia resultar no descumprimento de obrigações de pagamentos iniciais com outros amigados.

O ministro Lewandowski resolveu em sua decisão não haver provas apresentadas pela União de que os recursos destinados à indenização de amigados políticos se esgotaram. “Se assim fosse, há a possibilidade de remanejamento orçamentário para o devido pagamento das obrigações acumuladas por um ente federativo com terceiros”, afirmou o ministro em sua decisão.

Mais essa vitória em prol dos amigados no Poder Judiciário chegou à Abraspel através de duas correspondências eletrônicas, uma do associado Victor Medeiros, do Rio de Janeiro, e outra do escritório TMLD Advocacia, de Marcelo Torralba.

Informações da Associação do STF e Agência Brasil.

Lula recebe Prêmio internacional, mas imprensa esconde

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, em Paris, o prêmio Félix Houphouët-Boigny concedido pela União de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O prêmio premia Lula “por sua atuação na promoção da paz e da qualidade de direitos”.

Não é um prêmio qualquer. Entre as 25 personalidades mundialmente conhecidas que o receberam até hoje – também deles brasileiro – está o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, Yitzhak Rabin, ex-prêmio israelense, Yasser Arafat, ex-presidente da Autoridade Nacional Palestina, e Jimmy Carter, ex-presidente dos Estados Unidos.

“Sinto-me honrado de participar desta distinção. Recebo este prêmio em nome das inúmeras vítimas do povo brasileiro”, disse Lula em seu discurso. Lula falou sobre meio ambiente, paz e política internacional. Disse que a Amazônia tem que ser preservada e foi aplaudido

algumas vezes, principalmente quando pediu o fim do embargo a Cuba e a criação do Estado palestino, e comemorou o golpe em Honduras. O secretário-geral do prêmio, Alexandre Frenet lembrou durante a cerimônia na sede da Unesco que um tempo dois vencedores anteriores ganharam depois o Prêmio Nobel da Paz.

Mas nada disso parece ter chamado a atenção dos editores dos dois jornais paulistas, Folha e Estadão, que simplesmente ignoraram o fato em suas primeiras páginas. Dos três grandes jornais nacionais, apenas O Globo destacou a entrega do prêmio no topo de capa.

A honraria nobilita concedida a um presidente brasileiro, motivo de orgulho para o País, também não pareceu constar da escalada de manchetes do Jornal Nacional. A notícia da entrega do prêmio no principal telejornal noturno saiu escondida atrás de declarações de Lula sobre a crise no Senado e um protesto do Geopreço.

ABRASPEL
MOTIVOS

Órgão oficial da Associação Brasileira dos Amigados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais - ABRASPEL.
Todos os materiais publicitários são de responsabilidade da diretoria da Associação.

Endereço: Av. Tancredi Neves, 274, Bloco B, salas 101 a 104, Centro Empresarial Iguaçu, Piratuba, Santa Catarina.

Diretoria Executiva: Reynaldo Herli da Costa (Maringá/PR) - presidente; Ramonito Lopes - vice-presidente; Valdir Luiz da Cruz - secretário; Edson Nardato de Santana - 2º secretário; Nilo Calazans de Moraes Filho - tesoureiro; Dejar dos Anjos Santana - 2º tesoureiro; Antônio Cristiano Costa - diretor de Previdência; Edson da Silva Bofelli - diretor de eventos.

Suplentes: Antônio Valente Barbosa, Antônio Benício dos Santos, Carlos Alberto Ribeiro, José Augusto Omelino da Cruz, José Antônio de Santana, Conselheiro Fiscal: Garibaldi Santos de Sá, Pedro Augusto Vieira Vaz Sampaio, Francisco Gomes dos Santos, **Suplentes do Conselho Fiscal:** Innocencio Ramos, Sandra Costa Parada, Wagner Castro Cunha de Carvalho.

Editor: Ney Sá - MTB 1164. Edição fechada em: 06/08/2009. Fone: Abraspel e Internet: Tiragem: 3.000 exemplares. E-mail: abraspel@abraspel.com.br. Telefax: (71) 3223-9065/9949. Internet: www.abraspel.org

ABRASPEL

Audiência Pública debate Anistia

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados (Ceanist), criada para acompanhar a aplicação das leis de anistia, realizou uma grande audiência pública, em Brasília, no dia 17 de junho, para discutir a aplicabilidade da Lei da Anistia.



Uma representação da Abraspel esteve em Brasília, para acompanhar a Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Um documento da Associação relatando detalhes da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, foi entregue ao presidente da Ceanist, deputado Daniel Almeida

Presidente da Comissão de Anistia desrespeita deputada em plena Audiência

Em plena audiência da Ceanist, ocorrida no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, no dia 17 de junho, questionado pelo deputado André Zito (PSDB-RJ), o presidente da Comissão, Paulo Abreu, demonstrando desprezo emocional, atacou a parlamentar com rispidez e grosseira, em flagrante falta de ética e desrespeito à mesa de trabalho, dirijida na oportunidade pelo deputado Arnaldo Farias de Sá (PTB-SP), e aos amigados presentes, causando indignação geral.

São Paulo (Fiespi), ignorando-se a Lei 10.559/02 e o Art. 8º do ADCT, A Comissão de Anistia não está considerando a carreira, planos de cargos e salários de cada categoria e a declaração das empresas, concedendo apenas um “valor simbólico de acordo com a realidade brasileira”, já que processos de militares estão sendo considerados as declarações fornecidas pelas forças armadas, sem nenhuma rotação.

Além disso, não mais estão mencionando nas Portarias a função desempenhada pelo amigado, impossibilitando a aplicação dos índices corretores como determina o Artigo 8º da mesma Lei.

A Comissão presidida pelo deputado Daniel Almeida, e que tem na relatoria o deputado Arnaldo Farias de Sá (PTB-SP), após a aplicação das leis 8.878/94, que concede anistia a servidores estatutários e desativados irregularmente entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992; 10.790/03, que concede anistia a dirigentes ou representantes

sindicais e trabalhadores passados por participação em movimento reivindicatório e 11.282/06, que concede anistia a trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) passados em razão da participação em movimento previsto. A comissão também vai acompanhar a aplicação da Lei 10.559/02, que regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, definindo, por exemplo, quais os direitos do Registro do Amigado Político.

Participaram da audiência os ministros Tarso Genro da Justiça, Paulo Bernardo do Planejamento, o conselheiro-geral da União, Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior, representando o advogado-geral da União, ministro José Antônio Dias Toffoli; e o coordenador de Legislação da Divisão de Organização e Legislação do Ministério da Defesa, coronel Henrique Almeida Cardoso, representando o ministro Nelson Jobim.

Fora da Lei

As dificuldades do não cumprimento da Lei 10559/2002 estão expressas principalmente na total ignorância do Art. 6º e parágrafos da referida Lei, onde se lê:

Art. 6º - O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual ao da remuneração que o amigado político receberia se na ativa estivesse, considerada a graduação a que teria direito, obedecidos os prazos para promoção previstos nas leis e regulamentos vigentes, e asseguradas as promoções aos oficiais, independentemente de requisitos e condições, respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e, se necessário, considerando-se os seus parâmetros.

§ 1º - O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será estabelecido conforme os elementos de prova oferecidos pelo requerente, informações de órgãos oficiais, bem como de fundações, empresas públicas ou privadas, ou empresas mistas sob controle estatal, ordens, sindicatos ou conselhos profissionais a que o amigado político estava vinculado ao sofrer a punição, podendo ser arbitrado tal mesmo com base em pesquisa de mercado.

A tentativa de transformar em palanque eleitoral uma CPI sobre a Petrobrás foi tema do editorial da edição 43. A publicação destacou, ainda, a decisão do STF sobre indenizações atrasadas e um prêmio recebido por Lula que a grande imprensa não noticiou

Na sua terceira página, o informativo 43 abordou a audiência pública promovida pela Ceanist, na Câmara dos Deputados, em Brasília, para discutir a aplicabilidade da Lei de Anistia



Palestra sobre previdência promovida pela Associação, no auditório do Centro Empresarial Iguatemi, em julho de 2009

e associados, concentrou atenção em duas mesas temáticas: a que tratou da aplicação da Lei 10.559/2002 e o Art. 8º do ADCT e a que tratou do pré-sal e direitos humanos.

O grupo que discutiu a lei foi composto pelo presidente da **Abraspet**, Reynaldo Costa (Mangabeira), e o vice-presidente, Raimundo Lopes, que atuou como coordenador dos trabalhos, juntamente com a relatora Alexandrina Christensen. Este grupo elaborou documento apresentado na plenária, relatando as dificuldades enfrentadas junto à Comissão de Anistia e exigindo o cumprimento da lei.

O diretor da **Abraspet**, Edson Nonato, foi o relator da mesa temática referente ao pré-sal, que focou os direitos humanos no cenário do pré-sal. O grupo contou, ainda, com a participação dos diretores Dejour Santana e Ed-

valdo Bomfim e do jornalista da entidade, Ney Sá, que elaboraram documento solicitando aos parlamentares a apresentação de emendas que contemplassem a proposta de destinação social dos recursos oriundos da sua exploração.

A **Abraspet** participou, ainda, de várias audiências públicas, em Brasília, realizadas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que foi criada para acompanhar a aplicação das leis de anistia. Em todas as oportunidades, as associações presentes denunciaram a mudança de tratamento por parte da Comissão de Anistia e o desrespeito às leis.

Na ocasião, a **Abraspet** entregou ao presidente da Ceanist, deputado Daniel Almeida (PCdoB), um documento assinalando que a lei 10.559/02 havia anistiado e reparado as perdas de muitos desses lutadores, conforme apreciação das Comissões anteriores. Entretanto, sob a presidência de Paulo Abrão, a Comissão teve comportamento totalmente diverso, descumprindo a Lei 10.559, principalmente os artigos 6º, 7º, 8º e 9º e seus parágrafos, além de procrastinar a apreciação, julgamento e publicação de portarias de processos já definidos.

Ainda em 2009, a **Abraspet** alcançou mais uma vitória ao obter o arquivamento do processo TC-P18.553/2008-7, movido pelo procurador da Repúbli-



Confraternização entre associados, personalidades e colaboradores fechou com chave de ouro o ano de 2009

ca, em Taubaté, que questionava os valores pagos aos anistiados políticos. A ação teve como patrono de defesa o advogado Marcelo Normando, que fez valer o direito dos anistiados. A decisão foi tomada pelos ministros do TCU, por unanimidade, que não reconheceram a representação formulada por não preencher requisito de admissibilidade.

• 2010

No ano em que completou seu 14º aniversário, a **Abraspet** permaneceu na luta para colocar na pauta da Comissão de Anistia os 16 processos ainda pendentes de julgamento e pela publicação de 15 portarias no Diário Oficial da União (DOU), referentes aos processos apreciados e julgados em 26 de novembro de 2008 e 3 de dezembro de 2008, que permaneciam à espera da vontade do presidente daquela Comissão.



Diretoria da Abraspet fez constantes viagens a Brasília para acompanhar os processos pendentes de anistia



Impressão Especial
Nº 9912225024 GRUBA,
ABRASPET
CORREIOS

Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petróbrás e demais empresas estatais

Salvador - BA **Ano 12 - Nº44 - janeiro de 2010**

Anistia e direitos humanos tem seminário internacional

Durante três dias, representantes de diversas entidades da sociedade se reuniram em Brasília, no 3º Seminário Latino-americano de Anistia e Direitos Humanos. A Abraspet enviou delegação ao evento.

O Seminário sobre o autoritarismo Nereu Ramos da Câmara, em Brasília

Dado continuidade aos debates iniciados há dois anos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal realizou, em Brasília, em novembro, a terceira edição do Seminário Latino-americano que trata dos temas da anistia. O evento, que teve lugar no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, abordou os seguintes temas:

- A anistia da Lei 4875/94;
- A anistia da Lei 10.559/02;
- Abertura dos arquivos nacionais;
- Comissão da Memória e da Verdade;
- Desmilitarização dos movimentos sociais;
- O pré-sal e os direitos humanos;
- Tortura e genocídio.

Com enfoque especial na luta dos trabalhadores do campo contra a ditadura militar, o Seminário recebeu o nome do grande líder campesinista, Manoel de Conceição. *Veja a matéria na página 5.*

Otimismo pós crise

O ano de 2009 deixou sabdos e lições muito positivas para o Brasil. Superando o clima de incerteza que se abateu sobre o mundo no final de 2008, quando a especulação financeira dos grandes capitalistas produziu uma crise econômica de grandes e graves proporções, o Brasil mostrou fôlego e maturidade.

Diversas críticas podem ser feitas ao governo Lula: o apoio a Sarney na crise do Senado, a falta de empenho no combate à dívida pública, a manutenção de alianças políticas com setores retrógrados em nome da governabilidade. Mas no que se refere ao enfrentamento da crise econômica mundial, o governo soube como fazer a "lição de casa".

A redução de impostos para estimular o consumo mostrou-se eficiente para manter a economia brasileira aquecida. Em pouco tempo a desaceleração inicial que produziu desemprego e insegurança foi substituída pela retomada da produção e o ano fechou com níveis de emprego crescentes, recontatação e abertura de novos postos de trabalho.

A condução da política econômica brasileira apresentou resultados que chamaram a atenção internacional. Em novembro uma das mais conceituadas revistas internacionais do setor, a britânica "The Economist", estampou na capa a imagem do Cristo Redentor como se fosse um foguete subindo, com o título "O Brasil decola", numa clara alusão ao potencial da nova economia. A revista coloca definitivamente o Brasil em pé de igualdade com economias emergentes como a China, Índia e Rússia.

De acordo com a revista, em 2014, ano que a Copa do Mundo será realizada no Brasil, o País deve ser a quinta economia do mundo, à frente de Reino Unido e França. O que mais impressiona, no entanto, é que uma revista estrangeira publique uma avaliação positiva do País, espantando as grandes empresas de comunicação e de imprensa do Brasil só se interessam em destacar os pontos negativos do nosso País. É a campanha da mídia anti-Lula mais uma vez apresentando suas armas.

Leia nesta edição

Trepalhadas da Comissão de Anistia	pág. 2
Retrospectiva 2009 mostra dinamismo e disposição de luta	pág. 3
Festa de contralateralização confirmou tradição de 21 anos	pág. 4
Alerta contra dengue e meningite continuam em destaque	pág. 5





O informativo Abraspet Notícias número 44, de janeiro de 2010, destacou a participação da entidade no 3º Seminário Latino-americano de Anistia de Direitos Humanos. Também trouxe como manchete a política acertada do governo Lula no enfrentamento da crise econômica internacional originada nos Estados Unidos

EDITORIAL

Fonte de escândalos

A sociedade não aguenta mais o volume de escândalos envolvendo a classe política brasileira. No meio do ano passado foi a crise no Senado, protagonizada pelo "dono" do Maranhão e presidente da casa, senador José Sarney (PMDB-AP). E no final de 2009, foi a vez do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM), ganhar destaque em mais um caso de política, ao ser revelado o esquema de propinas comandado por ele em Brasília.

Seja ou não por motivo eleitoral, o fato é que comportamentos desses José são deploráveis. Claro que muitos outros se aproximam do cargo como eles o fizeram (e continuam fazendo), isso não é desculpa. E peço que haja punição sempre que faltarem vêm à tona.

O cerco em torno do presidente do Senado pela renúncia lamentavelmente não progrediu. Ficou claro que a turma do "trabalho" é maior do que os que querem passar o Congresso à limpa. A bem da verdade, hoje vou até a eminente ajuda de quem tá na linha presa. Atitudes em nome da governabilidade capiteanas pelo próprio presidente Lúcia acabaram por fortalecer os aliados de Sarney. Tudo ficou como dantes.

O faturo caso Arruda, entretanto, pode e deve desabar na cassação do governador (títico do DEM no País). Mas é preciso muita pressão da opinião pública, afinal Arruda já escapou de cassação, em 2000, quando, junto com ACM, violou o painel eletrônico do Senado. Já conhece o doce sabor da impunidade.

A sociedade precisa ficar permanentemente atenta e rechaçar todo e qualquer comportamento incompatível com o cargo que ocupam os políticos brasileiros. Só assim haverá a devida limpeza ética que o País precisa e reclama.

AMS - Cobrança indevida

A Abraspets tem recebido queixas de associados que recebem cobranças indevidas da Petrobrás referentes à AMS dos associados. São valores relativos a 2006, 2005 ou anteriores, que revelam falta de organização de setores da companhia. A orientação para aqueles que não localizarem os comprovantes de pagamento é buscar os extratos bancários ou cópias de cheques do período para apresentar ao setor de cobranças.

Trapalhadas da Comissão de Anistia

Nossa prova inequívoca de negligência, para dizer o mínimo, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tem feito trapalhadas incessantes. Há tem muita gente afirmando que deve a honra ao comitê, afinal como se explica a inclusão na pauta de julgamentos de mortos ou beneficiários já falecidos, cujos benefícios previdenciários foram extintos por falta de custos dependentes.

Na pauta do dia 21 de outubro, por exemplo, foram incluídos os nomes dos saudosos companheiros Valfredo Vilas Boas dos Santos e Walter Aguiar Sá, ambos falecidos em 2000, Orleoni da Silva Pinho, falecido em 1999, Vilobaldo Hercúlio Ramos, falecido em 1984, além do ex-presidente da Petrobrás, Francisco Mangabeira, também falecido há cerca de seis anos.

Além de puntar falecidos sem dependentes beneficiários, a comissão tem agendado requerentes que já foram anistiados por ela própria em 2008. Enquanto revela incompetência com essas trapalhadas, passa total recibo de desorganização quando



Fidel Akcino apresenta proposta com número de que com efeito social.

do decair de publicar portarias relativas aos processos julgados há um ano ou mais.

Parce que a grande preocupação do presidente da comissão é puramente estatística. Quanto maior o número de relacionados e julgados, ainda que ao amparo da lei, mais "vitrine" ao titular. Os resultados numéricos e não sociais, ao que tudo indica, são do interesse daquele que vem presidindo a Comissão de Anistia desde 2006.

Mudança no credenciamento de advogados

No dia 31 de dezembro terminou o credenciamento da Abraspets com o escritório de advocacia de Carlos Akcino e Fernanda Pedreira Nascimento. A partir de janeiro de 2010, os interessados em atuar no acompanhamento desses profissionais devem procurar os advogados sem a intermediação da Abraspets e, portanto, não é mais necessária a guia de encaminhamento. Os honorários serão negociados diretamente entre as partes.

TCU arquiva processo de Taubaté

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) resolveram, por unanimidade, não conhecer a representação formulada pelo procurador da República em Taubaté (SP), João Gilberto Gonçalves Filho. Determinaram o arquivamento dos autos de acordo com o parágrafo 6º Secus.

Para quem não lembra do assunto, trata-se do processo TC-PIL 553/2008-7, que questionava os valores pagos aos aliados políticos.

A decisão foi tomada no dia 10 de novembro de 2009, em reunião ordinária da 1ª Comissão, por que a representação não preencheu requisito de admissibilidade.

Esta é outra importante vitória dos anistiados e da Abraspets que teve como patrono de defesa o advogado Marcelo Normando. Mais uma vez ficou evidenciada a importância de uma entidade que luta pelo coletivo e faz valer o direito de seus associados.

Curso de informática gratuito

A Abraspets firmou parceria com a ProInfo, empresa que atua na área de ensino de informática. Através dessa parceria, o associado pode matricular-se em qualquer curso oferecido pela ProInfo sem pagar nada de matrícula e com isenção de mensalidade nos três primeiros meses do curso. Mais informações, ligue para a Abraspets ou na internet, na página da ProInfo: www.cursosproinfo.com.br.



ABRASPETS | Organismo Oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais - ABRASPETS.
Todos os membros possuem o selo de responsabilidade da Comissão de Anistia.

Endereço: Av. Tancredi Neves, 214, Bloco B, salas 101 a 104, Centro Empresarial Iguaçu, Petrópolis, RJ.
Endereço Estadual: Rua Paulo de Carvalho, 1000 - Jd. Presidente, Sítio São José, 210 - Petrópolis, RJ.
Endereço Nacional: 2ª Avenida, Novo Horizonte de Maricá, RJ - Itaipava, RJ.
Endereço Federal: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.
Endereço Estadual: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.
Endereço Nacional: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.
Endereço Federal: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.
Endereço Estadual: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.
Endereço Nacional: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.
Endereço Estadual: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.
Endereço Nacional: Rua da Assembleia, 27 - Itaipava, RJ.

Editor: Ney Sá - M70 1164. **Edição:** fechada em 25/01/2010. **Fórum:** Assessoria Abaspets e Internet. **Telefone:** 3.000 ext. 401. **E-mail:** abrapets@abrapets.com.br. **Tabela:** (71) 3225-9000/1948. **Distribuição:** gratuita.

ABRASPETS

Retrospectiva 2009

A diretoria da Abraspets manteve durante o ano o seu foco principal em acompanhar e cobrar com veemência a aplicação das leis de anistia, especialmente junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em Brasília. Outras ações, de caráter social e informativo, também foram desenvolvidas com sucesso, estreitando ainda mais os laços que unem os associados.



Em reunião com o Ministério da Justiça em Brasília, acompanhando audiências, promessas, julgamentos e outras ações.

A Abraspets durante o ano 2009 executou várias tarefas, desde o denodado esforço para arrancar da Comissão de Anistia os julgamentos dos processos ainda pendentes dos seus associados e publicação das portarias, como outras de caráter social a exemplo das palestras e das viagens de entretenimento.

No decorrer do ano foram realizadas 19 viagens a Brasília e Rio de Janeiro para acompanhamento dos trabalhos de Crenisi, participação em reuniões do Fórum no MJCA, participação no Seminário Latino-Americano de Anistia e verificação do andamento dos processos pendentes na Comissão de Anistia e, no Rio de Janeiro, reunião com anistiados e com o RH-Petrobrás.



Durante dois meses realizamos as ações de associação em pontos de recadastramento AMS, auxiliando e participando dos associados.



Documento mandado dentro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a propósito de audiências de Anistia e Direitos Humanos.

No âmbito do MPOG foram 18 visitas em busca de soluções de assuntos de interesse dos associados, obtendo sempre bons resultados.

Em março foi realizada a palestra sobre a AMS, em reunião que contou com 110 associados e foi realizada pela assistente social Ana Izabel e pelo administrador Diego, que detalharam todos os benefícios prestados pela assistência médica oferecida pela Petrobrás.

Em julho foi a vez da palestra sobre benefícios do INSS, proferida pela gerente de Benefícios de Salvador, Sra. Dinay Della Serra e pela supervisora Ana Angélica Amaral, que contou com aproximadamente 100 participantes, que tornaram conhecimento do funcionamento do INSS quanto aos seus benefícios previdenciários.

Também em julho, realizou-se a palestra sobre Câncer de Próstata, proferida pelo Dr. Manoel Jancal Pazos, com brilhante exposição do assunto para cerca de 80 associados.



Uma retrospectiva do ano de 2009 ocupou toda a página 3 do informativo 44, mostrando a capacidade de ação política e de promoção da unidade e amizade entre os associados.



A visita ao centro histórico de Recife (PE) foi um dos pontos abertos de excursão realizada no mês de junho.



Em setembro, uma visita a Natal (RN) integrada mais de 30 associados.

O editorial desta edição fazia críticas a políticos que não honram a classe a que pertencem e que se conduzem como fonte de escândalos. Também apontou os problemas causados pela Comissão de Anistia

Uma retrospectiva do ano de 2009 ocupou toda a página 3 do informativo 44, mostrando a capacidade de ação política e de promoção da unidade e amizade entre os associados

Seminário Latino-Americano debate Anistia e direitos humanos

Pelo quarto ano consecutivo, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizará o Seminário Latino-americano Anistia e Direitos Humanos, entre os dias 16 e 18 de agosto. Uma sessão solene na manhã do dia 16 marcará o aniversário de 31 anos da

Lei de Anistia, que este ano voltou a ser alvo de debates e críticas (veja artigos nesta edição).

Durante três dias, representantes de diversas entidades da sociedade brasileira e de outros países se reunirão em Brasília, no quarto Seminário, onde serão discutidos temas ligados à luta pela anistia política, liberação dos arquivos da ditadura, descriminalização dos movimentos sociais, além de políticas de promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil.

Mais uma vez a Abraspel enviara delegação ao evento, como fez em novembro do ano passado, quando lá esteve com uma delegação de 20 anistiados, entre diretores e associados. (Continua na pág. 5.)



O auditorio Nery Ramos, na Câmara dos Deputados, está ocupado novamente pelas entidades que lutam pela completa anistia

Ano eleitoral na Abraspel

Este ano de 2010, além de marcar o calendário eleitoral do País, é também marco de organização da Abraspel, que renova sua diretoria para o triênio que vai até 2013. Para cumprir o que estabelece o artigo 42 do estatuto da entidade, a eleição definirá a composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, com os respectivos suplentes.

A convocação oficial da eleição será

feita por edital a ser publicado, com antecedência de 30 dias, no Abraspel Notícias e afixado no quadro de avisos na sede da entidade. Poderão concorrer chapas inscritas até o dia 15 de setembro. O critério que habilita o associado a concorrer ao pleito é estar em pleno gozo de seus direitos estatutários e ser contribuinte da entidade com antecedência mínima de seis (06) meses da data eleição.

Leia nesta edição

Benefício Farmácia e Curso de informática
pág. 2

Memórias de um petroleiro
pág. 5



EDITORIAL

Eleição presidencial pode mudar definitivamente o País

As mudanças políticas, econômicas e sociais realizadas ao longo dos últimos oito anos no Brasil são inesquecíveis. Mesmo aqueles que inicialmente criticaram ou fizeram pouco caso da eleição de Lula reviram suas posições e hoje existe quase que uma unanimidade quanto ao desempenho que o País apresenta a partir das eleições que colocaram um trabalhador na Presidência da República.

No campo da política brasileira, além de um predomínio histórico das oligarquias, das classes dominantes, e de preconceitos arraigados, elegeu presidente um representante modesto, sindicalista e líder operário: foi um grande feito. Agora o País tem nas mãos a oportunidade de conquistar outro fato inédito para os brasileiros que é eleger a primeira mulher presidente do Brasil.

É evidente que não podemos cair no discurso simplista do maniqueísmo, da disputa entre o mal e o bem. Em todos os segmentos partidários da política nacional existem erros e acertos. Episódios como o mensalão do PT, por exemplo, ainda estão vivos na memória de quem acompanha a política. Mas igualmente todos se lembram da outra refesta de privatizações do governo FHC, que imprimiu o maior renascimento social vividos por este País no passado recente.

Polarização inevitável

Apesar do discurso corrente de evitar uma eleição plebicitária, onde apenas dois candidatos polarizam – Dilma e José Serra –, o fato é que na prática são os dois que representam o maior antagonismo entre as forças políticas que disputam a eleição.

O candidato do PSDB, José Serra, agora ainda mais nitidamente representa as forças retrógradas desse País. A escolha do seu vice, o deputado Índio da Costa, do partido Democratas (o famigerado Dem), consolida a opção desse segmento por representar os interesses das classes dominantes, do capital, do neoliberalismo, dos especuladores.

A eleição de Serra trará de volta o projeto privatista que ameaça de morte a Petrobrás, o Banco do Brasil, Caixa Econômica e tantos outros patrimônio do povo brasileiro. Por outro lado, a eleição de Dilma pode consolidar as conquistas sociais, políticas e econômicas para o Brasil que o governo Lula representa. É também a primeira vez que uma mulher se candidata à Presidência da República com chances reais de vitória.

Novo paradigma

Desafio semelhante ao da eleição de Lula se apresenta agora com a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff à sucessora do presidente. O lançamento de uma mulher candidata à Presidência da República terá repercussão na história política do País. Essa iniciativa quebra a tradição de presença dos homens no comando da política.

Dilma tem um passado de militância política contra a ditadura que certamente pode ser avaliado com erros e acertos. Mas chegou ao posto na Casa Civil pelo desempenho que teve no governo Lula, pela capacidade administrativa e pelo ritmo que imprimiu na gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dilma está preparada não só a representar as mulheres, mas também o legado do governo do presidente Lula.

Anistiados sob ataque

Seminário Latino-Americano transforma-se em trincheira de luta

O 4º Seminário Latino-americano de Anistia e Direitos Humanos, este ano, foi marcado por mobilização e debates sobre a defesa do direito à reparação dos anistiados, uma vez que esses companheiros e companheiras enfrentam agora mais uma ameaça perpetrada neste momento pelo Tribunal de Contas da União que, extrapolando sua autonomia, quer revisar todo o que já foi definido pelo Ministério da Justiça, através da Comissão de Anistia.

Face a esta situação, este número do Abraspel Notícias traz a reprodução de diversos documentos produzidos ao longo do Seminário ou para serem divulgados durante o evento. A leitura atenta do texto desta edição constitui uma necessidade para todos aqueles que se interessam pelos rumos que a questão da anistia toma em nosso País.

Mais uma vez o evento também foi marcado por

um grande intercâmbio de experiências entre os países da América do Sul, contando com testemunhos e depoimentos que resgatam a história dos povos dessas nações, para muito além da história oficial, contada durante muito tempo pelas ditaduras.

A sessão solene, na abertura do evento, dia 16 de agosto, lembrou os 31 anos da luta pela anistia no Brasil, ocupando o plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados. Seguiram-se nos dias 17 e 18 diversos debates e oficinas temáticas dos segmentos que pleiteiam ou lutam para que a anistia produza efetivamente seus efeitos para a Nação brasileira.

O evento aprofundou os debates do 3º Seminário de Anistia e Direitos Humanos ocorrido em agosto do ano passado. A iniciativa da Comissão de Direi-

tos Humanos e Minorias – CDHM, da Câmara Federal, contou com a parceria de diversos entidades de anistiados de todo o País.



As representações dos anistiados buscam apoio político entre os parlamentares

ELEIÇÃO ABRASPET Aviso de Edital

A Diretoria da Abraspel faz saber a todos os seus associados, que de conformidade com o artigo 42 do Estatuto, realizará eleições para escolha da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para o triênio 2010/2013, na segunda quinzena de outubro próximo.

Concorrerão as eleições as chapas inscritas na Secretaria da Abraspel no prazo compreendido entre os dias 01 a 30 de setembro, no horário das 09h às 17h, não sendo admitidos candidatos anôni-

mosamente poderão inscrever-se candidatos que sejam associados contribuintes da Abraspel a partir de 06 (seis) meses anteriores à data das eleições e que estejam em pleno gozo dos seus direitos na forma do Estatuto.

As chapas serão registradas mediante requisição à Diretoria Executiva, contendo dados pessoais e anistiados dos componentes.

As eleições serão diretas, secretas e válidas com qualquer número de eleitores, com utilização de cédula única fornecida pela Abraspel.

Na hipótese de existir a inscrição de apenas uma chapa, seus componentes serão eleitos por aclamação, em Assembleia Geral Extraordinária convocada para tal finalidade e empossados de imediato.

As eleições ocorrerão no dia 26 de outubro de 2010 das 09h às 18h, na sede da Abraspel – Centro Empresarial Ipiranga.

Serão eleitos todos os afiliados inscritos nos quadros dos sócios da Abraspel que na data da eleição estiverem:

a) em gozo dos direitos conferidos pelo Estatuto; b) quitas com suas mensalidades até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Valdirton Leal Cruz - Secretário



A representação da Abraspel acompanha e participa de todo o seminário

Leia nesta edição

Abraspel entra na Justiça contra a revisão do TCU.

Curso para descomplicar a informática.

Parceira com programa Viva Movimento promove esporte e saúde.

O ataque do governo contra os anistiados e a consequente repercussão da questão no Seminário Latino-americano foi manchete do informativo Abraspel Notícias número 46, de setembro de 2010, que foi quase que totalmente dedicado ao assunto. A publicação lembrava ainda o 1º aniversário de fundação da Associação

Curso para descomplicar a informática

A partir do dia 2 de setembro, os associados da Abraspét têm a grande oportunidade para fazer aquele curso desejado de informática que vai colocá-lo no mundo dos computadores. Já estão instalados na sede da entidade os equipamentos para os cursos exclusivos de computação. A iniciativa é resultado de uma parceria inédita com a Proinfo, empresa especializada que dispõe de tecnologia e didática inovadoras em ensino de informática.

Para fazer o curso basta ligar para a Abraspét e agendar previamente o dia e horário mais conveniente, de acordo com a disponibilidade oferecida. Além de rever os amigos,

esta é uma excelente oportunidade para ficar em dia com a tecnologia da informática e as facilidades do mundo virtual. Além de cursos de informática, a Proinfo disponibiliza em sua página, na internet, diversos cursos profissionalizantes que podem ser feitos sem sair de casa, com conforto e facilidade.

A Abraspét e a Proinfo querem você e a sua família no mundo da informática. O conhecimento é o seu melhor investimento. Entre no endereço www.cursosproinfo.com.br e aproveite essa oportunidade. Mais informações: 71 4102-6978 (Proinfo) ou diretamente com a Abraspét.

Visite a página da Abraspét na internet

Fique por dentro das principais notícias do seu interesse. Acesse www.abraspet.org.br e acompanhe tudo o que acontece na família Abraspét.

PROGRAMA VIVA MOVIMENTO

Parceira promove esporte e saúde

A Abraspét acaba de firmar parceria com o VIVA MOVIMENTO, um programa de atividades físicas e educacionais para os aposentados da Petrobras, numa parceria também com o Clube dos Empregados da Petrobras (CEPE) - Salvador.

O programa desenvolve ações de caráter informativo, que incentiva a busca de um estilo de vida saudável, com oficinas, campanhas e palestras. Além disso, também promove atividades focadas na prática regular de atividade física, como musculação, ginástica aeróbica e localizada, alongamento e caminhada.

Outro benefício disponibilizado pelo VIVA MOVIMENTO é o gerenciamento de estresse, através de ações que contribuem para a adoção de hábitos mais saudáveis e que promovem a conquista do equilíbrio corporal, mental e emocional, através da dança de salão, yoga, bioenergia e tai-chi-chuan.



Horários e inscrições

As atividades de condicionamento físico são oferecidas duas vezes por semana, com horários às terças e sextas-feiras, das 8h às 16h. E o gerenciamento de estresse também duas vezes por semana, com horários a definir. Informações sobre as inscrições podem ser obtidas através dos telefones do CEPE: 3374-8550; do setor de Serviços Compartilhados / INSS, 3348-5504 / 5569, ou ainda com a Abraspét, no nosso telefone: 2223-9949.

Abraspét entra na Justiça contra a revisão do TCU

No dia 23 de agosto, a Abraspét, através do advogado Marcelo Normando, deu entrada na Justiça com um Embargo Declaratório contra as medidas do Tribunal de Contas da União que tentam reverter todo o processo de anistia já definido pelo Ministério da Justiça até agora.

Em reunião extraordinária, no sábado, dia 21, a diretoria da Abraspét estabeleceu com o advogado

Marcelo Normando uma estratégia de ação para barrar o ataque do TCU contra os anistiados, que foi iniciada de imediato, para cumprir os prazos legais que a situação requer. Posteriormente será convocada uma assembleia para informar os detalhes da ação e os próximos passos desta luta.

Fique atento aos informes da Abraspét. Estamos na luta. Sempre!

Carta dos anistiados e anistiandos ao presidente da Câmara Federal

Ilmo. Sr. deputado Michel Temer
M.D. presidente da Câmara Federal
Brasília - DF
Excelência,

O 4º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos, que transcorreu nesta egregia casa de 16 a 18 de agosto, aprovou por unanimidade solicitar à Mesa Diretora esclarecimentos sobre algumas questões que consideramos vitais para os anistiados e anistiandos políticos.

Como preliminar, cabe registrar que as Leis que concederam e regulamentam a Anistia foram aprovadas pelo Congresso Nacional e que, para reforçar a nossa luta em defesa de seu cumprimento, ninguém será melhor que os nossos parlamentares.

Nesse sentido, considerando que o Tribunal de Contas da União é um órgão de assessoramento do Poder Legislativo e secundariamente também do Executivo, pedimos a V. Excelência nos diga se é função precípua desse Tribunal questionar os atos do Conselho de Anistia do Ministério da Justiça e os valores já atribuídos às indenizações concedidas aos anistiados. Aparente-se que os integrantes desse Tribunal sendo majoritariamente indicados pelo Legislativo, não estariam, assim, exorbitando de sua competência constitucional e invadindo a atribuição de outros Tribunais superiores?

Por outro lado, a nossa realidade nos impõe um questionamento prático: Teria o TCU condições de examinar mais de nove mil processos em tempo de atender aos anistiados, todos eles em idade avançada, para que possam usufruir dos valores que lhe foram concedidos pelo Conselho de Anistia, após exame de processos legalmente a ela submetidos e à título de indenização? Há que ser considerado ainda que a parcela permanente e continuada, objeto do interesse do revisor pelo TCU representa na maioria dos casos o meio de subsistência daqueles que sofreram na carne os horrores da ditadura. Como consequência, seríamos inoperante jurídica, e seria o descumprimento total da Constituição, das Leis de Anistia aprovadas pelos deputados, em atenção aos apelos da sociedade brasileira, bem como aos acordos internacionais subscreitos pelo Estado brasileiro.

Esperando que V. Excelência compreenda a urgência desses esclarecimentos em função de diminuir a angústia dos anistiados e anistiandos físicos no aguardo de sua pronta manifestação.

As respostas deverão ser encaminhadas à CEANIST e à CDHCD.
Brasília, 18 de agosto de 2010

ABRASPÉT

A **Abraspét** manteve constante contato com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para solução de casos e pendências relativos aos seus afiliados. Também com o INSS, visando a concessão e/ou revisão dos benefícios de aposentadoria e pensão, com base na legislação previdenciária, realizando reuniões em Salvador e Brasília para solução dos impasses existentes.

As conversações e o acompanhamento foram frequentes com o advogado Marcelo Normando sobre o andamento das ações impetradas contra o Ministro da Justiça, referentes a aplicação da Lei 10.559/2002, visando garantir o direito dos associados, cujas custas processuais foram patrocinadas pela **Abraspét**.

Neste ano, houve ainda várias gestões junto à Petrobras visando garantir a intocabilidade da Assistência Multidisciplinar de Saúde (MAS) para anistiados adimplentes com o sistema, na tentativa de que não mais ocorram medidas precipitadas e generalizadas de suspensão do benefício indiscriminadamente.

Em comemoração ao aniversário da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro, a associação publicou matéria jornalística sobre o tema, ressaltando o resgate da democracia no Brasil, a partir da chamada Constituição Cidadã, de 1988.

Convênio com escola de informática trouxe curso para dentro da Abraspét, em 2010, beneficiando associados



A trincheira de luta levada à Justiça pela Abraspét, contra a proposta do TCU de revisão das anistias, foi notícia na página 4 deste informativo, que reproduziu também a Carta dos Anistiados produzida no 4º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos. As parcerias e cursos promovidos para os associados completaram a edição

MOBILIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA

Nos dias 16 a 18 de agosto, a associação voltou a participar de eventos da agenda do movimento da anistia no País, marcando presença no 4º Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos, além de Sessão Solene pelo aniversário de 31 anos da Lei 6683/79 – Lei de Anistia, eventos promovidos pela Comissão de Direitos Humanos e minorias da Câmara dos Deputados.

Na área social, a entidade deu continuidade a uma das ações que já se consolidaram como prática saudável de estímulo à convivência e manutenção dos laços de amizade que unem seus associados, realizando excussões para cidades do roteiro do sul do País, Gramado e Canela (RS), e sul da Bahia, no eixo Ilhéus – Itacaré, respectivamente em abril e setembro.

No dia 19 de setembro, a comemoração dos 14 anos de fundação da **Abraspet** foi marcada por um almoço de aniversário, que todos os anos cumpre importante papel de confraternização e reencontro entre companheiros de luta, envolvendo ainda os familiares.

Fechando o ano de 2010, a festa de conagração anual aconteceu no dia 17 de dezembro, na sede do Quartel de Amaralina, mais uma vez marcada pelo clima de confraternização e alegria que tem animado, ano após



Os 14 anos da Abraspet foram comemorados com um típico caruru, em setembro de 2010

Em resposta aos ataques do TCU contra as reparações dos anistiados, o informativo Abraspet Notícias número 47, de dezembro de 2010, estampou na capa a assembleia que reuniu mais de 200 associados, no auditório da Casa do Comércio, para definir as medidas jurídicas e de luta contra os questionamentos

EDITORIAL

Eleições 2010 e as lições do Pré-sal

A vitória de Dilma Rousseff na campanha eleitoral 2010, em segundo turno, colocou à mostra a fragilidade do debate, que iniciou pela falta de propostas e pelos ataques pessoais, principalmente dos partidários da candidatura de José Serra. Mas não foi só isso. O segundo turno representou também um recado do eleitorado quanto ao governo do PT, que precisa urgentemente fazer correções de rota.

Passada a eleição, o momento merece uma reflexão mais específica por parte dos amigos, associados e familiares, que tem alguma vinculação à Petrobras, mais precisamente nas questões e propostas que se referem ao Pré-sal.

Quem vem acompanhando a descoberta, os estudos de prospecção e o potencial petrolífero da camada Pré-sal, sabe da potencialidade econômica que este recurso natural representa para o País. Sabe também das implicações sociais e econômicas que se apresentam para transformações sociais, com desdobramentos em futuro próximo e a longo prazo.

Para os que acompanharam, em 2009, toda a negociação que envolveu parlamentares, governadores e o próprio presidente Lula, quando da definição da alocação dos recursos advindos da exploração do Pré-sal, não é novidade o impacto que a descoberta tem em âmbito nacional e internacional.

A análise retrospectiva do perfil dos candidatos à Presidência da República está na ordem do dia. O governo Lula – representado agora por Dilma – vem fortalecendo sistematicamente a Petrobras. Por outro lado, o candidato Serra – identificado com o projeto que no passado foi comandado por seu colega de partido FHC (PSDB) – tem na sua trajetória uma sequência de privatizações que incluem o setor elétrico, de telefonia, siderurgia e mineração, só para citar os principais.

No final do governo FHC, até o nome da Petrobras já estava sendo mudado para Petrobras, com o objetivo de facilitar a privatização. No mesmo caminho estavam o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal – instituições que hoje, no governo Lula, estão no centro das políticas públicas de crédito, moradia, saneamento e agricultura.

Que o governo Dilma possa fazer as necessárias correções políticas que faltaram ao governo Lula, significando não apenas a continuidade, mas um aprimoramento do compromisso com os setores mais frágeis da sociedade, especialmente com os trabalhadores.

Lazer como estratégia de luta

Convívio entre os associados favorece os laços de amizade e unidade, que fortalecem a Associação.

Além das deliberações sobre encaminhamentos e formas de luta para o enfrentamento aos ataques sofridos pelos associados, outro assunto que surgiu na assembleia do dia 4 de dezembro, foi uma proposta de suspensão das atividades de lazer, a exemplo das viagens organizadas para os associados.

A ideia, entretanto foi imediatamente rechaçada pelo conjunto dos presentes, que deixaram claro a importância do lazer para estimular o convívio entre os associados, configurando-se também numa estratégia de luta, na medida em que fortalece os laços de amizade e unidade em torno da associação.

Não poderia haver melhor termômetro para avaliar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela entidade em todas as frentes de ação em que atua. Ficou patente o respaldo dado ao mo-



Assembleia do aval às programações de convívio e integração da Associação

delo de gestão que hoje orienta a Abraspap.

A programação 2011 está sendo preparada e, este ano, uma proposta inicial será encaminhada aos associados para que participem com ideias e sugestões.

Informática descomplicada

Convênio com empresa especializada em ensino de informática facilita curso aos associados

A iniciativa deste curso de informática é resultado de uma parceria inédita com a Proinfo, empresa especializada que dispõe de tecnologia e didática inovadoras em ensino de informática. Os equipamentos para os cursos exclusivos de computação estão instalados na sede da entidade.

Para fazer o curso basta ligar para a Abraspap e



Equipamentos atualizados foram instalados na sede da Abraspap para o curso

agendar previamente o dia e horário mais conveniente, de acordo com a disponibilidade oferecida. Ainda existem vagas para as aulas de sexta-feira, nos horários de 9h30 às 11h e de 11h às 12h.

Além de rever os amigos, esta é uma excelente oportunidade para ficar em dia com a tecnologia da informática e as facilidades do mundo virtual.

Além de cursos de informática, a Proinfo disponibiliza em sua página, na internet, diversos cursos profissionalizantes que podem ser feitos sem sair de casa, com conforto e facilidade. Entre no endereço www.cursosproinfo.com.br e aproveite essa oportunidade.

A Abraspap e a Proinfo querem você e a sua família no mundo da informática. O conhecimento é o seu melhor investimento.

Mais informações diretamente com a Abraspap ou pelo telefone da Proinfo: (71) 4102-6078.



Órgão oficial da Associação Brasileira dos Afiados Políticos do Sistema Petrobras e demais Empresas Estatais - ABRAPPET

Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, Bloco B, sala: 101 a 104, Centro Empresarial Igatemi, Ilheus, Bahia/BA

Diretoria Executiva: Reynaldo Helio da Costa (Mangabeira) - presidente; Raimundo Lopes - vice-presidente; Edson Nonato de Santana - secretário; Luciano Monteiro Campos - 2º secretário; Dejar dos Anjos Santana - Tesoureiro; Aníbal Midlej Silva - 2º tesoureiro; Almir Carlos Costa - diretor de Previdência; Eivaldo da Silva Bonfim - diretor de eventos; Antônio Valente Barbosa - Aluno Banco dos Santos; Sandra Costa Paraíba, Pedro Augusto Vieira Vaz Santiago. Conselho Fiscal: José Valdemiro de Santana - Francisco Gomes dos Santos; Wagner Cecílio Cunha de Carvalho; Sulpicio do Conselho Fiscal; Gonçalves Soares de Oliveira; Miguel Roque Patrício; Veríssimo Avelino Ribeiro.

Editor: Ney Sá - MTD 1164. Edição fechada em: 31/12/2010. Foto: Arquivo Abraspap e internet. Tiragem: 3.000 exemplares. E-mail: abrappet@igatemi.com.br. Telefone: (71) 2223-9089 / 9849. Distribuição gratuita.

Retomada da Refinaria de Canoas

No início de dezembro, a direção da Petrobras anunciou a aquisição de 30% do capital social da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) pelo valor de US\$ 850 milhões. Em 2001, a refinaria foi transformada em subsidiária e 30% do seu capital vendido para a petrolífera espanhola Repsol YPF. Uma herança mórbida da época do governo FHC.

A FUP e sindicatos filiados, na época se mani-

festaram contra a venda, que foi denunciada como tentativa de privatização da refinaria. A partir daí, os trabalhadores sempre lutaram pela volta da Refap para total controle da Petrobras.

A Refap, localizada na cidade de Canoas no Rio Grande do Sul, atualmente é a quinta maior em capacidade de refino instalada no Brasil e passou recentemente um processo de ampliação e modernização.

Projeto MPB

A diretoria da Abraspap fechou parceria com o Projeto MPB Petrobras. No dia 11 de novembro, a amizade definiu a parceria em reunião com o gerente de Comunicação Corporativa da Petrobras, Darcelo Andrade, quando a Abraspap foi representada pelos diretores Edson Nonato e Eivaldo Bonfim. A iniciativa da parceria surgiu por sugestão do associado Luciano Campos, atual segundo secretário da Diretoria, no sentido de possibilitar a ampliação das opções de lazer dos associados.

A programação do Projeto MPB inclui shows musicais e espetáculos variados, apresentados no Teatro Castro Alves e no Teatro Casa do



Comércio. A distribuição dos créditos será feita através de sorteio entre os associados que se inscreverem através do telefone (71) 2223-9089 e da página eletrônica da Abraspap. O sistema de inscrição está sendo programado para entrar em funcionamento antes da próxima atração do Projeto MPB.

Chapa Silvestre Bastos eleita para o triênio 2010 - 2013

Namãmbú do dia 26 de outubro, conforme edital de convocação divulgado para o fim específico de eleição da nova diretoria da Abraspap, o presidente Reynaldo Helio da Costa (Mangabeira) abriu os trabalhos, chamando para compor a mesa os associados Raimundo Lopes, Júlio Correia e Edson Santana. A assembleia, com a presença de 80 associados, começou às 9h, no auditório do Centro Empresarial Igatemi.

Após fazer um histórico da convocação e comprovar o cumprimento dos prazos regimentais, convidou Edson Nonato para ler o edital de convocação. Em seguida, passou a palavra a Júlio Correia, que leu a relação com os nomes dos componentes da Chapa Silvestre Bastos, assim denominada em homenagem póstuma a este associado.

A plenária foi consultada se concordava com os nomes citados, sendo solicitada a fazer a aclamação por palmas em concordância com a chapa apresentada, o que aconteceu assim que foi concluída a leitura da relação da nova Diretoria e Conselho Fiscal e seus suplentes (ver relação completa ao lado).

DIRETORIA EXECUTIVA

- Reynaldo Helio da Costa - Presidente;
- Raimundo Lopes - Vice-presidente;
- Edson Nonato de Santana - Secretário;
- Luciano Monteiro Campos - 2º secretário;
- Dejar dos Anjos Santana - Tesoureiro;
- Aníbal Midlej Silva - 2º tesoureiro;
- Almir Carlos Costa - Dir. de Previdência;
- Eivaldo da Silva Bonfim - Diretor de Eventos;

SUPLENTES

- Antônio Valente Barbosa;
- Almir Carlos Costa;
- Sandra Costa Paraíba;
- Pedro Augusto Vieira Vaz Santiago;

CONSELHO FISCAL

- José Valdemiro de Santana Gonçalves;
- Francisco Gomes dos Santos;
- Wagner Cecílio Cunha de Carvalho;

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

- Denissones Soares de Oliveira;
- Miguel Roque Patrício;
- Veríssimo Avelino Ribeiro;

Programa Viva em Movimento para aposentados

Com o objetivo de desenvolver ações para aposentados da Petrobras, foi lançado no dia 05 de outubro, no Cepe (Clube dos Empregados da Petrobras), o Programa Viva em Movimento. A iniciativa promove ações para um estilo de vida saudável, com oficinas, campanhas, palestras, além de atividades físicas, como musculação, ginástica aeróbica e localizada, além de dança de salão, yoga, bioflora e tai-chi-chuan.

AABRASPET, que também é parceira do programa, esteve representada pelo seu vice-presidente Raimundo Lopes, pelo secretário Edson Nonato, o diretor de Eventos Eivaldo Bonfim, o Tesoureiro Dejar Santana e os associados, Miguel Patrício, Carlos Nascimento, Geraldo e Lenilda Botega e Oivaldo Alves. Mais informações sobre o programa podem ser obtidas pelos telefones 3374-8550 (Cepe), 3348-5504 / 5569 (Serviços Compartilhados/RNNE), ou ainda com a Abraspap, no 2223-9949.

Alguns números de 2010

Viagens a Brasília	12
Cartas emitidas	148
Cartas recebidas	23
E-mails transmitidos	38
E-mails recebidos	28
Circulares	10
Desfiliações	04
Filiações	04
Falecimentos de associados	04

Previdência Social Resultado da administração do triênio 2007 - 2010

- Ações decorrentes da lei 10539/2002
- Celebração de Convênio com o INSS visando a praticidade e celeridade no atendimento dos nossos filiados;
 - Reuniões com órgãos do INSS em Salvador e Brasília, com a finalidade de rever conceitos e procedimentos;
 - Restabelecimento de 50 aposentadorias;
 - Concessão de 55 aposentadorias;
 - Concessão de 42 pensões;
 - Habilitação de mais 22 processos aguardando decisão do INSS.

O editorial do jornal 47 abordou o processo eleitoral de Dilma Rousseff e o papel estratégico do pré-sal para o desenvolvimento e para o realinhamento político do País

O jornal 47 trata, ainda, da eleição da nova diretoria da Abraspap e faz um balanço das atividades desenvolvidas em 2010

Anistia, reparação e confiança

Com fundamento na Constituição, o Congresso Nacional outorgou ao ministro da Justiça a competência para conceder a anistia política a todos aqueles atingidos por atos de exceção, na plena abrangência do termo, durante o período da ditadura, e proceder com as reparações devidas. Seu ato de concessão se baseia em parecer da Comissão de Anistia, criada no âmbito do Ministério da Justiça pela Lei nº 10.559/2002, que a incumbiu do exame dos requerimentos de anistia política e do arbitramento do valor das indenizações.

Trata-se do cumprimento de um dever estatal de justiça e de uma medida constitutiva de dupla face. A primeira, como reparação moral, de dar visibilidade à história de cada uma das vítimas e declarar o seu direito de resistência a um regime autoritário.

A segunda, no tocante à reparação material, de assumir a responsabilidade pelas violações aos direitos humanos ocorridas e cumprir o princípio basilar do estado de direito de indenizar danos causados a terceiros pela ação ou omissão cometida pelas suas agências públicas.

Os direitos de transição e as modalidades reparatórias estão previstos na mencionada Lei nº 10.559/2002, que regulamentou o art. 8º das disposições transitórias da Constituição. A lei, elaborada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e aprovada por unanimidade pelo Congresso, concebe o referido ato declaratório de anistia política como uma singular etapa para a construção do processo de pacificação e reconciliação nacional com as vítimas, formulando poderes discricionários, e exclusivos ao Ministério da Justiça para a fixação dos valores indenizatórios.

Desde a promulgação da lei, ministros da Justiça de diferentes governos cumpriam esta tarefa histórica e política, com a assessoria da Comissão de Anistia. Eleta por organizações internacionais por sua transparência neste processo, o Brasil é o único país da América Latina onde o processo deliberativo da concessão de reparação é realizado de forma pública.

Orcem que, em recente decisão, o Tribunal de Contas da União equiparou as reparações econômicas dos anistiaados políticos a pagamentos previdenciários e, por isto, anunciou sua competência para registro e revisão dos valores concedidos.

O Ministério da Justiça desconstrói do mérito da decisão e irá recorrer por meio da Advocacia Geral da União.

A Lei nº 10.559/2002 claramente instituiu um regime próprio para os anistiaados políticos de natureza jurídica explicitamente indenizatória, portanto, distinto do regime de natureza previdenciária.

Nesse sentido, o art. 1º criou o específico regime jurídico do anistiaado político, compreendendo como direitos: II reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, assegurada a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Deste modo, qualquer modificação nos critérios e na natureza jurídica da reparação econômica cabe somente ao Poder Legislativo, em sua atribuição legislativa, e não aos órgãos de fiscalização e controle.

Em 2002, com a promulgação da Lei nº 10.559, foi construído em consenso da sociedade um sistema pelo qual deu-se início a um longo processo de reconstrução da confiança pública dos cidadãos em relação ao Estado que, em tempos de arbítrio, os violou em sua integridade física e psicológica. Diante dos entraves à abertura dos arquivos da ditadura a dificultar sobremaneira o acesso aos dados da época de exceção, criou-se uma dinâmica probatória simplificada na qual o ato de anistia e reparação torna-se completo e acabado com a decisão do ministro da Justiça. Nesta sistemática, junto à Comissão de Anistia, foram recebidos e analisados milhares de traumas, lutos e dores.

O Ministério da Justiça não se nega a se submeter ao controle fiscalizador de nenhum órgão de controle interno ou externo. Tanto é assim que em outras oportunidades foram revistas decisões assimilando sugestões de diferentes órgãos de controle administrativos ou judiciais. Mesmo assim, não se pode concordar em transformar uma análise política realizada pelo Poder Executivo, com vultoso respaldo legal, em um exame meramente contábil. É inoportuno e injustificável para as vítimas aventar-se que o Estado possa se valer hoje da criação de um novo procedimento de registro e de revisão das decisões preferidas, diferente daquele inicialmente instituído pelo legislador democrático.

Luiz Paulo Barreto é ministro da Justiça.
Fonte: O Globo 08/09/2010

ACÓRDÃO (DOU-12/11/2010)

Nº. 3038/2010 - TCU - Plenário

1. Processo nº TCU01239/2009-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Embargantes, Associação Brasileira dos Anistiaados Políticos do Sistema Petrolero e Demais Empresas Estatais - Abraspet; Sindicato Unificado dos Petroleros do Estado de São Paulo - Sindpetros/SP.
4. Órgão: Ministério da Justiça.
5. Relator: Ministro Subst. Marcos Bragança Costa.
- 5.1. Relator de Substituição: Ministro Substituto Marcos Bragança Costa.
6. Representante do Ministério Público não assina.
7. Unidade Técnica: não atua.
8. Advogados constituídos nos autos: Placido Jesus Barão (GABDF nº 1191), Adriano Mano Magalhães de Costa (GABDF nº 78.301), Rodrigo Lucas Magalhães (GABDF 36.661), Roberto de Figueiredo Cêdo (GABDF nº 3.376), Alexandre Santos Lins (GABDF 12.087), André Bruno Magalhães (GABDF 14.176), Claudio Jansen de Sá (GABDF 19081-1), Manoel dos Santos Araújo Miranda (GABDF nº 24.185), Paulo Roberto Longhini Elio (GABDF 26.427), Paulo Alexandre Longo (GABDF 17.748), Renato Alvaranga Flores (GABDF 24.295), Raulão de Oliveira Brito Maia (GABDF 23.914), Marcelo Augusto Bandeira Nogueira (GABDF 41.306), Sérgio Wilson de Jesus (GABDF 12.199), Marcelo Frazz Jorjão (GABDF 19.886), Daniel Vinícius Machado (GABDF 16.251), Cristiano Henrique Vazquez Dias (GABDF 18.275), Sérgio de Jesus Vasquez, Sérgio (GABDF 1.088), Theodorico de Jesus Ribeiro (GABDF 1.341).

9. Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos os Embargos de Declaração opostos pela Associação Brasileira dos Anistiaados Políticos do Sistema Petrolero e Demais Empresas Estatais - Abraspet e pelo Sindicato Unificado dos Petroleros do Estado de São Paulo - Sindpetros/SP em face do Acórdão nº 1.967/2010 - TCU - Plenário, por meio do qual foi considerada pela subseção procedente a Reparação única em que o Ministério Público junto ao TCU sustentou o exercício da competência conferida a esta Corte pelo art. 71, inciso III, da Constituição Federal em relação aos atos de concessão de reparação econômica a anistiaados políticos fundamentados no art. 101, inciso II, da Lei nº 10.559/2002, sob a forma de prestações mensais, permanentes e continuadas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

- 9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração, para, no mérito, seguir lhes privativos;
- 9.2. com fundamento no art. 286, inciso II, do BPTCU, corrigir como material constante do item 3 do Sumário do Acórdão nº 1.967/2010 (II.2.955, volume 13), de modo que onde se lê: "O prazo de 120 dias" leia-se: "no prazo de 90 (noventa) dias";
- 9.3. dar ciência desta Deliberação aos embargantes, à Segexco, ao MPF-TCU e à Advocacia-Geral da União;
- 9.4. recomendar os autos à Secretaria Geral das Sessões para o envio de relator dos pedidos de reexame interpostos pelo Ministério da Justiça (autos 5) e pela Advocacia de Luta dos Não Anistiaados e Anistiaados da Portaria nº 104-7-GM-3 (autos 6);
10. Ato nº 4412/10 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/11/2010 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU no Internet: AC-3038-4110-P.
13. Especificação do quorum:
- 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zylber (na Presidência), Valdir Campello, Walton Almeida Rodrigues, Augusto Mendes, Artur de Castro, Raimundo Corrêa, José Jorge e José Márcio Monteiro.
- 13.2. Auditores presentes: Marcos Bragança Costa (Relator), André Luís de Carvalho Wiedler de Oliveira,



Associados e familiares visitam a Costa do Descobrimto, em 2010. Porto Seguro foi destino que agradou a todos

ano, todos que fazem parte do que já ficou conhecido como a grande família Abraspet.

ELEIÇÃO DA DIRETORIA

Em outubro, no dia 26, a Abraspet volta a movimentar seu quadro social para escolher, em eleição, sua nova diretoria para o triênio 2010 / 2013. A Chapa Silvestre Bastos, assim denominada em homenagem póstuma a este valoroso associado, foi aclamada por unanimidade em assembleia convocada para este fim, ficando os componentes da nova gestão definidos conforme se segue:

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

- Reynaldo Helio da Costa – Presidente
- Raimundo Lopes – Vice-presidente

Um artigo do ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, publicado originalmente no jornal O Globo, por sua pertinência, foi reproduzido na página 4 do informativo 47 da Abraspet

- Edson Nonato de Santana - Secretário
- Luciano Monteiro Campos - 2º secretário
- Dejair dos Anjos Santana – Tesoureiro
- Aloysio Midlej Silva – 2º tesoureiro
- Astério Caetano Costa – Diretor de Previdência
- Edvaldo da Silva Bonfim - Diretor de Eventos

SUPLENTES

- Antônio Valente Barbosa
- Aloísio Benicio dos Santos
- Sandra Costa Paraíba
- Pedro Augusto Vieira Vaz Sampaio

CONSELHO FISCAL

- José Valdemiro de Santana Gordilho
- Francisco Gomes dos Santos
- Wagner Cecílio Cunha de Carvalho



Assembleia, dia 26 de outubro de 2010, elegeu nova diretoria da Associação



Com a presença de quase 200 associados, a Abraspet fez assembleia no dia 4 de dezembro, dando encaminhamentos jurídicos e políticos frente aos ataques do Tribunal de Contas da União (TCU), que questionava as reparações dos anistiados

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

- Demostenes Soares de Oliveira
- Miguel Roque Patricio
- Verissimo Avelino Ribeiro

• 2011

O marco dos 15 anos de luta é também o da perseverança da **Abraspet** pelos direitos dos anistiados, que pelem para que as leis sejam respeitadas pela atual Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, bem como pelo julgamento de seis processos de seus afiliados que aquela comissão insiste em fazer vistas grossas, preferindo julgar processos em outros locais, para entretenimento dos seus membros.

Bahia lança Comitê pela Verdade

O Comitê Baiano pela Verdade (CBV) foi lançado no dia 15 de junho de 2011, no Auditório do Conselho de Cultura da Bahia, ao lado do Palácio da Adm. da Bahia.

O evento que contou com a presença da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário e do Governador do Estado Jacques Wagner, foi convocado pela condenação do Comitê Integrado por Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-BA), OAB-BA, Coordenadoria Econômica de Serviços (CESE), Ação Social Amparo Socioeconômico (ASA) e Centro de Estudos Victor Meyer.

O CBV tem por objetivo lutar pela aprovação do projeto de lei 7276/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade, encaminhado pelo Governo ao Congresso em maio de 2010, portanto, há mais de um ano. Após a sua aprovação, fornecer elementos para o seu funcionamento.

A Comissão Nacional da Verdade é mais uma etapa no longo caminho da construção de uma autêntica democracia. Composta por membros nomeados pela Presidenta Dilma Rousseff, com poderes para registrar documentos e convocar testemunhas, etc., e terá como apoio uma assessoria qualificada da sociedade civil, com o apoio para reunir, com objetividade, as violações de direitos humanos ocorridas na história recente do Brasil.

Os brasileiros, ao se incorporarem a rede de comitês similares que estão sendo criados pelo Brasil, reafirma-

nam que a terra onde começou a história do Brasil, proclama seu desejo de que ela seja reconstruída com base na verdade.

A Abraspet assinou o manifesto e já integra o Comitê Baiano.

O apoio para a criação da Comissão Nacional da Verdade é dado inclusive pela ONU (Organização das Nações Unidas), que apela para que o Brasil inicie, imediatamente, a investigação em torno da violação dos direitos humanos, ocorrida durante os 20 anos da ditadura, além de punir os responsáveis.



No centro da mesa do ato de lançamento, a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PFR)



A partir da esquerda: Sara Meireles (OAB), Zanetti (CESE), Plá, José Carlos (ASA), Adam Braga (CE Victor Meyer), Minerva Maria do Rosário, Joviniano Neto (Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM/BA), Américo Sena (Sen), Juliano, Cidadania e Direitos Humanos - SUCD/BA, Gilney Vilas (Coord. Dep. de Memória e Verdade do SDH/PFR), dep. federal Esteliano José, Diva Santana (GTNM/BA) e senadora Lúcia do Maranhão



Muita participação, e ato de lançamento do Comitê mobilizou autoridades e entidades associadas

Leia nesta edição
Editorial
O manifesto pela Verdade
 Página 2

Lazer e formação
como estratégia de luta
 Página 3

Responsabilidade
ambiental e espiritual
 Página 4

Abraspet integra Grupo Especial de Trabalho do MPOG

A Abraspet está representada no Grupo Especial de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que trata do pagamento a anistiados idôneos e portadores de doenças graves, com base na lei 1354/06, além das verbas de cívico e pessoal, o beneficiário indireto

da iniciativa privada (assistência médica). Na condenação do Grupo está o secretário de Recursos Humanos, Dr. Daviariet; Abelardo, representando a Conape; Mangabeira, pela Abraspet; Irene Gomes, da Apopi, e outros emé-

O informativo Abraspet Notícias número 48, de julho de 2011, destacou o lançamento do Comitê Baiano pela Verdade, que se articulou com a campanha nacional pela criação da Comissão da Verdade, cujo objetivo é investigar os crimes de repressão cometidos a serviço da ditadura militar que se instalou no País a partir de 1964



Governo de olho no custo da anistia de ex-cabos da FAB

Por trás de toda a política sobre a indenização de anistia à ex-cabos da Força Aérea Brasileira (FAB), está o custo das 2.530 anistias que o governo decidiu revisar. Por mês, são R\$ 12 milhões. O valor referente a atrasados que eles não tiveram direito chega a R\$ 1,2 bilhão, em valores atualizados. Cada anistiado receberia, além do benefício mensal de R\$ 5 mil, mais uma parcela única de aproximadamente R\$ 200 mil a título de retribuições. Nenhum centavo dos atrasados foi pago até agora pelo Ministério da Defesa.

A decisão de reanalisar esses benefícios vai exigir que os cabos provem que, de fato, foram perseguidos pelo governo militar. Mas boa parte deles terá dificuldade de comprovar perseguição política. Todos foram beneficiados pela interpretação da Comissão de Anistia, que considerou a edição de uma portaria de 1964 um ato de exceção. A portaria estabeleceu, na época, o desligamento dos cabos das Forças Armadas.

Em pelo menos três manifestações nos últimos anos, pareceres da Advocacia Geral da União (AGU) entenderam que essa portaria foi um ato de regulamentação de pessoal para resolver uma questão administrativa. Esse também é o entendimento do Ministério da Defesa e foi o do Tribunal de Contas da União (TCU), que, em 2006, recomendou a revisão dessas anistias.

Com base nessa interpretação, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, em fevereiro de 2004, cancelou 495 anistias concedidas a cabos entre 2001 e 2002.

Grupo de trabalho vai reanalisar casos. Foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para reanalisar os casos. Integraram esse grupo representantes do Ministério da Justiça e da Advocacia Geral da União, vinculada à AGU. O Ministério da Defesa ficou de fora.

A política divide o governo. O Ministério da Justiça e a AGU argumentam que ficou comprovado que houve repressão aos ex-cabos da FAB por meio de medidas preventivas limitadoras da atuação profissional na categoria, que se organizava em movimentos reivindicatórios no governo João Goulart.

Na Comissão de Anistia, os casos eram julgados em bloco. As entidades de cabos já associadas que entraram na Justiça. Argumentam que já se passaram cinco anos da concessão das indenizações. Esse é o prazo limite para se rever um ato administrativo.

EDITORIAL

Comitê Baiano pela Verdade

Nesta edição, excepcionalmente, publicamos como editorial o MANIFESTO do Comitê Baiano criado na Bahia, como forma de registrar e adesão da Abraspet a esta importante luta do povo brasileiro.

“Não procures esconder nada; o tempo vê, escuta e revela tudo”.

Sócio(a) Antígona

A Bahia, terra onde começou a história do Brasil, proclama seu desejo de que ela seja reconstruída com base na verdade. Por isso, organizamos o Comitê Baiano Pela Verdade para lutar pela aprovação do Projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, há mais de um ano tramitando no Congresso Nacional, e para fornecer elementos para seu trabalho.

Reconhecemos e continuamos a lutar que obtenha a Anistia, incompleta, mas maior do que a inicialmente desejada pelo Regime Militar, um fruto de todos que na Constituição e nas leis, ampliam a Anistia; o trabalho da Comissão Nacional da Anistia do Ministério da Justiça, que, em milhares de processos, reconhece a responsabilidade objetiva do Estado pelos danos causados aos militares políticos; a criação da lei 9140/95 e constituição da Comissão Nacional dos Mortos e Desaparecidos, que exige o direito, já argumentado contra o Estado por Antígona, no 5º século antes de Cristo, dos familiares enterremem os seus mortos; o reconhecimento pelo Estado dos direitos dos brasileiros a Memória e a Verdade.

A Comissão Nacional da Verdade, para nós, é

mais uma etapa no longo caminho da construção de uma autêntica democracia. Composta por expressivas personalidades, com poder para requisitar documentos e convocar testemunhas, com assessores qualificados e apoio da sociedade civil, terá condições de reconhecer, com objetividade, as violações dos direitos humanos ocorridas na história recente do Brasil.

Sabemos que a memória é parte da identidade das pessoas e dos povos. Esconder ou pretender recuar os fatos mantém sombras e traumas que se lutam iluminar e superar.

O sucesso da Comissão Nacional da Verdade aguarda a não repetição das violações, o reconhecimento social do sofrimento das vítimas e firmeza, não só aos historiadores, mas a todos os brasileiros, base sólida para conhecer o seu passado e construir o futuro do Brasil.

A adesão a este manifesto expressa a mobilização crescente e o firme compromisso de luta dos brasileiros e dos brasileiros.

Salvador, 15 de junho de 2011.

Homenagem a bravos companheiros

Neste primeiro semestre de 2011, a Abraspet perdeu sete valiosos companheiros que muito contribuíram para seu desenvolvimento, bem como se destacaram na luta geral dos trabalhadores.

A mais recente perda (3/06) foi do ex-diretor secretário desta associação, o companheiro Jair Pinto de Brito, aguerrido sindicalista, fundador também do Sindiquímica e perseguido pela ditadura militar.

No dia 29/05, já havíamos perdido Osmar Gonçalves Sepúlveda, sócio-fundador e economista atuante, além de Tereza Maria Santos Pereira de Sena (23/05) e Tereza Sena de Oli-

veira (13/03), também sócias-fundadoras.

Em maio, no dia 9, faleceu o companheiro Milton Carvalho Silva, também sócio-fundador. E ainda no apagar das luzes de 2010, no dia 31 de dezembro, foi a passagem do ex-diretor secretário e sócio-fundador, Hermanno Nivones Dantas.

No início do ano, sofremos a partida (03/01) do também sindicalista, representante da Abraspet em Alagoas e sócio-fundador, Alan Rodrigues Brandão.

Aos familiares desses bravos companheiros, a Abraspet estende seus votos de pesar, coletando-se à disposição no apoio que se fizer necessário.



Órgão oficial da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais - ABRASPET.
 Possui as matérias publicadas sob o patrocínio da Associação.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 274, Bloco B, salas 101 a 104, Centro Empresarial Iguares, Plaquê, Salvador/BA.

Diretor(a) Executiva: Reinaldo Hele da Costa (Mangabeira) - presidente: Ramundo Lopes - vice-presidentes: Elio Aguiar de Santana - secretário: Luciano Márcio Campos - 2º secretário: Osni dos Anjos Santana - integrantes: Amélia Mendes Silva - 3º secretário: Antonio Cleto Costa - diretor de Prevenção: Etelvio da Silva Rufino - diretor de eventos: Suplexia Anísio Viana Barbosa; Associo: Renilson dos Santos; Sandra Costa Pinheiro; Paulo Augusto Vieira Val; Sergio; Conselho Fiscal: José Valdeir de Santana - Francisco Gomes dos Santos; Wagner Cassio Cunha de Carvalho; Suplexia de Carvalho; Conselho Fiscal: Divonilson Soares de Oliveira; Miguel Roque Farias; Vanessa Juviler Ribeiro.

Editor: May Sil - Mtb 1164. Edição fechada em: 17/06/2011. Fotos: Arquivos Abraspet e Internet. Tiragem: 3.000 exemplares. E-mail: abraspet@igoi.com.br. Telefones: (71) 2223-9089 / 9949. Distribuição gratuita.

O manifesto do Comitê Baiano pela Verdade foi publicado como editorial da edição 48 do jornal Abraspet Notícias



Logo no início de 2011, a diretoria da Abraspet já estava participando das reuniões nacionais dos anistiados, em Brasília

No âmbito do Ministério do Planejamento, a **Abraspet** e demais entidades de todo o País foram surpreendidas pelo anúncio de uma pretendida reforma estrutural que, se não extingue, altera profundamente o Setor de Anistiados, distribuindo suas tarefas por várias outras coordenações, o que de certo causará grandes transtornos aos anistiados.

Por conta disso, a diretoria da **Abraspet** esteve reunida com a diretora da Secretaria de Gestão, Ana Lúcia, e o secretário adjunto, Walter Correia, oportunidade em que informaram ser essa uma questão de ordem administrativa, com a criação de duas super secretarias – do Trabalho e de Gestão –, onde ficarão situados os serviços pertinentes à anistia e anistiados. A diretoria reiterou que aguarda as soluções e os pleitos que tanto a **Abraspet** como as demais entidades reivindicaram.

Por outro lado, na Petrobras/Sede, nos meses de janeiro e setembro, tratamos com o RH assunto referente às informações pedidas à empresa pela Justiça Federal, relacionadas ao grupo punido em 1983.

Em agosto, após acertado com o Dr. Adailton Batista, gerente de RH/AMS, recebemos a visita da assistente social Cristina Colares, para reunião em que

foi tratado tudo sobre o uso da AMS-Petrobras, ou seja, inadimplência, pagamento direto aos beneficiários e habilitação dos mesmos quando do falecimento do titular.

Em abril, a Associação promoveu palestras tendo por tema o benefício Assistência Pré-Hospitalar (APH), ministrada pelo administrador da Petrobras, Diego Soares, lotado no RH/AMS/RMNE. Ele descreveu o novo serviço como um plano piloto, implantado pela empresa em dezembro de 2010, inicialmente em Salvador e Lauro de Freitas, que posteriormente deve ganhar abrangência nacional.

VISITA À HISTÓRIA DO BRASIL

No início de abril, a **Abraspet** realizou mais uma viagem de integração, lazer e cultura com seus associados. Desta vez, o destino foram as cidades históricas de Minas Gerais, que outrora repletas de riquezas materiais como o ouro e as pedras preciosas, hoje guardam tesouro cultural inestimável do povo brasileiro.

Outra iniciativa que uniu aprendizado e convivência social foi o projeto **Cine Abraspet**, que todas as segundas-feiras trouxe um filme diferente para ser exi-

Associados e familiares em viagem pelas ruas históricas de Minas Gerais. Promover o convívio e a aproximação entre os anistiados baianos fez parte das iniciativas da associação em 2011





Palestra sobre Assistência Pré-Hospitalar, no auditório do Centro Empresarial Iguatemi, com o administrador da Petrobras, Diego Soares, despertou grande interesse entre os associados, dia 28 de abril

bido no mini auditório da entidade, na sede do Centro Empresarial Iguatemi. Destaque especial ficou para a sequência da filmografia das obras de Jorge Amado, resgatando e valorizando a cultura baiana presente em filmes como *Dona Flor e Seus Dois Maridos* e *A Morte de Quincas Berro D'Água*.

A Abraspet também se fez presente no Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos, na capital federal, em novembro, e na instalação da Comissão Parlamentar Especial para cumprimento da Anistia - Ceanist.



Conhecer a própria cidade de Salvador motivou a participação dos associados num passeio organizado em maio

CONFRATERNIZAÇÃO

Fechamos o ano de 2011, mais precisamente no dia 18 de dezembro, no Espaço Dom Bosco, na Av. Paralela, quando a Abraspet comemorou seus 15 anos de atividades com a tradicional festa natalina. O evento ocupou todo o domingo, das 10 às 18h, com intensa programação, entre elas ato ecumênico, apresentação de coral, banda Luciano Prado e sorteio de brindes para os associados.



A apresentação do coral Caronlaine, logo pela manhã, encheu de música o espaço Dom Bosco e deu o tom da alegria à confraternização anual

A programação da festa de 15 anos da Abraspet atraiu a atenção de todos nas apresentações musicais, no culto ecumênico e na mensagem da diretoria da associação





O amplo e arejado espaço acomodou bem os convidados da festa de 15 anos que, em meio ao jardim e às árvores, desfrutaram da companhia de amigos e familiares

Em volta do bolo de aniversário, a família Abraspét comemorou as vitórias acumuladas com muito trabalho e luta



Já disse Monteiro Lobato: “um País se faz com homens e livros”. Parafrazeando, pois, este célebre escritor brasileiro, cujo nome se une à história da luta pelo monopólio estatal do petróleo, nos movimentos que antecederam a criação da Lei 2004, uma entidade se faz principalmente por homens e, é claro, também mulheres. Assim, fazemos questão de registrar neste livro, que resgata as lutas da Abraspét e dos anistiados brasileiros, os nomes de todos que, com seu exemplo de vida e de luta, contribuíram na construção e na sustentação desta entidade.

CAPÍTULO 4

HOMENAGEM PÓSTUMA

AOS EX-DIRETORES

No decurso desses 15 anos, a Abrapet e sua diretoria perderam o convívio de oito dos seus diretores, que em muito contribuíram para o engrandecimento da entidade e para as vitórias até então conquistadas. Sem eles, certamente a Abraspet não estaria hoje no patamar em que se encontra. Foram eles:

Silvestre Alves Bastos – diretor conselheiro de 1996 a 1997; Hermano Novaes Dantas – diretor secretário 1996 a 1997; Alan Rodrigues Brandão – diretor representante da Abraspet em Alagoas; José Augusto Ornelas da Cruz – diretor conselheiro de 1996 a 1997; Djalma de Oliveira Mattos – diretor tesoureiro de 1996 a 2000; Rayjul Costa dos Reis – diretor suplente de 1996 a 1997; Lydio Andrade de Souza – diretor conselheiro de 1996 a 1997; Jair Pinto de Brito – diretor secretário de 1996 a 2000.

AOS ASSOCIADOS

Para complementar esse trabalho, não poderíamos deixar de citar os nomes dos saudosos e valorosos companheiros que, infelizmente, ao longo desses 15 anos, deixaram o nosso convívio. São eles:

- Invenção Cunha21/12/1996
- José Epifânio de Jesus25/04/1997
- Francisco Luciano Gurgel do Amaral15/07/1997
- Eduardo Guilherme Penfold Muniz03/09/1997
- Aloísio Nascimento da Silva08/06/1998
- João Valério dos Santos29/08/1998
- Manoel de Jesus Silva23/12/1998
- Antônio Carlos Teixeira de Carvalho10/01/1999
- Donato Bispo de Melo02/05/1999

– Ivon Ferreira	20/06/1999
– Ordon da Silva Pinho	24/10/1999
– José Santana	12/05/2000
– Walter Aguiar Sá	29/12/2000
– José Augusto de Carvalho Araújo.....	24/02/2001
– Oswaldo Amrques de Oliveira.....	27/07/2001
– Acyr Teixeira Lima	06/08/2001
– Edith Silva Sá	17/09/2001
– Valdevino de Jesus	20/10/2002
– Sinézio Alves de Jesus	22/06/2003
– Fausto do Carmo.....	30/07/2003
– Aurelino Dias da Encarnação.....	13/09/2003
– João Batista Ferreira	16/11/2003
– Martinha Caetano de Melo	24/02/2004
– Silvestre Alves Bastos.....	09/05/2004
– Luiz Augusto de Pinho	12/07/2004
– Ayrton Paiva Penna.....	17/08/2004
– Luiz Mário Avena.....	15/12/2004
– José Neves Sobrinho	21/03/2005
– Manoel Alexandrino de Jesus	05/05/2005
– Otacício Alves dos Santos	19/08/2005
– Rayjul Costa dos Reis.....	24/08/2005
– Aloísio Nunes Rodrigues.....	18/10/2005
– Newton Macedo Campos	11/02/2006
– Carlos Pereira da Silva.....	20/03/2006
– Anésia Pinheiro Queiros Silva.....	14/10/2006
– Lydio Andrade de Souza	29/10/2006
– Adresmar Torretta.....	21/01/2007
– José Correia Silva	09/02/2007
– Djalma de Oliveira Mattos	19/07/2007
– Djalma Souza Oliveira.....	14/02/2008
– Edvanise Ferreira Souza.....	17/02/2008

– Juvêncio Ubirajara Bezerra	24/02/2008
– Pedro Guedes Martins	25/02/2008
– Herminio Evangelista Muniz.....	30/04/2008
– Raul Rodrigues Cajado	21/04/2008
– Maria Emilia Santiago dos Santos	22/07/2008
– Maria De Lourdes Evangelista Ferreira.....	31/03/2009
– Hermano Rodrigues dos Santos	09/04/2009
– Francisco Neves Bittencourt	18/04/2009
– Salvador José de Souza	03/05/2009
– Joaquim Neves dos Santos.....	08/05/2009
– Constantino Calvacante de Melo	04/07/2009
– Mario Soares Lima	10/07/2009
– Antonio Carlos Palmeira Pinheiro	27/11/2009
– Marcos Gorender	30/11/2009
– Dairdes da Cruz Quintas	24/01/2010
– Elizabeth Costa de Souza	11/04/2010
– Ismar Teixeira Barbosa.....	17/05/2010
– Alan Rodrigues Brandão	09/01/2011
– Tereza Sena de Oliveira	13/03/2011
– Milton de Carvalho Silva.....	09/05/2011
– Tereza Maria Santos Pereira de Sena	23/05/2011
– Osmar Gonçalves Sepúlveda.....	29/05/2011
– Jair Pinto de Brito	03/06/2011
– Adonizia Lima dos Santos.....	10/07/2011
– Raymundo Ferreira da Cruz.....	22/08/2011
– Júlio Correia dos Santos	24/08/2011
– Ernesto Cláudio Drehmer	14/09/2011
– José Milton Galvão Campos	13/10/2011
– José Augusto Ornelas da Cruz	09/11/2011



Foto: Jesus Carlos

Foram 70 grandes companheiros e companheiras de lutas e batalhas que, materialmente, deixaram a **Abraspet**, mas continuam espiritualmente presentes em nossas mentes e em nossos corações, por tudo que representaram para a entidade, seus associados, colegas e amigos. A eles e elas, as mais sinceras homenagens póstumas e que suas almas sejam sempre iluminadas.



Av. Tancredo Neves, 274 - Centro Empresarial Iguatemi,
bloco B, salas 101 / 104. Salvador / Bahia
CEP. 41820-907 - Telefone (71) 2223-9949 / 2223-9786
Página internet: www.abraspet.org.br

Este livro foi composto na tipografia
Switzerland em corpo 10/16 e impresso em papel
Offset 90g/m2, 4 x 4 cores, com uma tiragem de
2.000 exemplares, em julho de 2012.

Nesta publicação especial de aniversário, a Abraspet busca fazer alguns resgates históricos não só da entidade criada na Bahia, mas também sobre o movimento nacional desencadeado a partir da Lei da Anistia e da assinatura do Ato Ministerial de Reintegração dos Petroleiros Anistiados aos quadros de pessoal da Petrobras. São registros de fatos vivenciados por quem lutou para fazer valer na prática a letra da lei, muitos dos quais não estão inscritos nos compêndios da história oficial, mas que aconteceram ao longo desses últimos vinte anos em que se inscreve o capítulo da anistia no Brasil.

Ajude você também a escrever essa história, mande informações e fotos do seu arquivo pessoal para a Abraspet, vamos continuar ampliando os registros para a atualização dessa publicação



Av. Tancredo Neves, 274 - Centro Empresarial Iguatemi,
bloco B, salas 101 / 104. Salvador / Bahia
CEP. 41820-907 - Telefone (71) 2223-9949 / 2223-9786
E-mail: abraspet@abraspet.org.br

www.abraspet.org.br